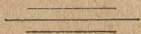
LISBOA ANTIGA

LISBOA ANTIGA

POR

JULIO DE CASTILHO

LISBOA
LIVRARIA FERREIRA
132 — Rua Aurea — 134

JUNHO DE 1889

SEGUNDA PARTE

BAIRROS ORIENTAES

TOMO VI

Á

MEMORIA

DE

JOSÉ DA SILVA MENDES LEAL

DEDICA ESTE VOLUME

O auctor.

AO LEITOR

Continuarei a minha devota peregrinação atravez das interessantes memorias das parochias de Lisboa. D'esta vez, como sempre, ha muitas flôres ao longo do caminho; havemos de colhel-as; e como são saudades quasi todas, havemos de entretecer com ella uma corôa, e depôl-a na honrada sepultura de um mestre; nada menos que Mendes Leal.

Devi-lhe muita amisade; criei-me ouvindo repetir em casa o muito que valia o seu talento; e a vida d'elle, tão laboriosa e brilhante, confirmou em cheio as esperanças de todos.

Pondo o grande nome de José da Silva Mendes

Leal na dedicatoria d'este volume, dou o mais sincero testemunho de consideração e affecto á memoria do homem e do escriptor.

Ha n'isto o respeito do discipulo, e a saudade do amigo.

LIVRO VII

LISBOA CHRISTÃ

EL-REI D. AFFONSO I—FUNDAÇÕES

Egreja parochial de S. Jorge—S. Jorge de Arroyos
Ermida e campo de Santa Barbara
A Moiraria e o Almocavár
Quinta dos condes de S. Miguel a Santa Barbara
Palacio dos condes de Mesquitella a Arroyos
O Nicho da imagem—O Caracol da Penha
Egreja parochial da Magdalena
Capella da Consolação—Porta do Ferro
Monturos de S. Mamede—Palacio Penafiel
Ermida de S. Chrispim—S. Patricio dos Irlandezes
O Mosteiro do Salvador
O Chão da feira ao Castello—A feira da ladra
O Passeio Publico—A Avenida

Os que esto quiserem bem aprender, leamno de começo, pouco, passo, e bem apontado, tornando algũas vezes ao q̃ jaa leerom pera ho ssaberem melhor; ca se o leerem ryjo, muyto juntamente, como liuro destorias, logo desprazerá e se enfadarom del, per ho nom poderem tam bem entender nem renembrar, porque regra geeral he, q̃ desta guisa se deuem leer todollos liuros dalgũa sciencia ou ensynança.

El-Rei O Senhor D. Duarte
Prologo da sua *Arte de cavalgar*.

CAPITULO I

Entra-se em materia.—A egreja parochial de S. Jorge, ao Limoeiro, hoje demolida.—Seu logar.—Descripção do templo antes de 1755.—Fogos da freguezia, etc.—Procissão a S. Jorge no anniversario de Aljubarrota.—Collegio em S. Jorge, fundado pelo doutor Diogo Affonso Manga-Ancha.—Sua mulher Branca Annes.—Plano do collegio em 1447; sua fundação em 1451; sua encorporação na universidade em 1459.—Pessoas notaveis nascidas ou domiciliadas na freguezia de S. Jorge.

Ao fechar o antecedente volume deixei o meu leitor á porta da egreja antiquissima de S. Martinho, de proposito reconstruida por mim para uso dos estudiosos de archeologias lisbonenses.

Suspeitando que deseja mais informações ácerca d'estes sitios historicos, que tão de perto se ligam com a chronica do nosso primeiro Soberano, falar-lhe-hei agora de outra egreja muito visinha, e tambem já morta e enterrada: S. Jorge, edificio coevo

da proxima parochial de S. Bartholomeu[1], ao que parece, mas cuja origem exacta não pude ainda alcançar.

*

Ficava sobre a rua do Arco do Limoeiro, á esquerda de quem vem do Limoeiro para a Sé, do lado do Tejo, e approximadamente onde hoje vemos o asylo dos Mercieiros.

Até 1755 manteve-se o edificio no estado em que, já no principio do seculo XVIII, nol-o descreve a *Chorographia portugueza:* com as suas duas portas: a principal para o poente, e a outra para o norte[2]; *na rua direita que vai de Santa Maria Maior para o Limoeiro, á parte direita,* confirma outro escriptor[3].

Se penetrassemos na nave, notariamos ser esta a sua configuração:

Na cabeceira do templo, topo oriental, o altar mór com as Sagradas Particulas. Aos dois lados d'este altar duas imagens: da banda do Evangelho, Nossa Senhora da Conceição; da banda da Epistola, S. Jorge. Dois altares collateraes: um de Jesus, Maria e José, com irmandade de cegos, e uma devota imagem de Jesus Crucificado; e outro de Nossa Senhora da Assumpção e S. Miguel.

Tinha mais esta egreja *uma capella fóra do corpo da mesma* (explicação do padre Azevedo, que não

[1] J. B. de Castro—*Mappa.*

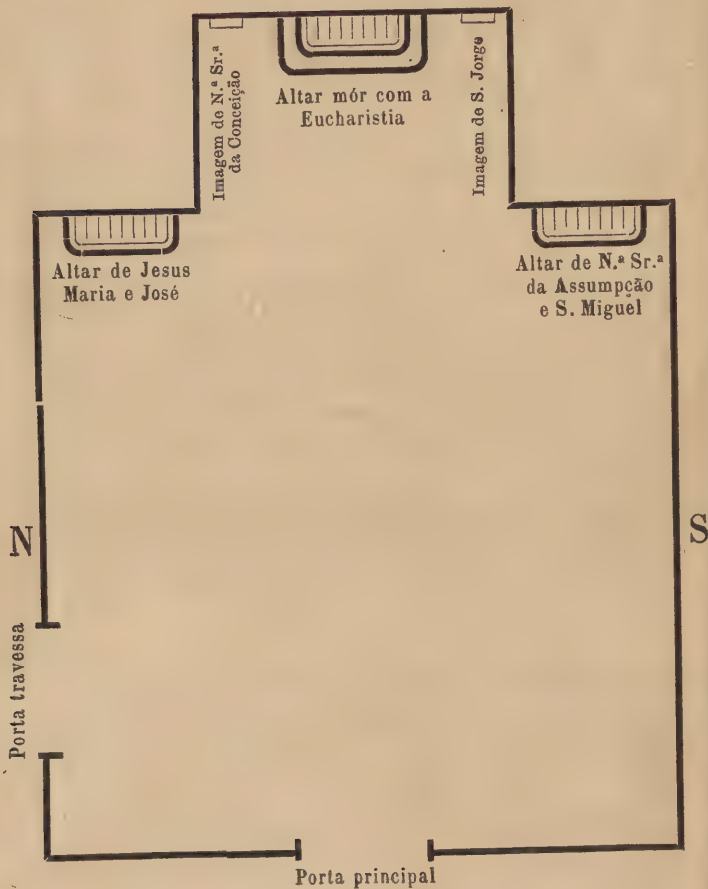
[2] *Chorogr.*—Tom. III, pag. 349.

[3] Assim se exprime o P. José Lino de Azevedo no seu manuscripto de informações para o diccionario de Luiz Cardoso. Vide na Torre do Tombo; tem a data de 29 de março de 1758.

posso entender ao certo; imagino uma capella como a de Nossa Senhora a Franca na parochial de S. Thiago). N'esta de S. Jorge venerava-se Nossa Senhora da Soledade.

É mais succinto o padre Carvalho da Costa, quando, enumerando as *quatro* capellas, as designa rapidamente assim: a do Santissimo, instituida por Francisco de Lima; duas das Almas, e uma do Menino Jesus, que era a dos cegos.

Consta-me que se adornavam os altares com pinturas do nosso famigerado Bento Coelho, artista do seculo XVII[1].

[1] Cyrillo V. Machado—*Memorias,* pag. 86.

Planta aproximada
da egreja de S. Jorge segundo o padre Azevedo em 1755, e o padre Carvalho em 1712

Era esta egreja priorado de concurso provido pela Mitra. Contavam-se no seu districto parochial, antes do terremoto, 58 fogos[1]; em 1757, 72 fogos[2], com 376 pessoas. Rendia uns 600$000 réis, e além do prior havia quatro beneficiados a 200$000 réis.

Tão considerada era esta freguezia pelo cabido lisbonense, que, sempre que havia na Sé obras, ou ruinas, iam os conegos ao visinho templo de S. Jorge rezar o officio divino, como refere Carvalho[3]. Já em dias de el-rei D. Diniz se annexara a mesma egreja á cadeira de mestre-escola da Sé; e depois, quando o senado de Lisboa, em commemoração da victoria de Aljubarrota, instituiu, no decurso do anno, nove procissões a varios templos, um dos Santos mais lembrados foi S. Jorge, como aquelle a cuja intercessão especial (na crença piedosissima do povo portuguez) se devera aquelle estupendo feito de armas: no dia do mesmo Santo ia solemne romaria de devotos com uma vistosa procissão ao templo parochial de S. Jorge.

*

Nada mais me occorre, a não ser isto:

Houve defronte de S. Jorge um collegio para pobres, fundado no seculo XV pelo dr. Diogo Affonso Manga-Ancha[4]. Obscurantismos dos antigos! Nós outros, no nosso orgulho e na nossa vaidade, fingimos crer que só o seculo XIX é que trata de educar

[1] *Portugal sacro-profano.*
[2] *Ibid.*, e o padre Azevedo, acima citado.
[3] *Chorogr.*—Tom. III, pag. 349.
[4] Vide J. B. de Castro—*Mappa.*

e melhorar as classes desvalidas!! Oxalá nas muitas escolas que por ahi se inauguram cada dia penetrasse mais a idéa religiosa. Banir da escola o Crucifixo é deixal-a fria, fria de gelo; e (bem sabem) para a meninice deve ser a Religião o segundo alimento, logo depois do leite.

Foi Diogo Affonso um illustre portuguez no reinado dos senhores reis D. João I, D. Duarte e D. Affonso V. Muita vez me falou d'elle o minucioso Duarte Nunes; e chega a affirmar que *n'aquelles tempos tinha nome de grande lettrado, e eloquente*. N'outro ponto chama-lhe *homem lettrado, e audaz*.

Na ceremonia da trasladação dos restos mortaes de el-rei D. João I desde a Sé de Lisboa até á Batalha, em 1433, recitou Diogo Affonso um discurso aos principes e ao povo na alpendrada de S. Domingos; *sermão* lhe chama o chronista[1].

Quando em 1435 partiu para o concilio de Basilêa, enviado de Portugal, o conde de Ourem, filho do conde de Barcellos, um dos indigitados e escolhidos para o acompanharem foi (entre outros sujeitos, de primeira plana por suas lettras e posição) o mesmo Diogo Affonso[2].

Nos sobresaltos e desordens do povo a proposito das desavenças entre o grande infante D. Pedro e sua cunhada a rainha D. Leonor, viuva de el-rei D. Duarte, tomou Diogo Affonso, como devia, o partido do infante, e fez n'esse sentido uma fala ao povo[3].

[1] Duarte Nunes— *Chron. d'el-rei D. Duarte*, cap. II.
[2] *Id., ibid.*, cap. IV.
[3] *Id., Chron. de D. Affonso V*, cap. VI, etc.

Era um personagem de talento, influencia, saber, e como tal o pintam os seus proprios actos.

Existe no cartorio da universidade de Coimbra o testamento d'elle, e transcreveu-o João Pedro Ribeiro nas suas *Dissertações chronologicas*[1]; vou examinal-o com o meu paciente leitor.

Tem a data de 9 de dezembro de 1447, e foi lavrado em Lisboa, nas casas de habitação do testador, *á porta principal de S. Jorge*. Por este documento se fica sabendo o que era no seculo XV um abastado cidadão lisbonense, doutor, do conselho de el-rei, proprietario territorial em muita parte, grande estimador de livros, e generoso fundador de uma instituição nobilissima.

Casara Diogo Affonso em primeiras nupcias com Branca Annes[2], de quem enviuvou, passando a segundas com Maria Dias. Inspirou-lhe sua primeira mulher a idéa de fundar um collegio para dez escolares pobres de todo, no predio de casas que possuiam, e onde habitavam ambos, *á beira de Ssam jorge*. Cumpriu o viuvo o piedoso encargo, e em seu testamento fundou o collegio com as condições que elle proprio fixa, não sendo a menos interessante esta, que vem remontar muito longe a fundação de bibliothecas com certo caracter semi-publico; a saber: n'uma sala da casa seriam collocados todos os livros que o doutor possuisse, e seriam postos *em hua Li-*

[1] Tom. II, pag. 259 e seg.

[2] Como esta senhora possuia bens em Setubal, será ousadia conjecturar désse nome ao sitio onde se fundou o convento de Brancanes? A respeito de Diogo Affonso veja-se Barbosa, *Bibl. Lusit.*, tom. I, pag. 628.

uraria per cadeas. Sabe o leitor de certo que antes da invenção da imprensa eram tão caros os livros em geral, que em algumas livrarias, onde mexiam muitas mãos, estavam os volumes presos por cadeias de ferro (á cautela, por causa das tentações da gente demasiadamente bibliophila). Esse uso ainda no seculo XVII se conservava na bibliotheca da universidade de Leyde.

Os estudantes recebidos no collegio seriam maiores de dezasseis annos, e *já grammaticos,* isto é, teriam já cursado as pesadas humanidades de então; no caso de serem sacerdotes, comquanto não fossem grammaticos ainda, seriam recebidos por escolha da universidade, e de Maria Dias, viuva do testador, sem interferencia de el-rei, nem do arcebispo de Lisboa, nem de outra alguma auctoridade. Um dos dez escolares faria de reitor do collegio e outro de escrivão.

Ha mais outras clausulas bem curiosas, algumas quasi inintelligiveis para mim, e que por isso me abstenho de transcrever.

Por tudo se vê o entranhado empenho com que o bom de Diogo Affonso Manga-Ancha protegia, conforme as suas posses, que não eram poucas, o incremento da instrucção publica da sua terra (com conta, peso e medida). Gloria pois ao fundador! Se hoje a sua instituição pereceu, se, fundada em 1447, levada á execução em 1451, não logrou vingar senão até 1459, extinguindo-se, e encorporando-se-lhe as rendas na universidade de Lisboa, ficou ao menos o nome do fundador como exemplo; e todas as vezes que passo acolá por pé do Limoeiro, onde foi S.

Jorge, lembra-me o dr. Diogo Affonso; e lembra-me a caridosa Branca Annes; e vejo com os olhos da alma a sombra do predio ao rez da egreja que já não existe; e entro nas dez camaras adornadas de seus leitos e *estudos* (ou carteiras, diriamos hoje); e folheio na livraria algum codice pergaminaceo; e vejo sentarem-se á mesa das refeições as sombras dos dez escolares, tendo á cabeceira o phantasma do seu reitor, e encetando sempre o repasto, e concluindo-o, com uma oração por alma dos instituidores.

Tristezas! tudo são ruinas n'este mundo! o fado do homem é nascer de ruinas, viver de ruinas, e construir ruinas [1].

*

Buscando reunir as memorias historicas da sua freguezia, cita o padre Azevedo, informador do diccionarista Luiz Cardoso, algumas pessoas, que, por terem nascido ou residido n'ella, a illustraram. Por exemplo:

Manuel de Almeida de Carvalho, filho do advogado Antonio de Almeida de Carvalho, e que foi freire de S. Bento de Aviz, juiz geral das Ordens, desembargador dos aggravos, desembargador do paço, ministro do conselho geral do Santo Officio, prior do Crato, ministro e procurador da fazenda da Casa de Bragança;

o conde de Assumar e primeiro marquez de Alorna,

[1] De Diogo Affonso Manga-Ancha, lente de leis da universidade de Lisboa, traz muito, e bom, o livro de Leitão Ferreira, *Noticias chronologicas da Universidade*, pag. 348.

general de cavallaria da provincia do Alemtejo, e vice-rei da India por el-rei D. João v;

o marquez de Marialva, estribeiro-mór de el-rei D. José;

e finalmente, o cardeal patriarcha D. Thomaz de Almeida, não nascido aqui, mas aqui morador quando foi desembargador da Casa da supplicação.

CAPITULO II

Effeitos do terremoto de 1755 na velha parochial de S. Jorge. —Um caso horroroso.—Transferencias varias da parochia: para S. Martinho; para Santa Barbara; para as Olarias; para Santa Rosa de Lima.—Sepultura de Paschoal José de Mello, e duas palavras ácerca d'esse sabio.—Egreja nova de S. Jorge de Arroyos.—Analysa-se.—Os termos de registo mais antigos: baptismo, casamento e obito.

Quando sobreveiu o dia 1 de novembro de 1755, padeceu a egreja parochial de S. Jorge ruinas consideraveis, e ficou inhabitavel. Ha no cartorio actual vestigios terriveis da catastrophe. Citarei um.

No proximo beco do Marechal eram as casas de um tal Francisco Garcia de Lima; vieram a baixo, e sepultaram nos escombros uma senhora, filha ou irmã d'elle, D. Maria Anna Josepha de Lima. Na confusão dos primeiros tempos ninguem pensou em a procurar; e só mais de um anno depois é que, remo-

vendo o entulho, a encontraram, encerrando-a então condignamente no seu jazigo de familia[1].

Apparecem nos livros muitos outros registos, altamente lugubres, relativos a pessoas mortas no 1.º de novembro; deixemol-os, porém, para não carregar demasiado n'esta nota funebre.

*

Como a parochia fronteira, S. Martinho (de que já tratei no meu antecedente volume), não fôra de todo derrocada, para ahi se transferiu, n'um estado provisorio medonho, o cartorio de S. Jorge. Ha no livro respectivo dois termos de baptismo, de 20 de junho de 1756 e 27 de julho do mesmo anno, onde se declara ter a ceremonia sido feita *na egreja de S. Martinho*. O cura de S. Jorge era o padre Manuel Henriques.

[1] Eis o traslado exacto da certidão, por mim vista e copiada: Em o primeiro dia do Mez de Novembro de mil e sete centos e sincoenta e sinco no terremoto que houve em o dito dia nesta Cidade em o Beco do Marichal nas cazas de Franc.^co Gracia de Lima falleceo Donna Maria Anna Josefa de Lima, e no desentulho das proprias Cazas forão achados os seus ossos que todos de caza, e pessoas vezinhas fidedignas certeficarão serem os proprios, e o mesmo afirmou o Reverendo Prior desta Igreja Ioze Lino de Azevedo, e se tresdarão (*sic*) para o Iazigo que a mesma caza tem nesta dita Igreja, em a cappella de Nossa Senhora da Soledade em os vinte e dous dias do mez de Novembro de mil e sete centos e sincoenta e seis annos de que fiz este asento que asigney, dia era ut supra. Diz a emenda supra Francisco dia era ut supra.

O Cura Ant.º Mauricio do Coutto.

*

D'aqui passou-se para a ermida (hoje demolida) de Santa Barbara, no largo, ou campo, do mesmo nome, no caminho de Arroyos. Já ahi vamos achar a freguezia em 24 de junho de 1757, segundo consta de um termo de baptismo onde se lê: *nesta capella de Santa Barbara, que interinamente serve de parochial egreja de S. Jorge.*

*

Em 1770 já damos com a mesma parochial estabelecida n'outra parte, onde, n'estas forçadas transferencias, se pensara já em a collocar[1]: isto é, ás Olarias, n'uma, então recente, ermida da Boa Sorte, no largo que ainda ha uns tres ou quatro annos se chamava de S. Jorge (entre a rua das Olarias e a dos Lagares), e hoje se chama *das Olarias.* É aquillo o que se deduz de um termo de baptismo de 13 de fevereiro de 1770, que diz ter sido lavrado *n'esta parochial egreja de S. Jorge novamente estabelecida na rua larga das Olarias.*

Essa pequenina ermida, sobre a qual já esteve impendente a barbara picareta estupidissima das demolições, tem sobre a porta principal esta inscripção:

ESTA ERMIDA HE DA IR
MAND. DO S. J. DA BOA SOR
TE E UIA SACRA A. DE 1758

1 *Relação das parochias que se comprehendem na cidade de Lisboa*—Mss. da Torre do Tombo, fl. 78 e 79.

e a um lado tem um azulejosinho com a data de *15 de setembro de 1855*, commemorativa certamente de alguma obra ou restauro.

*

Da ermida de que estou falando teve a freguezia outra trasladação para a da casa dos senhores de Murça (Guedes), que veiu, depois de longuissimas demandas, a cahir no morgado dos Costas do armeiro mór, viscondes e depois condes de Mesquitella, representados hoje pelo sr. duque de Albuquerque. Não pude, por mais que diligenciei, percorrendo muitos livros do cartorio da egreja, topar com a data d'esta passagem da parochia para a mencionada ermida, que era da invocação de Santa Rosa de Lima; o que sei é que em 1798 ahi se achava, quando em 24 de setembro falleceu, na rua direita de Arroyos, o celeberrimo Paschoal José de Mello.

*

Visto que se trata de tal homem, ornamento da jurisprudencia portugueza, vou transcrever textualmente a sua certidão de obito. Eil-a:

Setembro de 1798

Aos vinte, e quatro dias do Mez de setembro de mil sete centos e noventa, e oito annos falesceo da Vida prezente, nesta Freguezia de sam Jorge, na rua di-

reita de arroios[1] *o Illustrissimo, e Reverendissimo Dezembargador, e Inquizidor Pascoal Joze de Mello Freire dos Reis, filho de Belxior dos Reis, e de Donna Faustina Freire de Mello, natural da Villa de Anciam, Bispado de Coimbra, e recebeu somente os Sacramentos da Penitencia, e Extrema-Vnsam, e não recebeu o Sagrado Viatico por não dar lugar para isso a mollestia, foi sepultado sem Testamento nesta Igreja de Sam Jorge, de que fiz este assento dia Mez, e Era ut supra*

O Prior, Ant.º Joze Rodrigues

Depois de terem jazido muitos annos na já profanada ermida de Santa Rosa (porque o palacio é hoje uma fabrica), foram os restos mortaes do abalisado jurisconsulto trasladados em 11 de agosto de 1873, a instancias (reiteradas na imprensa) do benemerito José Maria Antonio Nogueira, e a expensas da associação dos advogados, para a capella do cemiterio dos Prazeres; e d'ahi, a 25 do mesmo mez, para o jazigo especial que a associação erigiu.

A antiga campa foi para o museu dos archeologos no Carmo, onde se conserva com o numero 1:088. O retrato de Paschoal José de Mello, emfim, existe na sala da assembléa geral dos advogados, na sobreloja do palacio dos condes de Almada, a S. Domingos; e á memoria do mesmo notavel portuguez con-

[1] Em 1791, sendo desembargador graduado em aggravos da Casa da Supplicação, morava na *Carreira dos Cavallos*, hoje chrismada pela camara em rua de Gomes Freire. Veja-se o Almanach de 1791.

sagrou a camara, com applauso de todos, uma rua nova no bairro Estephania.

*

Como a ermida de Santa Rosa era já acanhada para o movimento da crescente freguezia de S. Jorge de Arroyos, determinaram-se os devotos, auxiliados pelo governo do senhor D. Miguel, em erigir um templo vasto e condigno do seu orago. Foi escolhido o largo do Cruzeiro de Arroyos, quasi em frente do jardim do palacio dos Manoeis de Vilhena, senhores de Pancas, e ahi se levantou a nova egreja.

A 8 de novembro de 1829 foi trasladado em pompa o Sagrado Viatico desde a ermida para a nova matriz parochial, seguindo-se festa solemnissima, a que assistiu o proprio senhor D. Miguel. Era prior encommendado o beneficiado Eugenio Manuel de Oliveira.

*

Entremos no templo actual e analysemol-o:

Tem dois altares por banda, e mais a capella mór.

No logar principal sobre o altar mór vê-se a imagem de S. Jorge.

O primeiro altar contando de cima, do lado do Evangelho, é o do Santissimo Sacramento.

O seguinte é de S. Miguel, cuja imagem se levanta ao meio. Abaixo d'elle ha tres outras: Sant'Anna, Santo Amaro e S. Joaquim.

O primeiro altar contando de cima, do lado da Epistola, é o da Senhora das Dôres. Tem a sua ima-

gem, e aos dois lados Santo Antonio e S. Sebastião.

O seguinte é de Nossa Senhora da Conceição, tendo aos lados S. José e outro Santo cujo nome me escapa.

Nenhuma belleza architectonica encerra este singellissimo templo, nem quadros, nem imagens ricas. É tudo muito pobre, mas acha-se no maior alinho e asseio.

Tive o gosto de ver junto á sacristia a capella da Senhora da Piedade, onde se guarda o notavel cruzeiro de Arroyos, que el-rei D. João III mandou erigir n'aquelle mesmo largo, então campo, e que em fevereiro de 1837 a vereação lisbonense deitou abaixo, por motivos de alcance tão transcendente, que ninguem os attingiu. *Botar abaixo!* é o prazer de certa gente. Em 6 de fevereiro de 1848 foi a Cruz com a Senhora da Piedade e S. Vicente collocada no sitio onde se acha agora na referida capella interior.

*

Darei agora ao meu leitor a transcripção dos mais antigos registos parochiaes que existem aqui:

BAPTISMO

A 3 de Janeiro de 1623 pos os Sanctos Oleos (de minha comissao) o padre Manoel Mendes a Anna (por ser baptisada em casa) filha de Francisco Roiz homem preto e de Luisa escrava do Conde de Villa Nova foi padrinho Francisco de Mendoça homem preto e madrinha Maria de S. Paulo.

Ant.º Correa.

O leitor ha de estar lembrado de eu lhe ter no volume anterior falado, e muito, nos condes de Villa Nova. Essa scena domestica do baptisado da pretinha, filha da *escrava*, dava só por si um quadro de costumes.

CASAMENTO

A 9 de Julho de 1623 de comissão minha recebeu o P.e M.el F.co Gomes Economo da Iga de S. Jorge de que sou Prior a Filippe Lourenço filho de Maria Frz, e de Lianor Lourença natural e morador na Villa de Cezimbra freg.a de S. Tiago com Maria de Brito filha de P.o Frz de Brito e de Marta Carvalha natural da dita Villa de Cezimbra, e moradora nesta freg.a de S. Jorge sendo pr.o corridos os banhos na forma da Const. do Bisp.o forão T.as P.o Glz Salvador Ferreira Gonsalo Glz do Couto, o Pe Bernardim Franco Vig.o de S. Bartholomeu desta cidade de Lx.a e outras m.tas pessoas. E por ser verdade assinei aqui.

Ant.o Correa.

OBITO

A 9 de Julho de 1623 foi sepultado na Ig.a de S. Jorge Christouão damaral de vasconcelos filho de Christouão mendes de vasconcelos e de Elena de Oliveira do amaral fez testam.to. E deixou por seu testam.to ao padre Francisco homem de Brito.

Ant.o Correa.

*

Agora, que disse tudo quanto sabia, como hei de

agradecer ao muito reverendo sr. desembargador, padre Eugenio Vicente Dias, actual parocho de S. Jorge, a amabilidade com que me recebeu hoje, 27 de dezembro de 1888? o empenho com que se prestou a mandar de proposito abrir a sua egreja para me não obrigar a vir outra vez dos Olivaes? a bondade com que me facilitou as buscas no cartorio, e me auxiliou n'ellas como conhecedor? Confesso que não sei. Receba esse meu respeitavel amigo n'este logar a singella confissão da minha divida.

CAPITULO III

Volta-se com o leitor uns passos atraz, e examinam-se memorias da antiga ermida de Santa Barbara no campo do mesmo nome (sitio das Fontainhas).—Ignacio Lopes de Moura, reconstructor da ermida.—Averiguações genealogicas.

Paremos aqui um pouco.

*

Sabe o leitor onde ficava essa ermida de Santa Barbara, de que lhe falei agora mesmo? Como é triste estar sempre a empregar preteritos imperfeitos quando se trata de monumentos e edificios celebres em Lisboa! Ficava no largo de Santa Barbara, do lado esquerdo de quem, tendo deixado á sua mão direita a ermida do Resgate, aos Anjos, segue para a banda de Arroyos.

Toda a vida conheci aquella ermida em ruinas,

junto ao lanço meio derrocado de uma parede de palacio velho, com quatro ou cinco sacadas escancaradas e derruidas. Esse palacio, de que apenas restavam n'estes annos ultimos algumas paredes, e cujo interior eram couves e cebolas, era o resto de uma d'aquellas edificações seiscentistas como por ahi apparecem tantas ainda, e cujo caracter, essencialmente nosso, se vae perdendo afogado em modernices sem caracter.

Tenho a maior pena de não ter copiado essa nobre morada, que hoje desappareceu com a abertura das ruas novas do bairro Estephania, e ficava na esquina norte do largo de Santa Barbara para a rua direita de Arroyos.

*

Uma tarde (foi por signal em 18 de julho de 1885) fui-me lá de proposito copiar a inscripção que se lia sobre a verga da porta da ermida, e que eu vira cem vezes, esperando tornar a vel-a outras cem. Achei a porta no chão, as pedras dispersas entre escombros, e a verga (onde era o lettreiro) quebrada em quatro fragmentos, e já reduzida a tres apenas. Procurei com attenção outro fragmento, que devia acertar-se entre o primeiro e o terceiro, e não o pude achar no entulho. Copiei então com muita exacção as lettras de cada pedaço; e reunindo-os, li quasi toda a lapide.

Como porém tudo é duvidoso n'este mundo, enganei-me em alguns pontos d'essa restituição, apesar de tantas probabilidades. A integra da inscripção só

muito depois a encontrei no testamento do proprio dono da casa. Eil-a:

MIRABILI BEATÆ VIRGINI ET MARTIRI S. BARBARÆ | HOC TEMPLVM A PRIMIS FVNDAMENTIS EXTRVCTVM D. V. O. ET C. | SENATOR IGNATIVS LOPES DE MOVRA ÇVM VXORE SVA D. CATERINA DE BARROS | DIE 4 DECEMBRIS ANNO DOMINI 1696. |

Traducção:

Á admiravel Virgem e Martyr Santa Barbara este templo desde o alicerce construido votou, offereceu, e consagrou o desembargador Ignacio Lopes de Moura com sua mulher D. Catherina de Barros no anno do Senhor 1696.

O que sobre tudo me incommodou foi que justamente o nome do desembargador Fulano, marido de D. Catherina de Barros, e reconstructor da ermida, é que não pude ler. Corri á *Chorographia* de Carvalho; e soube pelo laborioso padre, que em 1712, quando se publicava aquelle seu volume III, pertencia a ermida ás casas de Ignacio Lopes de Moura, desembargador dos Aggravos, *o qual em sua vida* (logo era já fallecido então) *festejava a Santa, e Nossa Senhora, e outros Santos...... com grande zelo e custo.*

Fui, levado, por um palpite, procurar o nome de Ignacio Lopes de Moura nas habilitações para familiares do Santo Officio, na Torre do Tombo. En-

contrei-o, com grande gosto meu, e pude reconstruir o nome de sua mulher. Eis o que apurei:

*

Em 1693 era este Ignacio desembargador, e cavalleiro professo na Ordem de Christo. Fôra seu pae o licenciado Antonio Ferreira, familiar, cirurgião, e casado com D. Maria de S. João. Casou Ignacio Lopes de Moura com D. Catherina de Barros filha de João Dias e de Antonia Gonçalves, moradores, como seus avós, ao campo da Forca (ou de Santa Barbara) em Lisboa. Em 1702 habilitava-se elle, já viuvo, para segundo casamento com D. Maria de Carvalho.

N'esta sua quinta de Santa Barbara, ao campo de Santa Barbara, tambem chamado ainda no seculo XVIII campo da Forca (lugubre nome) habitava pois o nosso desembargador; dil-o uma das testemunhas da sua habilitação.

Era um abastado, e um personagem; está-se a ver; sujeito versado em lettras, e cuja prosa, segundo se deprehende dos arrasoados do seu testamento, era vivo traslado do que então se usava, n'aquella transição do seculo XVII para o XVIII, em que a emphase se espraiava em periodos interminaveis, realçados de rócócós, que sabiam ainda assim a classicismo e a estudo serio; jurisconsulto, e até poeta, como demonstra o seu livrinho *Flôres de devoção, colhidas no campo de Santa Barbara*[1]; homem tra-

[1] Por mais que forcejei, não pude ver este livro.

balhador, desejoso de perpetuar a sua memoria, e devorado do prurido, vaidoso mais innocente, de vir a ser chefe de linhagem.

Fôra seu pae doutissimo em sciencias naturaes, cavalleiro professo na Ordem de Christo, um dos operadores mais celebres da Lisboa restaurada, cirurgião do hospital de Todos os Santos, da Inquisição, da camara d'El-Rei D. Pedro II, e da da rainha D. Catharina de Bragança; e mereceu a honra de acompanhar a mesma princeza a Londres em 1662. É ver no diccionario de Innocencio a transcripção do como avalia a Antonio Ferreira, em termos muito encomiasticos, outro sabio portuguez, e official do mesmo officio, o cirurgião Manuel de Sá Mattos, affirmando que Ferreira *deve fazer gloriosa epocha nos annaes da cirurgia universal, e muito particularmente nos da do nosso Reino, como illustre, sabio, e consumado pratico* etc... Não se pode dizer mais.

Nota-se pois que eram já hereditarios na casa de Ignacio Lopes de Moura o amor ao estudo, e o respeito á sciencia; nobilissimas abonações!

Em outubro de 1703 damos com elle, aos 51 annos, já no cumulo da sua carreira official como desembargador dos aggravos da casa da supplicação, onde entrou em 18 de março de 1692, e n'ella corregedor da côrte dos feitos civeis desde 13 de novembro de 1700; e casado em segundas nupcias com D. Maria de Carvalho, de quem logo falaremos.

E é n'esse periodo da vida, que este mimoso da sorte, sobrado em haveres, funda para perpetuidade do seu nome o morgado de Santa Barbara, consti-

tuindo cabeça do vinculo a quinta e casa em que habitava.

Tenho aqui deante de mim (31 de janeiro de 1889) uma copia velha do testamento, em que Ignacio Lopes de Moura institue o seu morgado; obtive este documento pela obsequiosidade do meu talentoso e excellente amigo o sr. Antonio Pereira da Cunha, que o alcançou, por emprestimo. Aqui lhe agradece o cabouqueiro da *Lisboa Antiga* esta achega preciosa.

O testamento é longo; não o transcreverei, mas vou extratal-o.

*

Antes de irmos adeante: uma coisa se nota em mais de um passo d'este escripto: é o respeito profundo, e a intima saudade, que o testador consagra a sua defuncta *virtuosa e amada companheira D. Catherina de Barros,* como lhe chama algures; e diz n'outra parte: *minha honrada e virtuosa mulher, e companheira minha de vinte e cinco annos, com paz e quietação.*

Percebe-se que tinha sido essa senhora o amor da sua vida. O testamento é por assim dizer dictado com os olhos n'ella...

Ignacio Lopes de Moura, *homo novus,* brotado a poder de trabalhos bafejados de felicidade, erguido pelo seu merecimento a honras elevadas, reclina-se com delicia na idéa de fundar uma dynastia, e de perpetuar o seu nome ao longo dos seculos. Para isso, repousada e meditadamente, sem pressa, mas

com toda a seguridade e confiança, arrebanha os seus titulos de propriedade, os seus papeis, os seus prazos, conta um por um os seus dobrões, os seus padrões de juro, revê-se no pensamento de os consolidar em cabeça de morgado, e traça com mão firme de jurisperito as fortes bases da futura familia, que hão-de vir a constituir os filhos de seus filhos, e os que d'elles hão de descender.

Et nati natorum et qui nascentur ab illis — murmuraria elle talvez, como recordação da sua erudita mocidade.

Sentado ao bufete de pés torneados, interrompe-se de vez em quando, suspende a penna na mão, e já se está vanglorioso entrevendo a si proprio, em remotas eras, elevado á cathegoria de avoengo; campeando em moldura doirada n'aquellas mesmas paredes que elle fundou; obedecido além campa nas suas minimas vontades; redivivo na pessoa de bisnetos em quem a sua personalidade se encarna graças a um esforço do seu querer; suffragado com officios funebres na sua capella; perpetuado em epitaphios sobre o marmore; adormecido em leito de sua escolha sob as abobadas do seu solar; ennobrecido ao longo dos seculos por acrescentos e allianças nos costados da arvore da familia.

«*Je suis un ancêtre*» — disse uma vez o orgulho de Napoleão I. O mesmo deveu sentir, no seu tanto, o nosso ambicioso desembargador, personificação da sua raça e do seu tempo, quando a mente lhe esvoaçava n'estes devaneios genealogicos. Era aquillo uma especie de antevisão do porvir; era, por um esforço de vontade, a transformação instantanea do

futuro em presente, do presente em passado remotissimo...

O que elle gosou, santo Deus! e o que elle penaria, se, por um instante sequer, suspeitasse todo o ephemero da sua instituição!

*

Ao testamento preside a idéa religiosa, casada com a idéa economica. Tudo alli está no seu logar; tudo foi pesado, aferido; nada deixou de ser previsto; tudo está remediado.

Pensa nos descendentes, deixa-lhes pesados encargos, e legisla como senhor absoluto.

O seu entranhado empenho é dedicar á Santa Barbara a sua fundação aristocratica; por isso toma essa Martyr para orago da sua capella, e até para padroeira do appellido de seus netos, e forceja por desterrar do sitio onde a nova linhagem vae habitar, o ominoso nome de «campo da Forca», substituindo-o pelo da Santa. Algures diz elle, com visivel impaciencia: *n'este campo do seu nome, que abusivamente chamam vulgo «Campo da Forca»*.

Taes são as considerações que ressumbram da leitura do testamento do sabio ministro; leitura que faz a maior tristeza a quem se põe a pensar na vanidade das coisas humanas!

CAPITULO IV

Analysa-se minuciosamente o interior da capella do palacio de Santa Barbara.— Obrigações varias dos administradores do vinculo.— Filhos do instituidor havidos em dois matrimonios.— Mencionam-se mais haveres entrados na massa vincular.— Descripção rapida do palacio tal como existe.— A rua de Joaquim Bonifacio.— Como entrou, e por que linha, este palacio nos bens da casa de Almada.— É vendido. — Actual representação dos Mouras de Santa Barbara.

Á nobre capella do palacio se refere com muita especialidade o instituidor, impondo aos administradores a exacta conservação d'ella. Debaixo do altar mór jazia D. Catherina de Barros, e determinava o seu viuvo que o sepultassem tambem.

Descrevamos este templo.

*

Da porta principal da capella até ao arco cruzeiro,

mediam-se quarenta palmos; de largura no templosinho vinte e tres; e de pé direito trinta. Do arco cruzeiro ate á cabeceira da capella mór dezasseis palmos, e de largura vinte e tres como o corpo do templo.

Por cima do altar mór abria-se uma tribuna para as exposições da Eucharistia; e por baixo d'essa tribuna é que era a sachristia, que media onze palmos de altura, e doze de fundo, correspondendo exactamente aos doze que se contavam no comprimento da tribuna. Esta sachristia tinha uma porta para o pateo do palacio, e outra fronteira para a *primeira guarda-roupa* da casa.

Ás duas ilhargas do altar mór, para o qual (seja dito de passagem) se subia por tres degraus, abriam-se duas portas de pedra vermelha; a da banda do Evangelho ficava passagem para a sachristia; a da banda da Epistola dava para uma escadinha que subia á referida tribuna do altar mór.

O retabulo que habitualmente mascarava a tribuna do altar mór figurava Santa Barbara, a gloriosa Martyr Nicomedense, padroeira da hora da morte. A deante do quadro via-se: do lado do Evangelho a Senhora das Mercês, que o instituidor herdara de seus paes; e do da Epistola Santo Ignacio de Loyola, patrono do dono da casa; este nascera pelas 7 horas da tarde de 31 de julho de 1652, n'esta cidade de Lisboa. (Aqui vae uma data authentica já por mim acrescentada no meu exemplar do diccionario de Innocencio).

Na mesma capella mór levantava-se do lado do Evangelho uma capellinha de Nossa Senhora da Ma-

dre de Deus, com painel, e tres imagens: Santo Antonio, Santa Catherina em obsequio do nome da instituidora, e S. João Baptista.

No lado opposto da capella mór abriam-se duas tribunas: uma alta, orlada de pedraria vermelha (a nossa pedra da Arrabida, está-se a perceber), onde as senhoras da casa ouviam Missa; e outra em baixo, para os homens, fechada com uma grade, atravez da qual a familia commungava.

Entre uma e outra d'essas tribunas, por cima da verga da inferior, via-se uma pedra branca moldurada em marmore vermelho, e n'ella se lia esta saudosa commemoração:

D. CATERINA DE BARROS
MATRONA MVLTIS CERTE LAVDIBVS DIGNISSIMA,
CVJVS MAXIME DEVOTIONE DEBITVR HOC TEM-
PLVM, BEATÆ BARBARÆ DICATVM, SVB
ALTARI MAJORI MVNDO, NON GLORIA, SEPVL-
TA; AFFLICTO IGNATIO LOPES DE MOVRA
VIRO SVO RELICTO, QVINQVE ETIAM
MÆSTISSIMIS FILIIS, SINE MATRE
DESERTIS, TRIGINTA INFAVSTISSIMO
DECEMBRIS DIE, INTEMPESTIVE
OBIIT ANNO DOMINI 1701.

NB.—Quer-me parecer que onde se lê *devotione* deveria lêr-se *devotioni*, e *gloriæ* em vez de *gloria;* mas vae transcrito o epitaphio tal qual o encontrei na copia do testamento.

Isto é:

D. Catherina de Barros senhora dignissima de muito louvor, a cuja devoção (principalmente) se deve este templo da invocação de Santa Barbara, jaz sob este altar mór sepultada para o mundo, não para a gloria. Falleceu prematuramente no infelicissimo dia 30 de dezembro de 1701, deixando seu afflicto marido Ignacio Lopes de Moura, e cinco tristissimas filhas desamparadas e sem mãe.

Á transcripção da presente memoria funebre seguem-se no testamento estas palavras melancolicas:

Quero, e ordeno, e mando, que esta dita pedra se não tire do dito logar com pretexto nenhum; e privo do morgado a qualquer administrador, que mandar tirar, ou tirar, ou consentir que se tire, esta pedra, qué o meu amor dedicou ás memorias de tão boa companheira, ainda que seja para a collocarem em logar que pareça mais grave, porque nenhuma interpretação admitto n'esta minha disposição; e a minha benção alcance quem assim o cumprir.

No corpo da capella havia mais um painel de S. Francisco de Assis.

E tudo isto, tão amado e acarinhado pelo minucioso e affectivo Ignacio Lopes de Moura; aquellas imagens santas, a que se apegavam as mais sympathicas memorias de familia; aquellas paredes levantadas por elle; aquelle recinto sagrado, que aos seus olhos representava a *perpetua* nobilitação do seu

nome, a *perpetua* conservação do sangue de seus maiores; aquellas inscripções funerarias que traduziam tantas lagrimas, e tanto amor; aquella opulenta residencia do fastuoso ministro; aquillo tudo, desappareceu, e desappareceu para sempre. Com os terremotos, e outras *reformações*, é que não tinha contado o previdente desembargador.

*

Havia na instituição do vinculo obrigação de varias solemnidades na capella. Vejamos.

A 4 de dezembro festa a Santa Barbara; a 24 de setembro festa a Nossa Senhora das Mercês, com musica e sermão; a 30 de dezembro, *em quanto o mundo durar* (!) officio resado de nove lições por alma de D. Catherina de Barros; outro officio emfim na data commemorativa do fallecimento do instituidor. Este morreu em Lisboa, na sua mesma casa, a 1 de abril de 1709, occupando desde 14 de outubro de 1704 o posto de desembargador dos aggravos.

Impunha tambem o fundador aos seus successores a singular obrigação de morarem sempre no palacio contiguo á capella, e não o poderiam alugar nem emprestar; e acrescenta com visivel ufania de auctor: *a vivenda é tão boa, que não se fará pesada esta condição aos meus successores.* Isso porém não se entendia no caso de terem os morgados que sahir do reino em serviço official, ou no caso de querer *alguma pessoa real morar nas ditas casas.* Tem graça.

O administrador do vinculo havia de uzar sempre

dos appellidos de Moura, e Barros, a não ser que algum preferisse chamar-se só «de Santa Barbara», porque então escusaria outro appellido.

*

Estudemos agora a descendencia:

Do matrimonio de Ignacio Lopes de Moura com D. Catherina de Barros ficaram as seguintes filhas:

D. Josepha Antonia de Moura;

D. Angela Maria Magdalena de Moura, ambas nascidas e baptisadas na proxima freguezia dos Anjos:

D. Jacintha Clara Francisca de Moura, nascida e baptisada na cidade da Guarda onde seu pae era corregedor;

D. Thereza Ignacia de Moura, e

D. Ignez Rosa de Moura, ambas baptisadas nos Anjos.

Tinha tambem havido um rapaz, chamado Lourenço, fallecido antes dos dois annos.

D'esse amavel ranchinho de meninas diz affectuosamente o pae:

Sei........ das muitas virtudes e obediencia das minhas cinco filhas, em quem aproveitou bem a boa doutrina que lhes deu sua virtuosa mãe com o seu admiravel exemplo!

Fóra do matrimonio teve o nosso desembargador trez filhos:

José Caetano de Moura;

Francisco de Santa Barbara e Moura; e

Ignacio de Santa Barbara e Moura.

Esses deviam succeder no vinculo, caso se extin-

guisse a linha de todas as cinco senhoras que mencionei, a segunda das quaes, D. Angela, falleceu com 24 annos de edade a 11 de dezembro de 1704, *de saudades de sua mãe,* diz o inconsolavel viuvo e pae. Jazia tambem na capella da casa.

Segunda vez casou Ignacio Lopes de Moura, como acima disse, com D. Maria de Carvalho, rica proprietaria provinciana.

Era filha de Manuel Lopes de Carvalho, da villa de Mello, bispado de Coimbra, e viuva do doutor David Borges de Azevedo, de Lamego, de quem já tinha dois filhos: Luiz Borges de Carvalho e Azevedo, e Manuel Borges de Carvalho Biscainho. Ora o mais velho d'estes dois, que tambem foi desembargador, casou com a supra-mencionada D. Ignez Rosa de Moura, e vieram ambos a herdar a casa, que ao tempo do terremoto de 1755, sendo Luiz Borges já fallecido, pertencia á sua viuva D. Ignez, conforme diz Castro [1].

Do seu segundo casamento teve Ignacio Lopes de Moura uma filha nascida na casa de Santa Barbara em 5 de maio de 1707, ás 11 horas da manhã, e chamada, em memoria de sua irmã germana, D. Angela Maria Magdalena de Moura.

Tinha mais um irmão prior de S. Julião de Lisboa, e por nome Jacintho Pereira de Moura, e outro.

*

De varias fontes me consta, que abasteceram as tulhas do morgadio.

[1] Mappa de Portugal — freguezias.

Vicente da Costa Cordeiro, tio de D. Catherina de Barros, instituiu em 22 de agosto de 1690 uma capella, que nomeou em sua sobrinha-neta D. Thereza Ignacia de Moura; essa capella por morte da proprietaria passou a incorporar-se no vinculo.

Magdalena Gonçalves, avó da mesma D. Catherina, fundou outra capella, a que annexou o seu palacete ao poente do grande paço da rainha da Grã-Bretanha (hoje escola do exercito); casa e capella que tambem reverteram para o vinculo do desembargador. Esse palacete ainda lá está, contiguo ás ultimas janellas da escola para a banda do campo de Sant'Anna.

*

Duas palavras agora ácerca do palacio do campo de Santa Barbara.

O palacio deitava para a esquina do largo, ainda ha pouco denominado *das Fontainhas* (logo veremos porquê), hoje rua *de Joaquim Bonifacio*, e para o principio da actual *rua de Arroyos*, mesmo em frente do becco *de Maria Luisa*, que desce para o *Regueirão dos Anjos*. Do palacio vê-se de pé o cunhal; d'esse cunhal parte um cordão de silharia, sobre que assentava a renque das sacadas, de que ainda conheci algumas[1]. Para cima, sobre o que é hoje a esquina das ruas de *Joaquim Bonifacio* e de *Passos Manuel*, ficava a ermida, cujo portal ainda todos conhecemos, e cuja padieira copiei. No sitio onde corriam as sacadas, e onde eram as salas, levantam-se hoje, ha

[1] Fevereiro de 1889.

já muitos annos, duas grandes arvores; e quem (como eu os examinei,) examina os terrenos adjacentes, vê ainda a uns vinte metros os restos da ornamentação mural de um rico jardim, com paredes estucadas, um nicho, etc...

Pessoas antigas, a quem tenho consultado, não se recordam de ter nunca visto alli senão ruinas; o que me faz crer que o predio mal duraria cincoenta annos. Devia porém ter sido uma formosa residencia, com um arrabalde alegre por visinhança, um largo por desafogo, uma quintarola por logradoiro, boas salas, tudo emfim quanto constituia uma residencia nobre no seculo XVIII.

Trabalha a imaginação; e, por pouca redea que lhe soltemos, vemos logo toda a grandeza e conchego do lar de Ignacio Lopes de Moura: os bellos azulejos orlando as salas ladrilhadas, atapetadas algumas; as altas janellas de marmores de Pero Pinheiro ou da Arrabida; os tectos de cupola pintados; a mobilia solida e graciosa do tempo; os cortinados de seda da India; os leitos muito altos cheios de folhos; a meza rutilando pratas; etc... E depois... quando a imaginação mais se levanta, cae de repente na miseria e tristeza d'aquellas ruinas, e topa com a rua de Joaquim Bonifacio.

*

A rua *de Joaquim Bonifacio* (que não sei quem fosse) é novissima. Ainda ha onze annos, em 23 de março de 1878 officiava a direcção das Obras Publicas á camara municipal de Lisboa, pedindo a comparencia do presidente no dia 27 ao meio dia junto

ao hospital «de D. Estephania», a fim de se resolver a abertura de uma avenida que ligasse a rua *de D. Estêphania* com o campo *de Santa Barbara*, abertura já aliás approvada por portaria de 26 de setembro antecedente[1]. Seguiu-se o que todos viram: essa projectada serventia é a rua *de Joaquim Bonifacio.*

Ignacio Lopes de Moura e João Dias pasmariam da metamorphose, se a suspeitassem! Ignacio Lopes, esse então... morria de pena.

*

Por uma linha que ignoro, extinguindo-se a representação directa do instituidor, passou o vinculo para a casa de parentes, os srs. Azevedos Coutinhos, de Santo Estevão de Alfama. O terremoto de 1755 não conseguiu destruir a capella, segundo affirma João Baptista de Castro; mas provavelmente deixou inutilisado o palacio, como succedeu a outros do sitio. A vasta propriedade, tornada inhabitavel, e de todo impossibilitada de dar rendimento, pelo que padecia grande desfalque a administração do vinculo, foi desmembrada da massa vincular, e subrogada a um cavalheiro illustre de Vianna do Minho, Francisco de Abreu Pereira Cyrne Peixoto, com a clausula de que, avaliado tudo pelo juiz da provedoria dos orphãos e capellas, se posesse a importancia em cofre para ser devidamente empregada por fórma util ao vinculo.

D'esta casa minhota dos Abreus, senhores de La-

[1] Arch. mun. de Lisboa — 1878 — pag. 187.

nhezes, foi herdeira como filha unica de Sebastião de Abreu Pereira Coutinho Cyrne Peixoto, a senhora D. Maria Francisca de Abreu Pereira Cyrne Peixoto, condessa de Almada pelo seu casamento em 1812 com o segundo conde de Almada, D. Antão José Maria de Almada.

Entrado nos haveres d'esta casa, o palacio de Santa Barbara (por outra, o seu resto) foi ha annos vendido á Casa Pia de Lisboa, sendo provedor o digno par José Maria Eugenio de Almeida, a fim de se construir no sitio uma praça de toiros. Não se chegou a realisar esse projecto; ignoro a quem hoje pertence o retalho existente da vasta edificação de Ignacio Lopes de Moura.

Sirva-lhe de epitaphio este meu capitulo.

O actual representante dos Mouras de Santa Barbara é o sr. Alfredo de Santa Barbara e Moura.

CAPITULO V

Foi Ignacio Lopes de Moura *edificador*, ou *reedificador* da ermida? — Versos enigmaticos. — Uma asserção de Christovam Rodrigues de Oliveira.— Outra de Fernão Lopes.— As romarias de Santa Barbara; quadro conjectural de costumes populares. — Prova-se que a Moiraria foi um sitio muito alegre.— Digressão sobre o antigo Almocavár, ou cemiterio dos Moiros nos sitios da Bombarda.— Origem do nome do Largo das Fontainhas.— Uma fonte do seculo XVII.— Semsaborissimos paragraphos sobre nomes d'aquellas ruas.— Menciona-se o antiquissimo monumento historico chamado *o Pouso*.

*

Como a quinta de Santa Barbara, ao campo da Forca, adviesse aos seus proprietarios do seculo XVII, não sei; mas era antiga. Chamei, pouco acima, a Ignacio Lopes *reconstructor* da sua ermida, e creio que chamei bem, com quanto em varios passos do testamento insista Ignacio Lopes na idéa de ter sido elle o *fundador*. «*A egreja a que dei devoto princi-*

pio n'este campo» — diz elle[1]; e depois: «*as casas grandes com a ermida de Santa Barbara, que tudo foi obra da minha devoção e do meu coração*[2]».

Salvo melhor juizo, parece-me que seria mais correcto chamar-se o desembargador Moura *reconstructor;* porque, embora elle levantasse desde o alicerce o novo templo, embora o dotasse, o adornasse, e fizesse d'elle nucleo do seu morgado, é bem certo que já alli, desde seculos, existia uma ermida da invocação de Santa Barbara, ermida que elle provavelmente comprou ou herdou, demoliu, e refez.

E se não, vejamos:

Em 1628, sessenta e oito annos antes da piedosa obra de Ignacio e D. Catherina, n'um alvará regio de 21 de junho, determina D. Filippe III cinco partes principaes onde se podessem levar os meninos que se encontrassem perdidos pela cidade; a saber: o hospital dos Palmeiros (á Magdalena); a Senhora do Paraizo (fóra da porta da Cruz); a ermida dos Fieis de Deus (ao bairro alto); S. Luiz (á porta de Santo Antão); Santa Barbara, ou a egreja dos Anjos. O que prova que já a ermida existia e tinha culto e ermitão[3].

Em 1626, diz-me a respeito d'este sitio o poetastro que engendrou a preciosa descripção metrica da Lisboa seiscentista estas palavras, para mim em parte enigmaticas, mas que em todo o caso provam a notoriedade da ermida:

[1] Testamento fl. 1.

[2] fl. 2.

[3] Cart. da c. m. de L. — Liv. 1 de D. Filippe III, fl. 121. — *Elementos* — T. III, pag. 288.

. . . .
Santa Barbara, que podera
por espanto de más obras
no seu campo dar em manda[1].

Menciona tambem á ermida Christovam Rodrigues de Oliveira em dias d'el-rei D. João III[2], com a invocação de Santa Barbara e S. Jordão; e diz que andavam por cem cruzados annuaes as esmolas do povo. Menciona-a tambem em 1552 a citada *Estatistica* manuscrita da bibliotheca nacional[3]; e Fernão Lopes escreve isto no seculo XV, referindo-se ao seculo XIV e a el-rei D. Pedro I.

El-rei, advertido por alguns zelosos que as mulheres christãs tinham conversação com os moiros, mandou, com pena de morte, que, quando ellas fossem pela porta de Santo André á romaria de Santa Barbara, (note-se) *não fossem a baixo á Moiraria, mas que cortassem logo pelo Almocavár*[4].

Bastam essas phrases para nos dar de repente um commentario topographico. Vejamos.

Para evitar que as mulheres christãs lisbonenses houvessem trato com os moiros da Moiraria, impunha-lhes el-rei o quê? que, ao sahirem a muralha pela porta da Alfofa e costa do Castello, não descessem ao valle, mas tomassem pelas faldas do monte

[1] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa*—1626.

[2] *Summario*—ed. de 1755—pag. 55.

[3] fl. 50 v.

[4] *Chron. d'el-rei D. Pedro*—pag. 124—Vide *tambem Mon. Lusit.*—P. VI, pag. 19.

de S. Gens, onde era o Almocavár, ou cemiterio dos moiros; como quem hoje dissesse: deu ordem para que, em vez de descerem ao Borratem ou á calçada de Santo André, seguissem pela rua dos Lagares, Olarias, Bombarda, travessa do Maldonado e Anjos, até Santa Barbara.

Não está pois claramente demonstrada a existencia alli de uma ermida já no seculo XIV? parece-me que sim.

*

Aos meus olhos bastou aquelle trecho de Fernão Lopes para me pintar n'um relance, cá n'esta tela luminosa que todos teem dentro em si, uma infinidade de quadros. Vejam! vejam!

No meio de um extensissimo descampado suburbano, tapisado de hortas, prateado de arroios, sombreado de oliveiras, e entremeado de raras habitações, ao longo do mal gradado caminho que serpeia entre campos, surge uma ermidinha ogival; é Santa Barbara. Para ahi converge em certo praso do anno, 4 de dezembro, grande concurso de romeiros e romeiras, que á porfia vão misturar, n'um dia bem passado, as devoções com as folganças, e depois de venerarem a Santa, vão tecer no terreiro arborisado os seus bailes, ao som de pifanos e guitarras, e lançar uma cã fóra nas repoisadas merendas sobre o matto e a relva fresquissima das encostas proximas. De um lado erguem-se, com os seus boleados muito viçosos e verdes de plantios e matto, ou semeados de casaes, as alturas que são hoje a Bombarda (nas faldas do monte de S. Gens), o Forno do

Tijolo (nas faldas do que é hoje o Monte-Agudo), ou a Charca (nas ribanceiras do cabeço d'Alperche, hoje a Penha de França). Os atalhos d'esses oiteiros brilham com o gentio trajado de côres alegres, que em ranchos se encaminha para o valle. Em baixo o regato, colleando na directriz do actual Regueirão dos Anjos, o pobre regato, atravessado de poldras, e murmurando entre cannaviaes e salgueiros[1]. Ao lado opposto as lombas do campo do Curral e Bemposta, onde veiu a ser a quinta real, que hoje se cortou em ruas e avenidas.

Rutila o nosso dezembro, que ás vezes principia formosissimo. Brilha o sol por sobre os tapetes dos trevos e das cevadas. Ouvem-se ao longe os sinos de Lisboa, e ao perto as cantigas dos festeiros, que ora a pé, ora em cavalgadas vistosas, demandam de toda a parte a velha ermida. Formam-se grupos, engendram-se barracas, ouve-se de algum padre o sermão ao ar livre, e merenda-se sem cuidados, dedicando umas horas de innocente folgança á veneravel Santa *dos trovões*.

Desculpem-me esse esboço de paizagem; mas como elle caiu bem na historia das vicissitudes da antiga ermida! Muito acertadamente ponderou Bernardin de Saint-Pierre algures: *un paysage est le fond du tableau de la vie humaine.*

E não se estranhe que esse valle suburbano fosse

[1] Em dias d'el-rei D. João III ainda se menciona esse riacho. *No meio* (do valle) — diz Christovam Rodrigues de Oliveira — *as ermidas de Santa Barbara, e a dos Anjos, por onde de inverno corre um pequeno rio, etc...* — Summario — ed. de 1755, pag. 121.

tão ameno fragmento de bucolismo. Que foi a nossa hoje turbulenta e escura Moiraria, que foi ainda a meio do seculo XVII, no dizer de Marinho de Azevedo, senão *um valle de hortas, cuja frescura e amenidade é penetrada com a pureza dos ares, que por elle se communica á cidade*? [1] Lisboa tem visto transformações ainda maiores.

Eis ahi pois o que eram, ou deviam ser, as alegres romarias de Santa Barbara, que assim se ligam á nossa historia, por terem dado, como acima vimos, que pensar ao sombrio viuvo de Ignez de Castro, o monarcha mysterioso cujo alto espirito tanto se preoccupava de minucias.

*

Insistirei n'este ponto que deixei tocado, da feição campesinha de alguns d'aquelles arredores.

Para cima do que é hoje o nosso largo do Intendente (de bulhenta e insupportavel memoria), todas essas encostas eram, desde seculos, o vasto cemiterio dos moiros e judeus. Todos esses chãos do Forno do Tijolo, Bombarda, Olarias, Lagares, teem na sua avoenga «heretica pravidade», e são coimados de «sangue infecto». Foi depois da expulsão dos judeus, que el-rei D. Manuel, em 9 de maio de 1497, fez doação á cidade, para serventia e uso commum do concelho, de todos os indicados terrenos, declarando porém que a pedraria dos tumulos ficava pertencendo á fabrica do novo hospital de Todos os Santos:

[1] Livro das Antiguidades de Lisboa.—pag. 85.

... e nesta doaçom senom emtemderam as canpaas e cabeceiras dos ditos jazigos, porque a pedra dellas teemos dada e apropriada p.ª a fabrica do espritall de todollos Santos da dita cidade[1].

Ha o que quer que seja de altamente lugubre e repugnante n'esta confiscação cobarde, n'esta profanação a sangue frio, das cinzas dos avós e parentes dos tristes foragidos. Deus perdoe aos conselheiros do rei.

Que as terras onde viviam os moiros, tolerados pela magnanimidade d'el-rei D. Affonso Henriques nas suas almoinhas e hortas da Moiraria[2], se vissem logo confiscadas pela rapacidade dos officiaes d'el-rei D. Manuel, é bem verosimil; e tanto assim foi, que, entrados esses terrenos no dominio da camara, os aforou ella a varios proprietarios[3]; mas o cemiterio! mas o sitio onde dormiam tão sagradas memorias! Oh! isso não. Ha considerações sacrosantas muito a cima das represalias do direito das gentes.

É de presumir, que, pelo simples facto de ter sido cemiterio (e cemiterio de hereges), não quizesse o grosso da população confluir para essas bandas, apesar de risonhas e lavadas de ar. Isso explica o ter ficado tão largo trato de chão intervalado de enormes rareiras até aos nossos dias. Ainda hoje é muito pouco habitada aquella encosta, cheia de hortas im-

[1] Cartorio da c. m. de L.—Livro dos Pregos, fl. 319 v.—Citado nos *Elementos* do sr. Oliveira T. I, pag. 100.

[2] Vide *Lisboa Antiga*—P. II—T. III, pag. 37 e seg.

[3] *Cartorio da c. m. de L.*—Livro II de emprazamentos—fl. 6.

mensas, pendentes do cume do monte de S. Gens. A pouco e pouco foram-se dissipando as repugnancias; é certo; hoje ninguem já pensa nos moiros, nem sabe sequer que alli foi o *Almocavár;* e comtudo, repito, teem levado seculos a povoar aquelles ermos [1].

Da sua antiga destinação ficou vestigio no nome por muitos annos. Menciona Christovam Rodrigues de Oliveira no seu tempo a *rua do Almocavár* [2]; e ainda em principios do seculo XVIII se chamava *o Almocavár* o sitio onde eram os fornos do Tijolo (que deram nome á calçada que lá está) [3].

O que vejo é que o senado de Lisboa, senhorio directo dos terrenos, pela mencionada doação de 1497, alheou e negociou alguns d'elles. Ha no cartorio da camara um contrato de transacção da mesma camara com os padres do convento da Graça sobre chãos do *Almocavár* [4]. Ha outro de troca aos padres da Luz sobre outros chãos no mesmo sitio, chãos que depois tornaram a ser havidos pelo municipio [5]. D'onde concluo que (além das campas e cabeceiras) o hospital do Rocio obteve tambem da camara por qualquer fórma (cessão, compra, escambo, presente, etc.) larga extensão nas terras doadas. Quem hoje percorre aquellas immediações, a rua dos Lagares, a das Olarias, a da Bombarda, a calçada do Monte, a travessa da Nazareth, etc. etc.,

[1] Já alludi ao sitio n'esta mesma *Lisboa Antiga* P. II, T. II, pag. 127 e seg.

[2] *Summario* — mihi pag. 8.

[3] *Sant. Mariano* — T. I pag. 55.

[4] Liv. IV de sentenças — fl. 182.

[5] *Livro de compras* — fl. 66.

vê n'uma infinidade de predios o conhecido monogramma ainda usado nas baixellas, roupas, e loiças do hospital de S. José; a saber: o **S** incluso no **O**, a dizer *Sanctorum Omnium.*

Trouxe isto tudo para encarecer quanto era campestre no seculo XIV, e no seculo XVII, a feição de todos os arredores de Santa Barbara.

*

Disse eu, pouco ha, que o largo para onde dava a ermida de Ignacio Lopes de Moura, seu reconstructor, tambem se chamava ultimamente *das Fontainhas.* Porquê? porque a abundancia de aguas que reina em todo aquelle sitio rebentava alli em fontes. Foi no anno de 1635, que se mandou canalisar essa agua para uma bica subjacente á rua, para a banda do Regueirão. Essa bica existe ainda, e n'um lettreiro em pedra diz isto assim:

ESTA OBRA
MANDOV FAZER
O SENADO DA CAMA
RA A CVSTA DO REAL DO
POVO NO ANNO · Ð 1685

Por baixo é a caixa de agua. Tem porta, e uma bica. Esta limpha é medicinal, segundo lá me disseram; tem particulas ferreas; o que não impede que

(apesar de pouco saborosa) a gente pobre a use na bebida.

Já o *Aquilegio medicinal*[1] observa isto assim:

No campo da Forca de Lisboa Occidental ha uma fonte, a que chamam Fontainha, cuja agua é delgada, etc.

A cota de nivel d'esta fontinha, a tamanha distancia do Tejo, é apenas de 38,5 metros.

*

Todo esse campo, *de Santa Barbara,* ou *da Forca,* serviu na peste grande de 1569 para enterro das victimas do contagio[2]. A isso se refere Diogo Barbosa Machado, quando, ao descrever a peste, conta ter-se visto a cidade constrangida a sagrar olivaes e praias, e a abrir n'um coval extensissimo o dito campo para enterramento[3].

Esse *campo* não se limitava a alguns metros; começava depois do que é hoje o sitio dos Anjos, e seguia n'aquelles descampados até ao actual largo de Arroyos.

A pouco e pouco foi-se tudo aquillo transformando, cortando de ruas, e povoando de casas. O roteiro mais antigo que tenho presente, é de 1804[4]. Chama

[1] Pag. 175.

[2] No cap. XXXV do Livro I da biographia que escrevi do poeta quinhetista Antonio Ferreira esbocei a largos traços essa peste, e os enterramentos das victimas no campo de Santa Barbara.

[3] *Mem. d'el-rei D. Seb.*— T. II, pag. 141.

[4] *Itinerario lisbonense/ou/Directorio geral/de todas as/ruas, travessas, beccos/calçadas, praças, etc./que se comprehendem no*

rua direita de Santa Barbara (como nós) á que vae da Bemposta para o campo de Santa Barbara. No artigo campo de Santa Barbara (nome ainda hoje vigente) remette para Terreirinho de Santa Barbara, e diz que este ficava entre a rua direita dos Anjos e a rua de Arroyos.

O bellissimo Roteiro de Vellozo[1] quando lhe perguntamos pelo tal *Terreirinho* manda-nos vêr o largo de Santa Barbara, e diz-nos que fica no fim das ruas direitas dos Anjos e de Santa Barbara. Nas trabalhosas e valiosissimas notas do fim do volume, diz que desde o becco de Maria Luiza até á Charca se denominava isso tudo d'antes campo de Santa Barbara; e quanto ao largo, observa que o vulgo lhe chamava ora terreirinho de Santa Barbara, ora largo das Fontainhas; e que o edital de 1 de setembro de 1859 determinou que a parte da rua direita dos Anjos que fazia frente ao largo ficasse pertencendo ao dito largo de Santa Barbara.

Perdão para toda essa trapalhada; eu não a soube redigir melhor.

*

N'este mesmo sitio emfim, em logar que se não pode já marcar ao certo, existia, ainda no primeiro

recinto/da cidade de Lisboa,/com/os seus proprios nomes, principio,/e termo, indicados os lugares/mais conhecidos, e geraes, /para/utilidade, uso, e commodidade/dos/estrangeiros, e nacionaes.//Lisboa,/Na impressão regia/Anno M. DCCC. IV.

[1] *Roteiro/das/ruas de Lisboa/e immediações/por/Eduardo O. Pereira Queiroz Velloso/Segunda edição/. Lisboa/Typographia portugueza/Travessa da Queimada, 35/. 1869.*

quartel do seculo XVIII, um arco, denominado *do Pouso,* que respondia ao enigmatico monumentosinho que lá vemos em Odivellas; servira (segundo a tradição popular) para descanço do feretro d'el-rei D. João I, quando de Lisboa foi trasladado para a Batalha.

Dil-o frei Francisco Brandão na *Monarchia Lusitana*[1], e confirma-o Bluteau no seu immortal *Vocabulario*[2].

*

E agora basta. Ahi tem o leitor um braçado de noticias, mais ou menos curiosas; ser-lhe-hia difficil encontral-as: mas topal-as assim juntinhas, impossivel. Perdoe-me, ainda assim, a aridez d'estes cinco capitulos.

[1] T. VI—pag. 486.
[2] Verbo *Memoria.*

CAPITULO VI

Mencionam-se as casas e quinta dos condes de S. Miguel a Santa Barbara.—Diogo Botelho, avoengo da casa de S. Miguel, e amigo intimo e dedicadissimo do senhor D. Antonio, prior do Crato.—Estuda-se-lhe a personalidade, e a parentella.—Dedicações ao pretensor: os monges do Carmo; Luiz da Silva de Brito; D. Anna de Aragão; D. Maria da Motta Feo.—Volta-se a estudar Diógo Botelho.

Outra das maiores nobilitações do sitio é sem duvida a quinta dos condes de S. Miguel.

Falemos d'ella.

*

Tinha expirado em Alcacer-Kebir o nosso ultimo rei cavalleiro. Tinha passado a corôa para D. Henrique, o monarcha senil, cuja purpura cardinalicia se transformara a subitas em purpura real.

Rei caduco, e reinado ephemero. Em fim de ja-

neiro de 1580 finava-se no paço de Almeirim o filho d'el-rei D. Manuel, deixando a sua terra nas mais angustiosas agonias. Era negro o horizonte da politica. Exhausto de padecer encarava o povo, como salvação unica, a realeza quasi irrisoria do prior do Crato; e este principe, que (fossem quaes fossem as suas leviandades e os seus desmandos de mancebo) era n'aquellas horas supremas a expressão derradeira, o pallido lampejo da idéa nacional, arvorava, com denodo digno de melhor sorte, o seu pendão de pretensor, entre umas centenas de allucinados partidarios.

Que dias, e que incertezas!

A um lado D. Antonio, o principe sublimemente ousado, o desvalido representante de quatro seculos de grandeza, o veneravel D. Quichote da independencia patria; ao outro lado o collosso da astucia e do poderio de Castella. A uma banda as aspirações; á outra as ambições. Aqui o devaneio; além a lugubre e sinistra realidade, com todo o seu pezo, com toda a sua amargura.

Fallecido o cardeal, roto aquelle ultimo fio que ligava á legitimidade a tradição genealogica, marchou logo sem demora para Lisboa o prior do Crato a fazer valer os seus direitos de filho da «Pelicana». Constou que vinha a aproximar-se; e para evitar que o populacho se amotinasse, e erguesse voz por elle, reuniu-se a camara de Lisboa, e deliberou sobre o que lhe competia pôr por obra.

N'aquella calamitosa quadra, em que os melhores auxiliares da causa nacional jaziam maniatados, ou vendidos aos Castelhanos, qualquer vulto proeminente

que symbolisasse (como um prior do Crato ou uma duqueza de Bragança) a idéa puramente portugueza, era mal aceito ás classes dirigentes da opinião. Deliberou pois a primeira corporação municipal do Reino oppor-se, segundo vamos vêr, e oppor-se com energia, á entrada do senhor D. Antonio.

Com effeito, chegou o ousado principe ás visinhanças da capital, e aposentou-se onde? quasi ás portas de Lisboa, n'aquelle campo cujo nome era de tão sinistro agoiro: o campo da Forca.

Ahi possuia uma quinta um dos amigos do principe, Diogo Botelho. Ahi se apeou o filho do infante D. Luiz.

Era Diogo Botelho (ascendente da casa de S. Miguel, logo veremos como) dedicado amigo, servidor, e auxiliar do senhor D. Antonio; por tal o mencionam os chronistas d'aquelle tempo nefando[1]; das raras excepções briosas entre a turba-multa dos escravos. Como se não bastasse uma existencia dedicada á idéa grande, veiu Diogo Botelho a acabar no exilio, em França, no serviço do seu senhor[2].

Calculo que a estreita amisade dos Botelhos com o prior do Crato proviesse já do tempo do infante D. Luiz.

[1] Por exemplo frei Bernardo da Cruz em alguns passos da sua *Chronica d'el-rei D. Sebastião,* e nomeadamente no cap. cx, onde se vê quanto Diogo Botelho padeceu por causa de seu amo.

[2] Manço de Lima — *Gen. mss.* — Botelho — fl. 188. *O sr. Miguel d'Antas* no seu erudito livro *Les faux Dom Sébastien*, livro que tenho lido varias vezes, e sempre com o maior agrado, tão bem feito e deduzido está, apresenta a pag. 438 a data do fallecimento de Diogo Botelho: 23 de março de 1607.

Pedro Botelho, pae d'este Diogo, era porteiro mór d'aquelle infante. Jeronymo Botelho, moço fidalgo da sua casa. A Francisco Botelho deixa o infante em testamento 40$000 réis annuaes, com sobrevivencia n'um filho. Tudo, como se vê, amigos da casa; tudo servidores fieis.

*

Foram muitas, ainda assim, as dedicações illimitadas ao prior do Crato. O nobre conde de Vimioso, tão desinteressado e tão grande, encontrou seguidores. Querem ouvir isso de fugida, entre parenthesis? Pois aqui vae.

Não avultaram sómente militares e seculares entre os sequazes do pretensor; houve-os no clero, e foram efficacissimos, quando mais não fosse pelo exemplo. Hajam vista os religiosos do convento do Carmo; entre elles se acharam alguns tão valorosos e resolutos, que parece tentaram ajudar a entrada do senhor D. Antonio, e a dos Inglezes que o vieram auxiliar.

Foi em 25 de maio de 1589, uma quinta feira, que chegaram a Peniche as tropas britannicas, cento e vinte velas, das quaes metade eram do commando do almirante Drake. O pavor tornou-se indizivel por Lisboa; lá o conta, por exemplo, e muito bem, o chronista dos carmelitas descalços [1]. Pois os monges do velho mosteiro historico do Carmo, os represen-

[1] Frei Belchior de Sant'Anna — Chron. dos carm. descalços. T. 1, pag. 269.

tantes dos piedosos companheiros de Nuno Alvares, unidos no mesmo pensamento patriotico, e firmes como um só homem, determinaram em segredo franquear aos que assim vinham libertar Lisboa a parte do muro mais visinha ao campo de S. Roque, acima da porta de Santa Catherina, e proxima á Trindade e ao Carmo. Transpirou infelizmente a noticia, e juntou-se-lhe a balela de que já os monges tinham occultos seis mil arcabuzes; o que tudo n'aquellas horas electricas atemorisou por tal fórma os Castelhanos dominadores de Lisboa, *que chegaram*—diz n'outra parte o mesmo chronista—*a assestar a artilheria do castello contra o Carmo, e rondal-o cada noite com companhias de soldados á sorda*[1].

Mais:

Luiz da Silva de Brito, que foi governador do bispado de Evora, acompanhou tanto de alma as tentativas de D. Antonio, que, sendo então ainda prior de Santo Estevam de Santarem, o seguiu; e montando a cavallo, e capitaneando muitos dos seus patricios e correligionarios, foi bater-se por elle e pela patria na batalha da ponte de Alcantara; exemplo, já raro então, dos antigos sacerdotes bellicosos[2]; exemplo seguido ainda comtudo no seculo XVII, entre outros por um D. Marcos Teixeira de Mendoça, bispo da Bahia, que em 1621, *sem depôr o bago empunhou a espada contra os Hollandezes* (na phrase de Barbosa Machado)[3].

[1] Frei Belchior de Sant'Anna—*Chron. dos carm. descalços*—T. I, pag. 260.

[2] Barbosa Machado—*Bibl. Lusit.*—T. III, pag. 138.

[3] *Biblioth. Lusit.*—T. III, pag. 411.

Mas ha ainda mais:

Se o elemento ecclesiastico entrou, e tão denodado, na peleja nacional, não lhe ficou atraz o elemento feminino. Acho provas dispersas, aqui, além, do fermento que levedava entre as Portuguezas; estão revelando isso tudo as perseguições politicas machinadas contra senhoras da côrte, a condessa de Vimioso e outras, suspeitas de partidarias do prior do Crato[1].

Outra senhora de muito alta esphera, a brilhante D. Anna de Aragão, antiga dama da rainha D. Catherina, e a quem o proprio senhor D. Antonio, nos arroubos e illusões da sua realeza platonica, chama dama da sua casa, n'uma lista que elle fez de pessoas do seu serviço[2], vivia n'uns quartos que lhe concedia a casa real nos paços de Xabregas, quando a accusaram de se cartear com D. Antonio, então fugido em Inglaterra. Bastou isso para a prenderem no castello de Lisboa, sendo depois sentenciada e degradada para Toledo[3].

Mencionarei por ultimo D. Maria da Motta Feo, filha de Luiz da Motta e de Izabel da Fonseca de Castel-Branco. Casada com Ruy Fernandes Cotta, filho de Antonio Fernandes Cotta creado do cardeal rei, vivia com seu marido n'esta freguezia dos Olivaes, termo de Lisboa; e por dedicação á familia real promptificou-se, nos derradeiros paroxismos da doença que levou o cardeal, a ir para o paço de

[1] *Hist. gen.*—T. x, pag. 706.
[2] *Hist. gen.—Prov.*—T. ii, pag. 557.
[3] *Hist. gen.*—T. xi, pag. 501.

Almeirim amamentar com leite de seus peitos o senil e cachetico soberano. Não é sublime esta ama dedicada sustentando a leite a monarchia de D. João I e Affonso Henriques[1]?

*

Com tudo isto, afastei-me agora de Diogo Botelho, de quem vinhamos falando. Bem feitas as contas, não ha mal em accumular tantas noticias; todas ellas vibram de sentimento patriotico. Além d'isso, todas ellas nos falam de conterraneos benemeritos, ou dos feitos com que souberam honrar o nosso nome; e glorificar os mortos é caridade.

Não insultemos nós outros os mortos; falemos d'elles, dos seus actos dignos, dos esforços com que auxiliaram a gloria portugueza, de tudo emfim que os possa levantar aos olhos da posteridade. Não incorramos na censura de um antigo escriptor, que notava com lastima que *a natural condição dos Portuguezes é nunca escreverem coisas que façam, sendo dignas de grande memoria. Muitos e mui grandes feitos de guerra*—acrescenta elle—*paz, e virtudes, de sciencia, manhas, e gentileza, são esquecidos*[2].

Não esqueçamos pois Diogo Botelho, e estudemos-lhe a estirpe.

[1] Manço de Lima—genealogia *Motta*—pag. 477—O filho d'esta senhora, collaço do cardeal, chamava-se Luiz da Motta Feo, obteve o fôro de cavalleiro fidalgo, e o officio de escrivão dos corregedores do civel da cidade de Lisboa.

[2] Garcia de Resende—Prologo ao *Cancioneiro.*

Era filho primogenito de Pedro Botelho e de D. Joanna de Ataide, filha de Diogo de Mello de Castello-Branco, e era neto de outro Diogo Botelho, do conselho d'el-rei D. Manuel, casado com D. Izabel de Barros, filha de Fernão Lourenço feitor da casa da India, e de Maria de Barros (de Fernão Lourenço trataremos n'um dos volumes seguintes).

Ora do velho Diogo Botelho foi terceiro neto o primeiro conde de S. Miguel, por mercê de Filippe IV em 25 de junho de 1633.

Aquelle Diogo Botelho, (o moço), a proposito de quem trouxe toda esta meada genealogica, era, segundo apontei, um dos mais devotados amigos e auxiliares, que teve o pretendente. No testamento d'este senhor, em que elle proprio se qualifica de *vermiculo da terra,* por um arrebatamento de humildade christã, diz o infeliz principe estas honrosas palavras:

Diogo Botelho, antes e depois de eu ser rei de Portugal, mandou despender assim dinheiro como pedraria; e nos reinos de França e Inglaterra o dinheiro que el-rei e a rainha me davam para me entreter, e assim n'estes reinos como em Hollanda, passou cartas de marca a algumas pessoas por meu mandado[1].

Tambem foi do conselho de estado do mesmo rei *in partibus,* e seu veador da fazenda[2]. No rol das sete pessoas dedicadas e amigas, que de Portugal acompanharam para França ao senhor D. Antonio, vem logo em primeiro logar o incançavel Diogo

[1] *Hist. gen.*—T. II, pag. 545.
[2] *Ibid.*—pag. 541 e 543.

Botelho[1], o moço, vindo tambem n'outra parte mencionado Diogo Botelho, o velho, entre os amigos a quem o prior se sentia preso por gratidão[2].

Foram finalmente Diogo, o moço, e mais Cypriano de Figueiredo e Vasconcellos, outro cortesão da desgraça, outro inquebrantavel adorador do sol poente, os que redigiram o mesquinho inventario de esporas velhas, pellotes esfarrapados, chapéos desplumados, e espadas ferrugentas, que formavam o haver do pobre desterrado; inventario que faz o maior dó a quem o lê[3]!

Tal era o homem, cuja casa, nos suburbios da capital, se abria ao pretensor, n'aquelles dias de incerteza em que a cidade se lhe fechava. Ha certas horas lugubres, em que os receios cobardes costumam escorraçar, de junto aos infelizes, os mesmos que, nas horas doiradas, tanto ás claras se lhes vendem por amigos!

Que bem que o nosso Bernardim Ribeiro paraphraseou, n'esta quintilha que me lembra, um pensamento de Ovidio:

Sendo bemaventurado,
mil amigos te verão;
e porém, sendo trocado
o teu bem em mal passado,
de ti todos fugirão!...

[1] *Hist. gen.—Prov.* T. II, pag. 553.
[2] *Ibid.*—pag. 556.
[3] Veja-se no fim d'este volume.

CAPITULO VII

Onde ficava a quinta de Diogo Botelho.—Na quinta de Diogo Botelho se hospeda em 1580 o prior do Crato depois do fallecimento do cardeal rei.—Attitude da camara de Lisboa. —Obriga esta corporação ao pretensor a retirar-se para Santarem.—Desfecho do drama em Alcantara.

Além da casa que tinham os condes de S. Miguel antigamente na Cordoaria velha, segundo já disse quando tratei da parochia dos Martyres, e onde em 1753 morava o conde Alvaro José Botelho de Tavora[1], possuiam boa e extensa quinta n'este arrabalde risonho de Lisboa, no sitio onde hoje vemos o vasto predio que ainda é do sr. conde dos Arcos, successor dos condes de S. Miguel, á esquina da Charca e da rua de Arroyos, dentro de um pateo enorme. Hoje é fabrica da cerveja *Leão,* depois de

[1] Vi isso no seu processo para Familiar.

ter sido cocheira dos bucéphalos a vapor do caminho de ferro Larmanjat.

Logo a deante d'este palacio ha outro, mais pequeno, tambem retrahido ao fundo de um pateo, e cuja arruinada frontaria adornada com o brasão dos Botelhos e dos Tavoras em duas pallas, subsiste de pé, rota e miseravel entre destroços. Tudo isso pertenceu á casa de S. Miguel, portanto aos parentes do animoso partidario do principe portuguez.

*

E foi pois (como vinha dizendo) *na quinta de Diogo Botelho, ao campo da Forca* (palavras textuaes de um documento que em breve citarei), que descançou, ancioso e indeciso, o senhor D. Antonio.

É nome formoso «Rei natural»—diz frei Luiz de Sousa—*Não enche menos os olhos um espirito prompto a se perder pela patria. Onde havia gente d'este humor, levantavam logo bandeira por D. Antonio*[1].

Correu a noticia. Como bem se imagina, causou em Lisboa desvairados effeitos o saber-se o principe aposentado no arrabalde. Temiam-se os magnates, e os do governo da cidade, da influencia decisiva que podia ter no animo da plebe a presença do neto d'el-rei D. Manuel. Almejavam as classes populares poder acclamal-o, protestando assim contra a idéa usurpadora, que era já um predominio. Pairava sobre Lisboa toda um fremito de terror e de esperanças. E no emtanto, pesava cada vez mais sobre as

[1] *Vida do Arcebispo*—L. IV, cap. XIII.

isenções nacionaes, e sobre os nossos brios historicos, o guante de ferro do desleal Castelhano.

A camara, que haveria podido immenso n'este tenebroso assumpto, já pela notoriedade dos nomes de que se compunha, já pela sua preponderancia nos varios corpos dos mistéres, reuniu-se em 2 d'esse mez de fevereiro [1].

Leu-se na reunião uma carta dos *governadores e defensores* do reino (triste *governo,* e opprobriosa *defensa!*), em que participavam o passamento do cardeal-rei, e recommendavam sobre modo á vereação todo o cuidado em manter pacifica a cidade, alheia ás desavenças em que podia digladiar-se a opinião publica.

Mandou a camara avisar sem demora os influentes, não esquecendo o influentissimo juiz da casa dos Vinte e Quatro. Falou-se na recente chegada (no dia ou na vespera) do senhor D. Antonio, e na sua aposentação na quinta de Diogo Botelho; commentou-se o grave successo; contou-se que já o dito senhor mandara chamar á sua presença pessoas principaes, e que o povo... (sempre o instincto leal da *arraia miuda* a apontar-lhe os seus guias! sempre os ambiciosos a enganal-a!) enchia o campo da Forca, e alli se demorava, curioso, inquieto, em roda da casa! Por baixo d'isso tudo lavrava o que quer que fosse; eram os primeiros rebates da sedição; eram os primeiros alarmas dos revolucionarios.

[1] Cartorio da camara municipal de Lisboa —*Livro* 1 *d'el-rei D. Henrique, e dos governadores e defensores que no reino ficaram por morte do dito senhor.*—fl. 28.—Vejam-se os *Elementos* do sr. Freire de Oliveira —T. 1, pag. 637 e seguintes.

Resolveu a camara enviar ao prior do Crato um emissario a pedir-lhe que sem detença se retirasse para fóra do termo, e que os direitos que elle ajuizasse ter á successão da corôa, os negociasse com os governadores, e não com a cidade, que era obrigada a obedecer em tudo ao que suas senhorias determinassem.

Antes de darem execução ao que assim deliberavam, pareceu bem aos vereadores communicar o accordo ao capitão mór das ordenanças da cidade D. Pedro da Cunha, e ao védor da fazenda D. Duarte de Castello-Branco, pessoas prudentes, respeitadas, e leaes[1].

Na tremenda espectativa em que laborava a opinião de todas as classes, Lisboa, como que pasmada, apresentava o sinistro espectaculo que ostenta ás vezes o mar nas lugubres calmarias que antecedem a tormenta. Como providencia preventiva, e visto que a Ribeira, a buliçosa Ribeira, era sitio perigoso, e onde mais levedava o fermento patriotico, lá estavam já, de murrões accesos e espadas em punho, os capitães e companhias, commandados pelo proprio capitão mór. Esperava-se, sem se saber o quê; temia-se, não se sabia o quê; obedecia-se, não se sabia a quem; declarava-se guerra, não se sabia a que ausente ou ausentes. Em summa: o terror é que fázia coruscar ferro e fogo nas mãos da auctoridade: e para lá do horizonte pesado e negro rugia não sei que trovão de mau agoiro.

Isto passava-se em Lisboa nos começos de fevereiro de 1580.

[1] Foi este D. Duarte o primeiro conde do Sabugal.

Vereadores, védor da fazenda, e capitão mór, juntaram-se pois em conferencia junto ao rio, alli mesmo, no caes chamado *da rainha,* e deliberaram sobre o que deviam fazer. Chegou o capitão mór a offerecer-se para em nome da cidade ir apresentar-se ao prior do Crato, supplicando-lhe em nome de todos que se retirasse para longe, por amor do socego nacional.

O caso é que, certamente por vêr a attitude da capital, houve o malfadado D. Antonio por mais acertado marchar sobre Santarem, onde um punhado de fieis o acclamou.

O resto do drama sabe o leitor. As illusões da realeza desvaneceram-se-lhe no meio da fumarada das escopetas do duque de Alba na batalha da ponte de Alcantara, e o leão castelhano estendeu sobre nós a sua garra.

J'ai nom lion.

CAPITULO VIII

Relance de olhos ao palacio do armeiro-mór no sitio de Arroyos.—O Homem da Caridade.

Visto que ainda agora me referi de passagem ao palacio a que pertencia a ermida de Santa Rosa de Lima, onde se albergou a foragida parochia de S. Jorge, detenhamo-nos alguns minutos no exame d'esse palacio, hoje transformado em fabrica.

Pertenceu outr'ora á farta herança de Affonso de Albuquerque filho, e andava no morgado dos Guedes senhores de Murça, hoje condes de Murça desde 1826. Houve porém demanda renhidissima entre estes Guedes, e a casa do armeiro-mór, que pretendia reivindicar essa posse, assim como a quinta de Azeitão, que formava parte da mesma herança.

Passados annos de lucta, deram os tribunaes sentença a favor da casa dos Costas do armeiro-mór, e entrou pois o palacio de Arroyos nos haveres do

1.º visconde de Mesquitella avô paterno do actual 2.º conde de Mesquitella, e 1.º duque de Albuquerque.

Era um casarão enorme, mas sem bellezas architectonicas. Cahira em 1755, quasi todo, escapando a capella e pouco mais. Reedificado tomou uma apparencia vulgar, sem ornamentação notavel, exterior ou interior.

Por informações muito fidedignas vou descrever o pouco que sei da casa.

Tinha dois andares, cada um com onze janellas sacadas de frente; ao lado do norte era, e é, a capella, com porta para a rua, tendo em lettras de bronze sobre as almofadas superiores dos batentes a data de 1670.

No primeiro andar duas grandes salas de recepção, o escriptorio do dono da casa, a sua camara de dormir e as das senhoras, as habitações das creadas, casa de jantar, e cosinha. No segundo andar uma vasta sala de jantar de apparato convertida n'uma bella livraria, quartos dos filhos da casa, alojamento de alguns creados, e tribuna deitando sobre a ermida.

O primeiro andar não tinha respiração senão para a rua, porque o predio era encostado ás terras, que ahi se elevavam muito. Do segundo porém sahia-se por uma larga varanda para o jardim, que era grande e confinava com chãos de semeadura.

Azulejos, pinturas muraes, ou em tectos (se as houvera) tinham desapparecido com a ruina da habitação em 1755.

Hoje a casa perdeu todo o interesse, e até o seu aspecto, desde que, aforada pelo actual dono, se

converteu em fabrica não sei de quê. Dizem-me porém que na capella se não commetteram destroços irreparaveis.

A este predio ligam-se memorias do bondoso conde de Mesquitella D. Luiz, esse de quem falou com filial piedade, mas com justiça estricta, o auctor do livro *Auroras da instrucção,* envolvendo-o (sem nunca o nomear) na affectuosa designação de «O homem da caridade;» grande figura, é bem certo! homem, que, pela distincção, pela incançavel dedicação civica, pela bondade para com todos, e até pelo talento, que elle occultava por sua muita modestia, foi digno d'aquelle perduravel monumento que a mão de um filho querido lhe soube levantar.

Desde que entrou na casa de Mesquitella, foi este palacio, quasi sempre deshabitado, considerado como residencia de verão até 1832 ou 1833. O chefe da familia, o conde de Mesquitella, morava habitualmente na sua casa do largo do Poço Novo, entre a travessa do Alcaide e o beco do Judeu, casa que lhe adveio com o vinculo do celebre ministro e diplomata do seculo XVII Antonio de Sousa de Macedo. Ahi lhe nasceram todos seus filhos. Em 1832 ou 33 é que se mudou a familia toda para Arroyos, e ahi veiu a fallecer o conde em 27 de novembro de 1853.

Entre outras ha duas memorias d'elle muito notaveis, ligadas á historia do palacio. Oiçamol-as da propria bocca do auctor da *Historia da Instrucção Publica*, e do *Christianismo e Progresso:*

*

«É a manhã do dia 24 de julho de 1833. O duque de Cadaval, á frente da divisão realista, e abandonando Lisboa ás forças liberaes, passa pela casa do Homem da caridade, que não tem tempo senão para dizer á esposa, doente de cama com uma doença febril: «Parte á hora que poderes com os nossos filhos;» e a pé seguiu a divisão.

«Momentos depois, ouvia-se ao longe o vosear confuso dos presos politicos, acabados de soltar, que se dirigiam para o palaclo do conde de Basto. Ficando-lhes no caminho a casa do Homem da caridade, param em tropel. Defrontam com o portão cerrado, pallidos pelo padecimento dos ferros, trazendo nas grenhas a imagem do turbilhão que lhes ia nos cerebros, leões lançados com a intelligencia para o Colyseu de duzentas mil almas.

«Param, disse; impellem o portão, invadem a loja, dividem-se, os da esquerda nas cocheiras principiam a transportar para a rua as carruagens, os da direita a levar os cavallos, arreios, tudo quanto encontram; um terceiro grupo se encaminha para a escada principal; mas de repente detêem-se todos.

«Que é?

«No primeiro degrau da escada achava-se firme, com a serenidade da resolução suprema, sorrindo-se para a morte, a bemdizel-a no cumprimento do dever, um velho, distincção na figura, amor todo elle aos moços que trouxera ao collo, dedicação elle todo áquella casa onde nascera, onde era filho pelo coração

e mordomo no cargo. Antonio Martins se chamava este heroe. A cohorte, agitada e sanguinea, tendo-se suspendido instantaneamente, recobra logo a resolução, inflamma-se, enraivece-se, avança para a escada, está já sobre o mordomo, quando este exclama, sereno, mas firme:

«— A nada me oppuz até aqui, senhores; levem ou queimem tudo isso; mas esta escada... só a subirão sobre o meu corpo.

«E calou-se, á espera da morte.

«Furiosos iam derrubal-o, quando o que figurava de chefe lhe pergunta:

«— Então de quem é esta casa?

«O quasi-martyr pronuncia-lhe o nome.

«Áquelle nome todos viram n'um repente, defronte de si mesmos, tambem sobre o primeiro degrau da escada, e ao lado do fiel mordomo, o proprio chefe da cohorte; e foi elle que então bradou:

«— Nem mais um passo. A mim e a quantos não matou aquelle senhor a fome! Nem mais um passo.

«E viu-se então a furibunda gente recuar deante do que poderiamos intitular «resuscitado heroico,» restituirem carroagens e cavallos, retomarem o caminho do exterminio, e seguirem pelo Caracol da Penha de França para o palacio do exaltado ministro realista, palacio que dentro em pouco era pasto ás chammas.

«E mal presumia n'aquelles momentos o ausente, que tinha salvado de longe, e só com o escudo do seu coração, a sua casa, do incendio, e talvez da morte a esposa e os filhos!...»

....

*

Concluirei o capitulo com outro fragmento do mesmo livro.

Approxima-se a ultima hora para o venerando conde de Mesquitella. Ferido de uma pneumonia n'uma das noites em que, por dever do seu cargo, lhe tocara velar duas horas o cadaver da senhora D. Maria II, jaz no leito.

*

«Na curta doença—diz D. Antonio da Costa—Na curta doença, em que uma resignação assombrosa encobria quanto possivel os lances afflictivos da pneumonia dupla, d'alli mesmo estava ordenando actos, que auxiliassem os necessitados.

«Abençoava os filhos, deixava saudades aos que no estrangeiro mal pressentiam a orphandade, e, já quasi no entrar da agonia, chamou o procurador, um amigo intimo, José Caetano Themudo, e disse-lhe um segredo. O procurador entrou no gabinete contiguo, e, cumprida a ordem, voltou decorridos minutos.

«Que segredo fôra? Revelou-o depois o amigo. Era a ordem de ir queimar as relações das quantias que lhe deviam as familias pobres do seu bairro. As chammas d'aquelle derradeiro acto de caridade no derradeiro acto da sua vida purificariam das imperfeições humanas o moribundo, que restituia o espirito ao seu Creador.

«O povo de Lisboa veiu lavrar a sua sentença e

render a sua justiça perante o corpo em que habitava aquelle espirito. O acto ia ser assombroso, como exemplo. Lição nunca vista em Lisboa até alli; nunca mais tornada a vêr!

«Na seguinte noite, quando jazia no leito para ser sepulto no dia immediato, o corpo d'aquelle homem, sentiu-se gradualmente na rua o vago borborinho da multidão, augmentando, augmentando sempre. O mordomo fiel teve de abrir o portão do palacio orphão, e de dizer áquelle povo, alli reunido e agitado:

«—Não é hoje, mas amanhã, que se hão-de dar as esmolas.

«Uma voseria unanime, como que desabafando n'um grito, lhe respondeu:

«—Não queremos esmolas, queremos beijar a mão ao nosso bemfeitor, ao nosso pae, ao nosso arrimo...

«E dos labios da multidão compacta sahiam estes e outros titulos de affecto.

«Noticiado o rogo á familia, as portas abriram-se; escada, salas, foram invadidas pelas turbas populares do bairro, e por familias de bairros distantes, em que a fatal noticia correra; e aquellas gentes humildes principiaram a caminhar ao longo do quarto mortuario, onde dentro em pouco tudo eram lagrimas, soluços mal comprimidos, lamentações pelo que haviam perdido; e assim proseguiam em fila, beijando-lhe pela ultima vez a mão, as meninas que elle tinha mandado ensinar, as esposas que sem elle ficariam solteiras, as viuvas que amparava, os artistas para quem obtivera trabalho; e até, de vêr o pranto geral, pranteavam as proprias creanças, que as lacrimosas mães levantavam nos braços, para que

podessem tocar com os labios a fronte d'aquelle que na vida as soccorria, e na morte estava sendo por todos bemdito; e á porporção que ia entrando, assim ia sahindo toda aquella gente popular, que alli viera depositar a dôr, para levar a saudade.»

....

*

Que quadro! que esplendido quadro!

E basta. Ahi ficam nobilitações de sobejo para aquella historica habitação, que no começo da sua chronica se condecora com o nome de Affonso de Albuquerque, e hoje, morta, ainda tem inscripto em lettras de luz na sua frontaria o nome illustre do neto d'elle, o «Homem da Caridade.»

CAPITULO IX

Um sitio denominado antigamente *O Nicho da imagem.*—As lanternas de devoção contribuiam para a illuminação publica.—O conde Andeiro e a sua lanterna.—Providencias d'el-rei D. Fernando sobre illuminação.—Outras considerações historicas no assumpto.—A tendeira do Nicho da Imagem.—Menciona-se o celeberrimo Caracol da Penha, e as suas vicissitudes.

*

Agora outro assumpto:

Mesmo defronte do palacio do armeiro-mór é a travessa do Caracol da Penha de França, caminho ingreme e pittoresco, entre vallados, e algumas casas, que leva a um dos mais formosos pontos de vista de Lisboa. Peço ao leitor que observe uma coisa:

Ha na esquina sul d'essa travessa para a rua de Arroyos uma pequena casa, de mesquinha apparencia, em cujo cunhal se vê um nicho, hoje tapado, mas que antigamente tinha por habitante não sei que Santo, ou Santa, com o indispensavel pingente da sua lanterninha. E havia tantos nichos assim por toda a cidade! era uma usança que me parece não fazia mal a ninguem, e, pelo contrario, concorria para a illuminação publica. Se o proprietario ou os visinhos queriam ter allumiado tal ou tal nicho, que lucrou a vereação em lh'o prohibir? Hoje ainda ha muitos, mas sem imagem.

Eu bem sei que me vou afastando da esquina do Caracol; perdão; já volto. Desejo apenas dizer uma parte minima do que sei no capitulo *illuminação de Lisboa* desde os seus principios até ao memoravel dia 17 de dezembro de 1780. O mais ficará para outra vez.

*

Antigamente andavam os transeuntes de todo ás escuras. Quem queria vêr onde punha os pés, mandava-se acompanhar de creados com tochas ou lanternas. Assim descreve Fernão Lopes ao conde Andeiro, por exemplo, na chronica d'el-rei D. João[1]. Essa grande figura embuçada, atravessando as ruas a deshoras, tem não sei quê de grandioso que nunca mais esquece. Se até a lenda fez do brilhante conde um papão! era um *côco* das creanças ainda no seculo passado; para se lhes metter medo, dizia-se-lhes

[1] Cap. II.

que esse personagem vagabundeava de noite[1]. É um resto dos odios que elle despertou no povo.

Foi n'um minucioso regimento policial dado por el-rei D. Fernando á cidade de Lisboa, em sua carta de 12 de setembro de 1383, que (entre outras providencias tendentes a prevenir a ladroagem) se estatue que, segundo os *homens bons* determinassem, se collocassem em certas ruas candeias (tochas, vellas, archotes) para afugentar malfeitores[2].

Seria Portugal o inventor d'esta ousança policial preventiva? não ousarei affirmal-o; o que li algures é que só em 1465, a 4 de julho, é que o rei Luiz XI de França ordenava a mesma providencia á municipalidade de Pariz.

Não sei bem como seria moda n'outras côrtes; só vejo que em 1736 ainda em Vienna de Austria iam os creados buscar com lanternas os amos ás casas onde estes passavam o serão. É o que se deprehende de uma carta do cavalheiro de Oliveira á princeza de Valachia[3]. Esse costume prova pois que ainda lá não havia illuminação, nem coisa parecida.

Quanto á França, que vae quasi sempre na vanguarda dos melhoramentos *materiaes*, foi só em 1769

[1] Bluteau — *Vocabulario de nomes proprios*. Nomes ridiculos.

[2] *E outrosi que ordinharedes que os ditos homẽes bõos das ditas freguesias fezessem cada hum em sua freguesia em as Ruas que vissem que compria teer candeas acezas per toda a noite, em guisa que as Ruas fosem alomeadas, porque per isto os que mal fazem de noite se cauidariom de andar por a Cidade.*

Annaes do Mun. de Lisb. — 1857 — N.º 32 pag. 257, citando o cartorio da c. m. de L. — Livro II d'el-rei D. Fernando, fl. 42.

[3] Carta XXV do Tomo I da edição da *Biblioth. portug.* — pag. 319.

que o velho systema *portuguez* se viu substituido em Paris por lampiões pendurados de cordas de lado a lado das ruas. Em 1785 escreve Mercier:

Dezasseis annos ha que já cá não temos lanternas; tomaram-lhes o logar os lampiões. Antigameute as oito mil lanternas, com suas vellas mal mettidas, apagadas, ou (quando menos) derretidas logo pelas ventanias, eram mesquinha illuminação, pallida, vacillante, incerta, cortada de sombras movediças e medonhas. Ora hoje não é assim; o moderno systema dá mais claridade ás ruas, e é mais facil para o serviço. Mil e duzentos lampiões convenientemente dispostos produzem uma luz viva, duradoira, e egual. Em noites de lua não se accendem[1].

Esses lampiões em corda não tivemos nós cá; mas tivemos os outros pendentes de um engenho de ferro engonçado que descia e subia á vontade. Isso mesmo, que hoje nos faz rir, habituados ao gaz e á luz electrica, deu uma verdadeira campanha quando o conde de Novion, chefe da policia, o introduziu.

Começou a illuminação em Lisboa a 17 de dezembro de 1780. Em 1791 havia já 809 *alampiões*. O administrador da illuminação, dependente da intendencia geral da policia, era em 1791 Antonio Luiz do Couto, morador a Santa Apollonia em casa do marquez de Penalva[2].

Ha vestigios da opposição systematica movida pela opinião dos *ramerraneiros* contra um tão assi-

[1] *Tableau de Paris* — par M. Mercier — Amsterdam — 1785 — 8.º — 4 vol. — 1.º vol. — pag. 125.

[2] *Almanack* de 1791 — pag. 279 e 280.

gnalado melhoramento; encontrei-os no precioso cahos de annotações, tão palpitantes e tão pessoaes, se bem que ás vezes grotescas, com que o bom de Francisco Coelho de Figueiredo enriqueceu o *Theatro* de seu irmão, o festejado dramaturgo Manuel de Figueiredo. Tratava-se da illuminação de Lisboa. O que isso daria que palrar! quanto não foram commentados os pros e os contras!

Estava-se n'uma assemblêa, e achava-se entre os circumstantes certo falador com vizos de engraçado, *barba muito escanhoada, cabelleira de duas guinguetas, vestido de velludo preto, e uma larga fita ao pescoço, em que tinha a cruz pendente.* (Bom retrato!)

Tendo-se falado,—diz Figueiredo—*e discorrido muito, das utilidades da illuminação da cidade, quando andava em questão, depois de largos discursos, em que esteve calado, respondeu a final em ar de Catão:*

—Eu não sei que utilidade me vem, estando em minha casa pelas 8 ou 10 horas da noite, que estejam ardendo a este tempo tantas mil luzes na rua. Eu não sei.

E encolhendo os hombros, voltando-se com ar risonho, correu o auditorio com satisfação:

—Eu não sei. Eu não sei.
... esperando que lhe dissessem: Amen[1].

É curiosa a anecdota, e parece-me contada com a maior graça.

Com a invasão dos candieiros, que sensatamente

[1] *Theatro de Manuel de Figueiredo*—T. XIV, pag. 498.

foram adoptados, apesar das considerações do peralta, ficaram os nichos prejudicadissimos.

Tudo isto veiu a proposito do tal nicho que ainda existe na esquina do Caracol. Chamava-se por causa d'elle ao sitio «o Nicho da Imagem». É denominação que tenho encontrado algumas vezes em antigos documentos.

Ora em 1753 morava no seu palacio *junto do campo de Santa Barbara defronte do senhor de Murça* (o predio Mesquitella) o conde de S. Miguel, velho; muito perto ficava o Nicho da Imagem; ahi tinha então uma tenda certa mulher, cuja filha entreteve com o conde Alvaro um romance que não vem para aqui, e que desfechou a final em ter de se recolher a tendeirinha para não sei que mosteiro.

Convença-se o leitor, de que tudo são romances n'este mundo, e de que as esquinas de uma cidade, grande e populosa como esta, teem mais historias para contar do que Dumas ou Julio Diniz. O caso todo está em saber prestar ouvidos.

*

O proprio Caracol da Penha, (que parece tão calado) se o interrogarmos, dir-nos-ha que ainda em 1857 não era mais que uma estreita e pittoresca azinhaga, com foros de caminho de pé posto. Passar ahi de noite, só Amadis de Gaula ou Ferrabraz da Alexandria; todo o resto dos mortaes eram exterminados.

Em sessão de 2 de abril d'esse anno de 57 (nos dirá o Caracol) recebeu a camara de Lisboa parti-

cipação de haver sido approvada pelo conselho de districto a deliberação tomada em 2 de março antecedente, para a expropriação de certo terreno a fim de se começarem alli alguns melhoramentos projectados. Foi approvado o orçamento, no valor de 669$870[1].

Em sessão de 10 de dezembro auctorisa a camara o alargamento do Caracol segundo a planta do engenheiro[2].

Finalmente em 11 de julho de 1859 determinou-se que se annunciasse a arrematação da obra da muralha, na estrada que hoje trepa elegantemente aquella encosta a pino[3].

*

Mas basta, basta. Sahiâmos do sitio de Arroyos, onde nos trouxe a fugida da parochial de S. Jorge para Santa Barbara, Santa Rosa de Lima, e o largo actual, e recolhâmo-nos ao ponto de partida, que é a Lisboa velha, passando agora a estudar alguma coisa da freguezia da Magdalena.

[1] *Ann. do Mun. de Lisb.*— 1857—num. 33—pag. 260.
[2] *Ann. do Mun. de Lisb.*— 1857—num. 48—pag. 389.
[3] *Ann. do Mun. de Lisb.*— 1859—num. 44—pag. 361.

CAPITULO X

Entra em scena a egreja da Magdalena.—Origens sabidas.—Incendios e terremotos.—A portada da frontaria.—As cinzas de Sentil Esteves, mãe de João das Regras.—Descripção da egreja antiga por J. B. de Castro.—O terremoto de 1755.—Duas lapides.—Descripção do templo actual.—Pedro Alexandrino.—Os mais antigos registos baptismaes, matrimoniaes, e obituarios.—Computações estatisticas.—Allude-se ao benemerito Bartholomeu Joannes.—O becco de Martim Alho.—A rua de Sancho de Toar.—O hospital dos Palmeiros.

Tratarei pois agora da antiga e illustre freguezia da Magdalena.

Viu João Baptista de Castro no cartorio d'ella um *livro antiquissimo,* onde se continha um documento attestando que na era de 1202 (anno de Christo de 1164) fallecera um prior d'esta freguezia, por nome D. Fuas, legando-lhe a herdade do Murganhal. Em troca do legado instituia um anniversario por sua

alma, festa funebre que era uso celebrar-se em 13 de setembro.

Ahi temos pois remontada muito alto, aos dias do nosso primeiro soberano, a existencia da parochia n'este logar.

Infelizmente nada subsiste do templo antigo, porque os incendios e terremotos tudo levaram.

Sabe-se que em 1369 padeceu esta egreja um incendio[1]; sabe-se que em 1600 um furacão arruinou o edificio, perdendo-se *a maior parte dos documentos do seu cartorio*[2].

Além d'isto, que se sabe, quanto não padeceriam aquellas vetustas paredes nos innumeraveis abalos que atormentaram Lisboa durante seculos!

O unico resto que escapou anterior ao grande terremoto de 1755 é a porta principal, isto é a central das tres que adornam a fachada. Tem todo o geito de manuelina, e até lá se lhe vêem as espheras a authenticar-lhe a origem.

Não só as paredes do templo são outras, mas até é outro o chão. Alli foi sepultada uma senhora altamente illustre, que veiu a ser avoenga de algumas casas principaes do reino, Sentil Esteves, mãe do grande doutor João das Regras, ou de *Aregas,* como insiste positivamente em que deve dizer-se frei Luiz de Sousa[3]. Determinou ella propria em testamento essa jazida[4]. Pois as suas cinzas preciosas desappareceram como tantas outras, e para sempre.

[1] Castro — *Mappa.*
[2] Id. ibid.
[3] *Hist. de S. Dom.*— P. II, L. II, cap. XVII.
[4] *Hist. gen.*— Prov.— T. VI, pag. 155.

Venham ao menos os testemunhos dos escriptores descrevendo o templo velho.

*

A egreja da Magdalena era da seguinte fórma, segundo João Baptista de Castro:

Tinha ao todo onze altares.

O mór era administrado por uma irmandade do Santissimo Sacramento.

Da banda do Evangelho seguia-se o altar de Santa Anna, onde em 1715 se collocou a imagem antiquissima do Senhor Jesus dos Perdões.

Depois o de Santa Luzia, com irmandade dos correeiros.

Depois o de S. Christovam onde havia a imagem do Menino Jesus do titulo do Bom Pastor, e a de S. Tude.

Depois o dos Apostolos S. Simão e S. Judas, onde havia a imagem de Sant'Anna.

O primeiro altar da banda da Epistola, contando de cima, era o de Nossa Senhora das Candeias.

O segundo, de S. Miguel e Almas.

O terceiro de S. Cosme e S. Damião com irmandade de medicos.

O quarto, de Santo Eloy, com irmandade de ourives da prata.

O quinto emfim, de S. Sebastião, com irmandade de alfaiates da rua do Principe.

Quando sobreveio a catastrophe de 1755, cahiu e ardeu o templo. Livraram-se as Sagradas Particulas por esforço do parocho João Pinto da Cruz, que

desorientado se foi refugiar com o seu preciosissimo deposito na egreja das freiras de Santa Apollonia. D'ahi foi abarracar, passado tempo, no Terreiro do Paço, e d'ahi se trasladou para a freguezia de S. Martinho, a qual, se bem que damnificada, não deixou de valer, como já observei, a outras parochias.

*

Não sei quando se reconstruiu o templo da Magdalena. Vejo só que andavam lá muitas obras em 1775. Dizem-m'o duas lapides que sobrepojam duas portas no corredor junto á egreja: uma para a sacristia da irmandade do Sacramento, outra para a da irmandade do Senhor Jesus dos Perdões. Ambas essas sacristias têem janellas sobre a rua de S. Julião (vulgo dos Algibebes). A primeira tem este letreiro:

ESTA SACRISTIA HE DA IRMAN
DADE DO SANTISSIMO SACRAMẼ
TO QVE EDIFICOV A SVA CVSTA
NO ANNO DE 1667 HAVENDO
COMPRADO NO MESMO ANNO
O SITIO EM QVE ESTA FVNDADA
E A REEDIFICO (*sic*) NO ANNO
DE M. DCC. LXXV.

A segunda sacristia (segundo lá me informaram) occupa o sitio da antiga ermida e hospital dos Palmeiros. Lê-se sobre a porta o seguinte:

ESTA SANCRISTIA CONTODA ASVA ARIA EAL-
TOS INCLVIDOS ATHE ATRAVESA DESAM
JVLIAÕ, HE DACOMGREGACAO DO SENHOR
JESVS DOS PERDOENS E SANTA CA-
THARINA O QVE TVDO MANDARAÕ
E DIFICAR O PREFEITO E MAIS JRMÃ
OS NO ANNO
DE M. DCC. LXXV

*

Resta-me descrever o estado actual do templo.

A egreja é alegre, talvez clara de mais; e desde a sua ultima reformação, ha uns dois ou tres annos, brilham aquelles doirados todos com demasiada intensidade, que o tempo ha-de corrigir quando os cobrir com a sua pátina tão agradavel.

Contam-se ao todo nove altares.

O altar mór, ao fundo da capella mór, tem um grande retabulo de Pedro Alexandrino. Sobre o altar n'uma larga misula levanta-se a imagem de Santa Maria Magdalena com um Crucifixo nos braços. Ás duas ilhargas d'este altar, em misulas collocadas em plano um pouco mais elevado que a central, as imagens de Santa Martha do lado do Evangelho, e S. Camillo do lado da Epistola. Nas paredes lateraes quatro magnificos quadros representando passos da vida da Magdalena. Que belleza de colorido! são (quanto a mim) das melhores producções do incançavel artista.

Seguem-se duas capellas collateraes.

A do lado do Evangelho é a da Eucharistia; ca-

pella pequenina, com um lanternim que a allumia; tem retabulo da ceia pelo mesmo Pedro Alexandrino, de quem são todos os demais quadros.

Seguem-se tres altares lateraes no corpo da egreja do lado do Evangelho.

O primeiro é da Senhora das Dores. Tem imagem da mesma Senhora, e em baixo a de Jesus mostrando aos fieis o seu proprio Coração.

O segundo altar é de Nossa Senhora da Conceição. Tem imagem da Senhora, e por baixo d'ella, a cima do altar, dentro n'uma maquineta de vidro, e perfeitamente visivel, o corpo de S. Fulgencio.

O terceiro altar tem a imagem de Santa Margarida de Crotona.

Passemos ao lado fronteiro.

A capella collateral, que responde á da Sagrada Eucharistia, é do Senhor Jesus dos Perdões, cuja imagem foi, conforme o depoimento de Cyrillo Volkmar Machado[1], obra de um tal Valentim, esculptor do seculo XVIII. Aos dois lados d'este altar estão as imagens de Nossa Senhora de Belem, que para alli veiu da capella dos Palmeiros (de que logo falarei), e em frente Santa Catherina.

O primeiro altar d'esta banda no corpo da egreja, contando de cima, é o chamado das Almas. Tem no alto a imagem de Santo Antonio, e em baixo a de S. Miguel.

O segundo altar tem no logar do retabulo duas colossaes imagens a par: a Virgem, e S. José. Entre elles a imagem pequenina de S. Tude, bispo. Esta

[1] *Memorias*—pag. 260.

tinha grande festa que lhe faziam as collarejas e vendeiras da praça.

O terceiro altar tem a imagem de S. Sebastião.

Nos altares não ha retabulos. Na ultima restauração da egreja passaram-se essas pinturas para as paredes, e emmolduraram-se em estuque. O tecto é bonito, cheio de medalhões com pinturas e doirados.

*

N'este templo rutilam (como em quasi todos os da capital) o talento vigoroso e a assombrosa fecundidade de Pedro Alexandrino. Não se crê o que esse homem trabalhou! não se faz idéa do dispendio que fez de estro e saber! Gloria ao grande pintor! e uma vez que, no alargamento da rua de D. Estephania, a camara municipal, zeladora nata dos seus municipes, entendeu dever expungir o nome historico de TRAVESSA DO PINTOR, que era a ultima na Carreira dos cavallos, á direita de quem vinha do campo de Sant'Anna, e acabava na travessa do Abarracamento da Cruz do taboado (quando esse PINTOR era nada menos que PEDRO ALEXANDRINO DE CARVALHO) cumpre-lhe reparar o mal, consagrando ao gigante artistico alguma das bellas ruas novas que na cidade se abrem cada dia.

Visitei esta egreja em 24 de fevereiro d'este anno de 1889; e o reverendo sr. prior interino, padre Amancio, teve a bondade de me informar de quaes são os mais antigos registos parochiaes. Eil-os:

BAPTISADO

17 de janeiro de 1756—Gregorio, filho de Cypriano José, e de Anna Luiza Joaquina.

CASAMENTO

1 de fevereiro de 1756—José de Freitas Guimarães com Joanna Maria da Trindade.

OBITO

4 de março de 1756—Pedro da Silva.

*

Antes de 1755 tinha esta parochia 800 fogos; em 1757 achava-se reduzida a 4[1]! Em 1878 dá-lhe o censo 463 fogos, e 2:518 habitantes, sendo 1:416 homens, e 1:102 mulheres.

*

No recinto d'esta mesma parochia habitou no seculo XIII o benefico Bartholomeu Joannes, segundo já disse quando d'elle tratei no meu estudo sobre a Sé de Lisboa. Escreveu o proprio Joannes em seu testamento:... *a egreja da Magdalena da dita cidade, onde fuy em outro tempo freguez*.

[1] P.e Luiz Cardoso—*Portugal sacro-profano.*

*

Examinemos agora os lettreiros de tres ruas da freguesia. Oxalá se podessem explicar os porquês de todos os outros!

*

Havia na freguesia da Magdalena o becco *de Martim Alho*. Já Christovão Rodrigues de Oliveira o menciona.

Ha pelo menos dois homens conhecidos meus com o nome de «Martim Alho».

Um era mestre de theologia na universidade de Lisboa, e vivia no tempo d'el-rei D. João I[1]. Era este illustre *cidadão de Lisboa* muito servidor da rainha D. Leonor, viuva d'el-rei D. Duarte, e seguiu á parcialidade d'ella nas suas desavenças com o infante D. Pedro[2].

O outro, tambem *morador em Lisboa,* citado por João de Barros[3], era pae de um tal Gaspar Dias, escrivão de um certo Payo de Sousa, que D. Lourenço de Almeida mandou uma vez por emissario a um regulo de Ceylão.

Foi de certo o primeiro dos dois, o *doutor de degredos,* quem deu nome ao becco. Do segundo nada sei, senão que parece talvez ser o mesmo Martim Alho, contemporaneo de Gil Vicente, a quem se di-

[1] *Lisboa antiga,*—P. II, T. IV, pag. 328.
[2] Duarte Nunes—*Chron. de D. Aff. V*—cap. VI.
[3] *Asia*—Dec. I, L. X, cap. V.

rige com as suas lamurias metricas a Maria Parda do grande troveiro, e que, a julgar pelo que ella diz, e elle responde, seria vendedor de vinho.

Tudo trevas.

*

Havia tambem na freguesia da Magdalena a rua de *Sancho de Toar,* ou *Thoar,* mencionada por Christovão Rodrigues de Oliveira. Tomaria talvez o nome de um cavalleiro do tempo d'el-rei D. João II e D. Manuel, com quem me encontrei, por exemplo, na chronica d'este ultimo soberano por Damião de Goes[1].

Quando em 1500 partiu para a India a armada de Pedralvares Cabral (chamado pelo seu mysterioso destino a descobrir o Brazil), ia por sota-capitão *(segundo commandante,* ou *immediato*, diriamos hoje) um Sancho de Thoar, na capitaina onde ia Pedralvares. Moraria na Magdalena? seria elle o que fixou nome á rua? Responda quem souber.

*

Outra rua d'esta mesma parochia denominava-se *do Esprital dos Palmeiros*. Explicarei o lettreiro, que é interessante para a historia dos costumes.

Como todos sabem, nos antigos tempos de crenças vivas, havia um semnumero de peregrinos a varias devoções; população fluctuante, que atravessava os campos e as cidades em demanda d'este ou aquelle sanctuario celebre, d'esta ou aquella imagem, a quem

[1] P. I — cap. LIV.

eram enderessadas promessas e orações. Em muita parte havia albergarias destinadas a esses devotos viajantes.

Ora succedeu, segundo conta em 1551 Christovão Rodrigues de Oliveira, que chegassem do sul a Cacilhas, no seculo XIV, uns romeiros inglezes, de caminho não sei para onde. Como ahi não achassem gazalhado, atravessaram o Tejo e desembarcaram em Lisboa, onde sentiram egual deficiencia. Pasmados de que em tão populosa capital não houvesse albergue especial para peregrinos (ou *palmeiros,* como lhes chamava o povo, por causa das palmas que traziam bordadas na capa) fintaram-se, e fundaram duas albergarias, uma em Cacilhas, outra em Lisboa, com as rendas necessarias para a sustentação de tão uteis estabelecimentos. Estatuia o compromisso, que fossem sempre administradores d'estes *espritaes* vinte cidadãos notaveis.

E diz o citado Oliveira:

Teem uma casa muito concertada, com uma enfermaria de leitos, e camas, e o mais necessario para os peregrinos, os quaes, per regimento dos ditos fundadores, não podem estar n'ella mais de tres dias.

Bluteau diz:

Em Lisboa na parochia de Santa Maria Magdalena ha o Hospital dos Palmeiros, que é albergaria de pobres peregrinos, a quem dá cama, agua, e candeia, só por tres dias. Fundou-se no anno de 1330. É administrado por vinte e cinco irmãos, um provedor, e um escrivão[1].

[1] *Vocab.*— verb. *Palmeiro.*

Parecem-me um pouco estes hospicios os *Albergues nocturnos* do tempo do senhor D. João I.

Foi mais este da Magdalena destinado pelo alvará regio de 21 de junho de 1628, com mais outros quatro sitios de Lisboa, para n'elle serem recolhidos meninos perdidos[1].

[1] *Elementos*—T. III—pag. 288.

CAPITULO XI

A porta do Ferro.— Porque era assim chamada.— Descripção conjectural da pòrta por Herculano.— A capella de Nossa Senhora da Consolação.— Sua origem.— Adornos da porta do Ferro em 1619 para a entrada de D. Filippe.— Passagem do cortejo lugubre dos condemnadòs á forca.— O largo dos Malheiros; origem d'essa denominação.— Tres propriedades da familia Sanches de Baena.

Agora, continuando a divagar n'estas immediações, somos chegados a um sitio altamente historico: a Porta do Ferro, de que já n'um dos volumes antecedentes tratei com a possivel minuciosidade[1]. D'então para cá, tenho colligido mais alguns apontamentos no assumpto, e não quero deixar de os repartir com o publico.

Diz em 1707 o padre frei Agostinho de Santa

[1] *Lisb. antiga* — P. II, T. I, pag. 178.

Maria no seu rico *Sanctuario Marianno*[1], que n'aquelle sitio da porta, ao poente da Sé, se chamava propriamente Lisboa, por serem alli os confins da povoação primitiva. Isso (note o leitor) ainda são restos apreciaveis e tradicionaes do tempo em que o arrabalde da Lisboa moira principiava alli. Quando não fosse a Porta do Ferro obra dos primeiros fundadores de Lisboa (isso já eu demonstrei que não podia ser), diz frei Agostinho que o seria *d'el-rei D. Affonso Henriques, ou de algum dos antigos reis;* e que, por ter tido alguns batentes de ferro, conservou ao longo dos seculos a dita porta o nome de *Porta do Ferro.*

É muito verosimil que assim fosse. Havia em Tanger uma porta chamada *o postigo de Gurel.* Em 1437 atacaram os Portuguezes com toda a ancia este postigo, tentando queimal-o; mas, diz Duarte Nunes, *por ser forrado de ferro* se não entrou[2].

Ha no *Monge de Cister* de Herculano uma phrase, que ainda não pude authenticar: *a porta do Ferro* — diz elle — *aberta no muro antigo, do tempo de Affonso III*[3]*;* d'onde se conclue, que, segundo Herculano, aquella porta fôra aberta no seculo XIII, quando é bem certo, que, segundo o indiscutivel testemunho de Osberno, mil vezes citado por mim, em 1147 existia a *porta do Ferro (porta ferrea).* Seria o caso que el-rei D. Affonso III alargasse o vazio da porta, como depois o fez tambem el-rei D. Ma-

[1] T. I, pag. 239.
[2] *Chron. d'el-rei D. Duarte* — cap. X.
[3] Cap. XVII.

nuel? Observo isto, com toda a cautela que se deve ter n'uma objecção a Herculano.

O que é muito bello em realidade é o quadro conjectural que o mesmo historiador nos dá no alludido romance. Repare o leitor:

O vão da Porta de Ferro — diz elle — ...... *constituia uma especie de quadra, rota de dois lados, posto que não em toda a largura, por duas portadas ogivaes, menos esguias e elegantes que as introduzidas pouco havia* (reinado de D. João I) *pelos architectos inglezes, mostrando bem por isso serem contemporaneas da muralha, isto é, do ultimo quartel do seculo* XIII. *Assim, o vão do arco offerecia quatro angulos reintrantes assás escuros, apesar de um dia esplendido, porque os grossos portões chapeados de ferro, abrindo sobre elles, obstavam ainda mais aos raios d'essa escassa luz, que as duas portadas opprimidas entre os cubellos e visinhas de altas casarias, deixavam penetrar a custo n'aquella especie de quadra.*

N'uma das paredes que corriam lateralmente, em relação ás portadas, via-se um pequeno arco, tambem ogival, e cujo vivo não excederia a decima parte da area dos dois arcos maiores. Era a communicação para uma escada, que, dividindo-se em dois lanços, subia para o andaimo do muro e para a capella de Nossa Senhora da Consolação. Como a antiga muralha já não podia servir para a defeza da povoação, que trasbordava por cima e para além do seu antigo recinto, e a capella raras vezes se punha patente, uma grossa porta de castanho impedia a communicação entre a quadrella e o arco, e deixava

apenas no topo inferior da escada uma especie de nicho escuro[1].

Essa alludida capella de Nossa Senhora da Consolação vem já dada na *Estatistica* manuscrita da bibliotheca nacional[2], como existente em 1552, data a que o livro remonta. Tambem lá se encontra a rua *da Porta do Ferro*. O *Summario* de Oliveira não menos comprova, pelo que diz, que já em dias d'el-rei D. João III, em 1551, a capella estava *situada sobre um arco de uma porta do muro antigo, que se chama a porta do ferro*. Segundo o mesmo compillador, havia n'esta capellinha Missa cantada todos os domingos, e em todas as festas de Nosso Senhor e de Nossa Senhora. As esmolas andavam por oitenta cruzados.

Segundo tradições conservadas no *Sanctuario Marianno*, tradições a que o auctor do livro não ligava comtudo grande valia, teria trazido de França a imagem da Senhora em tempo d'el-rei D. Manuel Martim Affonso de Sousa. Collocou-se primeiro n'outra parte, até que uma devota lhe deu renda para Missas que se haviam de dizer aos condemnados á forca. A irmandade da mesma Senhora fundou-se em 1554.

*

Está-me lembrando a gala com que se enfeitou a Porta do Ferro por occasião da entrada de Filippe II em Lisboa em 1619. Que festas por toda a

[1] *O Monge de Cister* — cap. XIX.
[2] Fl. 50, v.

cidade! que esplendor de recepções a cada canto! como as viellas tomaram ares de ruas limpas! O peor era o reverso da medalha. E o que tudo aquillo custou, Santo Deus!

Uma vez ia um dos nossos antigos reis em viagem; e as cidades, villas, e aldeias por onde passava o soberano trajavam em honra d'elle as suas galas mais domingueiras. Havia o prestito real de atravessar não sei que pobre aldeola sumida entre uns pinhaes, nas visinhanças de Coimbra, algures. A aldeola era, quando muito, uma duzia de casebres; pois nem esses mesmos quizeram deixar de ostentar ao sol de julho os seus sentimentos monarchicos. A rua era juncada até meia vara de altura com matto, que, pizado pelos animaes, triturado pelo tempo, e regado das cacimbas, vem a dar o melhor e mais fecundo dos adubos. Que riqueza alli estava! não digo que fosse finamente perfumada, isso não; com certeza os boulevards de Pariz, em abril, com as lojas cheias de violetas, rescendem melhor. Ora mas que fizeram os camponezes da tal aldeia?

—Chega el-rei na quarta feira? temos tempo. Isto assim é que não pode ser. Deus nos livre! Rapazes, é esconder esta estrumeira toda. Perguntam-me vocês onde? essa não é má. Onde ha-de ser? dentro das casas. Vamos a isto.

Dito e feito. Os forcados fizeram a obra; e quando na tal quarta feira el-rei passou, só viu umas ruasinhas areadas, limpas, e umas frontarias de choupanas caïadas de fresco. E até se acrescenta que dissera:

—Que aldeia tão aceadinha!

Se elle suspeitasse sequer!...

Assim foi a gala de Lisboa em 1619. Por fóra... cordas de viola; por dentro, miseria.

Essa recepção imponente do rei intruzo, essa recepção que amotinou o Tejo e retumbou em todas as sete collinas de Lisboa, essa recepção immortalisada pelo precioso desenho de Domingos Vieira Serrão, custou os donativos particulares em que se fintaram todos os misteres e todo o povo, e submergiu além d'isso alguns mil cruzados, que o senado tinha juntos para proceder á obra collossal de abastecer de aguas a sequiosa Lisboa[1].

Foi n'essa occasião de faina, que a velha Porta do Ferro, por onde o cortejo real havia de passar de caminho para a Sé, se enfeitou como nunca se enfeitara. Tudo em toda a parte era primoroso; mas a velha porta era um palmito. De linda que estava, parecia oiro! o arco triumphal que a encobria assentava sobre duas columnas corinthias de dezoito palmos de altura, lavradas, pintadas, doiradas a capricho. Architrave, friso, e cornija, eram revestidas de cera branca e doirada. No alto, sobre tres pea-

[1] As aguas de Bellas *algum tempo procurou o senado da camara trazer a esta cidade; e tendo juntos para a fabrica dos aqueductos mais de seiscentos mil cruzados, se gastaram nas grandiosas festas, nunca visto recebimento, e triumpho, com que entrou n'ella el-rei D. Filippe III de Castella quando possuia este reino, sem que do empenho em qué ficou Lisboa, sua nobreza, e povo, alcançasse remuneração, impossibilitando-se as rendas da cidade para deixar de fazer as obras publicas das fontes, com que muito mais se ennobrecera sua grandeza.*

Luiz Marinho de Azevedo—*Antig. de Lisboa*—L, I, cap. XXVIII. gag. 78.

nhas, levantavam-se aos dois lados duas pyramides cobertas de flôres e fructas artificiaes, e ao centro a figura de Flora entornando a cornucopia. O grosso do arco, e o tecto da Porta do Ferro, era tudo revestido de uma parreira vergada de racimos, roxos, brancos, e negros, esculpidos em cera, e tanto á propria, que faziam a gloria dos cereeiros auctores de toda esta opulentissima tramoia; tão opulenta, que, além da descripção de Lavanha, mereceu a consagração da poesia nos rimances de Francisco Rodrigues Lobo[1].

*

Com esta recordação festiva entrelaça-se outra, que é funebre a mais não poder ser. Occasiões houve em que a velha porta, que em 1619 tanto sorria, parecia estremecer ao escutar as badaladas de uma campainha lenta que se vinha aproximando; e parecia ulular, ao repercutir na sua abobada

o crebro som do lugubre instrumento.

Era aquelle o ultimo caminho dos condemnados á forca. Escutem.

Houve um tempo... (ha coisas que podem parecer fabula a quem não as presenceou) houve um tempo, em que Lisboa inteira acordava ao vibrar de uma noticia que dizia:

—Vae hoje a morrer um condemnado.

Ainda sou d'esse tempo, eu, com quanto não co-

[1] *La jornada de la Magestad catholica* etc., romance XXXVI.

nheça já, por experiencia propria, toda a angustiosa amargura que envolvia a cidade como um crepe, e se revelava no silencio das ruas, no amortecido dos rostos, no peso de melancolia que avergava o publico.

Terminaram os asperos debates da justiça humana. Accusadores e defensores cumpriram o seu dever. Encerraram-se as sessões do tribunal, e apagou-se a derradeira esperança. Sentenciado á morte, aguarda o reo no Limoeiro o começo dos preparos finaes.

É então que entra em scena com o seu papel todo conciliação, todo paz, a sublime instituição da Misericordia. Calaram-se todos os interesses humanos. Acordou a divina caridade.

É chamado um religioso de santa vida, e entra no Limoeiro a confessar o preso, e a acompanhal-o durante o dia todo da sentença inexoravel, e por todo o tempo que medeia entre a sentença e o patibulo. Ao segundo dia, diz-se Missa na cadeia, e dá-se a Communhão ao preso. Ao terceiro, começam a divagar pela cidade, em todas as direcções, umas bandeirinhas que só sahem n'aquellas occasiões tristes: com um homem vestido de alva pintado a cada lado. Sabem o que é isso? é o convite para todos os que quizerem acompanhar piedosamente o padecente com as suas orações até á forca.

Chegou o dia marcado. Sahem da egreja da Misericordia (hoje Conceição velha) em procissão os irmãos, da seguinte maneira: deante de todos vae o mordomo official da vara, acompanhado de um homem de serviço vestido de balandrau azul; este é

que leva a campainha, e a vae tocando de espaço a espaço. Segue-se a bandeira da Misericordia, erguida por um irmão todo de preto, entre dois outros tambem de negro, que levam as tochas. Á bandeira segue-se a gente que por devoção escolta o preso. Vão depois oito capellães, com tochas, resando as Ladainhas. Depois o capellão de semana levantando nos braços o Crucifixo; e finalmente em duas filas a numerosa irmandade, que em suas obras pregôa tão alto dois nomes veneraveis: o de frei Miguel de Contreiras, e o da rainha D. Leonor.

E assim, cabisbaixos, pelas ruas cheias de povo como que assombrado, silenciosos, ou resando alternadamente as Ladainhas, ao compassado retinir da campa, chegam ao Limoeiro, e esperam.

Sae o preso. Todos os olhos, de todas as janellas, de todas as trapeiras, se fitam n'elle. Sae o preso, n'um torpor pasmado já quasi inconsciente, pallido, parecendo mais alto com a alva, encostado ao capellão, que lhe vae segredando entre lagrimas algumas das ineffaveis consolações de alem-mundo. Chega-se ao padecente o capellão de semana, dá-lhe a beijar o Crucifixo, em quanto os circumstantes ajoelham a um tempo, n'um silencio augusto que nenhuma voz profana ousaria interromper.

Depois retoma o prestito lugubre o monotono andamento que trouxera até alli, e encaminha-se para o sitio onde se ergue o madeiro funeral.

Tudo silencio. Apenas se ouvem de quando em quando as melopêas da Ladainha, cortadas do retinir da sineta, e de longe em longe a voz solemne dos pregoeiros da Justiça que vão abrindo o cortejo.

Momentos antes da sahida do Limoeiro (este era um costume de antiquissima piedade, que parecia dar grande conforto aos padecentes), momentos antes, subira um sacerdote á ermidinha que dominava o arco da Porta do Ferro, e começara a Missa; tudo calculado por fórma, que, ao despontar o prestito, chegasse o preso a tempo de vêr levantar-se, de vagarinho, nas veneraveis mãos do celebrante, a Sagrada Particula, como um Sol a cuja alvorada o moribundo assistia pela ultima vez. Parava tudo, e tudo de joelhos na rua e nas janellas elevava a alma para Deus, presa no branquejar d'aquella Hostia.

Depois seguia outra vez a marcha, e d'ahi a pouco tempo, pendia no madeiro da vergonha um desgraçado[1].

*

Este costume da Elevação na ermida da Porta do Ferro lembra-me outro que havia na velha Pariz. Ao caminhar para o supplicio um reo de morte, fazia sempre uma curta paragem defronte de um devoto Crucifixo de pedra no pateo do convento das *Filles-Dieu*, e que ainda existia ha pouco mais de cem annos. As boas monjas oravam pelo condemnado, aspergiam-n'o de longe com agua benta, e mandavam-lhe tres bocadinhos de pão bento molhado em vinho.

Oh caridade!... oh filha primogenita do Christianismo!...

[1] Consulte-se sobre os pormenores d'estas ceremonias da justiça antiga frei Nicolau de Oliveira, *Grand. de Lisb.*—ed. de 1804—pag. 215 e seg.

*

Concluindo por agora com a *Porta do Ferro,* e com a ermida da Senhora da Consolação, acrescentarei que refere o auctor da *Demonstração historica da parochia dos Martyres,* que a Missa funebre dos condemnados se dizia mais antigamente debaixo de um arco de pedra, que ainda no tempo de frei Apollinario existia junto á torre meridional da Sé, sobre o sitio que chamamos *as Cruzes da Sé.* Era então a cadeia no castello de S. Jorge, e o logar das execuções, segundo elle, no sitio onde vemos a parochial de S. João da Praça; por fórma que o prestito lugubre vinha de S. Thiago á rua do Arco do Limoeiro, passava defronte da Sé, e seguia pela banda do sul do mesmo templo[1].

A ser verdadeiro isto tudo, refere-se ao tempo em que o Limoeiro era ainda paço, e sobe portanto ao seculo XIV.

*

Uma derradeira noticia:

Por traz de Santo Antonio da Sé, defronte do senado da camara, havia um pequeno largo, sobre o qual cahia um palacio, que em 1711 foi vendido por sua dona a condessa da Feira, D. Vicencia Luiza Henriques Forjaz Pereira Cesar de Menezes e Silva a Antonio Leite Pacheco Malheiro por 20:000 cruzados. D'essa venda em deante o logar (que não

[1] *Dem. hist.*—pag. 184.

sei que nome tinha) denominou-se *largo dos Malheiros*[1].

*

N'estas mesmas immediações muito proximas da Porta do Ferro possuia a familia Sanches de Baêna tres propriedades.

Uma d'ellas era foreira á Basilica em 4$000 réis e 5 capões. Outra, e parece ter sido a maior, pertencera á casa de Unhão, representada em 1578 por Manuel Telles de Meneses morto na batalha de Alcacer, deixando viuva D. Violante de Noronha, e filha D. Maria Telles de Meneses fundadoras do mosteiro do Calvario. Estas senhoras venderam em 3 de janeiro de 1617 a dita propriedade a Jeronymo Corrêa Basem (ou Bazan), que a vendeu a um dos antepassados da casa dos Sanches de Baêna[2].

[1] Noticia dada ao auctor pelo sr. visconde de Sanches de Baêna em carta de 1 de julho de 1885.

[2] Noticias dadas ao auctor pelo sr. visconde de Sanches de Baêna em carta de 9 de julho de 1885. Vide a nota no fim do volume.

CAPITULO XII

Os monturos de S. Mamede.— Antiguidade d'elles.— João de Barreira, typographo, na rua de S. Mamede.— Miguel Manescal da Costa ás Pedras Negras.—Luiz Corrêa da Cunha, o derradeiro typographo do sitio.

Não sahiremos do recinto da freguezia actual, que invadiu depois do terremoto a area da freguezia (então sua limitrophe) de S. Mamede, sem estudar mais alguns pontos interessantes.

S. Mamede, parochia que parece mais moderna que a Magdalena, e que depois de 1755 mudou a sua séde para longe, será estudada n'outro volume.

Subamos o que é hoje a rua do Almada, ou a calçada do Correio Velho, aos dois lados, poente e nascente, do enorme palacio dos srs. marquezes de Penafiel, e detenhamo-nos na encosta que teve outr'ora o nome de *Monturos de S. Mamede.*

Com a destruição quasi total de tanta somma de

predios, como a que rodeava a egreja de S. Mamede, acima da Magdalena, ficaram um cahos de ruinas todas essas immediações. Começou o tempo, que é um agricultor phantasioso e *sui generis*, a fazer o seu officio de semeador; e em poucos annos eram aquellas vertentes um monturo de matagal arborisado. Sahiu-se o originalissimo jardineiro como era de esperar de artista de tamanha pericia. É porém certo que já desde annos muito anteriores havia ahi, n'aquelle terreno empinado, chãos livres de edificação, e onde, por aquelles hervançaes, até pastavam (como nas eglogas de Virgilio, ou nos quadros de Annunciação) as mansas vaquinhas dos Tityros leiteiros.

Sim. Estes afamados monturos de S. Mamede, que só ha muito poucos annos deixaram de existir, transformados nas rampas arborisadas, que dão serventia desde a Costa do Castello até á rua nova de S. Mamede, são antigos. Toda aquella encosta montuosa e desegual, esboroada desde a rua do Milagre de Santo Antonio, conservou seculos feições silvestres, só toucada de urzes e matto. Aos actuaes habitantes da capital, isto é aos das gerações novissimas, custa a acreditar semelhante asserção; mas quem viu os barrancos de S. Bento (onde são hoje as escadinhas), os da rua da Procissão (tambem mascarados), e muitas outras paragens inteiramente campesinhas encravadas entre os predios novos, não põe duvida a traduzir em verdadeiro *campo vaccino* essas bonitas rampas, hoje todas empenachadas de pimenteiras. E se não, aqui vae prova da antiguidade do matagal. *Anda aqui á roda sempre* — diz D. Fran-

cisco Manuel nos Apologos dialogaes[1],—*como gado vacum em torno da ermida de S. Mamede.*

Querem pintura mais rapida e mais exacta? Quantas vezes os documentos antigos nos não revelam a incuria que houve em Lisboa a tal respeito! Toda a sorte de gado, grande e pequeno, divagava d'antes em certos sitios da capital; o que motivou diversas posturas, que deixaram rasto, e que só ha poucas dezenas de annos entraram nos costumes.

*

Outro assumpto.

Parece que ha muito tempo houve para estes sitios pronunciada attracção dos cultores da arte typographica. Vejamos.

Foi o meu erudito amigo o sr. dr. Sousa Viterbo, quem me denunciou a morada do celebre João de Barreira no seculo XVI, na rua de S. Mamede[2].

Colheu-o no frontispicio de um livro, cujo titulo exacto vou transcrever:

Tratado. | Que compôs o nobre & no- | tauel capitão Antonio Galuão, dos | diuerſos & deſuayrados caminhos, | por onde nos tempos paſſados a pi- | menta & eſpecearia veyo da India ás | noſſas partes, & aſsi de todos os des | cobrimentos antigos & modernos, | que ſão feitos ate a era de mil & qui- | nhentos & cincoenta. Com os nomes | particulares das peſſoas que os fi- | zeram: & em que tempos & |

[1] Pag. 139.
[2] Communicação em 14 de fevereiro de 1886.

as ſuas alturas, obra cer | to muy notauel & | copiosa. | Foy viſta & examinada pela ſanta Inquiſição. | Impreſſa em casa de Ioam da Barreira impreſ- | ſor del rey noſſo ſenhor, na Rua de ſã Mamede |

[É in 8.º de 80 fls. numeradas, precedidas de 4 não numeradas. No fecho (o recto da fl. 80) diz-se o seguinte:]

Lavs Deo. | A louuor de Deos, & da | glorioſa Virgem Maria, ſe acabou o liuro dos | deſcobrimentos das Antilhas & India. | Imprimio ſe em caſa de Ioham da | Barreira, impreſſor del Rey | noſſo ſenhor. Aos quinze | de Dezembro. De mil | & quinhẽtos & | seſſenta & | tres An | nos.

Consultando o recente livro compillado com tanto trabalho e critica pelo meu amigo o conselheiro Deslandes, e intitulado. *Documentos para a historia da typographia,* leio a pagina 33 estas palavras:

João de Barreira, um dos mais conhecidos typographos do XVI *seculo, e por ventura o mais opulento, teve officina em Lisboa, em Braga, e em Coimbra desde 1542 até 1590, trabalhando umas vezes só, e outras associado com o impressor João Alvares. De obras sahidas dos seus prelos consta que a sua officina de impressão de Lisboa estava posta na rua de S. Mamede da antiga cidade.*

*

Como falei n'uma typographia, não deve esquecer a de Miguel Manescal da Costa, cujo nome tão intimamente se liga á historia dos prelos portuguezes. Es-

tava estabelecida aqui perto, ás Pedras Negras, esta denominada *officina do Santo Officio*[1].

*

Outra recordação typographica se apega ao sitio: a de uma imprensa, cujo lettreiro semi apagado se percebe ainda no alto da rampa, na casinhola primeira da esquina, antes de chegar á Costa do Castello. Era de Luiz Corrêa da Cunha; e ahi se imprimiram em 1860 duas edições dos *Lusiadas* para escolas; uma traz a designação de *Costa do Castello n.º 15;* a outra: *Entulhos da rua de S. Mamede, 5.*

Em 1864 outra edição traz: *Entulhos da rua de S. Mamede, 5.*

Em 1868, nova edição: *Calçada do conde de Penafiel, 5.*

São todas edições baratas, em papel ordinario, para escolas de primeiras lettras.

O meu amigo dr. Xavier da Cunha, que me deu esses esclarecimentos bibliographicos, escreve-me em 4 de janeiro d'este anno de 1889:

Ora aqui tens tu como a simples inspecção de uma insignificante serie nas edições dos Lusiadas pode levar ao conhecimento das transformações por que municipalmente passou uma determinada localidade. As differentes datas que aponto, mostram que o trecho da rua em que existe o predio onde L. C. da Cunha tinha estabelecida a sua typographia, começara por ser considerado como pertença da COSTA

[1] Vide Gazeta de Lisboa—num. 30, de 26 de julho de 1746.

DO CASTELLO; *passou depois a figurar, com certos principios de autonomia, sob a designação, um poucochito irregular e arbitraria, mas significativa, de* ENTULHOS DA RUA DE S. MAMEDE; *e acabou (quando esse logar deixou de ser o barrancoso alcantil que ainda conheci, onde pastavam perus, ovelhas, e cabras), acabou por ter a denominação, que hoje conserva, de* CALÇADA DO CONDE DE PENAFIEL.

Lá está a casa com o mesmo num. 5. Simplesmente em vez da imprensa, que desde muito findou, ha hoje um collegio de meninas. Quando as chuvas são muitas e continuadas, que a humidade abebéra as camadas da cal com que se reveste a parede exteriormente, ainda hoje é facil reconhecer por transparencia o lettreiro negro posto pelo propriétario da imprensa ao de cima da porta: TYPOGRAPHIA DE L. C. DA CUNHA.

CAPITULO XIII

Transformação dos entulhos de S. Mamede.—Como procedeu a camara no intuito de melhorar essa encosta.—E muito auxiliada pelo bondoso conde de Penafiel.—A respeito d'este titular, hoje fallecido, fala-se no seu antigo officio de correio mór.—É creado esse officio por el-rei D. João III.—Como se suppriam correios no seculo XV.—No seculo XVII entra Luiz Gomes da Matta na propriedade do officio de correio mór.—Por elle é que possue essa regalia a actual familia Penafiel.—Uma quinta em Carnide.—Bellezas dos correios e postas em dias d'el-rei D. Sebastião.—Em 1797 é extincto o officio e incorporado na corôa.

Lançarei ao papel alguns dos melhoramentos municipaes, que a pouco e pouco, desde vinte e cinco annos a esta parte, foram transformando os famigerados *monturos,* ou *entulhos de S. Mamede.*

Em sessão de 2 de agosto de 1860 recebeu a camara municipal um officio, em que o delegado de saude pedia providencias ácerca do estado deploravel de

um cano de despejo que alli corria nos entulhos a entroncar no cano da rua de S. Mamede[1].

Mas em 16 de maio do anno seguinte, de 1861, é que, a bem dizer, principia a concentrar-se a attenção dos vereadores no embellezamento do sitio, visto como na sessão d'esse dia é que se mandou proceder á vistoria dos terrenos fronteiros ao palacio Penafiel, a fim de se averiguar a quem pertenciam ao certo esses monturos. Realisou-se o exame a 22 ás 11 horas[2].

Levou seu tempo o negocio, como tudo em Portugal. Só em 8 de maio de 1865 é que o vereador Cesar d'Almeida dá parte á camara, de que, em virtude da auctorisação recebida em 30 de março, escrevera logo em 31 para Roma, ao conde de Penafiel (pae da actual senhora marqueza), indicando-lhe as condições com que o municipio emprehendera fazer o desaterro e ajardinamento das rampas na rua nova de S. Mamede, condições que eram as seguintes:

1.ª—O largo em frente do grande palacio do referido conde, e as obras de supporte, serventias, etc., ficariam propriedade da camara;

2.ª—N'esses terrenos não poderia a camara edificar;

3.ª—Sendo o orçamento calculado em 2:600$000 réis, o conde concorreria com metade.

Em 22 de abril respondia o conde de Penafiel ao respectivo vereador, que annuia de todo ás clausulas

[1] *Archivo mun. de Lisboa.*—1860—Num. 32—pag. 253.
[2] *Archivo mun. de Lisboa.*—1861—Num. 73—pag. 578.

citadas; pelo que, só se carecia da auctorisação da camara para se começar quanto antes[1].

E começou-se. Já na sessão de 11 d'esse mesmo maio participava o vereador Almeida aos seus collegas, ter mandado proceder ao desaterro em frente do palacio, e pedia que o largo desaterrado se ficasse chamando *largo do Correio mór*. Deliberou a camara pedir a necessaria auctorisação ao governo civil[2], auctorisação que lhe foi concedida.

Foi depressa a obra. O conde de Penafiel offereceu bizarramente 100$000 réis como donativo para auxiliar a construcção d'essa meia laranja em frente do palacio[3]; e a fabrica PERSEVERANÇA, de J. P. Collares, arrematou por 4$100 réis o metro corrente a gradaria da muralha da dita meia laranja[4].

Começou-se a povoar o sitio com algumas casas novas que lá vemos[5]; e os varios ramos d'essa calçada tomaram nomes. Requereu o conde, se collocassem os lettreiros por que eram já conhecidas as abruptas serventias d'aquelle precipicio: *travessa da Matta,* e *calçada do conde de Penafiel.* Effectivamente em 20 de dezembro de 1866 officiou o governador civil á camara, enviando-lhe o requerimento do conde, e perguntando se havia inconveniente. Em sessão de 24 deliberou a camara que nenhum[6].

Mas fez mais ainda o conde de Penafiel; pediu

[1] *Archivo mun. de Lisboa.*—1865—Num. 281—pag. 2245.
[2] Id., ibid., pag. 2246.
[3] Id., 1866—Num. 319—pag. 2558.
[4] Id., 1866—Num. 351—pag. 2837.
[5] Id., 1866—Num. 360—pag. 2911.
[6] Id., 1867—Num. 366—pag. 3954.

ser auctorisado a mandar elle collocar os lettreiros com a denominação de *largo do Correio mór* no largo fronteiro ao seu palacio; ao que a vereação annuiu sem demora[1].

Arborisou-se tudo; macadamisou-se o piso; a requerimento do vereador Vaz Rans pôz-se uma gradaria de ferro na cortina do topo da *calçada do conde de Penafiel*, em seguimento e por cima da *travessa da Matta*[2]; e em summa, com estas justas providencias tiveram os entulhos de S. Mamede a ventura de trocar a sua feição sertaneja no aspecto elegante que hoje ostentam, sendo um oasis agradavel e salubre.

*

Falei na familia Penafiel, dona ainda hoje do immenso pedio que toma todo o quarteirão entre a rua *nova de S. Mamede*, a calçada *do Correio Velho*, a rua *das Pedras Negras*, e a rua *do Almada*. Direi mais alguma coisa a respeito d'esta familia, em cujos primogenitos se conservou até quasi aos nossos dias o cargo hereditario de *correio mór*, do mesmo modo que os principes soberanos de Thurn und Taxis eram proprietarios do officio de correio das postas feudaes da Allemanha[3].

Foi el-rei D. João III quem creou o officio de cor-

[1] *Archivo mun. de Lisboa.*— 1867 — Num. 373 — pag. 3021.
[2] *Archivo mun. de Lisboa.*— 1867 — Num. 398 — pag. 3221.
[3] Acerca d'esta familia traz boas indicações genealogicas o vol. XXXIV, anno 1866, pag. 377 do riquissimo vulgarisador que se chama *Magazin pittoresque.*

reio-mór. Até alli provavelmente cada um mandava proprios, quando podia, ou recorria a almocreves; tudo serviço particular, que deixava semi-paralyticas as communicações commerciaes e sociaes. Foi pois um assignalado serviço que prestou á sua terra o fundador dos correios.

Ainda no fim do seculo XV (na falta de telegrapho electrico) desejoso el-rei D. João II de receber quanto antes a noticia de se ter desposado em Sevilha seu filho o principe D. Affonso com a formosa infanta castelhana D. Isabel, *ordenou* — diz Ruy de Pina — *escudeiros de sua casa postos a cavallo em paradas pelo caminho, que com toda a pressa de um em outro lhe trouxessem, como trouxeram, a dita certidão*[1].

Como se calcula, nada d'isto era toleravel. A creação dos correios officiaes era pois uma necessidade. O escolhido para o cargo de dirigir o serviço postal portuguez foi, ou por seus conhecimentos, ou por sua actividade, Luiz Homem, cavalleiro da casa real, o qual ficou usufruindo o titulo de *mestre dos correios e correio-mór*. Casou, e teve uma filha, que veiu a casar com um tal Luiz Affonso.

Trouxe-lhe a noiva a espectativa de successão nos rendimentos do cargo paterno; e em Evora, a 13 de janeiro de 1533 nomeou el-rei D. João III mestre dos correios ao dito Luiz Affonso, por fallecimento de Luiz Homem seu sogro.

Parece que só consentia linha feminina este cargo; porque, tendo Luiz Affonso tido de sua mulher uma filha, herdeira da casa, a viu casada com Francisco

[1] *Chron. d'el-rei D. João II.* — cap. XLIV.

Coelho, que foi depois moço da camara d'el-rei D. Sebastião.

A este genro de Luiz Affonso passou el-rei D. João III alvará de lembrança para haver de lhe ser concedido o cargo de correio-mór por morte do sogro; o que effectivamente se deu em virtude da carta d'el-rei D. Sebastião, feita em Lisboa a 6 de setembro de 1572.

De varias filhas que teve Francisco Coelho, foi a primogenita Ignez da Guerra, em quem certamente punham mira os mais alfenados cavalleiros da rua Nova, e palradores do Rocio, pois se dizia de bocca em bocca existir um alvará do cardeal-rei, datado de Lisboa em 10 de junho de 1577, onde, attendendo aos serviços de Francisco Coelho, e aos de Luiz Affonso, se concedia á pessoa que houvesse de desposar-se com uma das filhas de Francisco Coelho a sobrevivencia no doirado cargo, cujos pingues rendimentos abarrotavam já então as tulhas do proprietario.

Quem buliu no coração da juvenil Ignez da Guerra foi um Manuel de Gouvêa, que na egreja de S. Nicolau deveu ao matrimonio a sua nomeação de mestre dos correios e correio-mór. A carta é de 7 de setembro de 1579.

Vinte e sete annos andados, fallecido Manuel de Gouvêa (ou, segundo alguns opinavam menos exactamente, sendo-lhe trocado o logar no de guardamór da casa da India) ordenou D. Filippe II se vendesse o cargo de correio-mór pela somma de 70:000 cruzados; e assim se fez, comprando-o Luiz Gomes da Matta, e entrando na posse da sua nova proprie-

dade por carta datada de Madrid em 19 de julho de 1606[1].

Vemos pois que por este Luiz Gomes da Matta entrou legitimamente o cargo e titulo de correio-mór, com todas as suas preeminencias e isenções, na familia respeitavel e illustre, que hoje é representada pelos marquezes de Penafiel.

Era Luiz Gomes pessoa abastada; coronel, correio-mór, e fidalgo da casa real. Sem mencionar por agora outras propriedades da mesma familia, como por exemplo a sumptuosa quinta de Loures, etc., citarei apenas outra quinta que os correios móres possuiam em Carnide, e que ainda em 1634 pertencia a Luiz Gomes. Ahi nasceu n'esse anno D. Margarida de Castro, filha d'elle e de D. Violante de Castro, e poetisa apreciada, de quem trata Barbosa[2].

Era essa quinta um formoso e agradavel retiro, reputado entre os melhores dos arrabaldes da capital. Ahi veiu a fundar-se o mosteiro, que ainda lá subsiste, de carmelitas descalças[3].

*

Antes de proseguirmos, quero mencionar alguns pormenores, que pintam a distancia que vae do

[1] *Arch. da Torre do Tombo.*— Chancell. de Filippe II de Portugal (III de Hespanha)—Liv. 22—fl. 218 v. N'esta carta se incluem todas as outras que citei e extractei.

[2] *Bibl. Lusit.*— T. II, pag. 557.

[3] Frei José de Jesus Maria — *Chron. dos carm.*— Livro VII, cap. XIX.

serviço postal em dias d'el-rei D. Sebastião ao de hoje.

Segundo o testemunho de frei Luiz de Sousa, sete dias levava uma carta em meio do seculo XVI, para vir de Braga a Lisboa[1]!!

Achando-se em Obidos o mesmo soberano, no tempo da peste, mandou pôr no caminho de Lisboa uma grande quantidade de alabardeiros, que entre si podessem communicar com a maior presteza, e fazer com que el-rei recebesse amiudadas missivas da camara da capital[2]. Faz rir hoje.

No tempo de frei Nicolau de Oliveira tinha o correio-mór ás suas ordens apenas doze correios a cavallo e trinta a pé[3]! Não admira pois que, sendo tão diminuto o pessoal, fosse incompletissimo o serviço. As *mandadeiras* das provincias só se recebiam aos sabbados em casa do correio-mór, a S. Mamede; e todas tinham um só preço[4].

*

O decreto de 18 de janeiro de 1797 extinguiu o cargo hereditario de correio-mór, e incorporou-o na corôa, concedendo-se como indemnisação ao ultimo proprietario, Manuel José da Maternidade da Matta de Sousa Coutinho, o seguinte: o titulo de conde de juro e herdade, com tres vidas fora da lei mental;

[1] *Vida do Arcebispo* — L. III, cap. XXIX.

[2] Cartorio da camara mun. de Lisboa. — L. 1.º de saude, fl. 162.

[3] *Grandezas de Lisboa.* — ed. de 1804 — pag. 176.

[4] D. Francisco Manuel de Mello. — *Apologos Dialogaes.*

a conservação da honra de creado de sua magestade; uma renda permanente, que podesse vincular em morgado, de 40:000 cruzados por anno, ou em commendas, ou em bens da corôa, ou em renda do mesmo correio; pensões vitalicias de 400$000 réis cada uma para a mãe, o irmão, e as irmãs do proprietario, pensões reversiveis para elle no caso de sobrevivencia, com a circumstancia de que essas pensões o desobrigavam de dar o equivalente que por acaso devesse a sua mãe e irmãos, podendo até descontal-o nas arrhas ou legitimas.

A extincção de um tal cargo publico como pertença de familia foi providencia de subido alcance; ninguem poderá negal-o.

Ao tempo do ultimo proprietario, que veiu a ser o primeiro conde de Penafiel, pae da actual senhora marqueza, sendo serventuario d'elle Duarte de Sousa Coutinho, isto é, nos fins do seculo XVIII, tinha a cidade de Lisboa, este emporio commercial de tamanha opulencia, correio apenas duas vezes por semana do Além-Tejo e do Algarve! chegava pachorrentamente ás segundas feiras, e abalava com toda a pausa ás terças de tarde!! Da Beira chegava nas sextas, e partia nos domingos de manhã!!! Do estrangeiro chegava nas segundas e sextas de manhã, e partia nas terças e sabbados[1]!!!!

Lá fora a Europa toda a referver! a Inglaterra a sacar milhões de dentro dos minutos! a actividade napoleonica principiando a incutir-se a toda a engrenagem da machina social! e nós aqui! no estagna-

[1] Almanacks dos ultimos annos do seculo XVIII.

mento! olhando uns para os outros! sem a emulação! sem a communicação! trabalhando a compasso de solfa, e contentando-nos, na monotonia burgueza da cidade, com ouvir só de longe em longe (como novidade que chamava gente ás portas, e atrahia as donas ás adufas, desde as Portas da Cruz, até á calçada do Correio Velho)... a matinada sonora e senhorial dos machos do correio-mór. Não; não podia ser.

Os homens para os officios, e não os officios para os homens—bradava com um rugido de leão, o espirito da lei pombalina de 23 de novembro de 1770. O decreto pois de 1797 foi beneficio nacional, e internacional até; foi passo de alta logica administrativa.

Pelo regulamento de 1 de abril de 1799 começou a gerencia dos correios e postas a ser de facto administrada pela fazenda real, e mudou de todo esse serviço, com quanto as communicações com as provincias fossem pouco mais frequentes do que até alli. A séde do correio passou para o palacio do marquez de Olhão na calçada do Combro, onde todos a conhecemos. O inspector era sempre um funccionario altamente collocado; o resto do pessoal consta dos Almanacks do tempo.

Mencionarei de passagem a discussão que tanto occupou a imprensa e o parlamento acerca d'este assumpto em janeiro de 1853.

Pode o leitor curioso vêr o livro que se intitula:

Collecção | dos | Diplomas | e outros documentos necessarios, para devidamente | se apreciar o direito | do | conde de Penafiel, | e hoje sua filha | a con-

dessa do mesmo titulo, | ácerca das rendas | que, por transacção com a corôa, lhe foram dadas por esta | em compensação | do | Officio do Correio Mór do Reino. | Porto | .... | 1860—8.º—1 vol. de 208 paginas.

CAPITULO XIV

A ermida velha e a nova ermida de S. Chrispim.—Averiguações historicas.—Rebatem-se lendas antigas.—Correcções da *Lisboa antiga* á mesma *Lisboa antiga*.

Visto que nos achamos na vertente d'esta montanha de S. Mamede, detenhamo-nos na calçada historica de S. Chrispim, perante as memorias da antiga ermida do mesmo Santo.—*Da antiga*—disse bem; porque temos que distinguir entre a primitiva ermida e a moderna, a que lá está na rua nova de S. Mamede, herdeira e depositaria de reliquias preciosas.

Já n'esta mesma obra[1], quando tratei dos escassos vestigios que em Lisboa ficaram do memoravel cerco de Lissibona por Affonso Henriques, me referi rapidamente á ermida de S. Chrispim e S. Chis-

[1] P. II, T. II, pag. 232 e seg.

piniano, padroeiros do dia 25 de outubro, em que o chefe da primeira dynastia dos nossos soberanos, á frente do seu exercito, e rodeado de clero e povo, fez a sua entrada triumphal na conquistada Aschbouna, depois de ter tomado a praça a 21 de outubro.

Esta ermida, relativamente moderna, acha-se porém tão ennevoada de lendas, que, não tendo eu áquelle tempo conseguido examinar ainda os documentos do cartorio da irmandade, me deixei levar das phantasiosas apparencias, com que ás vezes a historia nos faz contemplar Adamastores, onde apenas se alcantilam penedias vulgarissimas. Assim foi, que mencionei (com toda a reserva ainda assim) a astuciosa Catherina Fernandes e os seus enganos á soldadesca moira do seculo XII; versão que outros corrigem, dando essa mulher como generosa e enthusiastica festejadora da victoria com dadivas e larguezas de animo rasgado.

Verdade seja, que essa personalidade vaga de Catherina Fernandes, realçada do brilho legendario das grandes figuras, apparece, aqui, além, nas tradições, sem ninguem poder dizer o tempo em que ella viveu, nem sequer o verdadeiro papel que representou.

Um manuscrito velho da bibliotheca nacional, documento cuja authenticidade não sei, mas que pertence áquellas sylvas de apontamentos obscuros que formigam por lá, provindos sabe Deus d'onde, e sahidos sabe Deus de que mão estudiosa, diz que uma Catherina Fernandes legou aos irmãos sapateiros umas casas junto á ermida d'elles, com uma clausula certamente pouco vista em doações; a saber: que todos os annos, na vespera dos mesmos Santos,

se atirasse aos rapazes um sacco de castanhas e uma alcofa de maçãs[1].

O que significava essa deixa? Se, como quer o anonymo auctor do apontamento, ella commemorava a bizarria da dita mulher, que, transportada de jubilo, entrou a arrojar quanto possuia aos soldados vencedores, ha certa paridade entre o feito d'esta Catherina Fernandes, e o de uma Isabel, tambem Fernandes, a quem chamavam *a velha de Diu*, e que *despendeu parte dos seus bens... em mimos e regalos, com que no mais vivo do conflicto alentava os soldados, exhortando-os á defensa e peleja com rasões maiores que de um espirito e juizo feminil.* Jacintho Freire é que o diz[2].

Deixando porém de parte esses romances forjados

[1] DEIXA Q̃ SE FAS TODOS OS ANNOS

Caterina fernandes deixou hũ cazas apar da hermida de são crispim aos hirmãos sapateiros com obrigacão de uespera de são crispim e crispiniano deitarem hũ saco de castanhas aos rapazes e hũ alcofa de macans e com obrigacão e oje não deitão tantas e nem tantas macans. Dizem q̃ foi o caso q̃ a dita mulher comecou a deitar tudo quanto tinha em casa aos soldados e a mais gente como festijando a dita tomada e alegrya. Está sepultada na mesma hermida com campa raza e deixou de dizer o mez dos defuntos humas tantas missas e huma cantada q̃ uão todos os annos cantar os beneficiados da freguesia de sam Mamede. Bibli. nac. de Lisboa.—Apontamento mss. a fl. 37 do vol. da rep. de mss.—A, 2, 14, (A, 1, 21 antigo).

Pode consultar-se um engraçado artigo do bom Silva Tullio a este respeito na *Revista universal lisbonense*, 10.º anno, pag. 144 (28 de novembro de 1850).

[2] Bluteau — *Vocab.*— verb. *Velha.*

pela imaginação do grande poeta chamado o povo, assentemos uma coisa: de 1560 em deante é que principia a historia authentica da ermida e da irmandade.

N'esse anno é que se celebrou um compromisso entre os irmãos, sapateiros de Lisboa, approvado pelo arcebispo D. Miguel de Castro, e em que se dizia haverem-se ajustado os sapateiros em edificarem uma egreja aos Martyres S. Chrispim e S. Chrispiniano, seus advogados. Parece que até esse tempo se congregava a irmandade na parochial de S. Mamede.

Estavam talvez reunidos alguns capitaes, mas faltava o terreno. Possuia D. Affonso de Menezes, filho do conde de Penella, na calçada, ou encosta, que subia *da Porta do Ferro para a da Alfofa* (hoje as escadinhas de S. Chrispim) defronte das casas de D. Garcia de Noronha, *um chão onde estava uma amoreira*. Pareceu azado o sitio, e falou-se no assumpto a D. Affonso; e elle, com bizarria propria de quem era, passou aos irmãos á seguinte declaração:

Todo o direito que tenho e posso ter no chão que estes supplicantes dizem em sua petição que me pertencem (sic), *de que se pagam dois tostões de fôro á Cidade, eu o largo e trespasso aos ditos supplicantes para fazerem n'elle a Capella que dizem; e isto consentindo n'isso a Cidade, e não de outra sorte; e por verdade assigno aqui em Lisboa a 17 de outubro de 1563 — Dom Affonso.*

Em 8 de janeiro seguinte, de 1564, achavam-se presentes na casa da vereação de Lisboa D. Duarte

da Costa, Francisco Botelho, e o dr. Pedro Fernandes, vereadores, e Diogo Soares e Francisco Vaz, procuradores da cidade, e mais Gonçalo Mendes, corrieiro, Diogo Paes, ourives do oiro, Francisco Vaz, tanoeiro, e Balthazar Rodrigues, cerieiro, procuradores dos misteres d'ella, e Christovão de Magalhães escrivão da camara; e perante todos elles compareceram Lazaro Gomes, Martim Annes, João Dias, e Francisco Fernandes, mordomos, juiz, e procurador, da confraria de S. Chrispim e S. Chrispiniano, todos elles sapateiros. Disseram estes que havia annos que andava a confraria para arranjar casa propria, mas que a não fizera por não encontrar dentro dos muros de Lisboa logar conveniente. Agora porém, depois que D. Affonso de Menezes lhes doara o terreno, iam começar a erigir a ermida. Pediam pois os mesmos irmãos ao senado da camara o consentimento para o trespasso, e a annullação do fôro. A camara annuiu a tudo. As confrontações do chão, feitas por Diniz Carvalho, medidor das obras da cidade, eram assim: A rua em toda a testada do chão media 34 palmos de largura. Do nascente media o chão 70 palmos de comprido, e partia com barbacã da cidade, a qual barbacã pertencia a Antão de Faria. Do poente 82 palmos, e partia com rua publica que seguia para a porta da Alfofa. Do sul 57 palmos, e partia com chão de Antão de Faria. Todo este chão era da fórma de uma especie de triangulo, com o vertice para o norte. Esta medição fôra feita em 15 de novembro de 1563.

Em 30 de julho do referido anno de 63 tinham já os irmãos celebrado com o prior e cabido da pa-

rochial de S. Mamede um contracto, em que disiam, que, tencionando *levantar dentro n'esta cidade ou fora dos muros d'ella, e na freguezia da dita egreja de S. Mamede, uma ermida do orago dos ditos Santos Martyres Chrispim e Chrispiniano,* faziam composição com o prior e mais padres de S. Mamede, para todos os rendimentos das oblatas etc. aos ditos Santos, ficarem propriedade exclusiva d'elles, irmãos, e nunca mais haverem ingerencia n'isso os mesmos padres[1].

A ermida fez-se, com sua sacristia, tribuna, e casas em que vivia o capellão; achava-se prompta em 1572; e em 1580 celebrava a irmandade um compromisso de união com a irmandade de Nossa Senhora do Parto[2].

Parece que em 1587 estava o templo carecendo de reparos, visto como em 18 de julho firmava a irmandade de S. Chrispim um contrato com João Fernandes, *mestre de pedraria, morador n'esta cidade na freguezia dos Martyres,* sobre arranjos e obras no edificio. Havia de fazer-se *um peitoril a modo de presbyterio, com uma escada no meio d'elle, de serventia para o altar mór, o qual peitoril fará* (o mestre) *ao pé da capella mór, da medida que demanda a teara; a qual obra será feita em sua perfeição, burnida e lustrada conforme a sua teara, e debuxo que se apresentou...*

[1] Todos os documentos que cito aqui foram por mim vistos em 2 de fevereiro de 1888 nos livros da irmandade, cujo presidente o sr. Avellino Augusto Pereira, meu amigo, teve a bondade de me facultar os ditos livros.— L.º grande — fl. 1.

[2] Livro grande — ff. 59 v, e 60.

Obrigou-se tambem o pedreiro a fazer um portal, que servisse da sacristia para o taboleiro do altar, ao qual responderia outro fronteiro. Por tudo isso, e mais pormenores ainda, levou Fernandes 70$000 réis em dinheiro de contado[1].

O leitor recorda-se provavelmente de lhe eu ter já explicado o sitio onde ficava esta ermida; mas eu explico melhor.

Quem da rua nova de S. Mamede toma para as escadinhas, encontra a meia encosta, e no angulo reintrante que formam os dois lanços d'essa ingreme calçada em degraus, um predio muito moderno, de platibanda, com uma especie de pateosinho na frente, e um jardim gradeado á espalda. É justamente ahi; as paredes d'essa casa descançam sobre os primitivos alicerces; é de crer. Para a banda de baixo segue o jardim; para cima ha umas casas de antigo aspecto, que vão até á Costa do Castello. Essas casas encostam-se a um lanço da muralha moira, e pouco adeante ha uma torre. O adarbe da muralha, formando a base traseira dos predios da rua do Milagre de Santo Antonio e da rua da Saudade, é hoje um chinquilho, uns armazens de vinhos, etc. Nos fins do seculo XVII era o jardim da morada do senhor das Alcaçovas D. Jorge Henriques, avô do actual sr. conde das Alcaçovas.

Dito isto, explicarei mais, que em 1 de maio de 1699 celebrava a irmandade de S. Crispim um contracto com o mencionado D. Jorge acerca da edificação dos taes predios, obrigando-se a mesma irman-

[1] Livro grande — fl. 3 v.

dade a não damnificar com as suas novas edificações o muro velho, e a não passar com os telhados acima do adarbe, a fim de não tirar a vista ao jardim do senhor das Alcaçovas[1].

Com o terremoto de 1755 padeceu muito a ermida de S. Chrispim; o padre Ferreira de Matos, informador de Luiz Cardoso, nota que só o abalo da terra lá fez estrago; o incendio não; comtudo cessou o culto; e ainda em 1760 se não achava restaurado o destroço. Restaurou-se porém. segundo J. B. de Castro; quando elle escrevia, já se achava *recuperado*. Tal restauro porém não satisfez os irmãos, que ambicionavam mudar-se d'alli para outro sitio melhor.

Com effeito, nada mais inhospito do que a serventia alcantilada, na antiga *Costa de S. Chrispim (La Cuesta de San Crispin,* como lhe chama Francisco Rodrigues Lobo)[2], sitio, que, se era mau no seculo XVII, muito peor se achava depois de tudo em volta reduzido a ruinas no fatal dia 1 de novembro. Em março de 1769, por exemplo, n'um requerimento que a irmandade dirigiu á camara, pedindo ser-lhe perdoado certo fôro pequenino que pagava, se allega ser o sitio *uma ribanceira, descendo das Portas da Alfofa para a chamada calçada do Correio.* A ermida, tendo apenas junto a si *umas casinhas de lojes e primeiros andares* (as taes encostadas á muralha) campeava mais isolada que espargo no monte[3].

[1] Livro grande do cartorio — fl. 51.

[2] *Jornada de D. Filippe de Castella a Portugal* — Obras de Lobo — ed. de 1723 — pag. 684.

[3] Livro citado, fl. 56 v.

Ora o cofre da irmandade creio que se achava em analogo destroço; até 1755 os poucos bens de raiz que possuia, rendiam apenas 180$400 réis[1]. Entendeu-se dever tomar um emprestimo avultado para custear a obra nova que houvesse de fazer-se[2].

Ia declinando o seculo; estava-se em 1781; o plano de reconstrucção de Lisboa tinha alterado notavelmente o sitio, mascarando viellas, e rasgando ruas a cordel, quando repararam os irmãos, em que havia, contiguo com o terreno da ermlda velha, um chão, mais a baixo, sobre a rua nova de S. Mamede, que se prestava a um templo de muito melhores proporções. Pertencia esse chão a um menor, Manuel Guedes Pereira, senhor de vinculo, e ainda então tutelado por sua mãe, D. Antonia Michaella Filippa da Cunha. A irmandade representou ao governo da rainha, a senhora D. Maria I, que, havendo para a ermida *uma má serventia pela calçada a que a mesma dava nome, de sorte que não podia chegar á porta d'ella uma sege, fazendo-se por isso menos frequente a devoção aos mesmos Santos,* pedia a posse do terreno indicado ao rez da rua nova.

Media pelo norte 120 palmos; pelo nascente *até á Torre da muralha da cidade*, 95 palmos e meio; e d'esta medida até ao fim do chão, que finalisava em angulo, 38 palmos, ficando comprehendida na dita medida parte da torre, que eram 13 palmos, na maior largura; pela frente, que era a calçada de S. Chrispim, até ao mencionado angulo, tinha de fundo

[1] Livro citado, fl. 60 v.
[2] Ibid. fl. 61.

157 palmos e 6 decimos; e no lado opposto á frente dos 120 palmos não tinha medição por acabar em angulo agudo.

Todo esse terreno (tanta era a depreciação!) foi avaliado pelos peritos em 8$232 réis, e posto em praça. Em 28 de agosto de 1781, na rua nova d'El-Rei (Capellistas), na casa em que se faziam as arrematações de chãos de predios incendiados, compareceu perante as auctoridades competentes o procurador da irmandade Joaquim José de Oliveira, e arrematou livre de encargos o cubiçado chão[1]. Tomada a respectiva posse em 25 de outubro[2], começaram as obras da construcção da egreja nova em 12 de junho de 1786, segundo uma das lapides da frontaria actual. Não sei quem foi o architecto; sei porém que, treze annos andados, não se concluira a tarefa, por falta, creio, do necessario dinheiro.

Ora nos predios, escapos do terremoto, e que mencionei aos pés da muralha, por baixo do jardim de D. Jorge Henriques, habitava, como inquilino da irmandade, o licenciado José Alexandre de Faria; este aos 13 de setembro de 1799 celebrou uma escriptura com os irmãos, obrigando-se a adiantar-lhes de prompto oito annos e meio da sua renda, a começar em 1 de janeiro de 1800, e a findar no ultimo de junho de 1808, a razão de 64$800 por anno, ou 550$800 réis. Adiantou essa quantia e obteve quitação[3].

[1] Livro citado, fl. 75 e seg.
[2] Ibid. fl. 93.
[3] Ibid. fl. 94.

No terceiro trimestre de 1800 já as obras estavam concluidas; e por sua provisão de 24 de setembro concedia o senhor patriarcha de Lisboa D. José II licença para a primera Missa solemne[1].

Ahi tem o leitor o porque hoje, ao subir a rua nova de S. Mamede, encontra a ermida de S. Chrispim, para ahi transportada, para junto do terreno (hoje fechado com muralha) onde se ergueu sob a dominação romana, o theatro que analysei no vol. I da parte II da *Lisboa antiga*. A ermida velha, tornada inutil, foi vendida; em 23 de fevereiro de 1829 dava o senhor D. Miguel a respectiva licença[2].

E eis ahi concluida a chronica do pequenino edificio. Pouco resta que dizer.

Em fevereiro de 1861 andavam obras na ermida, mas não posso dizer em que consistiam[3].

Em sessão da vereação de 16 de janeiro de 1862 propoz o vereador Moraes Mantas a collocação de uma grade no parapeito das escadinhas de S. Chrispim sobre a rua nova de S. Mamede. Foi approvada a proposta[4].

O arranjo e calçamento das ditas escadinhas acabou-se no outomno de 1879.

*

Quem sobe essa serventia empinada, vae offegante

[1] Livro citado, fl. 102 v.
[2] Ibid. fl. 105 v.
[3] *Archivo mun. de Lisboa.*—num. 59 do anno de 1861.
[4] Ibid. 1862.—num. 108 pag. 858.

ao chegar á Costa do Castello. Agora pergunto eu: e quem lê um capitulo d'estes, mais empinado que as lombas da Iung-Frau, como fica? Portanto basta, e descancemos.

CAPITULO XV

O seminario de S. Patricio dos Irlandezes nas escadinhas de S. Chrispim.— O que era o edificio no seculo XVI.—Palacio de D. Garcia de Noronha.— Compram-n'o os carmelitas.— A estes o compra Antonio Fernandes Ximenes.— Quem era a sua familia.— Instituição do collegio por Ximenes.— Morte d'este benemerito.— Continuam depois d'elle os Jesuitas dirigindo a casa.— Confiscação do predio pelo marquez de Pombal.— É obrigado o governo a restituil-o a seus donos. —Discipulos celebres da casa.— As irmãs de Caridade.— As escolas de D. Bosco.— As irmãsinhas dos pobres.

N'este mesmo sitio dos *Monturos de S. Mamede* ficava o antigo seminario irlandez de S. Patricio, no edificio hoje occupado pelas «Irmãsinhas dos pobres» *Petites sœurs des pauvres*).

Remontemo-nos ás origens.

No logar exacto onde hoje campeia aquella sublime instituição, aquella commovedora casa dos velhos desvalidos, com a sua feição tão pronunciadamente

ecclesiastica, foi no seculo XVI o palacio de D. Garcia de Noronha. Assim m'o disse pela primeira vez um noticioso manuscrito da bibliotheca nacional, impropriamente intitulado *Historia de Lisboa*[1].

O estudioso recorda-se certamente do nome de D. Garcia na lista dos vice-reis da India; e, a crermos o que nos conta Gaspar Corrêa, não se faz injuria á verdade chamando áquelle governador homem de pessimos figados; pessimos.

Partiu D. Garcia para a India em 1538 como vice-rei, depois de já lá ter andado muito anno em postos subalternos. Tinha, como muita outra gente, a nostalgia do ultramar. Ainda os ha. Era então (segundo o auctor das *Lendas da India) homem principal no reino, de passante de sessenta annos de edade, com muitos serviços feitos, e muito pobre, com muitos filhos e filhas; a que el-rei deu a governança da India para se satisfazer de seus serviços*[2].

O retrato está rapido, mas bom, e vê-se que parecido. Passados dois annos, falleceu D. Garcia em Goa a 3 de abril de 1540.

Creio que em 1566, ou pouco antes, se achava devoluto o palacio d'elle na encosta de S. Chrispim; e direi o porque assim julgo.

Existe uma curiosissima lista latina, apresentada ao cardeal D. Henrique, dos varios palacios e casas grandes que em diversos sitios de Lisboa se achavam em estado de servir para o edificio de um seminario fundado pelo mesmo cardeal em 1566. Outra vez me

[1] Secção de manuscritos—A, 4, 11, fl. 283 v.

[2] *Lendas da India*—T. IV, P. I, pag. 9.

deterei, analysando essa lista, que é muito importante. Entre esses palacios, que ou se achavam devoluto, ou se sabia que facilmente poderiam ser obtidos, figurava o *de D. Garcia de Noronha defronte da egreja de S. Chrispim.*

A ermida velha de S. Chrispim já o leitor a conhece; ella propria se encarrega pois de dar com exacção o sitio do palacio; mas note-se uma coisa: em 1566 devia a ermida achar-se em obras, ou (quando muito) apenas concluida; o que não impede que já servisse de ponto de referencia.

É certo que não foi escolhido para o seminario este palacio, nem outro algum, collocando-se o novo instituto educativo, como logo direi, em casa bem pouco digna, e mesquinhissima.

Passam mais trinta e oito annos, sem que se saiba o destino do palacio; até que em outubro de 1604 o acharam desoccupado os carmelitas descalços, pois que, tendo-o comprado, para elle se mudaram em 21 d'esse mez, vindos do seu primeiro albergue provisorio de S. Filippe Nery (hoje o extincto convento de S. João de Deus, á Pampulha, quartel do 2)[1].

Conforme o chronista, era então a antiga casa de D. Garcia um vasto edificio, *com dilatadas e formosissimas vistas da cidade e do rio;* e apesar de não ter, como habitação particular que era, as condições exigidas para retiro monachal, accommodaram-se alli os frades carmelitas com certo agasalho. N'uma sala muito larga e comprida dispoz-se o Noviciado, re-

[1] Frei Belchior de Sant'Anna — *Chron. dos Carmel.* — T. I. pag. 494, col. 2.ª.

partida ella com taboado em duas ordens de estreitas cellas, separadas por um transito de seis palmos. Outras salas e camaras tambem se repartiram em cellas. O oratorio emfim, lá coube como melhor poude ser[1].

E alli estiveram uns sete annos n'aquelle estado provisorio, até que em 1611 se mudaram de vez para o seu convento junto a Santos-o-velho (os Mariannos), que se andava construindo. Venderam então o casarão do velho vice-rei[2].

Quem o comprou foi Antonio Fernandes Ximenes, fidalgo da casa real, e membro de uma familia opulenta de negociantes em ponto muito grande, familia cujo nome se fixou a um sitio da freguesia de S. Mamede: o *Terreiro* (ou *Terreirinho*) *dos Ximenes*[3]. Esse terreiro ficava pouco mais ou menos por onde hoje é o nosso largo dos Caldas. Pertencia tanto á parochia de S. Mamede, como á de S. Christovão, porque era na extrema de ambas. Pegado a este terreiro levantava-se o arco de Nossa Senhora da Piedade[4].

Eram estes Ximenes uns abastados contratadores de drogas orientaes, e accumularam extraordinaria quantidade de haveres, que muitos d'elles se apressaram em vincular.

[1] *Chron. dos Carm.*— T. I, pag. 428 e 429, col. 1.ª

[2] Ibid.— T. I, pag. 495.

[3] Carvalho da Costa, e J. B. de Castro.

[4] *Junto ao Arco de Nossa Senhora da Piedade, que está* (em 1629) *junto ao Terreiro dos Ximenes* — palavras do tratado do casamento da senhora D. Isabel filha do duque de Bragança D. Theodosio I com o marquez de Villa Real.— *Hist. gen.— Provas.*— T. IV, pag. 252.

Estirpe bastante unida, ao que parece, trabalhadora, ambiciosa, e feliz. Espalhados pelo mundo, pugnavam todos por um e um por todos. Bafejados como foram pela fortuna, entregaram bom quinhão dos seus cabedaes á Egreja, como attestam as muitas fundações de capellas, instituições piedosas, hospicios, etc., que do seu bolsinho custearam.

Nos fins do seculo XVI vivia em Lisboa este Antonio Fernandes Ximenes, cujo nome encontro misturado com os interesses dos Braganças. Foi o caso, que tinha a duqueza D. Catherina privilegio para mandar vir da India annualmente trezentos quintaes de drogas forros de direitos; representou ao regente, o cardeal archiduque Alberto, ponderando que tal privilegio se achava sem effeito por não ser concedida á casa, e já desde annos, embarcação para o transporte das ditas especiarias. Em carta de 16 de março de 1588, datada de Lisboa, e dirigida ao vice-rei da India, permittia o regente a Antonio Fernandes Ximenes e Gaspar Ximenes, que por si, ou por serventuarios, podessem livremente agenciar os interesses da duqueza, fornecendo-a das especiarias que por lei lhe pertenciam[1].

Tudo mostra ter sido Antonio Fernandes Ximenes uma optima pessoa, ajuizadamente influenciada das idéas do seu tempo, e desejosa de favorecer, na alçada dos seus avultados haveres, a Religião Catholica em Portugal.

Foi em 1593, segundo diz o padre frei Manuel da

[1] A carta vem no *Archivo Portuguez Oriental* de Rivara, fasciculo 3.º pag. 151.

Conceição[1], que elle fundou na sua parochia de S. Mamede um seminario para os Irlandezes catholicos poderem vir estudar e preparar-se ao ministerio do sacerdocio. Aos carmelitas deu pela casa 5:100 cruzados (2:040$000 réis); e trouxe para ella os Irlandezes, que então habitavam uma pequena residencia mistica com a hoje extincta ermida de Nossa Senhora da Gloria, na calçada do mesmo nome, visinhança da casa professa da Companhia de Jesus.

Nossa Senhora da Gloria,
onde mancebos da Hibernia
estudam com grão cuidado
divinas e humanas lettras

canta em 1626 o poeta que em verso descreveu Lisboa[2].

Além d'este recolhimento vejo que havia outro de quarenta moços irlandezes, sustentados á custa da fazenda real, e doutrinados em grammatica, philosophia, e theologia, pelos padres Jesuitas[3].

Reitor dos taes mancebos da Hibernia do collegio de Antonio Fernandes Ximenes, era tambem outro padre Jesuita, Cornelio da Rocha; com elle, a 18 de maio de 1611, celebrou Ximenes nas notas do tabellião Vasco de Andrade de S. Paio uma escriptura, pela qual o seminario se obrigava a considerar sempre

[1] No seu supplemento ao *Summario* de Chrisvovão Rodrigues de Oliveira, ed. de 1755 pag. 146.

[2] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa.*

[3] Frei Nic. de Oliv. *Grand. de Lisb.*— ed. de 1804, pag. 128.

como jasigo e pertença d'elle, fundador, e dos successores do morgado que instituira, a capella mór do novo templo de S. Patricio. No edificio fez Antonio Fernandes Ximenes á sua custa o claustro, as escadas, o corredor da enfermaria, casas para creados, forno, e atafona. Doou ao collegio 2:000 cruzados para obras, mais 515$000 réis em ornamentos, um juro de 40$000 réis, outro de 80$000 réis para uma cadeira perpetua de theologia e de controversia; e em summa: gastou n'isto mais de 100:000 cruzados (réis 40:000$000). Recolheu-se por fim ao seminario, onde passou piedosamente os ultimos dez annos da sua vida, vindo a fallecer sem geração em 13 de maio de 1631 aos 68 annos[1].

A despeito da bizarria de alguns devotos, sei comtudo que houve occasiões, em que os seminaristas padeceram não pequenas minguas. Por assento da vereação de 26 de março de 1616, determinou a camara soccorrel-os com a esmola de 80$000 réis[2]; o que é notavel.

Tal é, em duas pennadas, a chronica do vetusto casarão de S. Patricio até á morte do fundador do seminario.

Com a falta d'elle não afrouxou a benemerita Companhia de Jesus (tão calumniada hoje, por moda e por ignorancia, para não dizer por má fé) no seu zeloso empenho de instruir a mocidade. Continuaram os doutissimos e incançaveis Jesuitas superintendendo

[1] Tudo isso é tirado do Nobiliario manuscrito de Jorge Salter de Mendonça, titulo de Ximenes, em poder do sr. Anselmo Braamcamp Freire. Vide a nota genealogica no fim do volume.

[2] *Elementos*—T. II, pag. 263.

na direcção moral e litteraria do collegio, com actividade e proficiencia indiscutiveis, preparando ministros do altar, e dando á população lisbonense o exemplo da virtude e do bem. *Et seminaverunt agros, et plantaverunt vineas, et fecerunt fructum nativitatis* —diz um Psalmo[1], como se falasse dos trabalhos da Companhia.

A final correu o tufão sobre a face das terras; e o marquez de Pombal, varrendo os semeados com a sua mão omnipotente, envolveu na suppressão da Ordem as proprias casas educativas que ella com tanto amor administrava. Confiscados os bens dos Jesuitas, lá se foi entre elles (como se d'elles fôsse) o alfobre de S. Patricio.

Conhecedor dos seus direitos certo padre irlandez do collegio, teve o denodo de arcar em nome da lei com o primeiro ministro d'el-rei D. José; e n'uma demanda que lhe pôz, teve a felicidade de poder demonstrar o engano que houvera da parte do governo, provando que os Jesuitas apenas *dirigiam,* mas não *possuiam,* o seminario. Reconhecida a confusão, teve o mesmo governo que entregar aos Irlandezes a casa d'elles, e confessar a sua propria leviandade.

Sahiram-se os novos directores como era de esperar. Proseguiu o seminario dando optimos fructos e enriquecendo as phalanges do clero com muita e sadia instrucção, que ia depois florir e fructear de novo em varios pontos da christandade. Citarei apenas, entre os filhos da casa, o dr. Crotty, que veiu a ser

[1] CVI, D. 37.

presidente do grande seminario de Maynooth, e bispo de Cloin, na Irlanda, e o celebre dr. Murphy, bispo de Cork.

Quando o governo liberal italiano supprimiu em Italia as ordens religiosas, intentou supprimir tambem, e tomar para si, o collegio irlandez de Roma. Telegrapharam os padres sem demora para Londres, e o sr. Gladstone, por intermedio do ministro diplomatico em Roma, fez conhecer ao governo italiano que esse collegio era propriedade nacional britannica; pelo que, os revolucionarios desistiram do intuito de se apossarem da casa.

Em quanto porém não constava o exito feliz da negociação diplomatica, ordenou o geral dos dominicanos inglezes ao presidente da casa de Lisboa, que tivesse prompto e limpo o edificio de S. Patricio para o caso possivel de haverem de sahir de Roma, como se temia, os Irlandezes. Aqui esperavam encontrar o azylo, que lá suppunham estar a pique de perder. Felizmente não se realisou o susto.

Despovoada a casa de S. Patricio, como estava, foi entregue por seus donos ao benemerito padre Beirão, que lá manteve de esmolas, e com uma perseverança evangelica, as Irmãs de caridade. Chegaram a habitar alli umas cem; até que foram transferidas para o extincto mosteiro das Trinas, em razão de ter apparecido em S. Patricio uma epidemia que matou a muitas d'ellas.

N'essa occasião, ou pouco depois, alli estiveram umas escolas de rapasinhos desvalidos; e ainda em 1883 alli visitei algumas vezes, como visinho, um dos que mais de alma se dedicavam áquelle instituto,

e mais de coração seguiam o exemplo de D. Bosco, o meu amigo o reverendo sr. padre Bernardino de Barros Gomes.

Haverá uns quatro ou cinco annos, foi o edificio entregue ás *Irmãsinhas dos pobres,* com a obrigação de terem sempre culto na capella. D'estas novas habitantes da casa de D. Garcia de Noronha tudo quanto se diga é pouco. Só com lagrimas se pode falar d'ellas. Cae-me a penna da mão.

O actual presidente dos Irlandezes é o muito reverendo sr. padre Patricio Russell, a quem devo algumas das informações supra, e a quem por isso presto n'este logar a expressão do meu agradecimento.

Foi seu antecessor o padre Murray.

Antecessor d'este foi, desde o primeiro do seculo, pouco mais ou menos, até 1834, ou pouco depois, o padre Joyce.

Dos anteriores nada sei.

E com isto dou por terminado o meu succincto estudo d'este predio historico.

Agora deixal-o-hei, e subindo até ao sopé das muralhas do Castello, onde logo me deterei alguns momentos, irei estudar agora a nobre casa monachal do Salvador.

CAPITULO XVI

O mosteiro do Salvador.— Aprecia-se rapidamente o livro de soror Maria do Baptista em que ella descreve o seu mosteiro.

Outra fundação, que brotou na alvorada da monarchia, foi a da ermida, depois recolhimento, depois mosteiro, do Salvador. Historial-a-hei, por ser esta uma das mais nobres casas monachaes de que se ufanava Lisboa.

Vou seguir a passo e passo a melhor informadora que podia ter: habitante do mosteiro, auctora da descripção da sua casa adoptiva; uma abbadessa, que (a exemplo de outras mencionadas na *Bibliotheca Lusitana*) empregou os ocios em colligir memorias do seu instituto, e conseguiu reunil-as, tepidas de interesse ainda hoje, n'um opusculo modesto, que se chama FUNDAÇÃO DO CONVENTO DO SALVADOR; livro de crendices, se assim o quizerem os espiritos *fortes*

de hoje em dia, mas livro de crenças; sacrario onde a auctora deixou todo o seu coração.

*

Se me perguntam quem ella foi no seculo, direi, com Barbosa Machado, que se chamou D. Maria da Silva; que foi natural de Lisboa; que eram seus paes Henrique Jaques, chanceller-mór da India e védor da fazenda, e D. Catherina da Silva.

Nasceu em 1570. Em 9 de novembro de 1586 professou no mosteiro das dominícas do Salvador em Lisboa; passados poucos annos foi eleita mestra das noviças; e em 1617 prioreza. Tudo quanto recebia de casa, dispendia-o com os pobres. Acabou piedosamente, como vivera, em 29 de novembro de 1659, com 89 de idade, e 73 de religiosa.

É tudo quanto se sabe da excellente monja; é pouco, e é muitissimo. O mais, que se adivinha, mora disperso pelas paginas do seu livro.

E que livro!

*

O peor que podia succeder á auctora foi tratar frei Luiz de Sousa o mesmo assumpto na sua *Historia de S. Domingos*. Não quero certamente comparar com o estylo rutilante do grande prosador o estylo indeciso da pobre monja, que no modesto prologo pintou, sem o querer, o proprio retrato, ella que tão sinceramente (como confessa) conhecia as suas faltas para semelhantes emprezas, ella que da

sua propria pequenez tira animo de encetar a custosa obra. Frei Luiz de Sousa é um só.

Vê-se que á narração da escriptora foi o chronista dos dominicanos buscar tudo que na sua linguagem de oiro se refere a este ponto. Por isso lhe pedi eu antes a ella as informações que precisei. Agradou-me pela sua espontaneidade, e pela sua precedencia, o veridico depoimento da abbadessa, *justificado,* como ella diz, *com papeis antigos* tirados todos do seu cartorio, onde a auctora só com muito trabalho os descobriu, e ajudando-se de pessoas que a *declarassem* e traduzissem o que não era da sua profissão d'ella.

Grande louvor—lhe diria D. Francisco Manuel—*Grande louvor em uma mulher, cultivar tão varonilmente o entendimento pela parte laboriosa*[1]*!*

Deixem-me na minha persuasão intima: é das coisas mais formosas que nos legou o seculo XVII, este volume que tenho aqui aberto, de soror Maria do Baptista; e como é obra feminina, sente-se-lhe por baixo de cada pagina palpitar um coração.

Ha alli a doçura dos animos meditativos, e o culto convicto do glorioso passado do mosteiro. Não devia ter sido intelligencia vulgar aquella escriptora. A despeito da sua acanhada cultura, e das peias que lhe pôz o seu tempo, o seu estado, e a sua absorpção n'um pensamento fixo, revela dotes admiraveis de estylista.

Soror Maria relembra (muito por longe) uma ou outra vez, a celeste e levissima doçura de Manuel Bernardes. É um escrever repoisado o seu, sem ra-

[1] Hospital das lettras.

ptos, mas todo feito de contemplação; desenfeitado, triste, mas cortado de lindos toques de luz, que resplandecem entre a monotona meia tinta da narrativa.

Ha poucos prosadores mais verdadeiros, no desenho e na côr; e bem se conhece pintava o que via por seus olhos, em roda de si, ou o que vira pelos olhos das suas companheiras de clausura. Não sabia inventar; não julgava necessarias erudições mythologico-historicas, nem subtilezas de culteranos, nem as argucias theologico-pueris de muitos dos seus confrades chronistas.

Desdenhava tudo isso; ainda bem! O que escrevia (e ahi estava a sua farta compensação), sentia-o. Cada linha manava-lhe mesmo do intimo da alma. Falava como pensava, e pensava como sabia, sem esforços ideologicos, sem querer escalar o céo, sem arrebatamentos de ascetismo incongruente.

*

Soror Maria é uma alma pura, e uma poetisa da prosa. Pois quasi ninguem conhece hoje o pobre livro, que tanta graça tem ainda, e tão compulsado foi d'aquellas monjas! Está-se a vêr que o foi.

Aquelle oitavo maneirinho, que se guardava em qualquer algibeira, e se lia em qualquer hora vaga, na cêrca, n'um canto do claustro, em commum, em rancho, é dos melhores quadros que jámais se pintaram do viver de uma communidade exemplarissima. Por isso haviam as dominícas de estimal-o, e relel-o.

E depois, para o espirito irrequieto de algumas mais visionarias, ha alli o que quer que seja dos romances de cavallarias e de amores. A Religião é um grande amor, e uma sublime cavallaria.

Se é livro de mulher! como não havia de respirar amor! respira, sim, mas o amor puro das coisas de além-mundo, o desprendido amor exclusivista que só nos claustros femininos habitava, que era só por si uma oração, e que, immaculado e virginal, subia como sobem as espiraes do incenso, á Missa, á leitura do Evangelho....

*

Quasi ninguem conhece hoje aquelle alfarrabio, a não serem os bibliophilos; e é pena, porque reside n'elle a qualidade principal para immortalisar uma obra: a sinceridade.

Tantos milagres de companheiras mortas, umas conhecidas, outras só vivas na tradição, no perpetuo noticiario piedoso do mosteiro, sahem impregnados do convencimento da narradora, e mais formosos ficam por isso. São a nobiliarchia da casa, as chronicas reaes da communidade, humildes chronicas salvas do esquecimento por uma narradora obscura. Como a auctora se não deleitaria em as vêr ressuscitadas pela sua boa vontade sobre um pedacito de papel almaço, que lhe parecia rutilar de luz!

Ficou sendo curioso exemplo do que pode a vocação, aquelle livro da *fundação do mosteiro do Salvador.* Soror Maria escreveu-o por vocação; ou antes: o livro foi-se-lhe escrevendo por si mesmo, aos fragmentos, nos intervallos, nas horas do descanço, na

reclusão da sua pobre cella. Vejo-a encostada á mão esquerda, e deixando correr da penna as narrativas, que tão coloridas lhe sahem, apanhadas de relance na conversação vivaz de alguma companheira, tão curiosa e sentimental como ella. Porque ella sabe tudo, e indagou tudo que se podia saber das origens.

Em quanto escreve, vagueia-lhe o espirito por todos os recantos dos claustros, dos corredores, e do templo, archivos de recordações; ou poisam-lhe os olhos nos pergaminhos velhos do cartorio, que ella propria coordenou e extrahiu, com a sua paciencia de prisioneira. Nada lhe esqueceu; era um espirito de ordem; não se cança d'aquelle devanear fadigoso pelas eras mortas em busca dos sublimes exemplos, que nas memorias de cinco seculos tinham deixado as suas predecessoras.

Ella, modesta creaturinha, é que, nem sequer quando enthusiasmada relia ás amigas o que tinha escripto, sonhava as lindezas de sentimento com que sobredoirava os seus quadros; nem sabia dar valor ás graciosas molduras, em que a sua ingenuidade enquadrava o painel, semelhantes ás capellas e festões de flôres com que nos dias de festa enfeitava as Santas; nem suspeitava, emfim, á vida d'aquillo tudo, humildes annaes da amoravel existencia de muitas gerações de noviças, professas, e educandas.

*

Mas ha mais: para a historia dos costumes, até para a dos costumes do seculo, que a abbadessa não

conheceu, é precioso o seu livro. Quantos toques se não vão buscar alli para historiar as relações da cidade profana com o mosteiro! para apreciar a vida da fidalga portugueza, secular, e religiosa! a influencia da politica nos usos da clausura, e a da casa mystica nos usos da cidade! em summa: como se vê bem a velha Lisboa, lá d'aquelle pincaro espiritualista e elevado, onde a escritora se collocou!

Eu, ao acabar hoje de reler o livro, mais uma vez me insurgi contra o vandálico pensamento, que, em nome de uma *liberdade* sem crenças, destruiu para sempre aquelles ninhos, e, em tempo que tão hypocritamente proclama a famigerada «*liberdade de associação,*» aniquilou a mais fecunda e reparadora das associações: A COMMUNIDADE RELIGIOSA.

CAPITULO XVII

Origens affonsinas do mosteiro do Salvador.— Crucifixo apparecido nos matagaes da Alfungera.— S. Salvador da Matta. — Albergue de romeiros.— As emparedadas.— As recolhidas. — O mosteiro fundado em 1391.— Destroço da casa em 1755. — Os mais antigos registos parochiaes do Salvador.— Presepios.— São recolhidos n'este mosteiro os restos mortaes do infeliz infante D. Fernando.— A antigà portaria demolida em 1886.— Conclusão.

Foi, segundo referem, nos primeiros annos do reinado d'el-rei D. Affonso Henriques. Andava caçando, fóra das portas do Sol, certo senhor cujo nome se não perpetuou. Por ahi, n'essa cercania oriental de Lisboa, eram tudo mattos e penedia bruta, por onde certamente abundava boa caça; chamavam ao sitio *Alfungera;* paragem silvestre, onde, d'entre a espessura de arvoredo inculto, assomavam, aqui, além, as grimpas das palmeiras.

É notavel o crescido numero d'ellas, que as me-

morias apontam disseminadas n'este recanto da Estremadura. Acham-se a cada passo nos escriptores antigos. Hoje só rarissimas, e só em jardins, as gosâmos. Mudou-se a flora, como se trocou a fauna; e quem quer vêr ainda vestigios da primitiva feição dos nossos campos, tem de ir procural-os á paizagem caracteristica e archaica do Algarve.

Aos pés de uma das palmeiras d'este sitio da Alfungera, deparou-se ao desprecatado monteador, de repente, embrenhada n'algum denso dos espinheiros, uma Cruz, com uma grande imagem do Crucificado.

Á vista do inesperado encontro, descobriu-se o cavalleiro, e approximou-se respeitoso, mais o troço dos demais monteadores, chamados por elle, e tomados de sagrado terror. Estava erguido e firme o lenho sagrado, e enterrado no chão até aos pés da imagem. N'aquelle sitio selvatico, revestia-se do que quer que fosse de sobrenatural o encontro; e em tempos de fé assumiu proporções de apparição.

Em volta da Cruz haviam as abelhas fabricado muitos favos: entre elles se deparou tambem uma imagem da Senhora com o Menino.

Correu a nova. Estranha caçada aquella! Na velha Lisboa não se falou n'outro assumpto; e em romaria entrou a concorrer ao sitio muito povo, a vêr por seus olhos as imagens, e a arrecadar como reliquia mãos cheias da terra onde estivera o Crucifixo.

D'onde podiam ter vindo aquelles simulacros santos? ficaram todos tendo para si, que seria obra de esconderijo de visigodos christãos, durante a invasão das Hespanhas pelos moiros de além do mar.

Cuidou logo o povo em edificar no sitio uma ermidinha; e os alicerces d'ella foram n'aquelle ermo a pégáda primeira da civilisação. A civilisação começa sempre pela Cruz.

Nem esqueceu a palmeira, madrinha e protectora viva das imagens.

Lembra a palmeira os cerros de Idumêa, terra de Esaú; lembra o deserto; lembra o Cedron, e acorda na alma dos christãos saudades vagas de toda a Terra Santa. Não esqueceu pois a palmeira aos devotos lisbonenses; conservaram-n'a, e durou seculos.

*

Como se vê, tem mais visos de lenda que de historia esta narrativa, com que se entretinham as santas monjas do Salvador. Pululam as asserções inverosimeis, quasi tão emmaranhadas como os matagaes da Alfungera. Aquellas imagens, occultas mais de quatrocentos annos á beira de uma cidade de moiros, e só desencantadas de christãos, são o espanto da critica sincera.

E ainda assim, não me atrevo a regeitar de todo a narração, tal como sahiu da penna de soror Maria. Escrupuliso em destruir o que veneraram seculos.

Cresceu a fama do Crucifixo; chamaram-lhe S. Salvador *da matta*. A pouco e pouco foi-se esta desbastando, e povoando de casaes, agrupados em volta da nova ermida. A ermida mesma se acrescentou; interveiu braço real; fez-se da ermida, não se sabe como, nem em que tempo, orago de freguezia;

d'ahi a pouco, priorado; annexaram-lhe beneficios; concederam-lhe disimos.

Como subia a muito mais a devoção, houve que edificar junto do templo um modesto recolhimento para albergue de romeiros; d'isso nasceu em algumas mulheres o desejo de tomarem por vivenda o sitio, e ahi se fundou uma casa de *emparedadas*.

É esse o marco milliario d'onde se começa a considerar o principio da fundação do famoso mosteiro. Calcula frei Luiz de Sousa que fosse isto pelos annos de 1240.

Como crescesse em muitas devotas o desejo de se juntarem áquellas piedosas mulheres, reuniram-se todas em apertado e durissimo encerro, onde, a despeito da communidade, perseveraram na solidão desconchegada do seu viver asperrimo. Recolhimento exemplar; duro o leito, de taboa e pedras; rude o vestido, de estamenha e burel; perenne o silencio; constante a oração; incerto o dia de amanhã, fiado só no casual da esmola, que ainda assim, depois de entrar ressumbrava de novo para fóra resolvida em caridade.

Tomou-as sob sua protecção certa rainha portugueza que a historia não nomeia; e deu-lhes o povo o nome de *Beatas da Rainha*.

N'isto se estava.

*

Nos fins do seculo XIV era um certo Affonso Esteves senhor de Salvaterra de Magos, no Riba Tejo, e tambem senhor da quarta parte dos disimos da egreja de S. Paulo da mesma villa; homem fidalgo,

e cuja familia remontava aos dias d'el-rei D. Diniz. Tinha por irmão a João Esteves, que veiu a ser alcaide mór de Lisboa, cargo elevado na governança da cidade, e em cuja lista se encontram sempre nomes de primeira ordem. Crearam-se estes dois irmãos, á moda dos meninos nobres, na casa d'el-rei D. Fernando; e ao valimento do soberano deveu João o cognomento, por que era conhecido, de João Esteves «o Privado». Fundou na recente parochial do Salvador uma capella e um vinculo, de que são hoje representantes os srs. condes dos Arcos.

Affonso, irmão de João, teve um filho, tambem por nome João, que, pelos seus merecimentos e virtudes, subiu a bispo do Porto, a arcebispo de Lisboa, com o nome de D. João Esteves, e a cardeal em 1411, depois de ter, quando secular, empunhado valorosamente a espada nas pelejas da independencia patria. Foi este o fundador do mosteiro do Salvador de Lisboa, casa religiosa em que elle transformou em 1391, com o beneplacito da Curia romana, o recolhimento das Beatas.

O edificio, que no meio do seculo XV se não achava concluido, acabou-o em 1478 a rainha D. Leonor mulher d'el-rei D. João II, sendo ainda princeza.

*

Ahi ficam noticias muito fugitivas, bem o sei, mas as unicas que me atrevo a roubar ao livro saudoso de soror Maria do Baptista, e ao livro monumental de frei Luiz de Sousa. Quem quizer deleitar-se e instruir-se procure essas duas obras. Seria crime di-

luir na minha prosa aquella vibrante e sonora poesia.

Apenas acrescentarei uma ou duas circumstancias para completar a historia d'esta parochia, cuja origem remonta, como se viu, aos primitivos tempos do Reino.

Arruinado o templo e mosteiro com o terremoto de 1755, estabeleceu-se a parochia na egreja do Menino Deus, onde esteve dois mezes, recolhendo depois para a chamada *casa da grade* do proprio mosteiro[1].

O destroço na egreja fôra grande. Só escaparam o altar mór, e dois outros: um da parte do Evangelho, e o outro da parte da Epistola. Os mais (eram dez ao todo) cahiram. Comtudo continuou a haver culto nos altares escapos[2].

*

Registos velhos e outros papeis, creio que desappareceram; os mais antigos (hoje no cartorio da freguezia de S. Vicente, aonde esta do Salvador foi annexada) são de 1614. Eil-os, fielmente copiados:

OBITO

Aos 4 de marso de 1614 falleceo Ioao bartholomeu f.º de J.º G.^{es} e se enterrou nesta Igreija e não fes

[1] J. B. de Castro — *Mappa de Portugal* — Padre Joaquim Ferreira de Veras, informador de Luiz Cardoso; mss. da Torre do Tombo em 21 de abril de 1758.

[2] Ferreira de Veras — *Ibid.*

testam.^{to}...... filha sua ficou por erdeira. dia, mes, e era ut supra.—

(Logar da assignatura do Prior, para mim indecifravel).

NASCIMENTO

A 20 de jan.^{ro} de 1614 baptizei João filho de João Manoel e de sua molher m.^{a} Jorge padrinho Luiz de mereles; madrinha m.^{a} dalmeyda—dia mes e era ut supra.

(Assignatura indecifravel).

CASAMENTO

Aos 12 de jan.^{ro} de 1614 recebi a porta da Igreija do Saluador guardando prim.^{ro} a forma do sagrado C. Trid. e Constituissoins deste Arcebispado estando presentes as..... seguintes domingos andre e bastiao andre e jeronimo frz, e p.^{o} das...... a pero fr.^{co} com c.^{na} Roiz ambos meus freguezes, dia, mes, e era ut supra.—

(Assignatura indecifravel).

*

Pausa.

Falemos dos celebres presepios do Salvador.

Nas egrejas e mosteiros lisbonenses, uma das coisas que mais attrahiam o publico, em certos dias, eram os presepios. Pois, a crermos as tradições, o primeiro que em Portugal se viu foi o do Salvador.

E que formosa invenção! como brilhavam aquelles galantes simulacros das scenas mais patheticas da Escriptura! como reviviam no barro os versiculos do Velho e do Novo Testamento! que lindeza de concepções n'aquelle formigar de figurinhas de pobrissima escultura, desproporcionaes, pintalgadas muita vez, mas bem mais cheias de verdade accessivel aos olhos do povo, do que as obras primas de Guido Reni, Miguel Angelo, ou Raphael!

Porquê? porque esta arte popular ingenua, que na poesia se desatava em autos, incongruentes mas pittorescos, e na plastica produzia as adoraveis anomalias dos presepios, falava ao povo a sua linguagem nativa; revolvia-lhe as fibras do coração.

Era uma alegria para as creanças, para as mulheres, para as cançadas hordas operarias, o ir visitar os presepios do Salvador, contar uma por uma as figurinhas, vêr se de anno para anno havia mudanças, admirar o garbo d'aquelles reis a cavallo, o brilho d'aquella estrella de lentejoila tremeluzindo n'um fio de cabello, o bem traçado d'aquelles caminhos, que em poucas varas de espaço compendiavam a Terra Santa, o florído verde d'aquellas urzes a fingir bosques, o bem lançado d'aquellas palmeiras, enfolhadas de seda, a alegre folia d'aquelles saloiosinhos de barro, tão portuguezes e tão sabidos, com os seus trajos vistosos e modernos, atravessando como truões pelo meio da seriedade tragica do todo, e em summa: o synchronismo singular, com que, de um lado se via sorrir um Menino no berço entre palhinhas, e ao outro cabo se via carranquear uma Cruz negra, d'onde pendia o Homem-Deus.

E o publico affluia; e ferviam os commentarios; e (o que era essencial) com esses meios frivolos acrisolava-se a Fé.

Pois as festas do Rosario! com que alegria se não bailava n'aquelle adro! com que jubilo se não representavam scenas biblicas n'aquella capella mór, e se não entreteciam danças na procissão! Recordações preciosas, que ainda mais realçam este sitio lisbonense mil vezes historico. E assim, tinha razão a musa popular e galhofeira de certo livro antigo, em exclamar com entranhada ufania, dirigindo-se á Virgem:

Viva Alfama, Virgem pura!
vós bem sabeis que é o bairro
das freiras do Salvador,
d'onde vamos ao Rosairo,
e todas na procissão
do vosso Filho bailamos[1]*!*

*

Agora um caso interessantissimo.

Tinham, como todos sabem, ficado em Fez os despojos mortaes do martyr infante D. Fernando. Reclamava-os a opinião publica, e desejava el-rei D. Affonso V, mais que ninguem, poder sacal-os de tão infamante captiveiro posthumo. Com mussulmanos porém não é facil chegar a partido; tinham-se baldado até então as diligencias.

[1] *Anatomico jocoso*—T. III, pag. 189.

Ora succedeu acharem-se em poder nosso as mulheres do soberano moiro Muley-Xeque, e dois filhos pequeninos; pareceu azada a occasião; serviriam esses prisioneiros de preço do resgate a el-rei de Fez, sobre quem podia muito, e com quem muito valia, Muley-Xeque.

Foi enviado a essa negociação o portuguez Diogo de Bairros, adail mór; e n'ella se houve com tanto acerto, que tudo obteve dos moiros. Encerrados os ossos do infeliz infante n'um cofre com duas chaves, trouxe uma o adail, e a outra certo marroquino, grande fidalgo entre elles, por nome Muley-Pelsaca.

Entregue o cofre em Arzilla, chegou por mar até Lisboa, desembarcou em Rastello, e veiu em solemne e pomposa procissão de toda a côrte a caminho da cidade; e tomando a Santos subiu á porta de Santa Catherina. Ahi achava-se preparado um estrado alto, e perante immenso concurso de povo prégou um sacerdote eloquente, recontando a expedição, o captiveiro d'aquelle principe, o seu martyrio soffrido com tamanha hombridade, e a sua desamparada morte em masmorra de infieis, longe de todos os seus, e ralado de saudades.

D'ahi, no meio de lagrimas geraes, continuou o prestito luctuoso em direcção ao mosteiro do Salvador, onde foram depositados aquelles tristes ossos, e depois de poucos dias levados para o seu jazigo na Batalha[1].

Era apenas seguir á risca tudo quanto a devoção

[1] Vide Duarte Nunes do Lião — Chron. d'el-rei D. Affonso V, cap. XLII.

do sympathico infante havia determinado no proprio testamento, em 1437[1]; por signal, que deixava tambem ao mosteiro, como saudosa lembrança, varios objectos: paramentos e livros.

Os paramentos eram estes: uma capa de sendal preto (especie de tecido antigo, ralo como crepe); um manto; uma cortina e frontal, e uma capa, e um manto, e umas almategas (dalmaticas) tudo ornado de damasquim branco; uma cortina de sarja preta para deante do altar; quatro sobre-pelizes; dois corporaes; duas toalhas bordadas; uma ara, e duas toalhas de altar.

Os livros eram os seguintes: uma vida de S. Jeronymo em portuguez; o livro da rainha Santa Izabel de Hungria, (porque não podia ser a da sua terceira avó D. Izabel de Aragão, que não se achava canonisada, e só o foi em 1625); dois livros pequenos de orações, um de pergaminho, outro de papel, cobertos ambos de veludo preto.

Tudo isto, já se vê, manuscritos, provavelmente illuminados; luxo de principe[2].

*

Do mosteiro para uma casa fronteira, que era tambem pertença d'elle, ia, já no seculo XVI, um passadiço sobre a rua. Considerando as religiosas o incommodo que lhes provinha, principalmente ás de mais avançados annos, de atravessar por esse distante

[1] *Hist. gen.*—Provas—T. I, pag. 503.
[2] *Hist. gen.*—Provas—T. I, pag. 506.

passadiço, onde ficava o dormitorio, entenderam dever construir outro, mais ao norte d'aquelle. Para isso pediram licença á camara de Lisboa; e esta, em 13 de maio de 1596, celebrou com as religiosas previo contracto concedendo as pedidas auctorisações[1].

N'esse contracto allude-se positivamente a dois passadiços: um mais antigo, que é provavelmente o que lá está ainda, sobre a ingreme rua do Salvador, e este tal novo, que não existe já. Havia de ter cinco palmos de vão, e corria ás freiras a obrigação de lá manter acceza todas as noites uma lampada; pelo que, tinham de comprar um censo perpetuo que lhes rendesse 3:000 réis para o custeio da lampada.

Quero crer que o passadiço mais antigo, já mencionado com o nome de *Arco,* que em realidade é, no livro de Christovão Rodrigues de Oliveira, desse o nome á *travessa do Arco de Dom Leão,* por ser communicação contigua á casa dos Noronhas. É vulgar na familia Arcos o nome de Leão. D. Leão de Noronha era em 1474 um cavalleiro fidalgo d'el-rei D. Affonso V[2]; ha outro, que foi filho de D. Henrique de Noronha padroeiro do mosteiro do Salvador, e de D. Guiomar de Castro, da casa de Monsanto, fallecido em 18 de agosto de 1572[3]; ha outro, que em 1642 era doutor em leis e deputado da meza da Consciencia e Ordens[4]. Fica bem aquelle nome pro-

[1] Cart. da c. m. de L.—L.º III de contractos, fl. 79, citada nos *Elem.*, T. II, pag. 385, nota 3.

[2] *Hist. gen.*—Provas—T. II, pag. 31.

[3] Ibid.—T. XI, pag. 902.

[4] Vem mencionado no livro do sr. Deslandes *Historia da ty-*

prio a quem via collear no seu escudo de armas dois leões de purpura batalhantes sobre um manteller de prata.

Qual dos dois primeiros (se algum foi) desse nome ao *Arco,* e portanto á travessa, não se póde saber; mas a ter sido algum, foi o primeiro. Era bisavô, por varonia, do terceiro conde dos Arcos de Val-de-Vez D. Thomaz de Noronha[1].

*

Para a banda de S. Thomé ficava a portaria do Salvador, na esquina da rua chamada do Arco do Salvador, e da das Escolas Geraes, sobre uma especie de pequeno largo ao topo da rua direita do Salvador, e das escadinhas de S. Thomé. Era, ao fundo de um pateo estreito e enladeirado, um portão de vulgar apparencia coroado por um brasão de armas, que descreverei assim: escudo esquartelado: ao primeiro as Quinas reaes de Portugal; ao segundo agironado de negro e prata, de oito peças, com uma cruz florida sobreposta de um no outro, e bordadura tambem de um no outro; e assim os contrarios; orla geral, carregada dos sete castellos das armas do reino.

pographia, n'um documento d'aquelle anno relativo a Paulo Craesbeeck.

[1] Que foi conde pelo seu casamento com D. Magdalena de Bourbon filha do primeiro conde D. Luiz de Lima de Brito Nogueira, filho do setimo visconde de Villa Nova de Cerveira, e da viscondessa D. Luiza de Tavora. Por esse D. Thomaz é que a nobre casa dos Arcos ficou tendo a varonia de Noronha.

Este brasão, que certamente não pertence a familia alguma em especial, é, com toda a probabilidade, um mixto *ad libitum* do stemma dominicano, com o escudo da familia de alguma abbadessa que emprehendeu a obra. Sigo n'isto a opinião de um erudito genealogista e heraldico, a quem consultei.

Essa porta foi demolida em janeiro de 1886, e a rua das Escolas Geraes alargada, tomando-se uns metros aos dormitorios do mosteiro. O mosteiro é hoje um azylo.

*

Em 29 de abril de 1884 dizia um jornal de Lisboa estas significativas e frias palavras, que me abstenho de commentar, mas que julgo consentaneas com o espirito revolucionario, demolidor, e intolerante, que em 1834 derrubou os conventos:

O sr. administrador do bairro oriental foi hontem tomar posse do convento do Salvador, por ter fallecido a ultima freira.

Todos os dias presenceâmos eguaes actos de *rapinagem legal.* O silencio da aquiescencia ou os brados do applauso acompanham em todas as fileiras do jornalismo taes desacatos ao direito de associação, á vontade dos mortos, á Religião, á arte, e ao senso commum.

Quem mais não póde, protesta como eu faço.

CAPITULO XVIII

Propõe-se o auctor estudar a velha parochia de S. Bartholomeu ao Castello.—Começa pelo chão da Feira.—A antiga feira, avoenga da nossa *feira da Ladra*.—Carta regia do senhor D. Affonso III em 1273.—Analoga disposição na velha Coimbra.—Estabelece-se o mercado popular em varios sitios.—Frei Nicolau de Oliveira, o padre Duarte de Sande, e o *Anatomico jocoso*.—É citado um auto de Balthazar Dias.—Discussão com o sr. visconde de Santa Monica sobre a origem da feira.

O fragmento da velha Lisboa contido hoje entre a rua de S. Bartholomeu, pelo poente, o Chão da Feira, pelo norte (aos pés das muralhas do Castello), a travessa do Funil e o largo do Contador, pelo nascente, a rua de Santiago e o largo dos Loyos, pelo sul, narraria (se podesse falar) alguns dos capitulos mais interessantes da nossa chronica medieval.

Em area tão acanhada como esta, couberam em

tempo antigo uma egreja parochial, e um paço, e varios palacios nobres, e um seminario. Se o leitor não está cançado, offereço-lhe o meu braço, e vamos. A vida é curta.

Primeiro que estudemos a egreja e os edificios, estudemos primeiro o sitio, e comecemos pelo Chão da Feira.

*

O Chão da Feira é um terreiro, como rua larga, em frente dos bastiões mauritanos do Castello; terreiro estreito e mesquinho, que (antes de irmos a deante) nos vae obrigar a uma extensa digressão: á Ribeira, ao Rocio, á praça da Alegria, ao campo de Sant'Anna. Não percamos porém de idéa o ponto de partida. O Chão *da Feira* tira nome de um antiquissimo mercado que alli se fazia, e que é nada menos que avô remoto, mas directo, da nossa feira da Ladra.

*

Visto que falei n'este mercado, que logo desde os primeiros seculos da monarchia ligou a sua historia ao vetusto sitio do Chão da Feira, não posso deixar de me espraiar no assumpto. A proposito d'este chão, estudarei a feira nas suas variadas vicissitudes; a proposito da feira, estudarei o Rocio; a proposito do Rocio, o paço dos Estáos, e a visinha praça da Alegria; a proposito d'ella, o Passeio Publico e a Avenida; e a proposito de tudo, atravessaremos o campo de Sant'Anna, tornando-nos á freguezia de

S. Bartholomeu, onde acharemos muito que esmiunçar ainda.

O que é indiscutivel, pois nol-o affirma um documento official muito antigo, é que em dias d'el-rei D. Sancho II, D. Affonso II, e não sei se ainda antes, tinham os alvazis de Lisboa faculdade para collocar a feira onde lhes aprouvesse, um dia por semana, podendo bem ser (segundo a tradição ouvida, ou colhida algures, por Pinho Leal) que a tivesem collocado de preferencia n'um sitio populoso, frequentadissimo de gente da terra e de gente adventicia, como era a *lada,* ou praia, ou ribeira do Tejo, lá em baixo, ás Portas do Mar.

Pinho Leal, de cujo nobre caracter, que todos reconheciam, possuo prova escripta, não ia sem mais nem mais inventar uma coisa assim. Essas coisas não se inventam. Toda a culpa d'elle foi não citar a origem da tal opinião; e não foi só n'este caso: é costume do *Portugal antigo e moderno*. Em materias historicas não ha palavra de honra.

O documento official a que acima me referi é uma carta regia de 7 de março de 1273, em que el-rei D. Affonso III ordenava que o mercado não continuasse mais a fazer-se nas casas d'elle, rei, junto da Alcaçova, mas se celebrasse onde ao concelho melhor parecesse, e um dia por semana, como no tempo dos reis antecedentes[1].

Por aqui se vê:

1.º—que havia desde o tempo dos primeiros soberanos em Lisboa um mercado popular;

[1] Sr. E. F. de Oliveira—*Elementos para a hist. do mun. de Lisboa*—T. 1, pag. 234.

2.º—que era posse do concelho collocal-o onde lhe aprouvesse;

3.º—que, por qualquer motivo, tendo sido determinado que a séde fosse n'umas casas d'el-rei junto da Alcaçova, o senhor D. Affonso III por esta carta repõe a antiga faculdade concelhia.

Que casas eram essas d'el-rei, é que se ignora; o que está provado, como n'outro capitulo mostrarei, é que n'esta freguezia de S. Bartholomeu possuia o mesmo senhor mais de um predio. Pode talvez inferir-se do que se acha escrito, que o mercado se celebrava n'alguns casarões terreos, alastrando para o terreiro contiguo ás muralhas, o qual d'ahi tomaria o nome de Chão *da Feira;* terreiro certamente maior do que hoje, e que formaria uma como esplanada commoda no topo da montanha.

Acho singular e curiosa a symetria com que vem collocar-se, em correspondencia a estes citados actos camararios e regios de Lisboa, analogas representações e disposições do alcaide e alvazis de Coimbra, e do mesmo senhor D. Affonso III. Tambem lá havia feira; tambem se celebrava n'umas casas d'el-rei na Almedina; tambem os alvazis representaram contra esse uso; e em 7 de maio do dito anno (1273), defere o monarcha ao pedido, e lhes outorga faculdade para celebrarem a feira no sitio que melhor lhes parecesse[1].

[1] *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes da camara de Coimbra*, pelo sr. Ayres de Campos—P. II, fasciculo 99; e vide tambem o fasciculo 1 da mesma P. II, pag. 2.

Vide como curiosidade o pedido que ácerca de assumptos

*

N'esse anno de 1273 perco o rasto directo da feira lisbonense; e depois de a ter entrevisto alastrada na Ribeira, no primeiro quartel do seculo XVI, vou encontral-a ás terças feiras no Rocio nos fins d'esse mesmo seculo; praça boa e desafogada, que media de comprido mais de quinhentos passos e de largo para cima de duzentos[1].

*

D'entre os auctores de diversas pinturas que se conhecem, embora rapidas, de tão bem sortida reunião de mercadores e populares, aliás já debuxada na parte I da *Lisboa Antiga,* citarei o padre Duarte de Sande. Diz elle ser tão grande a multidão dos frequentadores, *e tanta a quantidade e variedade de generos expostos á venda em tendas bem proporcionadas, que parece bastariam não para um só dia, mas para um mez e para um anno*; *de sorte* (continua o illustrado jesuita) *que alli acodem não sómente os plebeus e os nobres, mas tambem as donas illustres, sem apparato de creados, dizendo-se até que a propria rainha algumas vezes fazia o mesmo, por curiosidade de vêr a feira*[2].

analogos fazem os procuradores de Coimbra nas côrtes de Lisboa de 1439.— Citado Indice, P. I, pag. 37.

[1] Frei Nic. d' Oliv.—*Grand. de Lisb.*— Trat. V, cap. IV. (ed. de 1804, pag. 221). O mesmo auctor diz a pag. 117 *cento e cincoenta* passos de largura.

[2] *Lisboa em 1584*— Arch. Pitt.— T. VI, pag. 87.

Depois do padre Sande, appareça o narrador das *Grandezas de Lisboa*[1], pintando-nos a feira no primeiro quartel do seculo XVII.

Da parte do norte—diz elle—*se entra nesta cidade por dois valles, que, como acima fica dito, estão povoados, de uma parte, de mui nobres casas, e da outra, de mui grandes e frescas hortas; e por estes dois valles se vem a dar em um mui grande recío, chamado assi por excellencia de sua grandeza e fermosura, em o qual se faz cada semana ás terças feiras uma mui grande feira, e abundante de todas as coisas pertencentes ao uso da vida humana.*

Logo depois dá mais um toque no movimento hebdomadario da celebre praça, quando, ao falar na arcada do Hospital de Todos os Santos, escreve:

Juntamente se vendem aqui em as terças feiras toda a sorte de panno de linho, canequim, cassa e hollanda, e outros pannos, linhas, rendas, tranças, franjas, e outras coisas semelhantes, além de muita coisa de calçado, linho, e estopa para fiar.

*

Aqui intromette-se chronologicamente uma postura municipal de 1610[2], que resa assim:

Pera se euitarem os roubos e furtos, que se nesta cidade faziam, que daqui ẽ diante nenhũa pessoa, de

[1] Trat. V, cap. IV

[2] Cartorio da c. m. de L.—Livro de posturas reformadas, fl. 225; citação encontrada a pag. 235 do T. I dos *Elementos* do sr. Freire de Oliveira.

qualquer estado e condição que seja, venda nem compre cousa alguma na Feira da ladra, assim na Ribeira como na feira do Ressio, ou ẽ qualquer outra parte da cidade, nem fação algũs ajuntamentos para se nelles aver de vender ou comprar algũas cousas; e qualquer pessoa que for achada que compra ou vende algũa cousa na dita Feira da ladra, ou fazer algum ajunctamento em algũa parte da cidade, do tronco onde estará dez dias pagará quinhentos r͠s, sendo escrauo, e sendo liure mil r͠s, a metade para as obras da cidade, e a outra para quem o accusar.

Esta curiosa postura, quasi inintelligivel para mim, prova-me no emtanto varias coisas:

1.ª—a esta feira franca de Lisboa chamava-se já então *da ladra;*

2.ª—celebrava-se na Ribeira e no Rocio, não sei se alternada se simultaneamente;

3.ª—perpetravam-se em tal mercado abusos, que a auctoridade tentou reprimir.

Mas reprimir como? acabando com a feira; não é assim? prohibir que na feira qualquer pessoa compre ou venda seja o que fôr, é prohibir a feira.

O sr. Freire de Oliveira, commentando este documento, pondera que esta providencia lhe parece contraproducente; porque, se na feira se commettiam roubos, e se appareciam á venda objectos roubados, muito melhor poderia a justiça alcançar alli os gatunos, n'aquelle paradeiro certo, do que farejando-os a vender sonegadamente por casas particulares.

Creio que esta postura ficaria lettra morta, visto que a feira da ladra, mais vivaz que nunca, até na

litteratura theatral do seculo XVII soube imprimir o seu rasto indelevel.

*

Ser-me-hia muito agradavel poder compulsar, para o relatar ao meu leitor, o *Auto da feira da ladra,* do velho Balthazar Dias; mas não o pude ver. Citam-n'o apenas Barbosa e Innocencio; é um 4.º impresso por Antonio Alvares em 1619. Nada mais sei; e provavelmente daria alguma luz para o estudo d'este mercado *sui generis*. Na bibliotheca nacional não existe, e alguns dos nossos collectores nunca o viram.

*

Em compensação d'esta mingua, entre agora, que entra bemvindo, o auctor ou compillador do *Anatomico jocoso,* mais a sua descripção *chula, marota, esturdia*, *e mariolatica* da feira da Ladra; venha esse escriptor guiar-nos com a sua loquella de velho de carnaval, pelo meio dos grupos ruidosos e multicores dos feirantes a meio do seculo XVIII. Apesar do estylo carregadamente burlesco d'essa pintura extravagante, algumas noções approximadas nos deixa ella no espirito quanto á disposição e ao arruamento dos varios generos de mercadores; e, sem ficarmos sabendo muito ao certo a distribuição da praça, o que essa prolixa descripção nos deixa na memoria basta para contentamento da imaginação. É uma pintura á maneira de Hogarth, onde fervilha o epigramma repassado de bonhomia, e a observação de usos e

costumes populares. Por isso é precioso o citado trecho do *Anatomico*[1].

*

Na interminavel miscellanea da *Academia dos singulares* ha uma sylva de Sebastião da Fonseca e Paiva, mestre de capella da infanta rainha da Grã-Bretanha, em que se descreve a feira. Tem certa graça mesclada de gongorismos alambicados[2].

*

Depois d'esta menção succincta não poso deixar de transcrever algumas das admiraveis quintilhas, com que certo poeta, de bons quilates certamente, embuçado no cryptonymo de J. J. R., se dirige, em estylo tolentiniano, á sua Musa. Quem me deu noticia d'este folheto, que julgo raro, foi o dr. Xavier da Cunha[3]; e achei tanto sabor aos versos em que o auctor descreve a feira da ladra, que os copiei. Escutem:

> Eu sei que existe uma feira,
> onde de inverno se atolam
> varias bestas na carreira,
> e inchados casquilhos rolam
> no dia de terça feira;
>
> onde se vê cigarrando
> o marujo partidario;
> aonde, de quando em quando,
> vae o cansado hervanario
> brandas hervas separando;

[1] Tomo II, pag, 402.
[2] T. II, pag. 9 a 48.
[3] *Quintilhas* compostas por J. J. R. falando com a sua Muza, lembrando-lhe o que com ella tem passado, pintando-lhe os

onde, entre sedas bordadas,
que a suja adella recebe,
e tem alli penduradas,
apparece o algibebe
co'as vestes amarujadas;

onde o peralta se engoda,
onde serve de impecilho;
e em cuja feira de roda
mostra o maltez ao casquilho
curta bengala da moda;

onde as gentes aloucadas
(não é pequeno defeito)
são tanta vez enganadas
com relogios, que tem feito
mais de trezentas paradas;

onde o lacaio emproado
para o uso da trazeira
em um ar achibantado
paga da sua algibeira
grosso chapeo de oleado;

aonde o casquilho pobre,
a quem a fortuna injusta
não quer que nada lhe sobre,
a velha casaca ajusta
por pouco e rafado cobre;

seus grandes defeitos, e figurando-lhe a feira da Ladra, em cujo sitio se dava uma assembléa, aonde a mesma Muza tinha repetido uma obra, que foi applaudida, e que a encheu da maior presumpção. (Lisboa; na off. de Antonio Rodrigues Galhardo; 1786; in-4º de 16 pag).

onde a dama refinada
pelo braço do chibante
sendo de tarde levada,
compra o lenço de volante,
saia de seda bordada;

aonde a farpada banca,
a mal segura cadeira,
de pés ou de braços manca,
na manhã e tarde inteira
tem sahida e entrada franca;

onde, entre tanto motim
mostra o largo taboleiro
mil bocados de alfenim,
bolos de pouco dinheiro,
pedaços de jarzelim;

quando tudo alvoroçado,
agua fresquinha, em pregão,
alli berra de outro lado
co'a bilha e copo na mão
sujo preto esfarrapado;

onde o tosco sapateiro,
sem que da venda se esqueça,
de sapatos um milheiro
em um cordel que atravessa
vae pendurando ligeiro;

onde o florete bem tezo
para vender se apresenta,
a quem, por grande desprezo,
negra ferruge violenta
deixou na bainha prezo;

aonde descobre a vista
largas compridas fivellas,
que o sagaz contrabandista
entre varias bagatellas
comprou çom dinheiro á vista;

onde, entre placas e espelhos,
o já pesado ancião,
capaz de dar mil conselhos,
vae estendendo no chão
um monte de ferros velhos;

aonde no dia inteiro
mais se acrescenta o motim,
assim que o dextro bregeiro
no sonoro bandolim
meneia os dedos ligeiro.

*

Talvez não descaiba aproximar aqui uma chilra composição theatral, farça á portugueza velha, mas muito semsabor, de que foi auctor o conhecido Ricardo José Fortuna, ponto de varios theatros, e cultor tal ou qual da litteratura, que elle auxiliava na sua gruta, e debaixo do seu carapuço de folha de flandres. Este opusculo, inedito segundo parece, e desconhecido a Innocencio, que o não incluiu na lista dos escriptos do mesmo auctor, intitula-se *O londum na Feira da ladra em Lisboa.* O manuscrito possue-o na sua collecção o meu amigo dr. Xavier da Cunha, que teve a bondade de m'o emprestar. Na scena 17.ª figura o theatro a feira, e ahi se passam alguns quadros pouco edificantes, onde o dialogo, todo ouriçado de equivocos de pessimo sabor, se

arrasta n'um plebeismo sem talento. É tudo aquillo uma caricatura grotesca de vendilhões e feirantes, mas não merece as honras da transcripção.

*

Assenta n'este logar a menção do recente poemeto do sr. visconde de Santa Monica, Henrique O'Neill[1]; pintura vigorosa e viva, onde o auctor deixou impresso o cunho do seu talento faceto e engraçadissimo.

N'uma nota expõe o sr. visconde a sua idéa ácerca da etymologia da denominação de *feira da ladra.*

Estou persuadido — diz elle — *de que a palavra* LADRA *não é aqui o feminino de ladrão, mas sim de* LAZARO, *ou* LADRO, *isto é lazarento, miseravel. Houve antigamente em Pariz uma celebre feira de* SAINT-LADRE, *em vez de* SAINT LAZARE, *e davam os francezes o nome de* LADRERIES *aos hospitaes de leprosos. Nós ainda a estes chamamos* LAZAROS, *e á pobreza acompanhada de miseria e de immundicie* LAZEIRA, *termo que tambem já significou* LEPRA.

Pode ser; mas não parece estranho que em vez de se lhe ter chamado, como era natural (a ser verdadeira a conjectura), *feira dos ladros*, se lhe chamasse *da ladra?* Que preferencia podia ter aqui o feminino sobre o substantivo mais lato, e um singular restrictivo sobre um plural? Se se tratasse da feira dos rotos, dos miseraveis, dos pilhos, dos tunos, dos *la-*

[1] *A/feira da ladra/— Lisboa — Imprensa Nacional* — 1888.— 8.º, 1 folh. de 32 pag. (sem nome de auctor).

zaros, ou *ladros,* porque se lhe chamou só da rôta, da miseravel, da lazara, ou *ladra?* Não percebo bem.

Além d'isso, para o argumento vibrar com mais força, era necessario, me parece, provar que a tal feira franceza de *Saint-Ladre* era do genero da nossa; o que se não prova.

Menciona o sr. visconde muito de fugida a Jorge Ferreira de Vasconcellos, que na sua *Eufrosina*[1] se refere á *feira de Santa Ladra;* e aproxima s. ex.ª engenhosamente d'este dito a referida feira de *Saint-Ladre.* Para mim (salvo melhor juizo) a phrase da *Eufrosina* não é mais que uma graça, como tantas outras do mesmo cerrado bosque de chistes portuguezes. O auctor ahi referia-se tanto a uma Santa, como o nosso povo se lembra de um Canonisado ao dizer ainda hoje *o Santo Entrudo.*

Na festa do Santo Entrudo
entra troupego e zoupeiro,
de tamanco tosco e rudo
no interior do seu palheiro;

ou como os Francezes pensam nas Santas ao chamarem de *Sainte-Adresse* certas ribanceiras pittorescas, com uns faroes monumentaes no Havre; denominação que tem uma origem engraçada, que lá me contaram.

São umas e outras phrases brincadeiras, e nada mais; não devemos tomal-as ao pé da lettra, mas

[1] Acto I, scena VI, mihi edição de 1786, pag. 83.

sim avalial-as á luz do sentimento ironico, vulgar em proloquios plebeus.

Logo, quanto a mim, esse dito de Jorge Ferreira nada prova.

Na escuridão que nos rodeia, confesso que a etymologia da palavra me é desconhecida.

*

Conheço mais no assumpto, por amavel denuncia de um amigo, um folhetim do sr. J. C. Machado intitulado *A feira da ladra*, e um recente artigo do sr. Alberto Pimentel[1], em que este estudiosissimo homem de lettras adopta e defende como verosimil a opinião do sr. visconde de Santa Monica. Conheço além d'isto um folhetim do fallecido D. José de Almada sobre a nossa feira; intitula-se *O Sebastianista.*

[1] Jornal *O Reporter* de 8 de março de 1889.

CAPITULO XIX

A proposito da feira fala-se no Rocio, onde ella se celebrava —Etymologia do nome de *Rocio.*— Opinião de Luiz Mendes de Vasconcellos ácerca d'esta celebre praça lisbonense.— Uma anecdota de D. Francisco Manuel.

Ora agora n'este ponto abrirei um novo capitulo, e deixarei dois traços mais, descriptivos do nosso antiquissimo Rocio, para se acrescentarem ao que da mesma celebre praça tenho já dito n'outras partes.

E comecemos por falar da palavra em si mesma, e pesquizemos-lhe a etymologia.

*

Tem este vocabulo hoje duas significações: de *orvalho,* e de *praça,* ou logradoiro publico junto a povoação. Na accepção de praça é commum a innu-

meraveis cidades e villas, concelhos, e freguezias de Portugal: o Rocio de Lisboa, o de Leiria, de Mafra, de Alcobaça etc., e até o Rocio dos Olivaes.

A orthographia e a pronuncia da palavra variaram; antigamente a praça escrevia-se *ressio*, ou *rescio*, ou *recio*. Hoje pronuncia e orthographia são geralmente eguaes para as duas accepções, se bem que algumas pessoas puritanas ainda pronunciam *rócio* o orvalho.

Se esta palavra vem do *ros* latino, como quer Bluteau e outros, ou pertence ao grupo dos vocabulos que os Portuguezes teem seus nativos, e não tomaram de outras gentes, como quer Duarte Nunes, não pude averiguar; forcejemos achar a procedencia do vocabulo na accepção de *praça*, pois é quasi certo que estas duas accepções formam duas palavras distinctas, casualmente ligadas hoje pela semelhança phonica.

Duarte Nunes distingue *rocio* de *ressío*, e diz que o primeiro é chuva miuda, ou orvalho[1], e o segundo campo largo[2]; mas d'esta distincção não dá motivo nem aventa a etymologia do segundo vocabulo. Não é, quanto a mim, admissivel a opinião que suppõe provir elle de *recinto*, assim como a que o deriva de *rocio*, orvalho, por estarem as praças patentes á influencia das estações, e cahir n'ellas maior copia de humidade.

O que mais plausivel me parece é que *rocio*, na accepção de praça, seja corrupção de *ressio*, como

[1] Da orig. da ling. portug.— cap. XVI.
[2] Ibid., ed. de 1864, pag. 209.

ha tres seculos, e d'ahi para traz, se escrevia; e que estas especies de logradoiros no arrabalde das povoações, terreiros proprios para jogos de cavallo, de cannas, de péla, manobra de ordenanças, e outros exercicios, derivassem o nome (segundo Moraes deixa entrever no substantivo *ressio*) do adjectivo desusado *ressio* (terminação adjectival frequente em portuguez).

Terreiro ou chão *ressio* valia tanto como terreiro de poisio, chão baldio, bravio, maninho, devoluto, commum, desaproveitado; vocabulo que, perdendo-se na accepção lata do adjectivo, se restringiu aos maninhos especiaes, que para determinados fins se conservavam no arrabalde das cidades ou villas, e que hoje, pelo crescimento d'ellas, se lhes acham quasi sempre encravados no centro; e assim, o adjectivo metamorphoseou-se em substantivo, e confinou-se n'uma significação chorographica quasi propria.

Do antigo sentido do adjectivo *ressio*, já na sua transição para substantivo, ha exemplos:

A Ordenação d'el-rei D. Affonso V[1] diz:

As terras e herdades que soyam a seer lauradas e semeadas, e que som convinhavees pera dar pam e outros fruitos per que se os povos ham de manteer, som desemparadas em ressios, sem prol e com grande damno do pouo.

Confirma-se esta accepção com um trecho da Historia de S. Domingos[2], onde se diz que os frades dominicanos fizeram «*novas trocas com os visinhos,*

[1] Liv. IV, Tit. 81, § 1.º
[2] Liv. IV, cap. XIV

e novos assentos com a camara (de Guimarães) *de caminhos e* RESSIOS *do concelho que por alli havia.*

Na mesma chronica se vê[1] que, depois de construida por el-rei D. Affonso III a egreja do convento de S. Domingos de Lisboa, fundação d'el-rei D. Sancho II, fez aquelle soberano doação á communidade de muitos chãos em volta do mosteiro, os quaes *n'aquelle tempo,* diz frei Luiz de Sousa, *eram terras devolutas, de que o povo se servia sem haver dono particular d'ellas;* e continua mais abaixo, insistindo na mesma idéa: *esta mercê, que então se aceitou por ser de terra desaproveitada e baldia, e sem olho a interesse, veio depois a importar muito.*

Ora agora note-se, que, em tempo d'el-rei D. Affonso III, aquelles taes logradoiros publicos de Lisboa, matagaes, ferrageaes sem dono, outra coisa não eram senão uma porção da terra de que o nosso actual Rocio (então muito mais vasto) formava parte, pois sobre elle cahia o velho convento.

Não era o terreno do nosso Rocio actual em antigas eras unico em Lisboa. Havia mais campos por aqui, com a mesma denominação. *Os outros ressios da villa*[2] diz o contracto de composição de 7 de agosto da era de 1323 entre el-rei D. Diniz e o alcaide e alvazis de Lisboa[3]. Esses sitios mudaram de nome, e afogaram-se em casaria nova, por fórma que só um Rocio contamos hoje, e esse mesmo chrismado em *Praça de Dom Pedro!*

[1] Livro III, cap. XVIII.
[2] *Villa* na antiga e vulgar accepção de *cidade.*
[3] Mon. Lusit.— T. V, fl. 314 v.

Na chronica d'el-rei D. João I por Duarte Nunes, finalmente, se lê: *Mandou o Mestre sahir fora da cidade a um* ROCIO *perto d'ella que chamam de Santa Barbara* (era o campo depois chamado da Forca, e ultimamente de Santa Barbara) *essa pouca gente de cavallo que havia*[1].

*

Recapitulando, temos:

1.º—A palavra *ressio*, ou *recio,* (hoje *rocio*) era adjectivo, e significava baldio; *terreno ressio;*

2.º—Por abreviação, o povo supprimiu o substantivo, e entrou a dizer em vez de *terreno ressio*, apenas *ressio;* assim succedeu por exemplo ao vocabulo *largo; campo largo*, *terreno largo*, *espaço largo, terreiro largo*, simplificou-se em *largo,* subentendendo-se um substantivo qualquer.

3.º—Transformado em *rocio,* e applicado propriamente aos logradoiros junto de povoações, fixou-se esta palavra com o sentido restricto de terreiro apropriado a certos fins.

4.º—Em Lisboa (este é que é o nosso ponto) foi o *ressio*, ou *rocio* um terreno vasto, á margem do esteiro de aguas, e consagrado a logradoiro commum, a fornos de telha, a sementeiras de farragem, a corridas, etc.

*

Eis ahi o pouco, e pouquissimo, que pude apurar

[1] Cap. XL.

quanto á origem da palavra. Dito isto, estudemos os destinos da praça em si mesma.

Tardou seculos, e muitos, a transformação d'esses mal aproveitados chãos em praça polida e ornamento urbano; mas é innegavel que, pelo volver dos annos, se tornou o Rocio de Lisboa uma praça magnifica, e desbancava pela grandeza e nobreza dos edificios a todas as demais praças da capital; a ponto, que affirmava no seu tempo Luiz Mendes de Vasconcellos, com aquella emphase commum a escriptores peninsulares, *se não sabe em outra cidade outra tamanha, cercada de nobres casas e grandes templos*[1]; e blazonava um cortesão antigo, morador no Rocio, que habitava no sitio melhor do mundo. Demonstrava-o assim, segundo conta o galantissimo conversador dos *Apologos dialogaes:* a melhor das cinco partes do mundo é a Europa; a melhor da Europa é a Hespanha; a melhor de toda a Hespanha é Portugal; a melhor de Portugal é Lisboa; a melhor de Lisboa é o Rocio; e as casas do dito cortesão eram as melhores d'esta praça, pois d'alli se viam as toiradas da banda da sombra[2].

Tem chiste a engenhosa demonstração. Fiquemonos por aqui, descancemos, e no capitulo seguinte gizaremos mais alguns traços historicos do nosso illustre e celebre Rocio.

[1] *Do sitio de Lisboa*—Dial. II, pag. 227 de edição de 1803, que possuo.

[2] Ap. dial.—pag. 139.

CAPITULO XX

Continua-se com o Rocio.—Doação d'el-rei D. Diniz a D. Pedro Escacho.—Demandas da camara com o rei.—Desde o seculo XIV encontro povoados os arredores do Rocio para o norte.—Marinha Gomes.—Edifica o grande infante D. D. Pedro o paço dos Estáos.—As antigas aposentadorias.—Um dito do infante D. Pedro.——O Rocio *descalço* ainda em tempo d'el-rei D. João II.—Obras nos Estáos em 1520, segundo um documento descoberto pelo sr. José Ramos Coelho.—Analysam-se essas obras.—Em 1540 até 1543 ahi morava el-rei D. João III.—Em 1568 ahi morava el-rei D Sebastião.—Ahi toma posse do governo.

Intrometteu-se el-rei D. Diniz, segundo parece, no aproveitamento, e tambem no alargamento do Rocio de Lisboa. A D. Pedro Escacho, por exemplo, mestre da Ordem de Santiago, tomou elle uma almoinha junto ao Rocio, a qual fôra dada ao mesmo D. Pedro pelo cabido lisbonense. Essa e outras

expropriou aquelle rei, compensando os donos. Foi isto em carta de 1 de novembro de 1311[1].

Dos rocios das povoações foram sempre muito ciosas as camaras; nem aos proprios soberanos consentiam intrusão em taes logradoiros. Trouxe a camara de Lisboa demanda com o mesmo rei D. Diniz (nada menos), para impedir que o mesmo senhor alli fosse alastrando edificações, como parece que tinha feito *invita domina*, construindo *açougues*, *tendas, ferrarias*, *taracenas, e casas;* demanda essa que só terminou por uma já citada composição entre os litigantes, de 7 de agosto de 1285 (anno de 1323,) quitando el-rei á cidade o tributo chamado *jugadas*, e declarando que nunca se estenderia n'esses chãos baldios do concelho[2].

Parece que, em vista do aperto da maior parte das cidades antigas, eram havidos como altamente vantajosos para a hygiene publica taes logradoiros, como desafogo de cavalleiros e passeantes, e campo liberrimo para a circulação do ar.

*

De serem os campesinhos arredores do Rocio para a parte do norte (o chamado Valverde, hoje a Avenida da Liberdade etc.) habitados de gente nobre desde antigos tempos, restam vestigios. É Lisboa a expandir-se. Citarei apenas uma escriptura, vista por

[1] Mon. Lusit.— T. v, fl. 140 v. col. 2.ª

[2] Ibid. T. v, fl. 514 v.— Cartorio da c. m. de L.—Livro dos pregos—fl. 203, e livro II d'el-rei D. Diniz fl. 2.

frei Francisco Brandão, d'onde se inferia que no anno de 1328 morava no alegre sitio de Valverde D. Marinha Gomes, mãe da filha d'el-rei D. Diniz, D. Maria, mulher de D. João de Lacerda[1].

*

Foi no Rocio de Lisboa que se edificou um dos palacios mais celebres da capital: o chamado paço dos Estáos.

Ponto é esse de tamanha escuridade para mim, que mal me chega o animo para arrostar com as difficuldades quasi insuperaveis do assumpto.

Devo dizer francamente uma coisa: nenhuma das varias versões, hypotheses, ou narrações, que tenho lido na materia, me satisfaz; o peor é que tambem me não contenta de todo o que vou deixar aqui. Sirva isto de base, e quem me succeder aperfeiçoará.

A idéa da construcção do paço dos Estáos é mais antiga que a regencia do infante D. Pedro. A este illustre e sempre venerando principe commummente se attribue essa construcção; mas o que não tem duvida nenhuma é que já el-rei D. Duarte, logo nos principios do seu reinado, tinha em mente, e mais do que em mente, a dita obra. Prova-o á evidencia uma sua carta regia de 8 de abril de 1434, em que se estabelece uma consignação annual *para as obras do Estáo.* Essa carta regia não a encontrei, mas re-

[1] *Em Valverde nas casas hu pouzaua Dona Marinha Gomez, madre de Dona Maria filha que foi d'el-rei D. Dinis, e mulher de D. João de Lacerda.*—Mon. Lusit.—T. v, fl. 187 col 1.ª

fere-se a ella com a maior clareza outra de 9 de junho de 1439, em que o menor el-rei D. Affonso V, por mão de seu glorioso tio o regente, eleva a oito contos de libras a consignação annual acima referida, mas ordena que *d'hi endiante despendam os ditos dinheiros em outras obras da dita çidade com nosso acordo è per nosso mandado*[1].

É pois evidente que, tendo o senhor D. Duarte estatuido aquella edificação, em sitio que não sei determinar, veiu a nova carta regia de seu filho derrogar a ordem. Até aqui não ha a minima escuridade.

Foi em dezembro d'esse mesmo anno de 1439, que as côrtes de Lisboa resolveram pedir para a capital a regalia de lhe serem tiradas as *aposentadorias,* que eram uma especie de onerosissimo tributo pago pelos particulares, em especies diversas, sempre que o rei, ou algum muito grande senhor, se deslocava em viagens pelo reino. Isso hoje desdiz de todo dos nossos usos; apenas dá ainda uma idéa dos vexames de tal costumagem o aboletamento de tropas. É um horror.

Se eram gravame publico as *aposentadorias* taes como se entendiam no seculo XV, e nos anteriores, convenhamos porém em que eram indispensavel usança.

A nossa pobre terra não tinha estradas, não tinha communicações faceis, e até não tinha estalagens.

[1] *Cartorio da c. m. de Lisboa.*— Liv. II dos reis D. Duarte e D. Affonso V— fl. 16, citação nos *Elementos* do sr. Oliveira— T. I, pag. 320.

Lembro-me de que, ainda em tempo d'el-rei D. João V, Bluteau, estrangeiro conhecedor, brincava com a palavra *estalagem* e lhe dava a etymologia engraçada do verbo *estalar*, porque—diz elle—em comparação do que se usa lá por fóra, *entrar em estalagens de Portugal é estalar a paciencia*; *sem bom alforge, é estalar de fome; e no rigor do inverno é estalar de frio.*

Se isto assim era no seculo XVIII, se ainda o é agora em quasi toda a parte, que seria no seculo do infante D. Pedro! como havia de albergar-se e manter-se o innumeravel sequito de um rei, por exemplo, nas frequentes jornadas de villa para villa, de cidade para cidade? A chegada da côrte com o seu exercito de parasitas, cujas esfaimadas regalias ainda em parte alcançaram os nossos tempos, era, por assim dizer, uma calamidade geral. A historia antiga tembem menciona invasões de gafanhotos e chuvas de rãs; pois havia peor. A victima era o publico, prestando as suas casas, as suas alfaias, as suas adegas, para uso dos senhores e creados da comitiva.

Quero crer que em parte essas coisas eram retribuidas até certo ponto; mas como! e que estrago não deixava aquella invasão de hunos, desde o apparecimento do aposentador mór, ate ao desapparecimento da ultima peça da *carriagem!*

Nas côrtes antigas, nos foraes, nas instituições de mosteiros, etc., formigam as provas irrecusaveis do insupportavel que era aquelle uso. Tirar pois as *aposentadorias* á cidade de Lisboa, isto é libertal-a de tal onus obrigatorio, e erigir um largo edificio para poisada casual de forasteiros mais ou menos

illustres, era prestar aos lisbonenses o maior dos serviços; não só pelo lado economico, mas até sob o ponto de vista da moralidade. Não se imagina o que padeciam de vexames (ás vezes na propria honra domestica) as familias que recebiam os aposentados!

Quer o leitor ouvir isso mais por miudos? escute o brado das côrtes de 1439:

Ahi pondera o procurador a el-rei D. Affonso os gravames que ao povo advinham de semelhante costumagem, gravames, que (note-se) não eram só nos haveres de cada um, mas muito principalmente... (estou á procura de expressão encapotada) na sua paz domestica. Ahi se dá a entender a desordem, que aos lares pacificos dos cidadãos, ao socego e compostura de suas mulheres e filhas, se seguiam da intrusão dos aposentados forasteiros. Era um *estragamento de casas, e roupas, e alfaias,* mas era sobretudo um desaire frequente no pautado viver dos burguezes. Contra isso tudo reclamaram pois as côrtes, pedindo, supplicando, obsecrando, em termos levantados e asperos, que providenciasse o governo, e ordenasse (a exemplo do que lá fora nos reinos estrangeiros se fazia) que os grandes houvessem de commedir-se n'aquella usança importuna e desbragada[1].

[1] Outrossy, senhor, vosso povoo ssentindo o grande maall, e perda, e pecado que sse merece por aazo das aposentadorias de muitas molheres casadas e moças virgeens, e veuvas e estragamento de casas e rroupas, e allfayas alheeas, e com todo esto a terra despovorada especiallmente ally homde a vossa mercee mais acorria, e sobre todo vossa allma fiqua e he muito encarreguada que o vosso siso deve rreguardar muito,

A resposta do regente em nome d'el-rei, por muito longa não posso transcrevel-a; cifrava-se n'isto, mais ou menos:

Determinava que em todas as cidades, e villas cercadas, se fizessem estáos, uns pelas cidades, os outros pelos particulares, *cad'hum como lhe prouver,* e que outrosim os predios arruinados e desamparados se composessem por fórma, que podessem dar aposentadoria por dinheiro a homens e bestas, que não coubessem nos estáos.

Depois seguem condições miudas quanto aos preços dos alugueis das camas, almadraques, cobertas, etc., condições preciosas hoje para o estudo do custo de certas usanças puramente medievicas. Tudo isso vem n'uma carta do infante D. Pedro *curador do dito senhor rrey e deffensor de sseus rregnos e senhorios, datada* de 10 de janeiro de 1440[1].

porem, senhor, vos pedimos por mercee que esta posse que a vossa mercee teem de quc veem tanto prejuizo a vossa conciencia, e dapno a todo vosso povoo tomando-lhe o sseu sobre que muito trabalham, quer queiraaes dimitir de vos e que sse tenha a hordenaçom nas pousentadorias que fazem os outros rregnos homde pousam por dinheiro, e por esta guisa homde agora ocupa huum fidallguo dés pousadas nom ocuparaa duas, sse dinheiro custarem e assy pousaram cinquo fidallguos nas pousadas que huum soo ocupa, e farees, senhor, gram serviço a Deus e homrra e proveito a toda a vossa terra, porque em os rregnos homde sse acustuma pousarem per prazimento de toda a terra nom leixam os rreyx porem de sseer poderosos e sseu povoo rrico em grande abastamça atodos jeerallmente.

[1] No codice mss. da bibl. nac. inritulado *Côrtes do Reino*, desde 1369 até 1498 (I—5—36, 37, 38), tres volumes de bella copia; vem no terceiro, a fl. 17 a data d'este documento es-

*

Muito bem. Até aqui parece-me tudo averiguado. D'aqui em deante alcantila-se o caminho.

Onde consta o tempo certo da edificação? Quem seria o primitivo architecto? perguntas a que os documentos (que eu saiba) não deram ainda solução.

O mais em que se assenta, pela tradição ininterrupta (verdade seja), é que durante os annos que medearam de 1439 a 1446, em que largou a regencia, mandou o grande infante levantar no Rocio aquelle paço, applicado já então, ou pouco depois, para aposentadoria de embaixadores[1].

crita *mil iiij^c annos;* o que julgo lapso do copista, e por isso reconstitui a data, que tenho por exacta—Eis palavras textuaes de um sabio chronista, que, por assim dizer, compendiam o assumpto:

No tempo das côrtes (de 1439) *entre outras liberdades, que o infante* (D. Pedro, regente) *em nome d'el-rei* (D. Affonso V) *concedeu ao povo de Lisboa, foi que n'aquella cidade não houvesse aposentadorias, e que se fizessem os Estáos no Rocio, em que el-rei podesse alojar sua côrte, que então não era de tanta gente inutil e ociosa como depois pelos tempos foi, em que os reis traziam mais homens dos que haviam mister, com que a côrte se pejava mais do que se honrava.*

Duarte Nunes—*Chron. d'el-rei D. Affonso V*—cap. VIII.

[1] Aqui vão ao acaso alguns dos muitos depoimentos que podiam enfeixar-se aqui:

A obra das casas do Santo Officio foi feita de principio pelo infante D. Pedro irmão d'el-rei D. Duarte..... e se deputou despois para gazalhado dos embaixadores.

Frei Nic. de Oliv.—*Grand. de Lisboa.*—Trat. V, cap. IV.

O terceiro edificio, chamado Estaos, foi fundado por ordem

O mesmo regente, portanto, tendo primeiro mandado, em nome de seu sobrinho, derrogar a consignação votada por el-rei D. Duarte *para as obras do Estáo,* teve que ceder á insistencia das côrtes, ordenando a construcção do palacio. Foi isto dar nobremente as mãos á palmatoria, como se diz.

Por este e outros innumeraveis beneficios, com que o filho d'el-rei D. João dotou o seu querido Portugal, quiz o sagaz instincto do povo lisbonense erigir-lhe uma estatua sobre a portada do novo palacio; e aos que para isso pediam licença ao infante, respondeu elle com ar triste:

—Tal não façais, amigos. De sobra conheço eu o mundo. Se ahi pozessem o meu vulto, não faltaria tempo em que estes mesmos lisbonenses m'o derribassem, e ás pedradas me quebrassem os olhos[1].

Que antevisão da Alfarrobeira!!..

Portanto o que se percebe, é que, feito o estáo, estrangeiros illustres, embaixadores, etc., que tanta vez concorriam a Lisboa, estavam perfeitamente alojados alli, e já não tinha que pensar n'elles a sollicitude dos governos. Em volta porém d'este pensamento luminoso, mas isolado, tudo são trevas.

do infante D. Pedro, filho d'el-rei D. João o I, quando governava este reino, e applicado então a aposentadoria dos embaixadores. Serve hoje (1632) *ao tribunal da Santa Inquisição, acrescentado e ornado de casas mui grandiosas.*

Frei Ant. Brandão—*Mon. Lusit.*—P. III. cap. XXVI.

Os Estáos, fundados pelo infante D. Pedro para aposentar embaixadores.

Luiz Mar. de Azev.—*Antig.*—pag. 88, col. 1ª.

[1] Esta anecdota tral-a o *Elucidario de Viterbo*, e cita fontes.

*

A etymologia do vocabulo mesma poderia ministrar-nos alguma luz no assumpto.

Costumam dar o titulo do paço dos *Estáos* como derivado de *hostáo,* palavra velha, que imagino viria do *hospitaculum* latino (hospedaria). Não me tôa a opinião de Viterbo, que vae procurar a etymologia de *Estáo* ao verbo *estar (por estarem sempre promptos os «Estáos» a receberem os hospedes).*

A fonte *hostáo* é mais verosimil; e auctores antigos escrevem indifferentemente *estáo*, ou *hostáo*. Define Moraes esses termos como hospedaria, casa de aposentadoria publica, ou da côrte; e Bluteau confessa não saber d'onde derival-o: se do latim barbaro *Stallum (locus ubi qui stat),* se do francez antigo *estau*, que vale o mesmo, diz elle, que córte no açougue, *e poderia ser*—acrescenta o sabio clerigo—*que no Rocio houvesse antigamente açougue*[1].

Em italiano a palavra *stazzo*, ou *stazio* (do latim *statio*) significa *stanza, abitazione.* Eis ahi um vocabulo congenere com o *estáo*.

Note-se por fim, que as indicações da citadissima

[1] E houve de certo. Confirma-o uma quintilha de D. Francisco Manuel (*Obra metricas.* T. II. pag. 139, col. 1.ª):

> *Sei o Açougue no Rocio,*
> *os Estáos na Inquisição*;
> *vi el-rei D. Sebastião;*
> *sem dinheiro quiz ter brio;*
> *fiquei perpetuo tescão.*

estampa de Braunio dizem, ao referir-se o gravador ao paço dos Estáos: *Statuum regia, vulgo pacos desftaos, vbi nunc est Inquisitio.*

O que o redactor d'essas referencias quereria dizer pela palavra *status*, *status*, não se pode bem averiguar; e uma investigação guiada pelo sabio Ducange, pouco, ou mesmo nada, me elucidou.

Viterbo, cuja auctoridade gosto sempre de citar, deixa tambem entender que o tal paço edificado no Rocio tomaria aquelle nome de *Estáos*, por se achar collocado, ou perto de hospedarias, ou estalagens, ou em sitio em que primitivamente as tivesse havido. Vejam se ha maior confusão no mundo! cada nova conjectura condensa o nevoeiro.

*

O que é indubitavel, é que já el-rei D. Duarte se referia *á obra do estáo*, e a protegia; e se me perguntam a minha opinião, direi o seguinte:

Andava já, desde muito, animadversão geral contra o uso das aposentadorias; mas ninguem se atrevera a contrarial-o, porque iria ferir interesses de pessoas muito elevadas. El-rei D. Duarte, ou já o seu antecessor, pensou em edificar um palacio em Lisboa, para n'elle se aposentarem embaixadores e forasteiros illustres. Por motivos que se ignoram, demorou-se a realisação do projecto; para espertar as vontades tibias ouviu-se em 1439 o brado sensato das côrtes; e o regente, sempre sollicito no bem publico, ordenou então a feitura do paço no terreiro do Rocio.

Apparece um alvará do mesmo senhor D. Affonso V, datado de Almeirim, em 13 de outubro de 1449, e citado por João Baptista de Castro[1], por onde se vê que o pedido das côrtes fôra mais lato do que se julga em geral: referia-se não só ás phalanges da côrte do rei, mas tambem ao sequito numerosissimo que tinham os grandes senhores; e esse tal alvará determinava que em cada *bairro* coutado que havia em Lisboa (e havia varios) se fizessem estáos, em que os creados de varias cathegorias *podessem pousar por seus dinheiros;* e ordenava á camara de Lisboa mandasse fazer uns estáos no *bairro* do conde de Ourem, primo d'el-rei, e neto do grande Condestavel. A esse conde (depois marquez de Valença) doou o mesmo Condestavel em 4 de abril de 1422, entre outras coisas, os seus paços de Lisboa (hoje as propriedades do Thesouro Velho, Hotel de Bragança, etc.)[2], *os meus paços da dita cidade* (de Lisboa), *com suas casarias e pertenças*[3]. Portanto esse *estáo* a que se referia o alvará regio de 1449 devia ser alli para as bandas do nosso Hotel de Bragança; diversissimo pois do *estáo* do Rocio, que parece era destinado a altos servidores d'el-rei, e a embaixadores estrangeiros[4].

[1] *Mappa*—freg. de Santa Justa.
[2] Vide *Lisboa antiga*—P. II, T. V, pag. 66 e seg.
[3] *Hist. gen.*—Provas—T. V, pag. 568.
[4] Eis a integra do Alvará:
Nós El-Rey fazemos saber a bos Vereadores, Procurador e homens bons da nossa mui nobre e mui leal Cidade de Lisboa, que nas Cortes que em essa Cidade fizemos foi acordado, segundo sabees, que nos bairros dos Senhores ácêrca dos paaços

*

Serviu o palacio do Rocio á embaixada do imperador Frederico III da Allemanha, logo em 1451, quando cá veiu uma especial missão negociar o casamento da nossa infanta Leonor? Ha quem hoje o pense, mas confesso lealmente que não vejo isso nos nossos chronistas. Duarte Nunes na sua chronica d'el-rei D. Affonso V nada boqueja no assumpto. Coisas nossas; e egual falta se dá no diario da jornada dos mesmos embaixadores.

Que deveu ser um paço opulento para aquelle seculo, é bem de presumir. Por dentro imagina-se como estaria adornado de mobilias ricas, e aconchegado das magnificas tapeçarias em que eramos tão profusos outr'ora. Por fóra, as estampas de Colmenar sobejamente desenham o edificio; e muito bem nota o meu mestre o sr. Vilhena Barbosa, como progresso notavel, a desusada symetria que ostenta o edificio: duas torres aos flancos, numeros correspondentes de janellas, etc.[1].

Uma coisa se deve confessar: as vistas que traz Colmenar, sabe Deus d'onde seriam tiradas, mas não

que em essa Cidade tivessem, fossem feitos Estaos, em que os seus podessem pousar por seus dinheiros; e por quanto o Conde de Ourem, mei primo, hi tem seus paaços, como sabees, porem vos mandamos que logo mandees fazer os ditos Estaos no dito seu bairro o mais acerca dos seus paaços que bem poderdes, em tal guisa que os seus abastadamente em elles possão pousar. etc.

[1] Colmenar — *Annales d'Esp. et de Port.*—T. IV. estampas fóra do texto.

representavam (como logo demonstrarei por um valioso alçado) o edificio do tempo d'el-rei D. João V, nem dos Filippes; concordam approximadamente com a outra vista (muito resumida, e muito ingenua, mas preciosa) que traz Braunio, se bem que diffiram ambos esses desenhos quanto á altura do ponto de vista, que na estampa de Braunio é convencional.

Além da gravura do citado George Braunio, possuo na minha collecção um lindissimo calco em papel vegetal, feito a bico de penna pelo impagavel José Valentim de Freitas sobre uma antiga gravura quasi identica á do *Theatrum Urbium* (mas visivelmente outra chapa); e essa tambem apresenta os Estáos com a mesma feição, e com a singularidade de se perceber na fachada lateral, para a banda de S. Domingos, o portão da entrada para o pateo, disposição que se conservava ainda no edificio filippino.

De todo o exposto se conclue:

1.º—A idéa do estáo remonta, pelo menos, a el-rei D. Duarte;

2.º—O auctor do estáo de Lisboa foi, segundo é tradição, o infante D. Pedro;

3.º—Além d'este *estáo* real, havia outros junto aos *bairros* dos fidalgos em Lisboa;

4.º—Edificada a casa do Rocio (não se sabe ao certo quando), tinha uma apparencia muito regular; mas as gravuras que existem remontam, quando muito, aos fins do seculo XVI.

Tal era o palacio, que assim veiu nobilitar aquelle terreiro, fadado pelo destino a bem maiores distincções.

Esse terreiro, irregular e esguelhado, com quanto de area sensivelmente egual á de hoje, enxameava sempre de gente, porque era praso dado de passeantes e mercadores, e blazonava, já no seculo xv, ser uma das mais luzidas e alegres praças do todo o Reino.

*

É preciso notar a quem, como nós, costumou os olhos ao vistoso mosaico do empedramento do taboleiro central, que em eras que lá vão não era calçada a nobre praça do Rocio. É bem certo. Encontro no cartorio da camara municipal de Lisboa um documento, em que el-rei D. João II mandava á vereação que, sem elle estar presente, não se désse principio ao calçamento do Rocio, porque obras em tal logar não se haviam de fazer sem que elle proprio as visse. Não percebo a intenção do dito. Acho singular que um espirito tão grande desça a tal minucia. Registo apenas[1].

*

Contava apenas uns sessenta e tantos a setenta annos, talvez, o nobre edificio, quando em 1520 nos apparece o primeiro vestigio de obras ahi emprehendidas. Constam de uma carta d'el-rei D. Manuel a Affonso Monteiro seu almoxarife. Existe esse documento na Torre do Tombo[2], e foi-me denunciado

[1] Livro 2.º d'el-rei D. João II, fl. 19.
[2] *Corpo chron.*—Parte 1, masso 26, Doc. 76. É original. Vide no fim do volume a integra do documento.

pelo meu bom amigo José Ramos Coelho, que não só teve a bondade de m'o citar, mas até m'o copiou, supprindo com o seu trabalho a minha limitadissima sciencia paleographica. Ao sr. Ramos Coelho fica pois o publico devedor d'esta importante noticia.

Estava el-rei em Evora em outubro de 1520, fugido, segundo parece, de alguma doença que em Lisboa grassara n'esse verão. Tendo sabido da diminuição do mal, resolveu-se a voltar; e, além de algumas obras, que, segundo se vê, determinava se fizessem nos paços da Ribeira (ou paços da Casa da Mina, como tambem se lhes chamava), ordenava ao seu almoxarife Affonso Monteiro mandasse proceder sem demora a varias bemfeitorias nos Estáos, de accordo com um tal Gaspar de Paiva. A enumeração d'essas projectadas bemfeitorias, tal como vem na alludida carta, é preciosa hoje, por nos dar algumas indicações, poucas mas certas, do interior da casa.

Vê-se que devia ter o já indicado aspecto; por outra: vê-se que a feição da frontaria, segundo nol-a dão a conhecer as gravuras de Colmenar, e a de Braunio, concorda com o que o edificio era em 1520, e portanto (segundo é mais que provavel) com o que foi desde o seu principio.

Vê-se que entre as duas alludidas torres da frente corria uma sala grande, *contra a Caldeiraria*, diz o documento alludido. Isto não percebo eu. A *Caldeiraria* era do outro lado da praça, na freguezia de S. Nicolau, passada a rua dos Ourives. Essa sala que então se achava atravancada, interrompida, ou dividida (*atalhada* diz o papel) de *bordos,* ou tabuões

de madeira de *bordo*, havia de desembaraçar-se toda. Era um soberbo salão de sete janellas de frente sobre a praça, e todo elle se havia de forrar.

A torre do lado do nascente, *contra as casas que foram de João de Albuquerque*, havia de ser madeirada por dentro, e forrada de bordo, assim como um pequeno quarto que havia junto d'ella.

O pateo interior da casa, em volta do qual corria uma especie de terrado, ou varandas, havia de ter essas varandas revestidas de ladrilho grande e grosso não *roçado*, (isto é, não esfregado ou polido), *sómente assim como sahir do forno.*

Todas as janellas e portas do palacio haviam de refazer-se de castanho, pondo-se-lhes de novo ferrolhos, fechaduras, e aldrabas, etc., compondo-se tambem todo o ladrilho que se encontrasse quebrado ou gasto.

As estrebarias (e tão importantes eram ellas, que deram nome ao postigo da cidade immediato á porta de Santo Antão), haviam de concertar-se, pondo-selhes manjadoiras novas, argolas, e o mais que se reputasse necessario.

Ora de tudo isso collijo eu uma coisa: achava-se o paço dos Estáos meio deserto, e já muito carecente de reformas, até este anno em que a mão d'elrei D. Manuel o restaurou. Se effectivamente em 1521 elle proprio ahi veiu habitar, ou seu filho, ou alguem real, ou se mudou de tenção, ainda não pude descobrir.

*

Em 1540, sim (vinte annos depois d'estas obras), ha prova de que ahi habitava o senhor D. João III, e em 1542[1], e em 1543[2]. Ahi interrompe-se-me o fio até 1568. Em 20 de janeiro d'esse anno poisava nos Estáos o joven senhor D. Sebastião, e recebeu das mãos de seu tio o cardeal D. Henrique posse solemne do governo do reino; para o que, se levantou, desde este paço até ao visinho convento de S. Domingos, uma grande sala sobre palanques, aderessada de preciosas tapessarias, e descoberta sobre o Rocio á maneira de varanda. Todo o vistoso ceremonial do acto descreve-o Barbosa Machado[3].

[1] Em 1 de dezembro d'este anno ahi celebrou el-rei o contracto do casamento do principe D. Filippe de Castella com a nossa infantinha D. Maria, e do nosso malaventurado principe D. João com a infanta de Castella D. Joanna. *Hist. gen.*—Provas—T. III, pag. 82.

[2] Veja-se a *Lisboa antiga*—P. II, T. IV, pag. 116, e seg.

[3] *Mem. d'el-rei D. Seb.*—T. II, pag. 13 e seg.

CAPITULO XXI

Ficam os Estáos deshabitados desde 1568.—Entra n'elles o tribunal da Inquisição em 1584.—Obras consideraveis na casa no seculo XVII.—Doação de chãos para augmento.—É citado frei Antonio Brandão.—Analysa-se o vasto edificio dos Estáos n'esse tempo, segundo os planos de Matheus do Couto.—Em 1741 ahi funccionava tambem o senado da camara. —Conversação com o sr. Vilhena Barbosa ácerca das sédes da camara.—Continuam obras em 1773.—O illustre engenheiro Carlos Mardel.—Descripção do edificio segundo a *Mnemosine Lusitana*.—A estatua da Fé, por Machado de Castro.—O Rocio e os chapelleiros, segundo um alvará pombalino.—Em 1785 apparatosas festas do conde de Fernan Nuñes nos Estáos.

De 1568 em deante não encontrei provas de que ahi habitassem pessoas reaes; ficou provavelmente este edificio devoluto, e, por assim dizer, de estado. Descrevendo a capital como ella era em 1584, chama o padre Duarte de Sande á casa que n'este momento nos occupa *um palacio real sumptuosissimo,*

com jardins amenissimos[1]*;* pena é que *por brevidade* se abstenha de o descrever. Acrescenta que era tido *na conta de um dos sete principaes monumentos de Lisboa;* e conclue:

A este palacio está annexa uma cavalhariça real, contendo um numero de cavallos correspondente á grandeza e opulencia da côrte.

N'essa data de 1584 fenece a época real do paço dos Estáos, e principia a inquisitorial. Foi com effeito n'esse anno[2], que ahi se alojou o tribunal do Santo Officio, que havia uns quarenta penetrara em Portugal. Onde fosse a sua primitiva séde não sabe o leitor? eu lh'o digo: foi no mosteiro da Trindade, n'aquella massa de casas hoje furada por uma rua desde o largo de S. Roque até ao theatro da Trindade[3]; e como se transferira para Coimbra a universidade de Lisboa, desde 1537, deu-se ao edificio vago das antigas Escolas geraes o destino de servir de recolhimento, ou collegio expiatorio, ou probatico, de certos sentenciados da Inquisição, e ahi eram albergados, doutrinados, e consolados com pregações[4].

No tempo do rei intruso D. Filippe II, parece que foram consideraveis as ampliações e acrescentos no edificio e suas dependencias. A carta regia de 30 de

[1] *Lisboa em 1584.* Arch. Pitt. Tom. VI, pag. 87.

[2] A pag. 320 nota 2 do tomo 1.º dos *Elementos* o diz o sr. Freire de Oliveira; viu-o n'um documento fidedigno da camara municipal de Lisboa.

[3] Colhi esta noticia n'um artigo chamado *Commemoração*, impresso pelo bom e estudioso Silva Tullio a pag. 393 do tomo 1.º da *Revista Universal Lisbonense.*

[4] Vide *Lisboa antiga* — P. II, T. IV, pag, 334; ahi se citam as fontes.

junho de 1608 confirma a cedencia que o senado fizera ao bispo inquisidor geral de parte de uma rua publica junto á casa da Inquisição, *p^a efeito de acrescentar os carçeres della*[1].

A essas obras se refere frei Antonio Brandão, quando, ao publicar-se em 1632 o tomo III da *Monarchia Lusitana*, diz que o terceiro edificio de Lisboa, na ordem da grandeza e importancia, era o dos Estáos, então *acrescentado e ornado de casas mui grandiosas*[2].

E sem duvida que o eram. Não se imagina a praça occupada pelo tribunal, incluindo pateos, um semnumero de carceres, salas para diversissimas destinações, o grandioso palacio da residencia do inquisidor geral, etc.

Existe no real archivo da Torre do Tombo um magnifico volume de desenhos a aguada por Matheus do Couto, architecto das Inquisições, onde se vê o plano e o alçado da casa da Inquisição de Lisboa tal como era 1634[3].

A area era enorme. A entrada principal era por um vestibulo coberto para um pateo; a porta d'esse pateo ficava do lado do nascente. De roda do pateo

[1] Cartorio da c. m. de L.—Livro I de D. Filippe II, fl. 110. Vem isso nos *Elementos* do sr. Oliveira, tom. II, pag. 174. Outro documento relativo ao mesmo assumpto no mesmo cartorio, e no mesmo livro, fl. 114.

[2] Pag. 169, col. 2.ª

[3] Livro das Plan- | tas, e Mõteas de to | das as Fàbricas das | Inqvisições deste | Reino e India, or | denàdo por m.do do | Ill.mo e R.mo S.or Dom | Franco de Castro Bp̃o | Inqvisidor Ge | ràl e do Cons.o des | tàdo de S. Mg.de anno | dñi. 1634 | Por Matheus do Couto Architecto das Inquisições deste Reino.

corria uma arcada coberta, por baixo das *varandas* a que alludi pouco acima; e no canto sueste subia a escadaria para o andar nobre.

No interior do immenso ambito occupado pela Inquisição e suas dependencias, viam-se varios quintaes e pateos. O edificio dava pela sua parte do noroeste sobre um lanço do muro antigo da cidade, o qual deitava para as frescas hortas chamadas *da Mancebia*, no Valverde. Pela banda oriental não cahiam as janellas sobre a nossa rua *das Portas de Santo Antão* (ou rua *de Santo Antão,* como agora se diz), mas sim sobre viellas hoje desapparecidas, de cujos angulos e torcicollos, conservados em parte no plano de Matheus do Couto, é vestigio derradeiro a travessa do Forno. Do lado do poente confinava com os Estáos o pateo do palacio do conde de Faro.

*

Esta casa dos condes de S. Luiz de Faro começou em D. Estevam de Faro, 1.º conde; e este já no primeiro quartel do seculo XVII possuia habitação junto ao Valverde. Descrevendo o 5.º monte de Lisboa, diz frei Nicolao de Oliveira[1], que passava *por Valverde e pé das casas de D. Estevam de Faro, que agora (1620) é conde de Faro, e* atravessava *as casas de D. Francisco de Faro até a calçada de Nossa Senhora da Gloria.*

Em 1625 parece que era dono do predio D. Diniz

[1] *Grandezas de Lisboa,* ed. de 1804. pag. 118.

de Faro, e tinha a sua cosinha encostada ao muro da cidade, que ia por traz da Inquisição, e situada da parte de fóra do mesmo muro[1].

Tudo isto é verdade. Ora como n'esses principios do Valverde (hoje a Avenida e o largo de Camões) vemos o palacio dos marquezes de Castello Melhor, e viamos ainda ha poucos mezes o dos duques do Cadaval[2], examinemos rapidamente como é que esta familia de Faro entrou na de Castello Melhor. É simples.

D. Joanna de Faro nascida em 1661 foi 9.ª condessa de Odemira com honras de parenta, 6.ª condessa de S. Luiz de Faro, 6.ª condessa de Tentugal com honras de parenta, e senhora dos mais bens de sua mãe. Falleceu, com oito annos apenas, em 1669; pelo que, lhe succedeu nos morgados da casa de Faro seu tio (illegitimo) D. Estevão de Faro, e na casa dos Soares seu parente Diogo Soares provedor das alfandegas. A casa de Odemira, essa vagou para a corôa.

Fallecendo solteiro D. Estevão em 30 de julho de 1675, foram os vinculos procurar a linha dos descendentes de D. Leonor Mascarenhas, filha do 1.º conde de S. Luiz de Faro D. Estevão de Faro Caminha e Veiga, a qual fôra casada com Bernardim de Tavora e Sousa, 4.º reposteiro mór na sua familia, cuja filha *herdeira,* D. Guiomar de Tavora, foi condessa de Castello Melhor pelo seu casamento com

[1] Consultem-se os *Elementos* do sr. F. de Oliveira.—Tom. III, pag. 167. Projecto de obras nos muros da capital feito em 1625.

[2] Fevereiro de 1889.

Luiz de Vasconcellos e Sousa, 3.º conde de Castello Melhor, e reposteiro mór por sua mulher.

Se a casa do Cadaval herdou tambem alguma coisa da condessinha D. Joanna de Faro, não sei; mas é de presumir que alguns bens livres lhe coubessem, e que entre elles fosse o predio (hoje demolido) sobre o nosso largo de Camões, predio cujo pateo chamado *do Faro* confinava, como acabamos de ver, com a Inquisição.

*

Tornando-nos ao edificio da mesma Inquisição, fixemos uma coisa: na nobre parte da frente, resto authentico e indisputavel da construcção primitiva, era a residencia do inquisidor geral, um dos mais conspicuos e influentes personagens de Lisboa. Tinha essa frontaria um corpo central com sete janellas de sacada, arrogantes e magnificas com as suas cornijas de muito ressalto; e ladeavam esse corpo central duas torres de telhado de quatro aguas, levemente acoruchado, ornada cada torre com uma sacada como as outras, tendo por cima uma janella de peitos, ou mezanino, de desenho vulgar. Por baixo das sacadas do corpo central, havia cinco janellas quadradas, e duas portas pequenas aos lados.

Eis tudo. Telhado corrido, sem aguas furtadas nem chaminés. Porte pesado e grandioso. O effeito geral de largueza e força d'esta frente, ainda o augmenta um largo cordão de silharia, que de angulo a angulo das torres passa por baixo de todas as sacadas.

Como o ambito do edificio era immenso, dava

para n'elle funccionar o tribunal, e residir o inquisidor mór, havendo tambem no seculo XVIII logar para ahi se alojar (não sei se provisoriamente) a vereação lisbonense. Em 1741, por exemplo, tenho a certeza de que ahi estava esta corporação municipal. Diz um alvará d'el-rei D. João V, falando do senado: *o qual senado se ajuntará e fará o seu despacho na casa da vereação, sita no Rocio d'esta cidade*[1].

*

Joga esta noticia com o que diz o sr. Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*[2]; e parecendo oppôr-se ao que affirma o douto investigador, não se oppõe. Vejamos.

Falando na séde das vereações de Lisboa desde os primeiros tempos da monarchia, conta o sr. Vilhena Barbosa, que, sendo, relativamente a seculos remotos, quasi tudo conjectural no assumpto, só dos dias d'el-rei D. Manuel em deante é que se pode com documentos *provar a primeira fundação de paços do municipio de Lisboa por modo authentico.* Allude a ordens do soberano, cumpridor do testamento d'el-rei D. João II, para a erecção da egreja de Santo Antonio da Sé, ordens em que se determinava que sobre essa egreja se edificasse casa para a camara.

Depois, diz o mesmo mestre, que alli se conservou

[1] Alvará de 31 de agosto de 1741 mandando cessar as denominações de *Lisboa oriental* e *Lisboa occidental* — Hist. gen.— Provas — T. v, pag. 289.

[2] T. VI, pag. 298.

a corporação municipal até 1753. É que n'esse momento o doutissimo escriptor, que tanto compulsou, e tanta luz tem derramado n'estes assumptos, se não lembrava de dois documentos que muito fazem para o caso: o primeiro demonstra que a séde da vereação era em 1434 nos velhos paços de S. Martinho, ou do Limoeiro[1]; o segundo é o mencionado alvará de 1741, do qual transcrevi acima algumas palavras, que provam que n'esse anno era a casa da vereação no palacio do Rocio. Esses dois documentos conhece-os sem duvida o sr. Vilhena Barbosa; n'este caso desajudou-o a sua memoria.

Em 1753, sim, apparece com effeito esta ordem de 28 de julho, expedida por Sebastião José de Carvalho e Mello ao marquez de Alegrete:

Sua Magestade é servido que as casas sitas sobre a egreja de Santo Antonio, em que se TINHAM *as conferencias do senado......... sejam logo despejadas .... e as chaves d'ellas remettidas a esta Secretaria de Estado.*

Está tudo conforme. As casas serviam talvez de archivo, mas a vereação já ahi se não reunia (*tinham,* diz o documento) e sim no Rocio, onde andavam obras consideraveis. Lá o confirma em cheio o periodo que o sr. Vilhena Barbosa transcreve de Moreira de Mendonça:

Os palacios arruinados com maior estrago são o Paço Real da Bemposta; o palacio da Inquisição (note-se); *o do Senado da Camara, e Tribunal dos De-*

[1] Tratei essa materia na *Lisboa antiga*—P. II, T. V, pag. 224.

positos, que se andava acabando, obra magnifica, e muito digna do Nosso Monarcha Fidelissimo, que a mandou erigir, dos Tribunaes para que se destinava, do Architecto que a havia delineado, e da Praça que ennobrecia (note-se); *no qual havia grandes e nobilissimas casas para as Conferencias dos ditos Tribunaes, com um belo Oratorio, e formosas casas para as suas Secretarias, Contos do Senado, Chancellaria da Cidade, e sala das audiencias.*

Por aqui se vê que o enorme palacio dos Estáos e da Inquisição (tribunal este que já perdera muita da sua preponderancia antiga), estava sendo em 1755 reconstruido e grandemente modificado. Eram no mesmo sitio e na mesma fabrica vastissima as accommodações para diversas repartições, e entre estas a Camara. É pois menos fundado o reparo que faz o sr. Vilhena Barbosa, perguntando:

E que praça era aquella, que Mendonça dizia ser digna de tão nobre edificio? Seria o antigo Terreiro do Paço? Não o declara.

Perdão, mestre; declara-o implicitamente aproximando do palacio da Inquisição o do Senado da camara, e falando logo depois na nobre praça. Ora Lisboa não tinha muitas outras praças *nobres,* e o Senado, demonstrei que n'esta habitava já em 1741.

O predio manuelino de Santo Antonio da Sé, onde, como acabamos de vêr, se conservava em 1753 o cartorio do municipio, e onde já em 1624 se achava collocado[1], foi evacuado certamente em consequen-

[1] Em 1624, no mez de julho, estava o cartorio da camara *no alto sobre a capella mór de Santo Antonio, muito grande e no-*

cia da mencionada intimação do primeiro ministro. O que admira é que se não achasse melhor sitio para collocar tão preciosos, tão inapreciaveis archivos, do que em Santa Barbara, na residencia de Moreira de Mendonça, *director do cartorio do tombo da camara de Lisboa* (como elle se intitulava). Lá se achavam em novembro de 1755. Salvou-os elle.

Tudo assim se completa, e não ha ahi a minima rebarba de contradicção.

Residencias antigas da camara (aqui vae este pequenino *hors d'œuvre*) constam-me algumas.

No tempo da 2.ª estampa de Braunio (a de pagina inteira) tinha o senado a sua séde no Limoeiro. *Domus senatoria, ubi carcer publicus qui vulgo Limoeiro dicitur*—diz a rubrica.

«A camara desde o anno de 1580 funccionava na egreja dos Santos Reis Magos situada no campo *dalualade grande,* termo da cidade de Lisboa»—asserção do sr. Freire de Oliveira, que se funda em documento authentico (vou jural-o), mas que, até certo ponto, parece não se conciliar com o que diz em 1584 o citadissimo padre Duarte de Sande: «*Na parte posterior d'esta egreja* (Santo Antonio) *está a Camara do Senado de Lisboa.* Creio pois que essa estada no Campo grande seria muito provisoria.

bre, onde o mesmo cartorio está ordenado curiosamente—palavras textuaes de um documento. Já se vê que as sessões se não celebravam ahi, visto que a mesma camara pede n'uma consulta ao rei, que seja permittido que uma junta ou commissão, recem-nomeada para dar o seu parecer sobre assumptos de jurisdição do senado etc., se reunisse no dito cartorio.

Elementos—T. III, pag. 95.

Antes da divisão de Lisboa em duas Lisboas (oriental e occidental) por decreto de 9 e alvará de 15 de janeiro de 1717, reunia-se a vereação n'uma casa *magnifica e bella* contigua á egreja de Santo Antonio da Sé. Dil-o Moreira de Mendonça:

No districto da parcchia da mesma Basilica se queimou a sumptuosa egreja de Santo Antonio, edificada na antiga casa em que viveu o mesmo Santo, com a magnifica e bella casa que antes da divisão d'esta cidade servia para as conferencias do senado da camara[1].

Depois d'essa data de 1717 é que foi transferida a séde da vereação para o Rocio, como acima se disse, ficando em Santo Antonio o archivo.

Mas basta. Prosigamos no fio em que vinhamos.

*

Depois da catastrophe que arruinou a capital em 1755, continuaram no Rocio as começadas obras, e reedificou-se outra vez ainda o paço da Inquisição e do Senado, segundo o risco pombalino.

Vejo que ainda continuavam trabalhos em 1773. Foi architecto do edificio assim renovado o nosso conhecidissimo e illustre engenheiro militar e architecto Carlos Mardel, celebrado varias vezes por Diniz da Cruz, e um dos frequentadores das reuniões intimas da casa da Fonte Santa. Existe descendencia de Mardel, alliada com familias velhas do Reino.

[1] *Hist. dos terrem.*—pag. 127, § 510.

Assim descreve o edificio (de que aliás ha estampas) a *Mnemosine Lusitana*[1].

O frontispicio tem no seu centro uma especie de pavilhão com seu portico rustico, que serve de entrada ao palacio; e sobre este portico está collocada uma espaçosa janella com sua balaustrada de pedra de cantaria, coroada de uma empena, em cujo tympano se vêem esculpidas as Armas Reaes portuguezas. No vertice da empena a estatua da Fé calcando aos pés a figura da Heresia, esculpida em marmore, com dois grandes vasos de cantaria sobre os pilares dos lados que formam o pavilhão, ennobrece muito este edificio. Para que fosse regular a frontaria d'este palacio com os quarteirões das casas fronteiras entre as ruas Augusta e Aurea, lembrou-se Carlos Mardel, architecto, de quem é o desenho d'este palacio, e praça do Rocio, formar um corpo reintrante, seguindo a mesma architectura, o que contribue para parecer destacado o palacio da sua propria continuação lateral.

A sua escada é bella e espaçosa; as salas vastas, os gabinetes muitos.

Tinha o palacio um jardim alto sobre muros grossos, á maneira do jardim do palacio Lumiares. Ainda hoje se lhe conserva a lembrança no nome da rua que o emmoldurava, e se chama *do Jardim do Regedor* (confesso que não sei a origem d'esta denominação, nem que *Regedor* era esse).

Por baixo do jardim havia á face da rua algumas lojas[2], como tambem as houve no jardim Lumiares.

[1] T. I, pag. 429.

[2] Diz o anonymo autor do livrinho *Letreiros celebres que se*

*

Foi no citado anno de 1773, que, segundo o risco dado pelo grande Machado de Castro, esculpiram os artistas João José Elveni, Alexandre Gomes Leal, e José Joaquim Leitão, a mencionada estatua da Fé, que sobrepojava a frontaria do palacio[1], como acima se disse, estatua que o allucinado povo apeou e destruiu na revolução de 1820, ao passo que era extincto o Santo Officio.

*

Foi tambem em 1773 (como estas coisas se ligam!), que o alvará de 22 de maio arruava no Rocio os chapelleiros, e prohibia que abrissem loja em qualquer outra parte[2]. Hoje a prohibição caducou, e tanto melhor; comtudo, ha ainda no Rocio muitos chapelleiros, o que (a seguir-se a minha theoria) nobilita singularmente aquella praça.

O chapeo é um dos artefactos mais symbolicos da industria; personifica por si só tudo que ha mais apreciavel na civilisação de todas as sociedades: a mutua deferencia e o apreço do homem para com o ho-

veem escritos nas portas de varias lojas d'esta capital, a pag. 24, o seguinte, que vem confirmar o que eu disse:

Ao Passeio Publico, por baixo do jardim do Regedor, está (em 1806) *uma loja de bebidas, e n'uma das portas da dita loja ha escripto com lettras doiradas este lettreiro tal e qual:*

Hinc quod bonum est intrinsecus videtur.

[1] Cyrillo V. Machado — *Memorias.*

[2] Fernandes Thomaz — *Repertorio.*

mem. O chapeo é a materia prima da civilidade. Sem elle, não ha cortesia possivel ao ar livre. O chapeo traduz nos seus meneios todos os requintes da bemquerença e do respeito: a saudação dos cidadãos entre si, e a homenagem do sexo forte ao sexo gentilissimo; a veneração aos templos e aos grandes da terra, e os cortejos cordeaes entre conhecidos, entre eguaes e deseguaes. O chapeo representa o mais conspicuo papel nas relações urbanas; um palmo mais ou menos no arco descripto pela curva da cortesia palaciana dá a medida de quem se é.

No chapeo se firma uma das invejadas regalias dos grandes. Cobrir-se deante d'el-rei é o supra-summum da gloria para um fidalgo castellano.

A eterna philosophia dos proloquios populares, ao preconisar alguma notabilidade, resume a admiração em dizer que é «de se lhe tirar o chapeo!»

Além d'isso, por baixo do chapeo refervem os vulcões das idéas; é elle a cupola, o lanternim, o complemento de tudo que ha mais distincto no ser humano: a fronte. Na cabeça de um Newton, de um Lamartine, de um Trueba, de um Castellar, de um Longfellow, é o chapeo um verdadeiro docel a abrigar realezas. Como visinho proximo do cerebro, é o confidente de tudo quanto ha sublime nas expansões do genio.

Gloria pois ao chapeu, abrigo e adorno da parte mais nobre do rei da creação! Gloria pois ao Rocio, que assim mereceu a nobilitação de um tal arruamento! e gloria aos chapelleiros, que ainda hoje porfiam em manter n'esta praça historica a tradição dos nossos avoengos!

*

Deixemos porém tal assumpto para occasião mais propicia; e por agora, depois de pedir mil perdões por esta longa e talvez intempestiva digressão, voltemos (e já não é sem tempo) ao nosso ponto de partida, que era o rejuvenescido casarão historico do Rocio.

Como o seu primitivo destino fôra albergar embaixadores estrangeiros, parece que se recordou do tempo antigo, hospedando em 1785 o embaixador de Hespanha conde de Fernan Nuñes, o qual, com uma magnificencia espantosa, ahi celebrou em 8 de maio d'esse anno apparatosas festas por occasião do casamento do principe real D. João com a senhora infanta D. Carlota Joaquina de Bourbon. As luminarias da casa do conde de Fernan Nuñes deram brado[2]. Ainda hoje, ao ler certos livros velhos, se lhes percebe o clarão.

[1] *Mnem. Lusit.*—loc. cit.

CAPITULO XXII

Novo solar da vereação lisbonense no largo do Pelourinho.—Inauguração d'essa casa em 1774.—Seu incendio em 1863.—Não resiste o auctor a mencionar duas residencias reaes no Terreiro do Paço em fins do seculo passado.—Curiosissimo plano inedito do Paço.—O *Pelourinho,* atacado varias vezes, e sempre victorioso.—Torna-se ao Rocio.—O palacio da Regencia.—Escola Normal de ensino mutuo.—Academia Real de Fortificação.—A camara dos Pares.—A escola do Exercito.—A intendencia geral da Policia.—O Thesouro.—Representação da camara ao Governo.—O theatro de D. Maria II.

*

Com o renascimento da capital, pensou-se em edificar novo palacio para a vereação, e escolheu-se o sitio que vinha a cair sobre o novo largo do Pelourinho, e seguia até ao Terreiro do Paço e rua do Ouro. Foi construida a casa em quatro annos, diz

o sr. Vilhena Barbosa[1]: desde 1770 até 1774[2], e importou em 121:099$271 réis.

Em 2 de janeiro d'esse anno de 1774 entrava no seu novo domicilio o senado da camara, assistindo á inauguração das salas o proprio marquez de Pombal, cardeaes, ministros e secretarios d'estado, e a principal nobreza. Ahi se deu uma grande ceia de cem talheres, ordenada pelo presidente da vereação o conde de Oeiras, filho do marquez de Pombal[3].

Essa residencia camararia do Pelourinho descreve-a, e muito bem, o sr. Vilhena Barbosa no citado volume do Archivo. Ardeu em 19 de novembro de 1863. Assisti a esse fogo. Tudo isso, e muito mais, terá logar n'outro livro da *Lisboa antiga.*

Então mostrarei como, depois de incendiado o paço da Ajuda (barracão enorme de madeira, onde a Familia Real se albergara provisoriamente depois de 1755), depois de incendiado, repito, o paço velho da Ajuda em 1795, veio a rainha a senhora D. Maria I, com seu marido el-rei D. Pedro III, o principe D. João, e a princeza D. Carlota Joaquina, habitar no Terreiro do Paço, junto com a vereação da sua leal cidade; provisoria residencia, que tomava, não só o largo ambito occupado pelo quarteirão entre o Ter-

[1] *Arch. Pitt.* Tom. VI, pag. 299, col. 1.ª

[2] N'este passo do Arch. Pitt. ha um erro de imprensa: 1744 por 1774.

[3] *Gabinete historico.* Tom. XVII. pag. 118.

Julgo evidente lapso de frei Claudio da Conceição, auctor do Gabinete Historico, o referir essa festa toda á inauguração do palacio do *Rocio*, quando deve ser do *Pelourinho.*

reiro do Paço, a rua Augusta, a Nova d'El-Rei, e a do Ouro, mas tambem uma fita do outro quarteirão até ao Pelourinho, communicados os dois quarteirões entre si por uma passagem, passadiço, ou corredor, sobre a rua do Ouro, ao rez do Terreiro, no primeiro andar dos nobres predios[1].

Possuo, por favor de umas illustres senhoras, netas de um alto funccionario da côrte d'esse tempo, um plano antigo, a tinta, das salas d'este paço temporario; faz-se uma idéa muito clara da distribuição dos aposentos principaes; e até se percebe uma circumstancia: o senado da camara, installado na sua casa, como vimos, desde 1774, largou com o maior cavalheirismo a sua installação de já dezanove annos, e inclusivamente largou a sua sala das sessões.

Quem percorre os *Elementos* do sr. Freire de Oliveira vê, a pag. 68 do tomo I, a planta d'esse salão, collocado na esquina da rua do Arsenal para o Terreiro do Paço, e occupando, com a sua respectiva saleta, as primeiras quatro sacadas ao sul. Pois isso tudo (hoje sala chamada do conselho de ministros) ficou sendo as salas 1.ª e 2.ª do docel da rainha mãe; e o passadiço sobre a rua do Oiro, (como indica o meu plano) era a 2.ª sala de espera da córte.

A entrada principal do paço onde estavam as guardas, era a da escadaria que leva hoje para o

[1] Essa *passagem* era denominada pelo povo «passagem da Rainha-mãe»; d'ahi vem um proloquio, hoje quasi esquecido. Quando querem encarecer acontecimentos extraordinarios, notaveis, ou inesperados, succedidos n'alguma parte dizem alguns: «Ora! aconteceram lá coisas incriveis; foram passagens.... da Rainha-mãe».

ministerio da Justiça e Junta do credito publico. O compridissimo patamar que ahi corta o primeiro lanço da escadaria de pedra, tem hoje, como então, uma escada larga em cada topo. A do lado direito (da Junta) dava para as salas reaes da banda da rua Augusta; a do lado esquerdo (do ministerio da Justiça) dava para a principal serventia, ou serventia nobre, da côrte.

A sala que é hoje dos continuos da Justiça era dos archeiros; seguia-se á esquerda outra (que inda lá está), e era dos porteiros da cana; seguia-se outra, já na esquina da rua do Oiro para o Terreiro, a qual era a 1.ª sala de espera da côrte; a tal passagem, que era uma vasta sala, de todo o comprimento da largura da rua do Oiro, e tinha uma porta a cada topo (hoje janellas sacadas) e duas janellas a cada face lateral, era, como disse, a 2.ª sala de espera da côrte. Seguia-se para a banda do Pelourinho, no que é hoje ministerio do Reino, a 1.ª sala do docel da rainha, a 2.ª sala do mesmo docel, e muitas outras salas até á esquina do Pelourinho, separadas estas todas por um longo corredor da parte habitada pela Camara municipal, cuja entrada era aquella por onde hoje faz serventia o ministerio do Reino. El-rei D. Pedro III tinha os seus quartos nas salas que formam hoje o gabinete do ministro da Justiça; e o principe D. João (depois el-rei D. João VI) occupava quartos e salas sobre a rua dos Capellistas.

Não é curiosissimo tudo isto? Quem o suspeita hoje? quem o sabe?

E tambem, quem se recorda de que ahi habitou

(mas só no quarteirão da Justiça e da Junta) e ahi falleceu, o esperançosissimo principe D. José, em 11 de setembro de 1788? D'onde se vê que, com a vinda da rainha para este paço, tornou-se a habitar a casa que sete annos estivera fechada.

*

A vereação, com a sahida da Familia Real, em 1807, ficaria certamente muitissimo á larga, se não fosse uma invasão de outras repartições, que vieram alojar-se no predio. Ahi estava ainda em 1824 o Erario regio[1], e todos ahi conhecemos o Banco de Portugal, a Companhia de seguros Fidelidade, etc.

Dizia bem o formoso monolitho do centro da praça, como que de sentinella aos paços do nobre concelho lisbonense; mas não tinha significação, de guarda ao Seguro ou ao Banco.

*

Voltemos n'um prompto ao Rocio, d'onde sahiramos.

Com a partida d'el-rei D. João VI para o Brazil em 29 de novembro de 1807, foi o palacio do Rocio escolhido para ahi se celebrarem as sessões da Regencia; *sessões,*—diz a alludida *Mnemosine*—*que sendo interrompidas pela prepotencia dos invasores*,

[1] Segundo se deprehende de uma phrase a pag. 126 do *Itinerario Lisbonense* de 1824.

foram como d'antes installadas, no dia 15 de setembro de 1808, pela feliz restauração d'estes reinos.

Ahi tambem estava em 1825 a escola normal de ensino mutuo, e a academia real de fortificação[1].

Ahi se collocou em 1826 a camara dos dignos Pares[2]; ahi se installou a escola do exercito[3]; e ahi era em 1829 a secretaria da intendencia geral da Policia.

Em 14 de julho de 1836, estando ahi o thesouro publico, ardeu o casarão todo, começando o incendio ás 2 horas da tarde! Ficaram apenas as paredes mestras.

*

Em agosto de 1837 decidiu a camara municipal pedir ao Governo a posse do palacio incendiado, para ser encontrado o seu valor na divida do mesmo governo. Planeava a camara, quando as suas circumstancias o permittissem, construir alli outra vez, e melhorados, os paços do concelho[4]; e vejo que era assumpto que a desvelava, pois que em 9 de outubro seguinte, de 1837, representava n'esse sentido ao governo da rainha[5].

[1] Almanack de 1825.

[2] Abbade Castro—*Itinerario*—pag. 13.

[3] Sr. José Silvestre Ribeiro—*Historia dos estabelecimentos*—T. XII, pag. 150.

[4] *Synopse dos princip. act. administr. da c. m. de Lisboa em 1837*—pag. 20.

[5] Eis a integra da

REPRESENTAÇÃO

Senhora—Havendo o desastroso incendio de 14 de julho de 1836 devorado o palacio do Thesouro, ficando assim detur-

Concedida a casa, logo em officio de 22 de julho de 1839 determina a camara ao seu architecto, que levante o plano do edificio *que se vae construir na praça de D. Pedro, onde devem estabelecer-se os paços do concelho, suspendendo todos os trabalhos que tenha entre mãos*[1].

Falta-me atar áqui um fio que se me parte. Vejo que, poucos annos depois, a camara desamparava a

pada com as suas ruinas uma das mais bellas praças da capital, a camara municipal de Lisboa desejosa de remediar esse damno, e de contribuir por todos os meios ao seu alcance para o aformoseamento do Municipio, que tem a honra de administrar, resolveu dirigir a V. Mag.de a presente representação, que espera seja recebida com o agrado e benevolencia com que V. Mag.de acolhe todos os projectos de publico interesse.

A camara propôz que o governo de V. Mag.de lhe ceda pelo seu valor, legalmente verificado, e abatido na divida atrazada, que o mesmo deve á municipalidade, a posse da frente do dito edificio incendiado, com 204 palmos; assim como o seu terreno restante incendiado, e o Jardim do Regedor, que devem ser dados em compensação dos trabalhos de fazer a nova rua de Camões, e as expropriações que para isso forem necessarias, ao que tudo a mesma camara se obriga, pelos desejos que tem de reconstruir n'aquelle local um palacio digno da grandeza da cidade.

A camara municipal de Lisboa espera que esta sua proposta obtenha o favoravel deferimento de que a julga merecedora pela utilidade publica que encerra.

D.s G.de a V. Mag.de por muitos e dilatados annos, como todos havemos mister.— Camara 9 de outubro de 1837—José Augusto Braamcamp—Jozé Street d'Arriaga e Cunha—Antonio Feliciano de Araujo—Felix Antonio Domingues—Jozé Antonio Machado—Custodio José Ferreira Braga—Thomaz Maria Bessone—José Ignacio de Andrade.

[1] *Collecção de provid.* em 1839—pag. 124.

sua idéa, e que se começavam nas ruinas do palacio as obras do theatro de D. Maria II, fixada de todo no Pelourinho a séde da vereação; e vejo mais, que em julho de 1842 todo o entulho que se ia tirando do casarão incendiado se empregava em levantar a calçada da rua dos Fanqueiros[1].

Para a historia do theatro de D. Maria não tenho por ora materiaes, nem para descrever as obras consideraveis que ahi traz a companhia dos caminhos de ferro sobre o largo de Camões. O palacio Cadaval, que era enorme, e bellissimo, já não existe; levanta-se no seu logar uma parte da frontaria da nova estação central; todo o dorso da montanha de S. Roque tem sido excavado; a calçada do Duque viu o seu lado norte demolido; desappareceu o pateo do Penalva, e um acervo de casebres pobrissimos que por alli se aninhavam.

Nos desaterros achou-se em janeiro ultimo (1889) a ruina de um carcere, que não vi, mas que me descreveram, e que devia ter sido pertença do lugubre edificio inquisitorial: paredes grossissimas, triplice grade na janella, e ossadas a monte pelo chão.

*

A proposito do monolitho de que ainda agora falei (o Pelourinho), e que é em si mesmo uma bella peça, talhada interiormente com a inconcebivel mestria dos nossos canteiros:

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da c. m. de Lisboa* em 1842. —pag. 21.

Em setembro e outubro de 1842 resolveu a camara engaiolal-o, e arranjou-lhe em roda uma grade[1]. Desgraçada mania esta dos gradeamentos! vejam o que fizeram na Sé! e vejam sobretudo o que fizeram ultimamente nos Jeronymos com aquelle inqualificavel e desastrado tapume de pedra e ferro, que prohibe aos Portuguezes o poderem examinar de perto, quando quizerem, uma das mais opulentas joias de Portugal! Não ha direito para aquelle sequestro. Se teem medo dos vandalos, ponham alli uma sentinella, e não commettam vandalismos preventivos.

A columna do largo do Pelourinho (ou *do municipio,* como dizem hoje os puristas) tem estado por um triz a ser derrubada; e já mais de uma vez.

Em 15 de outubro de 1866 apresentava aos seus collegas um vereador, n'uma proposta destinada a armar ao effeito, e instrumentada a trombone e bumbo, a idéa de que fosse apeado o pelourinho, e trocado o titulo da praça em praça da camara municipal[2]. Creio que o negocio não teve andamento.

Em 12 de janeiro de 1880 outro vereador insiste na demolição da columna, e pede que lhe deem (a ella) aposentação no hospital de incuraveis da associação dos Archeologos do Carmo. Ficou sobre a meza (a proposta; a columna ficou onde estava[3]).

Passaram mais dois annos, e em 19 de outubro de 1882 o vereador Antunes Rebello propõe a troca

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da c. m. de Lisboa* em 1842 pag. 25 e pag. 29.

[2] *Archivo mun. de Lisboa*— 1866, num. 356, pag. 2878.

[3] *Archivo mun. de Lisboa*— 1880, pag. 13.

já sabida do nome da praça, mas, n'uma serie de considerações altamente sensatas e tolerantes, consegue salvar aquelle gracioso especimen da arte do fim do seculo XVIII, n'uma cidade como a nossa, *em que* (textuaes palavras) *não abundam os monumentos de valor artístico*[1].

[1] Eis o desenvolvimento do que ahi aponto: O vereador propoz que, *tendo de proceder-se brevemente aos indispensaveis melhoramentos no largo do Pelourinho, e sendo conveniente que as obras que alli se fizerem estejam em perfeito accordo com o plano definitivo do referido largo*, se denominasse a praça, *Praça do Municipio de Lisboa;* depois accrescentou: *considerando que a formosa columna que occupa o centro do largo é um monumento artistico de subido valor, que muito exalta aos olhos dos nacionaes e estrangeiros o adiantamento da arte em Portugal nos fins do seculo* XVIII, *e que esta columna, a que muitos querem ligar idéa de opprobrio e oppressão, não é o pelourinho da edade-media, que servia para a exposição dos criminosos, nem para tal fim podia ser construida, porque não tem para isso as fórmas caracteristicas indicadas pela historia*, e *authenticadas pela existencia de alguns pelourinhos, que ainda se conservam em varias cidades e villas do reino; mas sim um emblema da auctoridade e jurisdicção municipal; e tendo finalmente em vista que esta columna, quer seja considerada como recordação historica, quer seja considérada como symbolo da auctoridade municipal, quer seja considerada como um simples primor da arte portugueza, merece occupar um logar distincto n'uma cidade em que não abundam os monumentos de valor artistico, proponho:*

Que a columna do largo do Pelourinho seja conservada no local em que actualmente se acha, elevando-se um pouco mais acima do nivel que se tiver de dar á praça, e fazendo-se-lhe em volta um refugio de fórma octogona de empedramento de mosaico com as dimensões que se julgarem convenientes para facil circulação publica, etc.

Arch. mun. de Lisboa 1882 — pag. 618.

Em frente mesmo d'esse padrão historico ergueu a vereação o seu magnifico solar, depois do incendio, em que já falei, de novembro de 1863. Um emprestimo de duzentos contos auctorisado pelas côrtes foi a base para os trabalhos artisticos com que o municipio se ennobreceu, levantando por mão do seu talentoso architecto o sr. Domingos Parente da Silva, um solar condigno de tal Cidade.

CAPITULO XXIII

Continua-se com a descripção do Rocio.—Mencionam-se de passagem o mosteiro de S. Domingos e o hospital de Todos os Santos.—O chafariz do Rocio.—Algumas providencias administrativas para a sua construcção.—O Neptuno.

Ora bem: o Rocio anterior ao terremoto, segundo n'outro sitio d'estes meus livros o gizei, era um vasto recinto irregular, de fórma approximadamente parallelogrammica; do lado do norte erguia-se o paço inquisitorial; do nascente o vasto edificio do convento de S. Domingos, e o magnifico hospital de Todos os Santos. Ambos estes edificios hão de alcançar na *Lisboa antiga* menção muito detida, que não viria de molde n'esta occasião.

Aqui, para quem por acaso pintar aquella banda oriental da praça, observarei que eram manuelinos os dormitorios de S. Domingos sobre o Rocio; o que pareceria dever abonar a sua sumptuosidade; mas os

monges tinham pedido, e alcançado, que a fachada da sua casa para o lado occidental fosse humilde e tosca; de modo que, diz frei Lucas de Santa Catherina[1], destoava da grandeza do celebre Rocio.

Adeante porém apparecia-nos a sumptuosa fabrica do hospital, sendo a sua frontaria edificada de pedra da serra da Arrabida *salpicada de côres diversas, que, á maneira de remendinhos pardos, brancos, vermelhos, e negros, a esmaltam e matisam galantemente;* dil-o João Baptista de Castro[2].

Por baixo do hospital, e dos dormitorios do convento, corria uma longa arcada de forte pedraria, arcada formada de arcos ogivaes, e onde os passeantes tinham uma especie dos *crypto-porticos* dos regalões romanos[3]. Dentro d'essa arcaria abrigava-se a ermida de Nossa Senhora do Amparo[4]. *Nossa Senhora do Amparo debaixo dos arcos do Rocio* — diz muito bem frei Nicolau de Oliveira[5]. O nome d'essa ermida, a qual era annexa a uma enfermaria especial de pobres incuraveis, ainda por milagre inaudito ficou ligado á frequentada rua que se cortou sobre ella; isso até que alguma vereação entenda utilidade publica apagar esse vestigio derradeiro de uma casa de oração, e substituil-o pelo nome de algum illustre desconhecido!

Basta porém por agora.

[1] *Historia de S. Domingos* — Parte IV.
[2] *Mappa de Portugal* — mihi, 3.ª ed., T. I, pag. 54.
[3] Vide *Lisboa antiga* — T. I, pag. 65.
[4] *Sant. Mariano* — T. VII, pag. 180.
[5] *Grand. de Lisb.* — Trat. V, cap. III, ed. de 1804, pag. 209.

*

Direi apenas do chafariz; tanta nomeada chegou a ter, que entrou como interlocutor no dialogo *Visita das fontes* dos Apologos de D. Francisco Manuel[1].

Ficava esta celebre fonte *entre a Inquisição e S. Domingos (signal de christã velha*, observa D. Francisco[2]). Que era muito mais velha que a do Terreiro do Paço, parece deprehender-se tambem do mesmo auctor[3].

Na importante publicação com que o municipio de Lisboa está enriquecendo a nossa litteratura historica, e que entregou á direcção do seu archivista o sr. Eduardo Freire de Oliveira, encontrará o estudioso quanto lhe baste de materia documental no assumpto. Comtudo, na incerteza de que tenha á mão aquelles preciosos *Elementos,* quero dizer-lhe que em dezembro de 1593 já se trabalhava em trazer desde o poço de João de Goes, no sitio da Bemposta, agua para um chafariz no Rocio, pagando o povo para isso, por determinação de D. Filippe I de 25 d'esse mez e anno, 1 real de imposto em cada arratel de carne, e 2 em cada canada de vinho[4].

Em abril de 1598 ainda se estava fazendo essa obra, para estancar a sêde da cidade; mas, por signal, via-se o Reino devastado de uma terrivel fome,

[1] *Apol. dial.*—pag. 132.
[2] Ibid., pag. 176.
[3] Ibid., pag. 132.
[4] Vide os *Elementos* T. II, pag. 83 e seg., texto e notas.

e julgou o municipio pedir a Filippe I licença para, de algum dinheiro que se tinha de parte destinado á obra da agua do Rocio, se poderem tomar 3 mil cruzados, e se entregarem ao hospital real, para auxilio dos enfermos[1]. O rei annuiu.

Esse encanamento passava, ao vir lá de cima da montanha, pelo quintal de um tal Diogo Garcia, tambem chrismado em *Raçia,* atraz de S. Domingos; foi preciso comprar-lhe uma faxa de terreno[2]. Trouxe isto, e incommodei os manes do velho Diogo, para mostrar que o seu appellido deu, com a maior probabilidade, nome á calçada, que ainda alli conserva o titulo de *calçada do Garcia.*

Concluirei dizendo que era este chafariz *uma fermosissima fonte com quatro bicas*[3], e que no alto de um pedestal campeava um Neptuno de barbas, capacete com pluma, tridente na mão, e postura arrogante, a ser graphicamente exacto o que nos refere o aranzel do *Anatomico jocoso*[4].

No fim do seculo XVII apparece na Academia dos Singulares uma Sylva de Simão Cardoso Pereira, advogado e poeta, dirigida *Ao chafariz do Rocio, que está doente de pedra*[5]; o que parece referir-se a estiagem prolongada pelos annos de 1698.

Foi este chafariz mandado demolir por aviso de 9 de março de 1786; e a sua agua já a esse tempo

[1] Vide os *Elementos* T. II, pag. 103.

[2] Cartorio da c. m. de Lisboa—Livro 1.º do provimento da agua, fl. 91.

[3] Frei Nic. de Oliv.—*Grand. de Lisb.*—ed. de 1804 pag. 117.

[4] T. II, pag. 5 e 6.

[5] T. II, pag. 400.

lhe tinha sido tirada, e corria n'uma bica na rua de S. Vicente á Guia, bica alli feita em 1779. Essas poucas linhas explicam um opusculo impresso em 1785, e assignado L. J. P., que interpreto Leonardo José Pimenta.

Era Leonardo José Pimenta, segundo Innocencio, um professor de calligraphia e auctor de varios entremezes e poesias comicas; homem cheio de talento; não é descabido, nem as datas repugnam, attribuir-lhe o seguinte:

Bico de obra grossa, em ar de festa, que por morte do Neptuno do Rocio fizeram os Agoadeiros do Chafariz do Loreto ao seu Neptuno.—Lisboa; na officina patriarchal de Francisco Luiz Ameno; 1785 4.º 1 folheto[1].

A bica de S. Vicente (á Guia) subsistiu até 1836, anno em que foi mudada para o chafariz da Carreirinha do Soccorro[2]. Em 14 de junho de 1886 começava-se a demolir o chafariz da Carreirinha do Soccorro, acabando-se a obra a 26. O collega que o substituiu é o chafariz do largo do Soccorro, inaugurado a 22 de maio d'este referido anno[3]. Ahi tem pois este ultimo a sua genealogia authentica.

[1] Este folheto e a *Sylva*, foram-me denunciados pelo doutor Xavier da Cunha.

[2] Hoje chrismada em rua de Fernandes da Fonseca. As noticias que ahi deixei sobre o chafariz e suas remoções foram extrahidas da valiosa *Memoria sobre chafarizes*, *fontes*, etc., por José Sergio Velloso de Andrade, pag. 123.

[3] *Informações* de um bairrista.

CAPITULO XXIV

Prosegue o auctor accumulando noticias para a historia do Rocio.—El-Rei D. Pedro I armando cavalleiro a D. João Affonso Tello.—Briga entre Portuguezes e Castelhanos no Rocio em 1578.—O conde da Villa da Horta.—Determinou el-rei D. Manuel que se não queimasse gente no Rocio; mas em 1641 ahi são executados os conjurados.—Descripção do Rocio em 1829.—Um edital de 1834.—A casa de Cadaval edifica os predios da esquina noroeste.—Chrisma-se o velho Rocio em *Praça de Dom Pedro.*—O calçamento da praça com mosaico.—Em 1852 lança-se a pedra fundamental do *galheteiro.*—Arborisação da praça.—Embellezamentos.—Bancos.—Em 1864 é demolido o galheteiro.—Inaugura-se o monumento actual ao senhor D. Pedro IV.

Mais algumas noticias:

No Rocio se celebrou uma parte das buliçosas festas que houve em Lisboa, quando el-rei D. Pedro I armou cavalleiro a D. João Affonso Tello. Tendas armadas, pão aos montes para o povo, vinho em

dornas, etc., tudo isso o descreve Fernão Lopes com o seu pincel inimitavel de vigor[1].

*

No Rocio, á porta do Hospital Real houve renhidissima briga entre Portuguezes e Castelhanos nas vesperas da segunda partida d'el-rei D. Sebastião para Africa em 1578[2].

*

Dez annos andados, eram no Rocio as casas do conde da Villa d'Horta D. Francisco Mascarenhas, a quem depois foi trocado esse titulo no de conde de Santa Cruz[3].

*

Determinara el-rei D. Manuel (verdade seja) que se não queimasse gente no Rocio[4]; pois, a despeito d'essa ordem, foi alli o lugubre theatro do supplicio dos conjurados marquez de Villa Real, duque de Caminha, conde de Armamar, e D. Agostinho Manuel, em 29 de agosto de 1641. De uma casa, que se

[1] *Chron. d'el-rei D. Pedro*—cap. XIV.

[2] Consulte-se o T. VI, pag. 101 dos *opusculos* de Alexandre Herculano.

[3] Deprehende-se que D. Francisco alli morava, por certas phrases de uma inquirição de testemunhas no processo de habilitação de André Caeiro para familiar do Santo Officio.—Torre do Tombo.

[4] Cartorio da c. m. de L.—L.º 2.º d'el-rei D. Manuel, fl. 59.

ignora em que sitio fosse, sairam todos para um cadafalso armado ao meio da praça, e padeceram a morte infamante de reos de alta traição[1].

*

Depois em 22 de dezembro de 1764 foram alli justiçados os reos do assassinio de João Vieira de Andrade, ouvidor das ilhas de Cabo Verde, segundo consta de um folheto que possuo n'uma collecção de papeis varios[2].

Quantas festas funebres não representou alli a Inquisição, até ao estupendo auto de fé que traz Picard! e (singular promiscuidade)! quantas festas alegrissimas não celebrou alli mesmo a tauromachia nacional! Seria não acabar nunca enumeral-as; referirei apenas (deixemos os autos de fé) que por occasião do nascimento do infante D. Affonso (depois rei) em 1643 houve no Rocio corridas de toiros magnificas[3].

A ultima foi em julho de 1755[4]. Quem diria aos cavalleiros, aos forcados, aos bandarilheiros, á gente da sombra, e á gente do sol... que, poucas semanas

[1] Frei José de Jesus Maria—*Chron. dos Carmelitas descalços*—L. VII, cap. V, pag. 25. D. Antonio Caetano de Sousa—*Hist. Gen.*—T. II, pag. 517 e 518—T. VII. pag. 162.

[2] *Representação | tragica* etc.—Lisboa 1765. É em *verso.*

[3] A licença d'el-rei D. João IV, em sua carta dada em Evora a 9 de setembro de 1643, vem no *Archivo Mun. de Lisboa*—1865—N.º 259, pag. 2071.

[4] Sr. Freire de Oliveira—*Elementos*—T. II, pag. 319.

andadas, raiaria sobre Lisboa o pavoroso 1.º de novembro!

*

O terremoto deixou o Rocio alastrado de detritos, e no centro da praça foram accumulados entulhos de todo o genero, que alli permaneceram longos annos.

Os architectos reedificadores da capital ergueram em vez da praça antiga, irregular e esguelhada, um formoso parallelogrammo de casaria, que foi notabilissimo progresso. O Rocio alinhado, ornado de uma banda com o arco da rua dos Sapateiros (Arco do Bandeira), e do outro com o edificio da Inquisição, tornou-se alegre ponto de reunião dos passeantes nas tardes amenas de estio e outono; viu desfilar as tropas em occasiões solemnes; deu hospedagem ao celebre botequim das Parras (que era onde é hoje a loja de modas do sr. Mouta, n.os 28, e 29), e ao botequim do Nicóla (que era onde é hoje a loja do sr. Ramos *Salon de la mode*, n.os 24 e 25), o botequim de Nicóla, onde poetaram D. Gastão da Camara e o morgado de Assentiz, o botequim do Nicóla, onde trovejou alguns dos seus mais sentidos poemas

o igneo Bocage, o principe de todos,
unico em Lysia, a não tolhel-o as Parcas.

O Rocio assistiu em primeira mão á estupenda entrada triumphal dos membros da junta revolucionaria; e em summa: por pouco que subisse o barometro

dos successos politicos, teve o Rocio a gloria de se ver allumiado, de quando em quando, pela magnificencia patriotica das luminarias do José Pedro!

José Pedro da Silva, que mereceu ser mencionado por Innocencio, foi dono d'esse conhecido botequim *das Parras,* loja de tres portas, antigamente n.os 84, 85, e 86. Ahi se reunia a mocidade doirada, e os poetas mais inspirados e irrequietos do principio do seculo. Era o botequineiro um magnanimo coração, *agazalhador de todo o talento menos afortunado, um portuguez, ardente patriota e fiel vassalo* (palavras textuaes do prologo de certo livrinho de que logo fallarei).

Personifica o bom José Pedro, aquelle popular de coração tão fidalgo, tudo que ha mais dedicado na abnegação, todos os requintes da delicadeza de alma, todos os cambiantes da bondade. Haja vista o modo como se portou com o grande Bocage moribundo, a finura com que o protegeu, a amisade fraternal com que o serviu. É bello ver a admiração que o possuia perante a realeza do talento, a fascinação que n'elle sabia exercer o genio [1].

Personifica tambem José Pedro os enthusiasmos publicos d'aquella quadra tristissima, em que Portugal, invadido pelas hostes do vencedor do mundo, desamparado dos seus protectores natos, constrangido a mendigar o auxilio estrangeiro, se estorcia nas vascas de uma agonia longa, e desabafava... em versos!

[1] Veja-sa a biographia de Bocage por José Feliciano de Castilho, cap. IX.

Sempre que um feito illustre enchia de gloria os exercitos alliados, lá se via a frontaria do botequim adornada de tropheos e pinturas allegoricas, rutilando de luminarias, e respirando festa. Sempre que um anniversario nacional ou principesco apontava no almanak, logo José Pedro o commemorava com sonetos ou dithyrambos de Pato Moniz ou Santos e Silva, epinicios de Costa e Silva ou Ferraz de Campos, odes ou epodos de Manuel Antonio de Barros, ou outros mais. Á voz do José Pedro erguiam esses poetas os seus tropheos classicos de endecassyllabos, brilhantes como aço pulido, que se agrupavam em estrophes e antistrophes, lidas e recitadas á porfia pelo publico.

Em Lisboa, privada de centros de reunião, em Lisboa, maniatada pela Regencia, e obumbrada pelo espectaculo triste de um throno ermo, eram de incalculavel pujança e brio aquelles protestos sonoros, em que os cysnes consubstanciavam os brados politicos. Via-se a Historia engrandecida pela Poesia. Clio abraçava-se com Calliope—diria então um poeta.

Mas havia mais. Não gosavam só os ouvidos; gosavam os olhos tambem. Admiravam-se quadros transparentes, com retratos dos personagens Reaes e dos heroes do dia. Henrino (ou antes, o pintor Henrique José da Silva) amigo e retratador de Bocage, misturava as manifestações pictoricas com as da poesia. Era elle o encarregado dos quadros expressivos, que, segundo o assumpto, haviam de figurar na illuminação do botequim das Parras: allusões á alliança da Peninsula com a Grã-Bretanha; allegorias á expulsão dos Francezes; figuras dos heroes de Albuhera,

Badajoz, ou Salamanca; retratos do principe regente, de Wellington, de Jorge III; personificações do Tejo, da Gloria, da Victoria, e da Patria.

Os versos era mandados imprimir por José Pedro, e distribuidos *gratuitamente;* depois mandou-os um dia reunir n'um voluminho, e *offereceu-o* em beneficio da Casa Pia. Não será tudo isto nobre? não será tudo isto digno? não será tudo isto grande?

O voluminho abrange as festas desde 15 de setembro de 1808 até 15 de setembro de 1812; mas ha outros versos avulsos relativos aos annos seguintes; conservo, entre os livros que foram de meu Pae, umas poesias de 11 de abril de 1811 em honra de lord Wellington, por occasião de se festejar no botequim do José Pedro a expulsão do exercito invasor francez, com uma illuminação tal, que mereceu as honras de uma estampa da mão do insignissimo Bartolozzi. N'outra rara collecção de 1826, que tambem possuo, ainda se vê o botequim das Parras celebrando o juramento da Carta[1].

Um certo publico, facetamente injusto quasi sempre, esse mesmo publico ocioso a quem José Pedro servia, cujos interesses advogava no seu tanto, e a seu modo (d'esse modo generoso que mencionei) pôz-lhe uma alcunha, em que transparece a malevolencia ironica dos que nada fazem, dos que nada podem fazer: chamou-se-lhe a rir o JOSÉ PEDRO DAS LUMINARIAS.

Sim, pobres de espirito; sim; *das Luminarias.*

[1] Veja-se a *Relação/dos festejos que tiverão lugar/em/Lisboa/nos memoraveis dias/31 de julho, 1, 2, etc., de agosto de 1826.*

Luminarias que vos allumiaram a vós, e que ainda hoje a nós nos allumiam; luminarias que eram um protesto, e uma exhortação; luminarias que foram o rutilar de um pensamento elevado, e symbolisaram o esplendor das fecundas effervescencias da idéa patriotica.

José Pedro DAS LUMINARIAS; sim. Essa alcunha irrisoria é uma nobilitação. Essa alcunha posta pelos que tambem podem chamar-se... «*das luminarias*», equivale a um diploma de nobreza. Vale mais que alguns titulos, com que os governos d'esta pobre terra teem condecorado nullidades, miseraveis obscuros, egoistas convictos[1].

*

Creio que ao Nicola succedeu um sombreireiro por nome Dias; e a este, pelos annos de 1837, a magnifica loja de livros do sr. Francisco Arthur da Silva, uma das melhores e mais bem sortidas da capital, conhecida desde 1854 com a firma Silva Junior e companhia. Quando acabou essa casa entrou para lá o sr. Ramos, de que acima falei.

O botequim das Parras durava ainda em 1840 e tantos. O dono morreu muito velho, empregado na camara dos Pares.

[1] Veja-se o livro intitulado:
Collecção dos versos,/e descripções/dos quadros allegoricos,/que/em todas as solemnidades publicas/d'esta capital/mandou imprimir, e gratuitamente distribuir/José Pedro da Silva/por occasião das illuminações da sua casa/na praça do Rocio./Reimpressa á sua custa em beneficio/da Casa Pia./...../Lisboa/Na Impressão Regia./1812./8.º–1 vol.

*

Já n'outro livro meu[1], esbocei o que era em 1829 o Rocio; e dizia:

Não se pense que era o nosso de 78, com o seu monumento de marmores e bronze, o seu theatro todo jaspes, e as suas renques de arvores a emmoldurarem com uma alameda o taboleiro central de mosaico ondeado. Não tinha o gaz, nem tantas lojas opulentas, nem platibandas, nem bancos municipaes, nem kiosques.

Era um terreiro arido e mal gradado. Ao lado sul o mesmo arco do Bandeira; e ao outro, no sitio pouco mais ou menos onde campeara o paço historico dos Estáos, erguia-se o da Inquisição, depois palacio da Regencia, e a esse tempo solar da omnipotente Intendencia geral da policia; edificio grave, frio, pesado como um volume colossal de direito penal antigo encadernado em pedra lioz. Para elle olhava o povo de soslaio, como para um infamado de recordações sinistras. Com esse lado do Rocio tinha parentesco estreito o Caes do Tojo. Aquella mole pombalina mostrava no olhar perscrutador das suas janellas, assestadas sobre o coração da cidade, o que quer que fosse de inquisitorial e terrivel, que dessocegava os alfacinhas. No frontão já não surgia a estatua legendaria da Fé, obra de Machado de Castro, ironia sacrilega suspensa alli pela mão da intolerancia; mas por baixo d'aquelles alicerces ainda

[1] *Memorias de Castilho*—T. II.

se alastravam os subterraneos da masmorra; d'aquella bastilha, devastada pela liberdade em 1820, ainda como que saíam ais e suspiros de martyres. N'uma palavra: pairava sobre aquelle casarão egoista a auréola sombria das catastrophes.

Em volta do grande parallelogrammo da praça, atravancado de entulho e pedras, as lojas com os seus toldos de lona, e ainda o caffé bocagiano, tão conhecido pelo nome quasi litterario de «botequim das Parras».

Lá no alto, para o nascente, as barbacãs da velha alcáçova, que dizem Affonso Henriques; e no lado fronteiro as ogivas monasticas do Carmo, que dizem Nuno Alvares.

De dia os cavalleiros e peões, os vendilhões e as seges. Á noite o nosso conhecido silencio lisboeta, o medonho Saharah das trevas.

Ainda como que entenebreciam mais o recinto da praça alguns raros candieiros de azeite, somnolentos e sombrios como as patrulhas de cavallaria da policia, ou como o pregão melancolico do mexilhão, ou o outro, arrastado e nasal (já de todo esvaído na noite da archeologia): «Agua ardente! e caffé quente!»

....

*

Creio que foi com a implantação do regimen constitucional que se entrou a olhar com attenção para os embellezamentos do Rocio. Logo o edital de 20 de janeiro de 1834 prohibe que alli se juntem ven-

dilhões de diversos generos, adellas, etc.[1]. Aquillo era um enxame de gentio; aquelles grupos fervilhavam de má lingua e desordens. Era um horror.

Ao lado oeste da praça, na metade do quarteirão enquadrado hoje entre o principio da calçada do Carmo, a rua do Principe, o largo de Camões, e o Rocio, viam-se umas barracas, que sahiam fóra do alinhamento da praça, e deturpavam o prospecto geral. Não sei porquê, a illustre casa de Cadaval, senhora dos terrenos, deixara de edificar predios, e contentava-se com o rendimento modesto de umas arribanas e casebres alli accumulados. Em julho d'este anno de 34 representou a camara ao governo, recommendando um requerimento de cento e sete cidadãos, que pediam a demolição d'aquillo tudo[2]. Demolir é ás vezes edificar; pelo menos é o primeiro passo para isso.

Correu tempo; e em outubro de 1836, que foi um anno de febre reformadora, a camara, de accordo com uma commissão patriotica de cidadãos, tomou a direcção da obra do aformoseamento da praça do Rocio[3].

O primeiro passo que se deu foi chrismal-a. Rocio era um nome antigo, velho, tradicional; era mister expungil-o. Foi o que se fez; e por decreto de 31 de outubro de 1836 deu-se á nobre praça o titulo de PRAÇA DE DOM PEDRO[4].

[1] *Collecção de providencias* etc., em 1834, pag. 13.
[2] *Synopse dos principaes actos admin. da c. m. de Lisboa em 1834*, pag. 17.
[3] *Synopse, etc. em 1836,* pag. 16.
[4] Diario do Governo—n.º 265 de 8 de novembro de 1836.

Creio que as obras tiveram logo começo. O que vejo é que os pretos e pretas (menos bastos em Lisboa do que affirma Reclus, ainda assim) continuavam a juntar-se em grupos no Rocio, onde as donas de casa os mandavam chamar, já para caiar cantareiras e paredes, já para trabalhar aos dias. Em maio de 1837 prohibiu a camara esses ajuntamentos[1].

Possuo entre alguns numeros avulsos de uma publicação de 1835, intitulada *Costumes portuguezes*, uma estampa com o n.º 17, que é um verdadeiro quadro da Lisboa desapparecida. Ao fundo, o edificio moderno da Inquisição. Entrevê-se sobre a direita o palacio dos Almadas, e ao longe, no alto, o mosteiro das commendadeiras da Encarnação. No primeiro plano dois pretos conversam, um sentado, o outro em pé, de mão na ilharga e cana de broxa em punho, aguardando os freguezes. A um lado um rebanho de perus; e á ilharga dos pretos, em prudentissima distancia, o gaiato de Lisboa a fazer-lhes negaças.

Foi tambem no anno de 1837 que, segundo me dizem, a commissão dos melhoramentos do Rocio rodeou de uma fileira de frades de pedra (columnellos é o termo technico) unidos com correntes de ferro, apenas com intervallos de quando em quando, o recinto central da praça.

Em novembro do mesmo anno de 37 intimava a camara o duque de Cadaval, na pessoa do seu procurador, para no praso de oito dias vir assignar ter-

[1] *Synopse, etc. em 1837*, pag. 7.

mo de haver de principiar a edificação que lhe competia fazer no seu terreno do Rocio[1].

O nobre duque saiu-se bizarramente do compromisso; era de esperar. Agora os pretos e pretas teimaram, e continuaram a fazer senzala e mocambo na praça. Tornava-se aquillo um foco de indecencias, que muita vez beliscava na face a moral publica. O edital da camara de 24 de março de 1838 verbera taes abusos[2].

Com todos os bons desejos da casa de Cadaval, o certo é que nos fins de 1843 se tinha interrompido a sua obra; o que motivou em janeiro de 1844 o pedido da camara ao procurador para a conclusão das edificações[3].

Fechada a praça em roda com bellos predios uniformes, faltava uma coisa: vedar-lhe o centro á passagem de cavalgaduras, e fretes. Foi o que fez a camara em novembro de 1845, gizando o terrapleno central, orlando-o de ruas[4]; e logo em abril de 1848 decidindo que, em se acabando a obra do calceamento da entrada do Passeio publico, o partido das calçadas passasse a empedrar o taboleiro do Rocio[5].

N'esta obra interveio o benemerito marechal Eusebio Candido Cordeiro Pinheiro Furtado, propondo á camara um risco original e vistoso, que podia ser executado pelos grilhetas do castello de S. Jorge. Em

[1] *Synopse, etc. em 1837*, pag. 33.
[2] *Collecção de providencias*, em 1838, pag. 102.
[3] *Synopse, etc. em 1844*.
[4] *Synopse, etc. em 1845*, pag. 20.
[5] *Synopse, etc, em 1848*, pag. 15.

julho de 1848 resolveu a vereação officiar-lhe approvando o projecto, e rogando-lhe mandasse fazer as *fôrmas* de madeira, e requisitasse do cofre municipal os meios necessarios [1]. Começou-se o desenho e o empedramento, aquellas ondas pretas e brancas, que tão bom effeito produzem, e tanto interessaram a geração d'aquelle tempo.

Corria o mez de agosto [2]; em março de 1849, em maio, e em junho, continuava a obra, com algumas diminuições no pessoal dos grilhetas, concluindo-se a final com os calceteiros do municipio [3].

*

Julgo que foi com a Regeneração que entrou a tomar corpo a idéa de um monumento ao Dador da Carta. O que a imprensa fallou! e o que fallou o publico em geral! Mencionarei apenas, como curiosidade, um projecto apresentado pelo sr. Antonio Feliciano de Castilho n'um dos numeros do jornal *A Semana.* Enthusiasta, como todos os pensadores d'então, enthusiasta convicto do imperador, contribuiu tambem o cego poeta com um alvitre para a glorificação do idolo da sua buliçosa mocidade.

Com quanto se me afigure praticamente de execução difficillima, era um pensamento nobre o de Castilho, e merece archivado aqui.

Queria elle que do centro do Rocio se levantasse

[1] *Synopse, etc. em 1848*, pag. 20.
[2] *Synopse, etc. em 1848,* pag. 22.
[3] *Synopse, etc. em 1849*, pag. 9, 14 e 16.

á altura dos predios, um braço colossal de ferro ou bronze, segurando na mão um facho enorme de gaz a allumiar a praça toda. O braço, com canhão de farda de general, significava o do senhor D. Pedro allumiando a Patria com a luz da Constituição. Em baixo, ao rez da terra, a dragona meio occulta, dando ao espirito a idéa grandiosa de um homem de estatura descommunal, sumido no solo, mas servindo ainda os Portuguezes.

Original, originalissimo, era sem duvida o projecto; mas seria exequivel? e depois de realisado, produziria acaso tão bom effeito como imaginado?

Travou-se a proposito d'este alvitre uma renhida polemica entre o seu auctor e o meu querido amigo e grande poeta João de Lemos. Cada um dos dois escriptores encarava de lado diverso a epica figura do imperador; mas ambos eram amigos sinceros, e admiradores mutuos. De mais a mais, viviam n'um tempo em que era licito discordar da opinião alheia, sem incorrer no perigo de algum insulto. Sabiam sustentar-se no seu campo, sem ferir com improperios o que habitava no outro campo. Liberdade de imprensa não significava ainda grosseria, má creação, calumnia, insinuação cobarde. A polemica pois entre Castilho e João de Lemos no jornal *A Semana* nem por sombras afrouxou as relações de amisade antiga entre os dois poetas.

*

Em 17 de julho de 1852 lançava a rainha a senhora D. Maria II a pedra fundamental no gorado monumento, de caricata memoria, em honra do Imperador,

o celeberrimo *galheteiro;* concepção mesquinha, que desdizia do desafogado e grandioso do recinto, e que (apesar das instancias da camara n'um officio ao governo em 31 de dezembro de 1860, entre outros) não chegou a concluir-se, cedendo logar ao que lá vemos hoje. Mas não antecipemos.

Em 28 de fevereiro de 1861 era presente á camara um memorial dos logistas do Rocio pedindo a arborisação da praça. O orçamento era de 150$000; a camara approvou-o, e procedeu a esse melhoramento[1].

Ha um problema, que para muitos não está resolvido: a vantagem da uniformidade do risco dos predios n'esta praça.

Já em tempo se pensou muitissimo em não consentir que se alterasse o risco uniforme das casas, nem se abrissem nos telhados novas trapeiras; assim o communica ao architecto da cidade o escrivão da camara em officio de 22 de setembro de 1848[2].

Veiu depois, em sessão de 7 de fevereiro de 1862, a discussão de um requerimento do sr. Manuel Antonio de Seixas sobre um projecto de reduzir as trapeiras de um seu predio no Rocio a varanda corrida. Resolveu-se consultar a repartição technica[3]; sendo approvado em 24 do mesmo mez uma planta de edificação que havia de servir de modelo a todos

[1] *Archivo mun. de Lisboa*—1861, num. 62, pag. 490.

Se eu tivesse voto na materia, propunha que a arborisação fosse só em tres dos quatro lados, exceptuando o lado do theatro de D. Maria, para não lhe esconder a frontaria principal.

[2] Coll. de provid.—pag. 204.

[3] *Arch. mun. de Lisboa*—1862, num. 111, pag. 882.

os predios[1]. Isso, segundo vejo, ficou lettra morta. Ha graves divergencias nos embellezamentos ultimos d'aquelles telhados.

*

O que é innegavel é que o aspecto geral do Rocio sob o ponto de vista da belleza lucrou muito de 34 para cá; era mister que lucrasse tambem a commodidade dos transeuntes. Em sessão de 2 de junho de 1858, sobre proposta do sabio dr. Beirão, vereador, resolveu a camara pôr assentos de ferro em volta da praça[2]; e em sessão de 27 de agosto de 1863 mandavam-se pagar á companhia *Perseverança* réis 1:146$480 em prestações, por sessenta bancos para o Rocio e sofás para o Passeio Publico[3].

Mas o publico exigia mais; e em 3 de agosto de 1876 leu o vereador Fonseca um requerimento do francez Charles Marnay propondo-se estabelecer na praça cadeiras e poltronas de ferro, dois kiosques para venda de refrescos, e para musica, illuminando melhor o largo etc. Não sei o que se resolveu; mas, segundo creio, não foi approvada a proposta[4], pois suffocou quasi á nascença a discussão em 21 do mesmo mez o vereador Nunes, *que ponderou que a questão se resumia por qualquer das faces que fosse encarada, a um pejamento n'uma das praças mais principaes da capital, e pedia por isso o adiamento da discussão*[5].

[1] Idem., 1862, num. 113, pag. 898.
[2] *Annaes do municipio*—1858, num. 11, pag. 97.
[3] *Arch. mun. de Lisboa*—1863, nnm. 192, pag. 1532.
[4] *Arch. mun. de Lisboa*— 1876, pag. 721.
[5] Ibid., pag. 746.

E a camara assentiu, e pôz pedra em cima do negocio.

*

Como acima disse, em 17 de julho de 1852 vira Lisboa a inauguração do monumento ao Imperador o senhor D. Pedro IV. As mãos de sua virtuosa e digna filha a senhora D. Maria II estreavam isso a que o povo ficou chamando «o galheteiro»; monumento que não passou do pedestal, e que, mesquinho de mais (me parece) para o assumpto e para a praça, alli permaneceu annos, sem andar nem desandar, alvo de epigrammas de toda a gente.

Com o anno de 1864 raiou para o monumento do Imperador uma era nova.

Tinham fallecido alguns membros da commissão de 1852; outros achavam-se ausentes, outros haviam-se exonerado do cargo; a commissão podia considerar-se de facto dissolvida. O publico olhava com sorrisos para o *galheteiro*, e achava-o uma semsaboria. «Galheteiro sem sal»—lhe chamava alguem; e quando as discussões se azedavam na imprensa áquelle proposito, chamava-lhe então «Galheteiro com muita pimenta, e muito vinagre.»

Senão quando, a carta de lei de 2 de julho de 1862 auctorisou o governo do duque de Loulé a abrir annualmente os creditos extraordinarios para se levar a cabo um monumento grande e bello, condigno do celebrado.

Nomeou-se uma commissão (o systema constitucional nada sabe fazer sem commissões), em que se achavam representados varios principios: com o conde

do Farrobo, presidente, a alta iniciativa particular; com o duque de Palmella, e os marquezes de Sá da Bandeira, de Sousa-Holstein e de Fronteira, os grandes lidadores politicos e militares da evolução constitucional; com os viscondes de Menezes e de Benagazil, e Jorge Husson da Camara, o elemento particular amador de bellas artes; e com Francisco de Assis Rodrigues, director da Academia, e esculptor de merito, Joaquim Pedro de Sousa, Marciano Henriques da Silva, e Miguel Angelo Lupi, professores e artistas, o elemento technico.

Em 25 de fevereiro de 1864 ordenou-se a demolição do *galheteiro;* e logo em 30 de março sahiu o programma para um largo concurso internacional do monumento novo.

Appareceram ao chamado oitenta e sete projectos: de Italia, da Russia, de França, de Inglaterra, da Hollanda, e da Belgica, afora varios de Portugal.

Depois de longos e conscienciosos exames, foi escolhido o projecto dos artistas francezes Elias Robert escultor, e Jean Antoine Gabriel Davioud architecto, merecendo as honras de segundo escolhido, e premiado, o formoso, elegante, e original projecto do sr. Antonio Thomaz da Fonseca.

Em 29 de março de 1867 communicava o marquez de Sousa Holstein (elevadissimo espirito, prematuramente roubado pela morte ao nosso paiz, mancebo de quem havia que esperar muito, já pelo seu talento, já pela sua educação artistica e litteraria, já pela sua actividade, influenciada do attavismo) communicava o marquez de Sousa ao presidente da camara, que o empresario da parte architectonica e

ornamental do monumento ia desde logo tratar da fundação dos alicerces[1].

Em 29 de abril lançava-se a primeira pedra; e em 29 de abril de 1870, quando se completavam quarenta e quatro annos depois da outorga da Carta, celebrava-se em grande pompa, na presença de toda Lisboa, a inauguração do grande monumento, cujos auctores eram estrangeiros, sim, mas cujo pensamento era nosso, e cuja execução fôra entregue ao habil canteiro portuguez o sr. Germano José de Salles, sendo as quatro figuras dos cantos, a saber a Força, a Moderação, a Justiça, e a Prudencia, esculpidas pelos artistas portuguezes Fortunato, e Punhe, além dos estrangeiros Coslande, e Colard.

Com quanto se notem defeitos n'este monumento (e qual é a obra humana que os não tem?) a belleza das linhas geraes é innegavel[2].

*

Concluirei com um pormenor que poucos sabem:

Quando se abriu concurso internacional para a feitura do monumento, foi necessario mandar para os concorrentes estrangeiros photographias do rosto do senhor D. Pedro IV. Encarregou-se do desenho

[1] *Arch. mun. de Lisboa*—1867, num. 379, pag. 3065.

[2] Consulte-se o livro intitulado:

Relatorio/apresentado/a Sua Excellencia/o Ministro das Obras publicas/pela commissão/nomeada em 25 de fevereiro de 1864/ para tratar da erecção/do/monumento á memoria de Sua Magestade Imperial/ o senhor D. Pedro IV./Lisboa./Imprensa Nacional/1868.—4.º, 1 vol. de 116 paginas.

que havia de photographar-se, o nosso chorado Miguel Lupi, que executou a carvão dois retratos do Imperador, realmente magnificos, servindo-se de varias lithographias e quadros a oleo contemporaneos, que foram emprestados pela Augusta Viuva. Depois de concluidos os carvões, foram levados a S. M. a Imperatriz, no palacio das Janellas Verdes, e S. M. escolheu d'entre os dois o que melhor lhe pareceu.

D'esses carvões (que não sei onde param hoje, e eram bellissimos) foram tiradas photographias, e mandadas aos concorrentes. Possuo um exemplar de cada uma offerecido pelo eminente artista.

Desculpem as minucias; mas pensem quanto nos agradariam hoje analogas bagatellas relativas ao seculo XV ou XVI?!

CAPITULO XXV

As noites de Santo Antonio e S. João no Rocio.—Nada mais lugubre.—As mesmas noites na Praça da Figueira.—Nada mais alegre.—Estuda-se de relance este importante mercado lisbonense.—Sua fundação; seus aperfeiçoamentos.—Sua reconstrucção ultima.—Pedem-se para o Rocio duas fontes monumentaes.

Uma das scenas que o Rocio presenceia annualmente é a romaria... (como se lhe ha-de chamar?) da noite da vespera de S. João. Quem não conhece de vista esse quadro de costumes populares, pouca déa pode formar d'elle, ainda que lh'o descrevam; é uma das usanças mais semsabores da capital; e percebe-se que foi pittoresca e interessante, em quanto a não alteraram.

Está-se a vêr que em tempo antigo deveu ser, até certo ponto, brilhante e caracteristica esta romagem das aldeias e casaes da cercania ao coração

da nobre Lisboa, este praso dado, sem ajuste nem convite, de todos os guitarreiros e cantadores do termo. Hoje porém, desde que a praça da Figueira derivou para o seu recinto uma boa parte d'essa população noctívaga do Rocio, desde que a cidade, e nomeadamente este seu vasto logradoiro, se aprumou e alinhou sob o jugo da esquadria municipal, desde que os usos e costumes dos saloios e vendilhões perderam boa parte da sua physionomia moira, uma noite de Santo Antonio ou S. João no Rocio de Lisboa é um ajuntamento funebre, onde o decilitro, successor do quartilho, procura artificialmente uma expansão consuetudinaria em grosserias plebêas de pessima apparencia.

Todo aquelle ir e vir de grupos sem nexo e sem sentido, n'um taboleiro immenso, apenas allumiado, tem visos de uma noite de Valpurgis, onde o que mais avulta são os duendes tristes, os gnomos carrancudos, e as bruxas da melancolia. Parece que todo aquelle povoleo luctuoso e ignobil perdeu o pae, e o pranteia á moda dos selvagens, com umas melopêas de tres notas, obrigadas a canna rachada. Ha alli o que quer que seja de aduar e senzala; é um pandemonium lugubre de metter os tampos dentro; creio que só se louvaria nas ilhas Sandwich.

*

As noites da praça da Figueira, essas sim! essas teem um cunho portuguez, e lisboeta, provinciano e saloio, que se não confunde.

Um talentoso dramaturgo, o sr. Joaquim da Costa

Cascaes, hoje general, creado na boa escola, amante da sua terra, e poeta, não se dedignou de escrever uma lindissima comedia intitulada—*Uma noite de Santo Antonio na praça da Figueira.* É das concepções mais nacionaes, que o nosso theatro tem visto. A scena da praça, com os descantes, com as guitarras, com os balões de côres, e com aquella contagiosa alegria que se não pode descrever, levantou sempre as platêas.

Hoje, desde que o mercado se amodernou (e fez muito bem) perdeu-se tambem o antigo cunho d'aquellas noites, entre os quatro lanços de barracas verdes da antiga praça; e ainda assim... muita gente alta lá vae, de relance, embuçada, presencear aquella expansão das alegrias populares da velha Lisboa.

*

Duas palavras sobre a nossa Praça da Figueira.

A venda antiga em Lisboa era muito espalhada, com quanto os mercados, da Ribeira velha, e do Rocio, congregassem diariamente grande numero de vendilhões. O terremoto augmentou a confusão.

O decreto de 8 de outubro de 1760 permittiu cabanas amoviveis e volantes para venda de comestiveis[1]. O alvará de 2 de janeiro de 1765[2] mandou armar cabanas para venda na Ribeira, e prohibiu se arrendassem por mais de tres annos, ao passo que

[1] Fernandes Thomaz—*Repertorio*, verb. *Cabanas.*
[2] Id. Ibid.

na mesma data se vedava nas cabanas a venda de generos de mercearia.

O decreto e aviso d'el-rei D. José de 23 de novembro de 1775, doando á camara uma area de quatro frentes, com 380 palmos de norte a sul, e 440 de nascente a poente, no terreno do derrocado hospital, e suas dependencias, foi um progresso, e grande[1]. Custou a edificação do mercado 10:251$342 réis[2].

Em dezembro de 1834 mandou-se profundar o terreno ao centro da praça, afim de se procurar agua para limpeza do mercado; achou-se[3].

Em fevereiro de 1835 tratou-se de aperfeiçoar o serviço interno do mercado, plantando arvores, concluindo o poço, e regularisando algumas minucias na venda[4].

Em 1 de novembro do mesmo anno começaram os trabalhos da construcção do poço central, e concluiram-se no dia de Natal[5].

Em maio de 1848 mandou a camara, a requerimento de alguns moradores, dar nome á rua que pouco antes se tinha rompido em terrenos do convento dos dominicanos, prolongamento da rua das Gallinheiras até ao largo de S. Domingos, serventia nova a que o municipio parece se esquecera de dar titulo; e em julho seguinte o governador civil approvava que essa rua se chamasse *Nova de S. Domin-*

[1] Velloso de Andrade — *Mem. sobre chafarizes* — pag. 168.
[2] Id. Ibid.
[3] *Syn. dos princ. act. adm. da c. m. de L.* em 1834. pag. 26.
[4] *Syn. dos princ. act. adm. da c. m. de L.* em 1835, pag. 8.
[5] Velloso de Andrade — *Memoria sobre chafarizes.*

gos, e a outra que ligava a rua dos Fanqueiros com a travessa de S. Domingos, tambem recem-aberta, se chamasse *rua Nova do Amparo*[1].

Tudo isso eram provas de que o mercado se desenvolvia, e irradiava nos arredores a sua actividade.

Em março de 1849 approva a camara o modelo das portas novas de ferro, curvas na parte superior, que deviam fechar as varias entradas do recinto da praça[2].

Em 1852 reedificam-se os *logares*, mandam-se abrir covas para plantar novas arvores, e é auctorisado o benemerito vereador Ayres de Sá Nogueira a mandar collocar o arvoredo necessario[3].

Todos esses melhoramentos porém eram nada, em comparação com o que fez o sr. Rosa Araujo na sessão de 3 de julho de 1876, apresentando a proposta e o programma para o concurso dos projectos da reconstrucção completa do mercado, em harmonia com as exigencias de uma grande capital moderna[4]. Na primavera de 1883, vencidas as difficuldades inherentes a tão colossal empreza, demoliu-se a praça velha, e entrou a pouco e pouco a levantar-se, a avigorar-se, a luzir, a rutilar, aquella vasta composição leve e elegante de ferro e vidro, que todos lá vemos, admiramos, e applaudimos.

Honra e gloria á vereação!

[1] *Syn. dos princ. act. adm. da c. m. de L.* em 1848, pag. 19.

[2] *Syn. dos princ. act. adm. da c. m. de L.* em 1849, pag. 10.

[3] *Syn. dos princ. act. adm. da c. m. de L.* em 1852, pag. 9, 115, e 124.

[4] *Arch. mun. de Lisb.* 1876. pag. 683.

*

Eis ahi esboçados n'esses paragraphos acima alguns (apenas alguns) dos melhoramentos que esta praça lisbonense e o seu visinho Rocio, teem merecido ás vereações. Nem tenho mais apontamentos, nem mais espaço. Fiquemos hoje por aqui.

O nosso Rocio (sempre o direi ao findar) apesar de muito aceado e composto, e a despeito de todos os melhoramentos, até artisticos, de que o teem enfeitado modernamente, tem quanto a mim uma grande falta, que se nota em quasi todas as praças de Lisboa: desejam alli os olhos sequiosos do publico fontes monumentaes espadanando com emphase, com graça, com enthusiasmo, e jorrando ao sol, em refracções iriadas, as lymphas refrigerantes do Alviella.

Quem viu as fontes estupendas do Vaticano, quem se recorda com saudade dos jogos de agua da praça da Concordia, das fontes da praça Louvois, praça do theatro francez, mercado dos Innocentes, e outras praças, lamenta que n'uma terra ardente como a nossa não esteja a hydraulica, mais do que está, ao serviço effectivo das exigencias urbanas.

Querem uma cidade frequentada e querida dos estrangeiros? amenisem-n'a.

Querem uma cidade amena? intermeiem-n'a de jardins.

Querem jardins? flores? frescura? passaros? saude? tragam a agua de toda a parte; inundem com

ella os aterros e os largos; seja a agua municipal o pleonasmo de todas as administrações, o estribilho de todas as camaras, o môlho de todos os *menus*.

E depois verão o que fica Lisboa.

CAPITULO XXVI

Torna-se ao estudo da *feira da Ladra*.—Em 1809 é-lhe marcado o sitio da praça da Alegria e rua occidental do Passeio. —Os ferros-velhos typicos.—Providencias municipaes ácerca d'elles.—Em 1823 é removida a feira para o campo de Santa Anna.—Reclamações fazem com que fique lettra morta essa remoção.—Em 1834 nova tentativa da camara, egualmente frustrada.—Em abril de 1835 de novo ordena a camara essa transferencia.

Terminada a nossa digressão ácerca do Rocio, onde encontrámos a feira, com o cahos pittoresco das suas barracas e dos seus estendaes multicores e multiformes, todos sussurro, movimento, e vida, tornemo-nos a estudar este mercado historico da velha Lisboa.

*

Foi por edital de 27 de Novembro de 1809 [1] que

[1] *Coll. de edit. do senado* dos annos de 1756 a 1819, pag. 275; citação do sr. Freire de Oliveira—*Elementos*—T. 1, pag. 236.

o senado ordenou a collocação da feira na praça da Alegria, na frente do chafariz, e por toda a rua occidental do passeio, defronte dos palacios Lumiares e Castello-Melhor.

Possuo uma aguarella antiga, que o jornal *O Occidente* reproduziu em gravura), onde se vê o estendal dos feirantes na praça da Alegria de cima; e, a julgar pelas modas dos personagens, deve referir-se esta pintura aos primeiros annos d'este seculo.

Effectivamente, até fevereiro de 1823 fez-se a feira nas immediações do Passeio Publico, principiando na rua do Principe junto ao palacio dos duques do Cadaval, seguindo ao largo do Passeio, rua occidental, praça das Hervas (depois chamada da Alegria de baixo) e estendendo-se pela praça da Alegria de cima. Os generos tinham tambem certa ordem: desde a rua do Principe até ao largo do Passeio eram as adellas de venda fixa e volante; no largo do Passeio do lado esquerdo, em barracas de madeira permanentes, os chamados *bazares*, ou *cabeças de pau*; em frente d'estes, mais adellos até ao fim do Passeio, em barracas entre janella e janella do muro que então circumdava o jardim; a parede até ao canto, occupavam-n'a marceneiros; junto ao palacio dos marquezes de Castello-Melhor, até á esquina da calçada da Gloria, era a venda de fato usado, trapos e outros objectos; nas lojas por baixo do jardim dos condes de Lumiares, e até á esquina que vira para a praça da Alegria, algibebes, marceneiros, e adellos. Ahi já a minha aguarella esclarece o assumpto; no sitio occupado hoje pelo predio elegante, com gradeamento, feito pelo fallecido Felix Nicolau Callaia, eram tudo

casas de comer, e em frente d'ellas os sombreireiros e sapateiros.

Do lado do sul via-se, e vê-se ainda, o grande predio nobre, que na minha aguarella tem sentinella á porta, pois serviu de repartição do commissariado no tempo da invasão franceza, e talvez ainda até 1814. N'esse predio habitou em 1840 e tantos o proprietario, que era o 1.º barão de Almeirim, e depois João Bernardo da Costa Cabral, e outras pessoas notaveis.

Em volta da praça agrupavam-se, encostadas ás paredes, as barracas das adellas; do meio da praça para cima, sobre o lado da Çotovia, ficavam os ferros-velhos, com os objectos á venda pelo chão e sobre bancas; junto aos predios, em roda, marceneiros de moveis novos e usados.

Quem diria a essa praça, então menos que aldeã, que em junho de 1881 havia o sr. vereador Osorio de propor a transformação d'ella em *square*, com lindissimo jardim, lago, etc.![1].

Esqueceu-me dizer, que tambem no pequenino recinto onde era ultimamente a praça em frente da entrada do Passeio Publico (hoje é a praça dos Restauradores) se fazia antes do terremoto a feira das cavalgaduras. Em 1756, achando-se o Rocio muito obstruido de entulhos do terremoto, passou a feira dos animaes para o nosso largo de S. Domingos, *entre o adro de S. Domingos, portas de Santo Antão, palacio do ex.^mo conde de Almada, e João Galvão*[2].

[1] *Arch. mun. de Lisb.*, 1881, pag. 273.
[2] *Theatro de Manuel de Figueiredo*, T. XIV, pag. 363.

Quando a feira da ladra passou para o campo de Sant'Anna (como logo direi), a das bestas era no couto do Paço da Rainha, á Bemposta[1].

*

Ora essa especialidade *ferro-velho*, de que vinhamos fallando antes de entrarem em scena os irracionaes, a especialidade *ferro-velho*, uma das mais sordidas manifestações do espirito ganancioso do bicho homem, teve sempre muita saida e acceitação na antiga Lisboa. Hoje está por assim dizer morta, ou moribunda, hoje que o luxo se desenvolveu e alastrou prodigiosamente com a melhoria dos inventos. No meu tempo (que já vae longe) andavam pelas ruas uns ferros-velhos muito grotescos, e que em ponto pequeno eram a feira da ladra com dois pés. Curiosissimas entidades!

O ferro-velho era a personificação do que ha mais rasteiro no commercio pequeno. Alma arteira, vivia n'uma esphera em que todo o lucro se lhe figurava grande. Trabalhava n'um agio sordido, permutando as ultimas especies industriaes por seitis que ainda assim lhe davam juro. O ferro-velho era o rato commercial; vivia nos forros da opulencia. Só conhecia a sociedade pelo avesso; o fructo, pelo caroço; a cidade, pelo rebutalho; o luxo, pela miseria. Para o observador ocioso era o ferro-velho um typo; para o philantropo, um desgraçado; para o artista, um as-

1 *Theatro de Manuel de Figueiredo*, T. XIV, pag. 363.

sumpto; para o amador de velharias, uma mina; para o pensador, uma lição.

Pois sim; fosse o que fosse; elle lá ia andando, pobre mas opulento, desprezado mas sereno; elle lá ia caminhando entre o esplendor dos altos commercios, ganhando poucos reaes, mas dispendendo pouquissimos, e mesclando, no meio da orchestra harmoniosa das industrias modernas, o seu prolongado e melancolico acompanhamento, como de rabecão fanhoso:

—Ferro velho!!........

E comtudo, ganhavam ás vezes os adellos e ferros-velhos boas sommas, que negociadas com geito fundiam muito. Haja vista aquella sordida aljubeteira, ou algibeba, que no principio do seculo XVIII vivia em Lisboa, e cuja cubiça a fazia repetir como estribilho, e como alvo da vida, a palavra: Ter! ter! Com esse genio de juntar, juntar sempre, juntar tudo, e com os seus embustes e artificios soffregos, conseguiu grande fazenda, e deixou aos herdeiros cabedaes avultados[1].

Desenhei uma vez um ferro-velho. Na cabeça tinha tres ou quatro chapeos de feltro mettidos uns nos outros, e coroados por outro alto, de moda já caduca. Ao hombro uma jaleca de alamares, que habitara na Moiraria, um chaile de lã de camello cuja mocidade se passára no Chiado em dias da senhora D. Maria II, e outras peças truncadas de vestuario desbotado. Com o braço esquerdo segurava um chapeo de chuva sem panno, de cuja extremi-

[1] Bluteau — *Vocab.* — verb. *Ter.*

dade bamboleava um candieiro de tres bicos, que allumiara talvez os estudiosos serões de Bluteau ou de frei Lucas da Conceição. Da mão direita pendia-lhe uma malla ingleza velha de moscovia, com bellissimas ferragens, habituada (estava-se a ver) aos hoteis de Londres e Pariz.

E eu pensava commigo:

Que outra coisa somos nós outros, os cabouqueiros do passado, que outra coisa são estes meus livros, tão sinceros, tão saudosos, e tão tristes, senão ferros-velhos litterarios, que vão passando?

*

E não só os havia ambulantes; tambem tinham poisos certos, d'onde as posturas forcejavam por desalojal-os.

Exemplos: no verão de 1847 ainda se dava o abuso de estanciar grande numero de adellos e ferros-velhos, principalmente nos domingos e dias santos, nas ruas que seguem desde o Corpo Santo ao Pelourinho e Terreiro do Paço; isso contra ordens expressas. Na sessão de 21 de junho do mencionado anno de 47 resolveu a vereação prohibir, sob pena de multas, esse trafico, por ser pejamento incommodo; resolução approvada pelo conselho de districto[1].

E já vinham de longe esses anathemas, sempre ludibriados. O edital de 19 de agosto de 1833 renova com insistencia a doutrina de outro de 8 de janeiro

[1] *Coll. de providencias*—pag. 264.

de 1823, que já se refere a outro de 15 de maio de 1811[1].

*

Mas voltemos á feira.

Em 1823 determinou a camara municipal que de 18 de março em deante passasse a feira para o campo de Sant'Anna, e a das cavalgaduras para o campo pequeno. Um edital de 10 de julho seguinte, annuindo ás reclamações de grande parte dos interessados, ordenou que a feira voltasse para o antigo sitio, *comtanto que principiasse na calçada da Gloria* (deixando livre a serventia) *e seguindo pela rua do Passeio, praça das Hervas e praça da Alegria, não estorvando o transito publico*, e tendo cautela em *que as paredes do dito Passeio não fossem damnificadas.* A feira dos animaes passou para o campo de Santa Anna[2].

Em abril de 1834 foi de novo mandada mudar a feira toda para o campo de Sant'Anna; mas em vista da renitencia do publico, suspendeu-se interinamente a execução do edital[3].

Um anno depois, por edital de 27 de abril de 1835, de novo se transferiu a feira para o campo de Santa Anna, devendo inaugurar-se em 5 de maio, porque se tencionava começar para logo a obra do gradea-

[1] *Coll. de providencias*—pag. 3.

[2] *Collecção de providencias* da c. m. de Lisboa etc., pag. 46. Vide uma nota ao texto, d'onde extrahi, salva a redacção, quasi tudo quanto ahi escrevi.

[3] *Synopse dos principaes actos adm.os da c. m. de Lisboa* em 1834, pag. 5.

mento e embellezamento do velho Passeio Publico[1].

*

Mas basta. Só esse nome de Passeio Publico veiu acordar-me no espirito um enxame tão cerrado de idéas variadas, que preciso tomar o folego, antes de me abalançar a arrojal-as ao papel. E aqui temos (com perdão do leitor) outra digressão necessaria.

[1] *Synopse dos principaes actos adm.ᵒˢ da c. m. de Lisboa em 1835*, pag. 14. *Collecção de providencias*, pag. 45.

CAPITULO XXVII

O que era o Passeio Publico, de saudosa memoria.—Uma asserção do viajante Twiss em 1772.—Reynaldo Manuel, architecto, auctor do plano do Passeio Publico.—Contribue Ratton com o arvoredo.—O que era o Passeio Publico rodeado de altas muralhas.—Corre-se em volta o Passeio.—O largo da frente; a rua occidental; a praça das Hervas; a rua oriental.

É que o Passeio Publico era até então muito diverso do que todos o conhecemos, antes de o transformarem na *Avenida da Liberdade.* Como todas estas noticias se vão ennastrando de um modo desesperador, occupar-me-hei agora do Passeio.

Era até certo tempo um vasto recinto sobre si, com a sua autonomia de quinta do antigo regimen encravada no centro da capital.

Em 1772 imprimia o viajante Twiss estas palavras: *N'este momento se está organisando em Lisboa um*

passeio novo, com a singularidade de ter n'um dos extremos a vista risonha do cadafalso, e no outro extremo a do paço da Inquisição[1].

Apesar d'essa desdenhosa ironia, foi o Passeio um progresso, e não pequeno. Delineou-o em 1764 o architecto da cidade, Reynaldo Manuel, sobre as então chamadas Hortas da cêra, pertencentes á casa de Castello-Melhor, sitio baixo e alagadiço, onde se foi deitando grande parte do entulho do terremoto. Os freixos alli plantados, deu-os Ratton dos seus viveiros da quinta da Barroca d'Alva[2].

Esse nome das antigas hortas ainda se conservava ha bem pouco tempo n'uma travessa tortuosa e quasi solitaria, que ligava a calçada do Salitre com a rua de S. José; cortou-a a Avenida, e hoje apenas resta um fragmento da dita travessa junto do Salitre.

Quem por ahi passar, lembre-se de que algures habitava, na visinhança, o grande pintor portuguez Vieira Lusitano com sua mulher. Diz elle proprio na sua adoravel auto-biographia:

Em santa paz dignamente
gosavam thalamo e meza,

[1] Twiss — *Voyage en Espagne et en Portugal en 1772 et 1773*, pag. 34. — Aquella falda da Cotovia, hoje Avenida, e ainda ha poucos annos as praças da Alegria (de baixo e de cima), eram ainda no seculo passado sitio tão ermo, apesar de proximo do centro, que foram escolhidas, ao mesmo tempo que as solidões de Buenos Ayres, para logar da execução dos ladrões apanhados em flagrante delicto nas ruinas do terremoto de 1755. — Amador Patricio, *Mem. das principaes providencias que se deram no terremoto*. Lisboa, 1758, 4.º 1 vol. pag. 103.

[2] *Recordações*, pag. 299.

n'aquelle ameno, aprasivel,
sitio das Hortas da cera,

que foi o feliz primeiro
porto, em que os acolhera
o puro hymeneu cantando
mil nupciaes doces lettras[1].

Sitio aprasivel, de certo, como diz o insigne artista, meio campo e meio cidade; bem escolhido portanto para se transformar, como se transformou em 1764, no alegre jardim que vamos estudar.

Era o Passeio Publico, segundo o testemunho do proprio Ratton (estrangeiro mais portuguez que muitos Portuguezes), o unico refugio que tinham então os *habitantes de Lisboa para passearem livres de lama; mas costuma estar fechado a horas, em que devia estar aberto; pouca gente o frequenta, talvez por ser prohibido aos homens de capote; oxalá que o fosse tambem para as mulheres de capa, e que se podesse entrar e sahir por qualquer das suas duas portas, para commodidade do publico. É pena*—conclue Ratton—*que nas principaes ruas se decepem os ramos das arvores, que as deviam tornar sombrias e frescas no tempo da calma, e que esta poda as venha a destruir em pouco tempo como é de recear*[2].

*

Que rasgado e civilisador pensamento que foi esse do grande ministro, de dotar a capital com um re-

[1] *O insigne pintor*, etc., pag. 516.
[2] *Recordações*, pag. 300.

fugio de tal ordem! Qual era até então o logradoiro hygienico para creanças, para mulheres, para estrangeiros, para ociosos? nenhum; ou (quando muito) o sabidissimo Rocio. Lá o diz em 1730 um escriptor francez, por estas palavras que deixo aqui traduzidas:

Nenhum passeio tem Lisboa, nenhuma distracção, a não ser uma desenchabida companhia hespanhola, frequentada ainda assim pelos grandes e fidalgos. Ao sahirem d'esse espectaculo, vão matar o tempo no resto do dia passeando nas suas seges pela praça do Rocio, conversando uns com os outros, sem sahirem das carroagens. São muito usadas as seges de rodas, assim como as liteiras para as senhoras de alta sociedade, e para os velhos; coches porém apparecem poucos em Lisboa, por causa da má serventia das ruas[1].

Se o auctor do livro voltasse a Lisboa quarenta annos depois, encontraria como progresso incontestavel o brilhante e recatado jardim de Reynaldo Manuel, a alastrar sombras verdes n'um arrabalde convidativo, e a reunir certamente nas tepidas manhãs e tardes de verão algumas duzias de passeantes,

[1] Lisbonne n'a aucune promenade, ni d'autre amusement qu'une mauvaise Comédie espagnole. Les grands et les gentilshommes suivent néanmoins assez ce spectacle; et au sortir de là ils vont consumer le reste du jour à se promener dans leurs *carruajes* ou chaises, sur la place du Rocio, où ils causent entr'eux jusqu'à la nuit, sans sortir de leurs voitures. Les chaises roulantes sont fort en usage, ainsi que les litières pour les dames de distinction et pour les vieillards; mais on voit fort peu de carrosses, à cause de l'incommodité des rues.

Description de la ville de Lisbonne—Paris, 1730, 8.º 1 vol. pag. 32.

d'esses para quem as arvores são a mais grata das companhias.

O Passeio (ouvi isto a pessoas antigas) tinha ruas muito sombrias de altos freixos annosos, banquetas de buxos symetricamente dispostas, pedestaes com vazos e estatuas; em summa, repito: um ar de quinta nobre, que era uma delicia. Para isolar da buliçosa Lisboa este fragmento suburbano, havia (como forte parenthesis de pedra e cal) uns muros muito altos, sombreados de heras e musgos, e apenas interrompidos de poucas janellas de poial, quinze a cada lado, gradeadas, sobre a rua.

Enquadravam este oäsis (que o era então, muito apetecivel, na Lisboa pombalina sem verduras) pelo norte a praça da Alegria de baixo; pelo nascente a rua Oriental do Passeio; pelo sul o largo do Passeio Publico; pelo poente a rua Occidental.

N'esta rua faziam-lhe frente o jardim e palacio dos srs. marquezes de Castello Melhor (hoje, 1889, do sr. marquez da Foz, que o comprou, e o está reformando), e o longo jardim e palacio, de vulgar apparencia, dos srs. condes de Lumiares. O palacio Castello-Melhor, dil-o-hei de passagem, foi riscado por Francisco Xavier Fabri; e fallecendo este architecto em 1807, ficaram incumbidos da execução do risco os seus ajudantes Antonio Francisco da Rosa, JoaquimMarcos de Abreu, Manuel Caetano da Silva Girão, Martinho José Peixoto, e Pedro Antonio de Oliveira[1].

[1] Cyrillo — *Memorias* — pag. 230. Ácerca d'esse palacio traz o sr. Vilhena Barbosa um noticioso artigo no *Arch. Pitt.* T. VI, pag. 254.

A praça da Alegria de baixo, essa não tinha o minimo caracter; o edital municipal de 14 de dezembro de 1863, o mais para que a achou boa foi venda de leite; e já não é mau. Apenas nas derradeiras dezenas de annos da sua existencia apresentava esta praça algumas casas altas, mas de muito banal desenho.

A rua Oriental do Passeio, principiava na rua das Pretas. D'essa esquina até ao largo da Annunciada tinha sido o muro da cêrca das freiras d'aquella invocação; antes do terremoto descreve assim esse logar o nosso Vieira Lusitano:

Antes do muro da cêrca
das santas Religiosas
fica um transito á esquerda,
uma tal breve passagem
chamada rua das Pretas.

No tempo do Passeio já não havia tal cêrca; havia predios, poucos em numero, no risco lisboeta do seculo XVIII; havia tambem as ruinas dos antigos palacios dos condes da Ericeira, serie de casebres e tabuados (hoje substituidos pelos enormes palacios do sr. Nunes, do sr. conde de Almedina, etc., desde a esquina do largo da Annunciada até á rua dos Condes)[1]; e pouco mais.

O largo do Passeio Publico, emfim, era antes de 1834 maior do que ultimamente o conhecemos. Prin-

[1] Esta rua tomava o nome por ser moldurada do norte pelo palacio, ou jardim, dos condes da Ericeira; e do sul pelo dos condes de Castello-Melhor, tendo além d'isso, em frente, na rua das Portas de Santo Antão, o palacio dos condes de Povolide.

cipiava o Passeio na altura do palacio Castello-Melhor, que ainda deitava uma quarta parte da sua nobre frontaria sobre o dito largo. O plano grande de Lisboa em 1807 lithographado em 1831 assim o demonstra[1].

O que o plano não pode dizer (mas digo-o eu) é que por avisos de 29 de julho e 9 de setembro de 1815 recebia o Passeio Publico, para alimento das suas fontes, nove pennas de agua municipal. Conta-o o incançavel José Sergio Velloso de Andrade no seu bom livro[2].

Resta dizer ainda que esse largo, que chamavamos do Passeio Publico, em frente dos portões principaes, com o seu bonito empedramento de mosaico, não foi antes de 1834 nada do que era ultimamente. A garganta que ligava o largo do Camões com o largo do Passeio era muito estreita; junto ao palacio da Regencia (ou da Inquisição) havia a alta muralha do jardim, cujo nome ainda existe na rua *do Jardim do Regedor;* e do lado do poente havia em frente da quinta dos marquezes de Castello-Melhor baiucas

[1] *Carta/topographica/de/Lisboa e seus suburbios/comprehendendo na sua maior extensão desde o convento dos/Religiozos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo/e/Na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo pequeno/levantada no Anno de 1807 debaixo da direcção do Capp.m Engenheiro/Duarte José Fava/Reduzida e Desenhada na Caza do Risco das Obras Publicas no Anno de 1826/Sendo Intendente o Capp.m Engenheiro/ José Bento de Souza Fava/e lithografada pelos Praticantes da mesma Caza do Risco/no anno de 1831, por Ordem do Fiscal das Obras Publicas,/o Conselheiro Jozé Francisco Braamcamp de Almeida Castel Branco/.*

[2] *Mem. sobre chafarizes*—Mappa.

baixas, que depois foram demolidas e substituidas por elegante muralha com estatuas, e uma bem desenhada porta com as armas de Vasconcellos e Camara. Essa porta ficava no sitio onde veiu a ser a entrada do *Colliseu* dos Recreios Whittoyne.

Que de transformações em tão pequenino espaço! e como dizia mal na frontaria do magestoso Passeio o tabuado verde que alli esteve tantos annos, segundo me affirmam!!

CAPITULO XXVIII

Aperfeiçoamentos do Passeio desde 1834.— Como era a frente da banda do sul; como ficou.— Como era a frente da banda do norte; como ficou.— Transformação no desenho da alameda.— Estatuas e repuchos.— Saudades de um antigo frequentador d'aquelle lindo recinto.—Novos aperfeiçoamentos ao longo dos annos: 1841, 42, 45, 47, 48, 49. 51.— Admiraveis illuminações no Passeio.

Foi por 1834, que se entrou a pensar mais demoradamente no modo de aperfeiçoar e amodernar aquelle jardim; dir-se-hia que a expansão do novo regimen politico chegara ao Passeio de Reynaldo Manuel. Em setembro d'esse anno mandou a camara demolir muitas barracas desalinhadas, que obstruiam as immediações[1]. Logo em outubro de 1835 contribuiu o municipio com 2:332$000 réis, sendo 1:332$000

[1] *Synopse dos principaes actos da c. m. de Lisboa* em 1834, pag. 21.

em apolices, para os embellezamentos do Passeio[1]. Em novembro propoz a vereação ao Governo a conveniencia de lhe ser cedido para o novo lago um grupo de seis elegantes figuras marinhas, que se achavam na extincta repartição das obras das Aguas Livres. O Governo annuiu[2].

A frente d'este grande recinto sobre o largo do Passeio publico era um madeiramento provisorio muito feio, pintado de verde. Substituiu-se por tres portas de ferro elegantes e esbeltas, inauguradas (segundo ellas proprias diziam em lettras doiradas) no anniversario da rainha a senhora D. Maria II: 4 DE ABRIL DE 1838.

O architecto reformador do jardim foi Malachias Ferreira Leal, auxiliado por uma commissão especial da camara.

A frente para a banda da praça da Alegria era outro horror; tinha encostados por fóra não sei que miseraveis casebres de arrecadações, e por dentro (quem tal crerá isso hoje?) tolerava a camara uma botica de um pharmaceutico Aroeira. N'essa frente convenientemente edificada, por baixo de um terraço com escadarias, ficou-se lendo: *Anno 1840*.

Desde longos tempos se achavam por acabar duas sereias e dois tritões de pedra, depositados n'um barracão ao campo de Sant'Anna; primores artisticos, obra do velho escultor Alexandre Gomes, fallecido em 1801. A camara, de accordo com a sua commissão encarregada da metamorphose do Pas-

[1] *Synopse* etc., em 1835, pag. 22.
[5] *Synopse*, etc., em 1835, pag. 23.

seio, propoz em novembro de 1836 ao Governo o acabamento das dítas estatuas, e a sua concessão para o lago[1], assim como a de tres figuras de pedra, que existiam no jardim denominado *do Regedor* (o antigo jardim do paço dos Estáos, ao Rocio), e a de varios vasos de loiça[2].

Os muros pombalinos substituiram-se por gradeamento entre pilares; os buxos foram a terra; o genero Le-Nôtre passou para genero inglez; as redoiças de flores alastraram as suas alcatifas; Assiz Rodrigues, o correcto alumno de Machado de Castro, fez sair do seu tóro de pedra lioz a lindissima Nayade da fonte do topo da rua central, e deu-lhe, como companheiros no lago, dois formosos cisnes da mesma pedra, que eram um encanto; no principio do Passeio, á entrada principal, n'outro lago immenso, um formoso e elegantissimo repucho de muitos metros de alto erguia a sua linha imponente e esbelta, rutilando perolas e brilhantes ao sol esplendido de Lisboa. As melhores bandas de musica ali foram ouvidas; e o Passeio Publico, assim regenerado e remoçado, tornou-se o ponto de reunião de toda a melhor sociedade da moda, um vasto salão ao ar livre para os passeantes, os conversadores, os galãs, e os moços.

Sim; o Passeio Publico de Lisboa foi um civilisador; deveu-lhe muito o desenvolvimento da sociabilidade nacional. Alli era um centro. Alli ouvia-se musica muito boa, amava-se, devaneava-se, encontra-

[1] *Synopse*, *etc.* em 1836, pag. 18.
[2] *Synopse. etc.* em 1836, pag. 18.

va-se gente; o lisboeta deixava de ser bicho, e sentia-se parisiense do jardim das Tulherias.

Nada mais agradavel em verdade (estou escrevendo isto com as minhas recordações de rapaz a desabrochar) do que um amoravel domingo de primavera das 2 ás 4 horas, no Passeio Publico. Ao findar a Missa da 1 hora no Loretto, lá vinha descendo o Chiado, direita ao Rocio, com um tempo creador, em pleno setembro ou outubro, uma infinidade de ranchos, paramentados e alegres, para dar *umas voltas* no Passeio. Isso, ao som da musica das nossas vibrantissimas bandas militares, que só por si despertam enthusiasmo a cadaveres, significava os encontros das familias, o fechar das lojas, o descanço das phalanges da bureaucracia, as castas entrevistas amorosas seis dias esperadas, a mistura das classes mais altas com as medias, e com as populares, o cultivo gradual do gosto publico, a civilisação, n'uma palavra.

Nas ruas lateraes andavam grupos burguezes, as colonias dos nossos tristes terceiros e quartos andares da baixa, a impregnarem os pulmões no ar balsamico das acacias e dos pittospóros, a commentar a onda alegre da elegancia, a examinar os pobres cisnes municipaes dos dois lagos lateraes, que alli passavam a vida na monotonia da contemplação das duas estatuas o *Tejo* e o *Nilo* do já citado esculptor Alexandre Gomes [1].

Nas portas das entradas, aos dois topos do jardim, impertigavam-se os guardas com a sua farda

[1] *Arch. Pitt.* T. III, pag. 56.

comprida e boné, o seu ar mal encarado, e a sua vardasca de enchota-cães.

Ao longo da brilhante rua principal, á sombra das magnificas ramadas, sentavam-se em fila, nas cadeiras dos pobres do Asylo, centenas de pessoas, conversando, rindo, disparando settas (peço ao leitor que repare que isto é sentido figurado). Outras centenas passeavam, encontravam-se, meneavam ao sol as suas elegancias.

Ceux qui vont pour voir, ceux qui vont pour être vus.

Aquillo era um salão immenso: o mais aristocratico possivel, e tambem o mais plebeu possivel. Quem pintou com muita graça, muita exacção, e muita arte, uma das sabidas tardes do nosso antigo e querido Passeio, foi o sr. Leonel Marques Pereira. No meio dos grupos, que todos continham retratos fieis, atravessa, com o seu ar soberano e inconfundivel, a grande figura d'el-rei D. Fernando!...

Pensam que tudo isso que ahi tenho descripto é pouco? pois é muitissimo; por outra: então era muitissimo, na nossa capital, que ha cincoenta ou sessenta annos era meio moirisca.

Dizia Montaigne: *Eu sou Francez por Paris;* eu digo: *Sou Portuguez por Lisboa.* E Lisboa para mim é, mais que tudo, este kaleidoscopo variadissimo de saudades!...

*

No correr dos annos encontro nos annaes do municipio lisbonense mais alguns traços fugitivos ácerca

de melhoramentos ou alterações no Passeio. Exemplos:

De janeiro a outubro de 1841 continuaram as obras, segundo se vê de uma lista de trabalhos executados n'esse lapso de mezes, impressa na *Revista Universal Lisbonense*[1].

Em março de 1842 approvou a camara uma proposta para se renovar o uso de se collocarem alli cadeiras, permittindo-se esse exclusivo em favor do cofre do asylo de mendicidade[2].

Em dezembro de 1845 mandou a mesma camara plantar uma carreira de arvores em frente da entrada norte do Passeio, na praça então ainda chamada *do Verde*, e depois praça da Alegria de baixo[3].

Dois annos andados, em dezembro de 1847, mandou-se acabar o largo em frente da entrada principal, circumdando-o de arvores[4]; e para resguardar mais esse largosinho, mandou-se em maio de 1848 collocar um poste na calçada nova defronte d'essa principal entrada, com um lettreiro prohibindo ahi o transito de seges, carros, ou cavalgaduras[5].

Em fevereiro de 1849 (não percebo porquê) auctorisou a vereação o competente vereador a mandar apear a bacia e as estatuas da fonte monumental do Passeio, que era deveras elegante e digna de se ter conservado[6]. Confesso que não chego a entender cer-

[1] T. I, n.º 4, de 21 de outubro de 1841.
[2] *Synopse, etc.* em 1842, pag. 14.
[3] *Synopse, etc.* em 1845, pag. 23.
[4] *Synopse, etc.* em 1847, pag. 30.
[5] *Synopse, etc.* em 1848, pag. 16.
[6] *Synopse, etc.* em 1849, pag. 7.

tas demolições, n'uma cidade como Lisboa, principalmente, onde tão poucos monumentos artisticos se podem admirar!

Agora, que chegâmos a 1851, deixem-me recordar as estrondosas illuminações que todos alli presenceámos em agosto d'esse anno. Festas foram essas que deram brado, e mereceriam dal-o em qualquer outra cidade.

Havia muito pouco tempo que se estabelecera em Lisboa a companhia do gaz; eram pois novidade inaudita aquellas maravilhosas renques de diamantes luminosos, e aquelles obeliscos transparentes e multicores. Que alegria a d'aquellas noites! quantos milhares de pessoas alli se juntaram! tudo aquillo, graças á iniciativa rasgada e intelligente de José Isidoro Guedes, o benemerito visconde de Valmor, provedor do asylo de mendicidade! tudo em beneficio dos pobres! tudo animado do pensamento de uma acção boa!

Ha no jornal *A Semana* umas lithographias que representam o lindissimo jardim n'aquellas noites da sua gloria! Oh! meu Deus! não poder eu, com as minhas recordações infantis vivissimas, compenetrar bem o leitor do enthusiasmo que alli reinava! Como dizia bem a musica n'aquelle recinto! parecia o Passeio uma vasta sala onde se tinha reunido toda Lisboa. Andava no ar não sei que elegante confraternidade.

Aquellas famosas illuminações do Passeio, tanta vez imitadas depois, mas nunca jámais egualadas cá, luzem-me, no espirito irrequieto e sombrio, com brilho semelhante ao dos magnificos e apparatosos fo-

gos, com que o popularissimo José Osti triumphava n'essas noites; rutilantes improvisos pyrotechnicos que eram verdadeiras bellezas, e que, até mesmo depois de apagados, continuavam por muito tempo a abrir-nos na alma os seus enormes leques de luz, as suas médas de foguetes sem conto, os seus ramalhetes de flores luminosas!...

CAPITULO XXIX

O anno de 1852.—A festa do Corpo de Deus no Passeio.—Humanitaria proposta do sr. vereador Braamcamp.—Terrivel desbaste no arvoredo antigo.—Opiniões dos technicos.—Alvorece a idéa de uma grande *Avenida*.—Bancos de ferro no Passeio.

*

Continuando a folhear os annaes do Passeio, acho que foi acertadissima a determinação de se pedir em maio de 1852 ao general commandante da 1.ª divisão militar, que prohibisse a revista que na rua principal do jardim se fazia annualmente, na manhã do Corpo de Deus, de toda a tropa que ia figurar na Procissão[1]. Ainda me lembro de ter visto em pequeno esse vistoso alardo, em 1851, mas concordo em que a devastação não havia de ser mediocre.

[1] *Synopse, etc.* em 1852, pag. 33.

Em agosto de 1852 propoz o sr. vereador José Augusto Braamcamp que se admittisse no Passeio a entrada de todas as pessoas decentemente vestidas, sem excepção de homens de jaqueta e mulheres de capote[1]; proposta essencialmente christã, proposta digna do altissimo caracter de seu autor, proposta emfim, que vinha acabar com exclusões odiosas, e justificar o titulo de Passeio *Publico.*

*

Em outubro d'esse mesmo anno de 1852 houve terrivel desbaste no arvoredo magnifico do Passeio, docél frondoso que todos ainda alli conhecemos, e que era uma collecção de altissimos guarda-soes verdes de uma opulencia rara, capaz de desbancar todos os docéis dos thronos dos califas. Ainda me lembro. Passeava-se alli ao abrigo completo do calor; eram os freixos da Barroca d'Alva; lembram-se? os freixos de Ratton. Aquellas arvores tinham por ventura escutado algum dos estupendos improvisos de Bocage n'um grupo de amigos e admiradores; aquelles troncos sabiam de cór mil confidencias dos assucarados peraltas do tempos do principe regente; o sol brincava nas ramarias como em sua propria casa, e espreitava por entre ellas; e vinte milhões de passaros, já affeitos ao burburinho e aos trombones das orchestras, acompanhavam com os seus chilreados commentarios a conversação dos passeantes.

Tudo isso já lá vae!... os passeantes, os passaros,

[1] *Synopse, etc.* em 1852, pag. 63.

o arvoredo, Elmano e os seus amigos... tudo emfim!

Tenho pena das arvores, porque as conheci. Isto, ainda assim, não é censura á camara; é simples narrativa. Eu por mim sou o mais ordinario horticultor do mundo; dou bastante pelo voto da commissão dos melhoramentos do Passeio, que, n'uma sessão camararia de outubro d'esse mesmo anno de 52, propoz, e viu approvadas, as seguintes disposições:

1.ª—que se arrancassem todas as banquetas de buxo velho;

2.ª—que se derrubassem todas as arvores seccas que ameaçavam morte proxima;

3.ª—que se tratassem as susceptiveis de duração;

4.ª—que se conservassem religiosamente as sãs e vigorosas;

5.ª—que se substituissem as mortas por outras de bello porte, como palmeiras, magnolias, lenondendros, tilias, e laranjeiras;

6.ª—que se estabelecessem por conta do municipio viveiros d'ellas para povoar no futuro as ruas do Passeio[1].

Fez-se tudo isso, e muito mais. Logo em 20 de novembro de 1856 mandava-se proceder á surriba e outras obras na parte do nordeste do jardim, sendo vendidas em leilão as arvores derribadas[2].

Dois annos depois, em 2 de dezembro de 1858, como o estado do arvoredo não fosse satisfactorio, apresentou o talentoso vereador Levy Maria Jordão

[1] *Synopse* etc., em 1852, pag. 90.
[2] *Annaes do mun. de Lisboa*—1856, num. 20, pag. 154.

a sua informação, com o parecer dos peritos. Havia dois alvitres: o primeiro, fundado na opinião do chefe dos trabalhadores no Instituto Agricola, Diogo Miguel Ribeiro de Araujo, era decotar por egual todas as arvores velhas, e nos intervallos plantar arvoredo novo; o segundo, fundado na opinião do jardineiro do municipio, Silva, na de Jules Leroy Waigel, conhecido horticultor, na de Bernard, jardineiro d'el-rei, Mourier, jardineiro do conde do Farrobo, e Weiss jardineiro do duque de Palmella, era abater sem dó todas as arvores velhas, surribar o terreno todo, e fazer plantação completa. Para este segundo alvitre haviam de despender-se 501$000 réis, ou antes (deduzidas varias verbas que o vereador apontava, como venda da madeira, etc.,) apenas 33$000 réis[1].

N'esse mesmo dia 2 de dezembro apresentou o vereador Levy Maria Jordão o seu relatorio minucioso ácerca do estado do arvoredo; resolveu a camara surribar o nascente do jardim[2]; e logo em 9 determinava-se a venda das arvores abatidas[3]. Foi um destroço, que muito contristou os vinte milhões de passaros, antigos inquilinos já hereditarios d'aquellas ramadas, e que muito affligiu os artistas e sonhadores, gente pouco utilitaria e nada positiva, para quem um docél verde onde o sol vem brincar vale mais que todas as cifras e todos os calculos da prudencia!...

[1] *Annaes do Mun.*— 1858, num. 22, pag. 190
[2] Id. Ibid., num. 24, pag. 201.
[3] Id. Ibid., num. 24, pag. 202.

*

Em sessão da mesma camara municipal de 5 de março de 1863 o vereador Severo de Carvalho propoz a abertura de um grande arruamento, ou avenida, desde o Passeio até S. Sebastião da Pedreira[1]; e logo em sessão de 16 se ordenou que no dia 20 se procedesse a uma vestoria para se pensar no novo *boulevard* projectado. Deviam reunir-se pelo meio dia á porta septentrional do Passeio o presidente da vereação, e varios vereadores, sendo avisados para assistirem tambem os engenheiros (ambos já fallecidos) Joaquim Julio Perreira de Carvalho, e Pedro José Peserat, e o mestre geral das obras Antonio dos Santos[2].

Era já a nossa actual Avenida a querer despontar. Mas ainda estava longe. Reinava o Passeio Publico em todo o seu esplendor.

Em sessão de 27 de agosto de 1863 encontro rasto de outro melhoramento grande: pagou-se a quantia de 1:146$480 á companhia *Perseverança* por vinte e quatro sofás de ferro para o Passeio, e outros para o Rocio[3]; sofás muito commodos, e cuja *curva descançatriz* (engraçada expressão de um elegante d'esses tempos) realisava todas as aspirações da perguiça e do *far niente*.

[1] A integra d'essa proposta pode ver-se a pag. 1333 do respectivo volume de 1863 do *Archivo municipal de Lisboa*, num. 167.

[2] *Archivo mun. de Lisboa.*— 1863, num. 169, pag. 1347.

[3] Id. Ibid., num. 192.

CAPITULO XXX

Contiuua a lavrar no escuro o pensamento da *Avenida*.— Dá-se conta ao leitor do que foi succedendo.— Rebenta a idéa.— Expropriações.— Providencias municipaes no magno assumpto.— Os concertos de M.me Ahman.— É demolido o Passeio. — Deixa-lhe o auctor n'este livro o mais sentido epitaphio.

Por esse tempo já começava a laborar no escuro uma idéa arrojada. Parecia querer vir alvorecendo, ainda muito a baixo do horisonte pratico, uma lembrança original: o rompimento de uma avenida grandiosa ligando o Rocio com o suburbio norte.

Em sessão de 3 de julho de 1859 o talentoso visconde de Villa Maior, Julio Maximo de Oliveira Pimentel, apresentava na camara municipal de Lisboa, onde era presidente, uma nova proposta para se estudar a abertura de um *boulevard,* ou larga rua, que seguisse desde o Passeio Publico, pela parte inferior do Salitre, e pelas terras de Valle de Pereiro, até S. Sebastião da Pedreira, ramificando-se para o Campo Pequeno.

Em 1870 o engenheiro Bartholomeu Dejante elaborava o projecto d'essa avenida.

Em 1873 o deputado Saraiva de Carvalho (depois ministro das Obras Publicas), e o sr. Pereira de Miranda (hoje par do Reino) apresentavam ao Parlamento uma proposta para ser auctorisada a camara municipal ás expropriações necessarias para o rompimento de uma avenida, com 50 metros de largo, segundo o projecto desenhado pelo habil architecto do municipio o sr. Domingos Parente da Silva.

Sendo ministro das Obras Publicas o sr. Lobo d'Avila (hoje conde de Valbom), mandou proceder ao estudo de um *boulevard,* que terminava no Campo Grande. Foi por ahi que se entendeu (talvez um pouco precipitadamente, salvo melhor juizo) começar a obra, e todos presenceámos os trabalhos (depois inutilisados) de ajardinamento do Campo Grande, com abertura de lagos, etc.

Em sessão de 21 de maio de 1874 o digno par, e meu distincto amigo, o sr. Francisco Simões Margiochi, sendo vereador da camara de Lisboa, propoz que se désse principio a essa obra enorme pelo lado diametralmente opposto: isto é, pelo topo lisbonense da avenida, o Passeio Publico do Rocio; e pediu á camara que se demolissem desde logo as grades e cortinas que fechavam o Passeio, e se estudasse de vez a abertura da avenida. Este alvitre defendeu-o no *Jornal da noite* o eximio jornalista A. A. Teixeira de Vasconcellos[1].

Contra tal proposta insurgiu-se porém boa parte da

[1] Nums. de 23 e 24 de maio de 1874.

opinião, e a vereação recebia logo em 9 de junho seguinte um protesto assignado por mais de mil e seiscentas pessoas.

Fôra muito longo narrar aqui os vae-vens da idéa. Limitar-me-hei a dizer que o municipio teimou, convencido de que pugnava por um melhoramento muito grande e muito real, e em 24 de agosto de 1879 se procedeu á inauguração dos trabalhos para a abertura da nova Avenida da Liberdade (assim denominada officialmente, por proposta da commissão de obras e melhoramentos da camara)[1].

*

E comtudo, o Passeio Publico, sabedor talvez do que se passava, mas grande nos seus momentos derradeiros, ostentava a suprema indifferença das consciencias puras. Quem o visse, n'esse mesmo estio de 79, não suspeitaria sequer que saudava um moribundo. Elle, todo agrados, todo hospitalidade sincera, todo sorrisos de antigo Portuguez, recebia nas noites calmosas o seu querido publico, e brindava a capital com os notaveis concertos instrumentaes nocturnos regidos por M.me Ahman. Tudo isso são saudades!...

—Convence-te d'isto:—me dizia um bom apreciador—esta insigne regente de orchestra tem um enorme talento de assimilação. Basta contemplal-a, para perceber que de idéas, que de affectos, que de alegrias, que de tristezas sem fundo, vibram e se

[1] *Arch. mun. de Lisboa*, 1879, pag. 454 e 475.

agitam n'aquella alma soberba, quando Ella, de pé no meio dos musicos, erguendo a batuta, e serena como sacerdotisa de um culto sublime, esparge a um lado e outro todo o pensamento dos maestros. N'essas aspersões luminosas acorda e concita para o Bello os mais indifferentes.

Esta mulher, dotada de extraordinaria sensibilidade, que em tudo se lhe manifesta, possue o condão do ensino; tem, por assim dizer, o contagio do Bem. Todos aquelles executantes portuguezes realisam milagres quando o genio d'Ella, o querer d'Ella, os transfigura. Elles estão vendo e percebendo nas entrelinhas de Beethowen ou Mozart, Haydn ou Chopin, o que nunca tinham suspeitado sequer que lá existisse.

Quantos maestros temos nós ouvido aqui regendo orchestras? Mas quantos nos causaram impressão tão extraordinaria?

N'esta artista ha a indole, ha a educação, ha toda a influencia da sua nacionalidade, e ha toda a omnipotencia do attavismo.

Ouvil-a reger, assistir aos milagres de harmonia que Ella consegue com as phalanges dos seus artistas, aos cheios tão sabiamente combinados, ás paragens tão nitidas como se fossem cortadas abruptamente, aos gemidos pungentissimos que Ella extrae do grupo dos violoncellos, ao brilho de melodias juvenís e femininas, que ella entrelaça nos accordes mais graves e austeros, é um assombro. Se a grande terra allemã podesse ter uma condigna personificação, esta artista, cheia de alma e fogo, mas correcta e pura de todos os desmandos incongruentes, seria

a personificação artistica da Patria de Göethe e Schiller, Hanz Mackart e Mozart.

....

*

Continuemos com a chronica do Passeio Publico.

Vão seguindo rapidas d'ahi em deante as expropriações, e outras tarefas indispensaveis. Em sessão de 9 de maio de 1881 pediu o sr. vereador Osorio á camara se procedesse logo á demolição do celeberrimo *Circo Price,* já a esse tempo cognominado *Colliseu de Lisboa;* e resolveu-se demolir esse enorme barracão no segundo semestre do mesmo anno, visto que tinha de manter-se o arrendamento feito pelos srs. Carlos Kruz e Alfredo Kruz, o qual arrendamento só findava em junho[1].

Tinha sido edificado, annos antes, no sitio onde se erguia o hospicio dos Religiosos da Cartuxa de Laveiras, *na entrada do Salitre,* no sitio chamado *rua da Palmeira.* Tinham principiado os frades este hospicio em 1609, n'uma horta que lhes dera o bispo capellão-mór D. Jorge de Ataide para dote de duas

[1] *Arch. mun. de Lisboa*—1881, pag. 224.

O empresario inglez Thomaz Price, querendo em 1859 estabelecer em Lisboa um circo de cavallinhos, obteve licença da camara para o edificar na Praça do Principe Real (Patriarchal Queimada); mas tendo a companhia das aguas auctorisação para ahi estabelecer o seu deposito de aguas, resolveu a camara em sessão de 18 de agosto de 1859 que se offerecesse ao mesmo Price o campo de Santa Clara, ou o largo de Santa Barbara.—*Annaes do mun. de Lisboa.*— 1859, num. 48, pag. 395.

A final veiu a edificar no Salitre.

cellas por elle estabelecidas no dito convento de Laveiras. Tinha uma capellinha, onde dizia Missa o procurador, quando vinha a Lisboa. Padeceu alguma ruina com o terremoto, mas concertou-se logo[1].

Em 6 d'esse junho de 1881 foi presente á camara um requerimento dos ditos srs. Kruzes proprietarios do Circo, pedindo que, visto não parecer de immediata e urgente necessidade tal demolição, se lhes permittisse poderem continuar o arrendamento, visto haver quem lh'o quizesse fazer. A camara decidiu que era urgente demolir aquelle theatro das glorias de Alfano, Secchi, e Whittoyne; mas que se podiam conciliar os interesses dos supplicantes com a utilidade publica, pondo quanto antes em hasta publica o terreno do Circo, e proporcionando-se assim aos proprietarios do barracão o poderem adquirir o terreno, edificando novo Circo; para o que se poderia adiar a demolição até se realisar a venda[2].

Em 17 de outubro de 1881 foram lidos em sessão tres requerimentos á camara:

o 1.º, dos srs. Kruzes, pedindo a concessão do arrendamento do terreno municipal onde o mesmo Circo se achava levantado, até ao fim de 1881 corrente;

o 2.º, do nosso grande Taborda, pedindo o arrendamento no caso de que não fosse (como se julgava que não era) proxima a demolição;

o 3.º, do talentoso maestro (hoje finado) Francisco Alvarenga, pedindo a mesma coisa para dar no Circo espectaculos com artistas portuguezes.

[1] J. B. de Castro—*Mappa*—freg. de S. José.
[2] *Arch. mun. de Lisboa,*— 1881, pag. 265 e 266.

O sr. Osorio observou que em sessão de 6 de junho passado a camara indeferira o requerimento dos srs. Kruzes; que seria portanto injusto, no caso de se resolver agora o arrendamento, não dar aos mesmos requerentes a preferencia. O sr. presidente notou que a camara só podia arrendar *o terreno* onde estava o Circo; e a querer arrendal-o, só o podia e devia fazer aos proprietarios Carlos e Alfredo Krus; que portanto não podiam ser attendidas as pretenções dos outros requerentes, porque era bem verdade ser a camara dona do *terreno,* e não do *Circo.*

A camara resolveu arrendar aos ditos proprietarios por 150$000 réis o terreno até 31 de dezembro, devendo logo depois ser demolido o casarão[1].

Mas ainda não param aqui as ultimas vascas do memorando edificio, que tanto fez rir a nossa mocidade. Em sessão de 23 de fevereiro de 1882 requereram de novo os srs. Kruzes, expondo que, tendo annunciado a venda do Circo para o dia 15 de março, pediam licença para deixar funccionar aquella casa de espectaculo até esse dia, obrigando-se a dar uma funcção em beneficio de qualquer estabelecimento pio. A camara deu a licença até 10, determinando que sem falta fosse logo depois arrazado o Circo[2].

Com effeito levantou-se a picareta demolidora contra o alegre vol-au-vent, ou pastellão collossal, onde tinham por tantos annos deslizado os cavallos mais habilidosos, e as amazonas mais prendadas. Vieram

[1] *Arch. mun. de Lisboa.*— 1881, pag. 546 e 547.
[2] *Arch. mun. de Lisboa.*— 1882, pag. 86.

a terra aquellas paredes de tabique do pobre Colliseu romano da rua do Salitre; mas não ia a destruição tão rapida como a vereação a desejava; e em sessão de 30 de março queixava-se a repartição technica da camara do vagar incrivel com que se demolia o Circo; pelo que se mandou um pedido aos proprietarios para no praso de oito dias (não mais) terem tudo em terra[1].

Não falemos mais em Circo. Está enterrado. *Parce defunctis.*

*

Voltando alguns passos atraz, sempre direi que, em 5 de setembro de 1881, ponderava á camara a sua repartição technica ser conveniente tratar desde logo da construcção do grande jardim pelo qual devia terminar a primeira parte da Avenida da Liberdade[2].

Apparecem, aqui, além, projectos destacados de melhoramentos, alvitres uteis, alguns dos quaes por infelicidade não vingaram.

Em 19 de janeiro de 1882 o sr. vereador Leça da Veiga communicou aos seus collegas que os srs. João Antonio Pinto, Francisco Simões Margiochi, e Ayres de Sá Nogueira de Abreu e Vasconcellos, eram os iniciadores do pensamento de um palacio de crystal na Avenida, e que muito desejavam para o seu alvitre a protecção da camara. A camara prometteu todo o seu auxilio[3].

[1] *Arch. mun. de Lisboa.*— 1882, pag. 165.
[2] *Arch. mun. de Lisb.*— 1881, pag. 476.
[3] *Arch. mun. de Lisb.*— 1882, pag. 28.

Estava em construcção, havia muito tempo, ainda dentro do recinto do Passeio, o obelisco aos Restauradores de 1640. Em sessão de 17 de março a commissão denominada *1.º de dezembro* renova á camara o pedido para esta mandar proceder ao arranjo da praça projectada, a fim de que o monumento possa inaugurar-se em 1 de junho[1].

Creio que pouco se fez, porque logo em 20 de maio seguinte a commissão representa á camara, que desejando inaugurar o monumento na primeira quinzena de setembro, pedia a demolição do gradeamento do Passeio até á calçada da Gloria[2].

Não sei o que houve, mas tal festa se não realisou; e em 9 de novembro participava a commissão aos vereadores ter resolvido estrear o obelisco em 13 de fevereiro de 1883, anniversario do tratado de paz com a Hespanha em 1668[3].

Em 11 de novembro de 1882 começou a demolição do gradeamento do Passeio[4]; quando veiu o centenario do marquez de Pombal já para as bandas da praça da Alegria de baixo se achavam demolidas todas as propriedades defronte da porta septentrional do mesmo Passeio; *tinha já desapparecido portanto* — diz muito bem o chorado engenheiro Miguel Paes *a mesquinha garganta, ou fenda, que dava entrada para a rua do Salitre*[5].

Em sessão de 7 de dezembro finalmente, dava a

[1] *Arch. mun. de Lisb.* — 1882, pag. 158.
[2] *Arch. mun. de Lisb.* — 1882, pag. 295.
[3] *Arch. mun. de Lisb.* — 1882, pag. 663.
[4] Miguel Paes — *Melhoramentos de Lisboa* — T. I, p, 427.
[5] Id. ibid., pag. 173.

camara as suas ordens para se proceder sem demora ao arranjo da nova praça dos Restauradores, por modo que em 13 de fevereiro podesse inaugurar-se-lhes o monumento[1].

E assim pois, terraplenada a linha da Avenida, asphaltados os seus taboleiros, povoados de arvoredo as suas alamedas, rasgado de par em par aquelle enorme canal aereo para a passagem triumphal do aquilão, ahi ficou a grande arteria que serve hoje de fundo ao monumento da praça dos Restauradores, só inaugurado, afinal, em 28 de abril de 1886, tendo a primeira pedra sido lançada em 1 de dezembro de 1875.

*

Aqui tem o leitor as principaes metamorphoses por que passou aquelle formoso jardim municipal (deixem-me chamar-lhe assim; no seu genero, no seu aprumado pombalino, era formosissimo); aquelle jardim, que tão interessante papel representou na historia da adolescencia de tanta gente; aquelle passeio solemne e risonho, hoje substituido com problematica vantagem, e cruelmente atirado, entre sorrisos, pela opinião publica (tanta vez ingrata e cruel!) para os desvãos da archeologia, para o sotão das inutilidades.

O Passeio foi um dos filhos dilectos do marquez de Pombal; foi um dos instrumentos mais efficazes que teve o grande pensador para amalgamar as classes. Como certos salões opulentos da sociedade ele-

[1] *Arch. mun. de Lisboa.*— 1882, pag. 718.

vada, que souberam contribuir para a util convivencia da nobreza com as classes medias, o Passeio contribuiu para a mistura da nobreza, das classes medias, e do povo; afinou o antiquado publico lisboeta no diapazão das cidades modernas; trouxe o enxame dos brilhantissimos ociosos a folgar uma vez por outra a uma restea de sol portuguez; implantou o gosto dos jardins nas classes baixas, e fez-lhes querer bem ás flores, que são a melhor amostra do bello; foi o praso dado onde os proletarios ouviam gratuitamente musica bellissima, e aprendiam maneiras; o terreno neutro, onde a modista e o operario, onde o modesto empregado e o logista, todos portuguezes, todos cidadãos, todos filhos legitimos do mesmo sol, se encontravam a par com os grandes, e caminhavam de plano com os proprios Reis.

Todas as cidades precisam estes retiros campestres e amenos, onde as creanças, os ociosos, as mulheres, possam espairecer-se, livres do receio de atropellamentos ou maus encontros. Uma rua publica, por maior e mais bella que seja, não pode preencher as vezes de um jardim. A immolação do Passeio Publico foi, quando menos, uma crueldade, além de um roubo ás commodidades municipaes de Lisboa.

A Avenida é bella; sem duvida que o é, sob varios aspectos; mas o Passeio, com a sua immunidade, a sua independencia, o seu luxuoso arvoredo, as suas flores, o seu ar recolhido e senhoril, era bellissimo. Perdemos na troca, me parece. Conservassem o Passeio, e rompessem a Avenida para lá da praça da Alegria.

Isto é apenas uma opinião individual, exarada aqui por desabafo. Mandou quem poude, e a opinião geral preconisa já talvez as maravilhas da Avenida. Os mortos vão depressa.

Hoje pois, que tudo findou, hoje que o lindo jardim pombalino morreu, que as suas arvores foram arrancadas, que a sua missão se cumpriu, que as suas memorias se profanaram para sempre, que as suas glorias são calcadas aos pés pelas gerações novissimas, deixemos-lhe nós outros, ao velho PASSEIO PUBLICO, de ridente memoria, deixemos-lhe n'este livro de saudades o seu AQUI JAZ.

Merece-o.

*

Quem agora desemboca na Avenida, quem espairece a vista ao longo d'aquellas renques de pequeninas arvores nascentes, quem contempla o elegante obelisco traçado por Fonseca, e adornado de eloquentes estatuas por Alberto Nunes e Simões de Almeida, sente dilatar-se-lhe a alma; é a primeira impressão. Depois... lamenta a mesquinhez bastarda d'aquellas edificações lateraes quasi todas, sem caracter, sem nobreza, sem linhas; o rachitico d'aquelles lagosinhos liliputianos, o ridiculo d'aquellas pontesinhas sem motivo, e a proxima visinhança de uma estação de caminhos de ferro! Emfim... pergunta a si mesmo:

—Que significou esta arrojada obra? Como se empregou em tão colossal empreza tanta somma de

talento, de boa vontade, de perseverança, de trabalho, de dedicação!!?...

....

E o ponto de interrogação fica a pairar no ar como um phantasma!

CAPITULO XXXI

Volta-se á Feira da ladra.— Tentativas frustradas até á sua definitiva transferencia para o Campo da Santa Clara.—Meditação sobre a Feira.— Conclusão do assumpto e do volume.

Deixando agora o Passeio Publico e a sua opulenta herdeira, a Avenida, voltemos á feira, e será sem novas digressões.

*

Deixámol-a definitivamente estabelecida no Campo de Sant'-Anna em maio de 1835.

Em novembro de 1837 recommendou-se ao inspector do 4.º districto a maior attenção na vigilancia da feira, sobretudo no alinhamento dos varios estendaes[1]; renovou-se-lhe a recommendação em novembro de 1838[2].

[1] *Synopse* etc., em 1837, pag. 31.
[2] *Collecção de providencias* etc., pag. 112.

O publico habituara-se já de todo a esse mercado originalissimo concentrado no vasto campo das monjas de Sant'Anna; e ás terças feiras houve alli por longos annos um verdadeiro espectaculo, e uma inesgotavel mina de velharías.

*

Entendeu a camara municipal dever deslocar a feira, e em 4 de abril de 1882 transferiu-a para o mercado novo do Campo de Santa Clara[1]. Foi então um duello tenaz entre Santa Clara e Sant'Anna. Não se imagina a opposição que levantou a mudança; ralhou o publico, ralharam os interessados, feridos na bolsa; e conseguiram que apenas uma semana durasse a nova installação. Para isso até se dirigiram á Rainha com requerimentos que faziam chorar as pedras! e Sua Magestade intercedeu pelos espoliados, conseguindo que logo na terça feira 18 de abril de 1882 tornasse o campo de Sant'Anna a ter o alegrão de ver os seus freguezes de quarenta e sete annos! Essa ventura porém durou pouco tempo; e logo em junho seguinte foi definitivamente passada a feira para Santa Clara ás terças, e para S. Bento aos sabbados.

Digam-me se ha peregrinação mais trabalhosa, odysséa mais lidada do que foi esta nossa! não ha, não ha, e nunca houve.

[1] Officio do fiscal dos mercados novos de Santa Clara e S. Bento, Manuel Joaquim Nogueira Gonçalves, ao vereador do pelouro dos mercados em 5 de abril de 1882.—*Arch. mun. de Lisboa,* 1882, pag. 219.

*

Com isto dou por finda a minha dissertação sobre a feira da ladra; e por despedida invoco a antiga feira do Campo de Sant'Anna, tão pittoresca e tão grande, no meio do seu vastissimo terreiro orlado de antigos palacios, e reunindo, e concentrando um sem numero de objectos, que, dispersos pela sorte, se encontravam atonitos uns aos outros, como as palavras e as idéas n'uma grande encyclopedia.

Hoje dividiram a feira, e tiraram-lhe por isso uma parte do seu interesse. A feira genuina para nós era a do Campo de Sant'Anna. Lisboeta como ella era, dizia bem ao pé da praça dos toiros, e entre os casarões apalaçados de um dos bairros mais nacionalmente aristocraticos de Lisboa.

Quem se não recorda do aspecto palpitante, vivaz, da feira da ladra? Tudo quanto a imaginação possa conceber de mais disparatado, de mais heterogeneo, se costumava encontrar no alastrado desalinho d'aquelles estendaes; tudo, absolutamente tudo: desde as cabeças de prego e as fechaduras partidas, até ás colubrinas quinhentistas e ás velhas laminas de Toledo; desde o moxo de madeira de pinho, até ás magnificas mobilias á Luiz XV; desde o calçado velho, até ás peças de veludo e damasco furtadas aos direitos; desde a folhinha de porta e os pobres volumes truncados do *Anatomico jocoso* e do *Almocreve das petas*, até ao precioso incunábulo e ao elzevier encadernado em pergaminho; desde o candieiro de latão, até ao carcel; desde o retrato de familia ano-

nymo e roto, até aos quadros do morgado de Setubal ou da Josepha de Obidos. O comprador intelligente era alli um caçador feliz; o colleccionador enriquecia sem custo as suas collecções, comtanto que soubesse esquadrinhar, farejar, regatear, e desdenhar; o philosopho chorava muita vez lagrimas de punho ao contemplar aquelle cahos, que representava a ruina de muitas gerações; mas o especulador via n'aquella feira de Valpurgis a realisação de todos os seus devaneios.

A feira da ladra era a moinha de muitas existencias mortas, era o enxurro das civilisações passadas, era o rebutalho do luxo da capital. N'aquelles lodos sociaes andavam os gandaieiros mais ou menos artisticos, e lucravam; verdade é que esse lucro representava abysmos de miseria. *Cada um diz da feira como lhe vae n'ella*—observa um proverbio egoista.

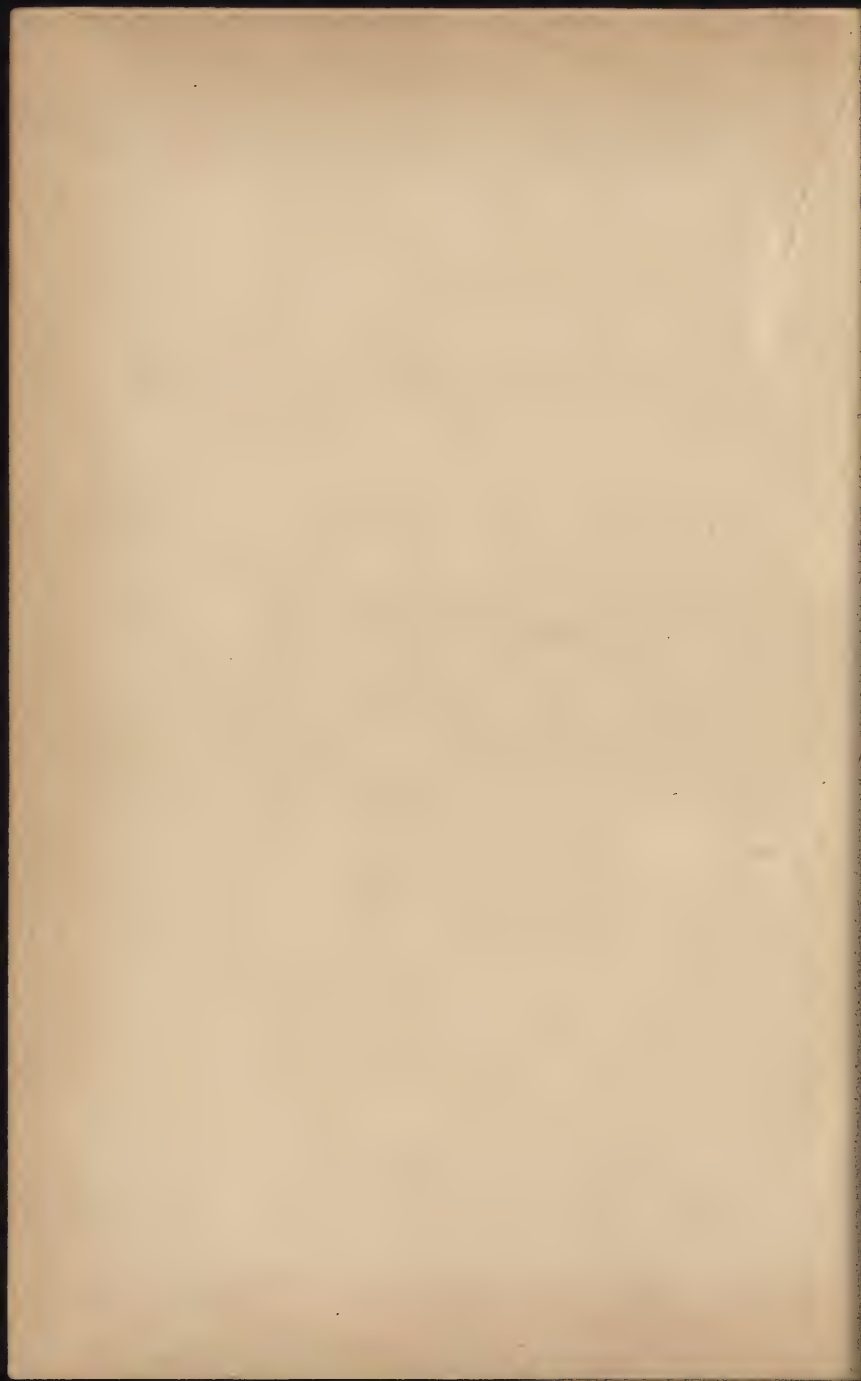
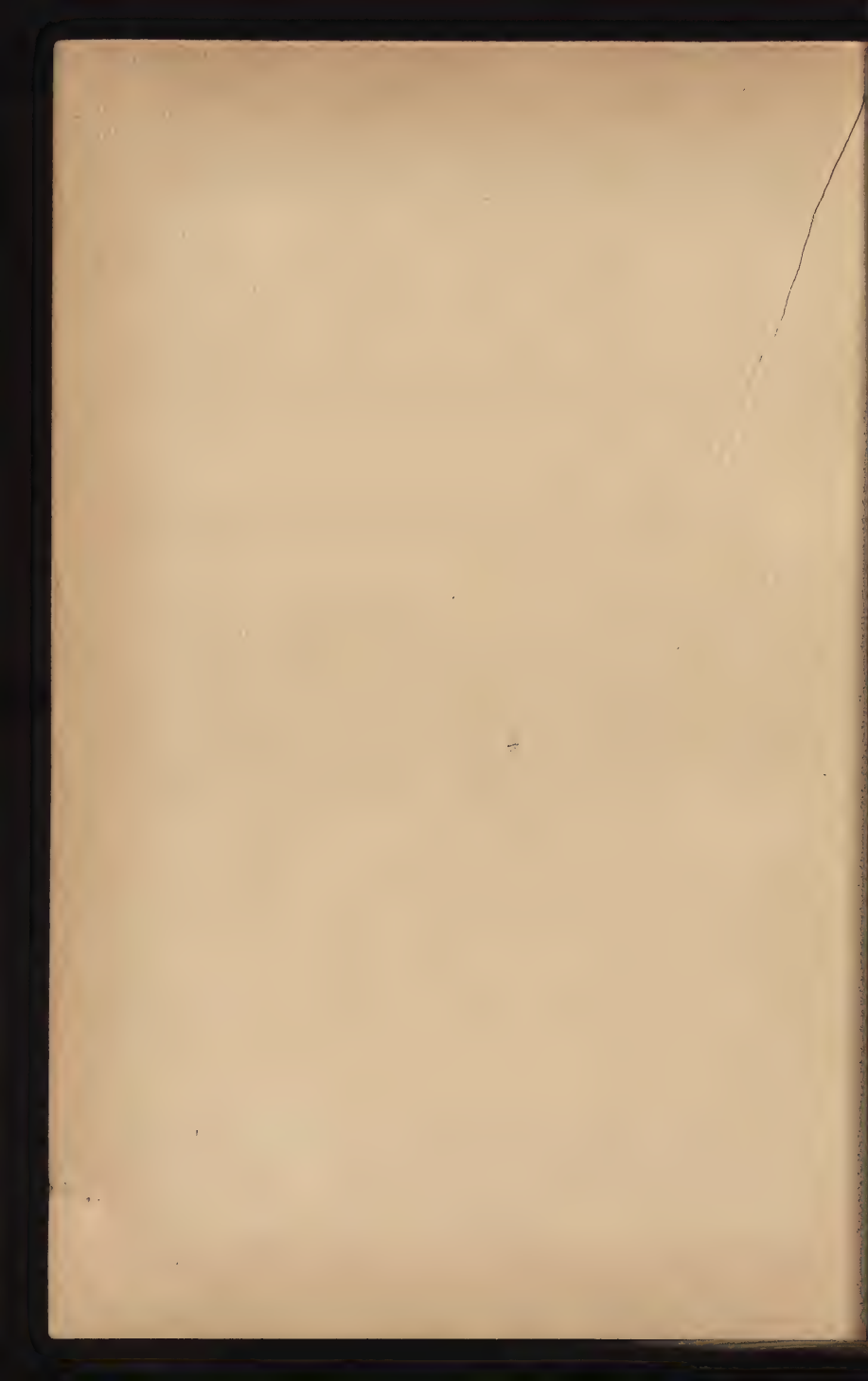
Mas o que é certo é que de tamanha abominação de coisas inuteis sahia uma actividade singularissima; tambem rebentam flores d'entre as podridões de um cadaver. Quem não viu, uma vez sequer, a feira da ladra, não imagina quanta vitalidade se contêm na morte!...

*

E com isto vou concluir o volume. No seguinte direi o mais que souber da freguezia de S. Bartholomeu.

Estes capitulos de *passeios* e *feiras* hão de desagradar certamente a quem desdenha pequeninos as-

sumptos, e só se abalança a altissimas concepções. Eu por mim, confesso que tirei grande desafogo intellectual em recordar o que ahi fica. Já o auctor do *Leal Conselheiro* ponderava na introducção ao seu livro, tão comesinho e tão grande, que mais se aprende muita vez *das obras breues e simprezes, de nom grande entender, e pouco saber, que das sotil e altamente escriptas.*

OLIVAES.— Fevereiro de 1889.

NOTAS

NOTA I

O LARGO DO INTENDENTE

...... *O nosso largo do Intendente, de bulhenta e insupportavel memoria.*

(PAG. 61)

É dos sitios mais trilhados e rumorosos da Lisboa moderna. E se não, calcule-se! Por alli passam sempre, a toda a hora, innumeraveis pessoas a pé, a cavallo, em burro, em tilbury, em coupé, em dog-cart, em caleche, em landau, para o campo, e para todos aquelles hoje povoadissimos arrabaldes. Além d'isso, passam todos os carretos que por aquella banda veem abastecer os mercados da capital, todos os leiteiros, todos os hortelões, todas as lavadeiras, todos os moleiros, todos os almocreves, do termo dos lados do norte. Passam mil vendeiros de hortaliça, de petroleo, de azeite, de agua, de fato velho, de tudo emfim. Passam os estridentes caldeireiros, e os que deitam gatos; cada qual com o seu pregão diverso. Passam os padeiros de carroça, com a sua matraca infernal. Passam constantemente, para baixo e para cima, os americanos, os carros de bois, os churriões, as caleças, as diligencias, e os char-a-bancs, que seguem viagem para o Lumiar, o Campo Grande, Odivellas, Caneças, o Rego, o Jardim Zoologico, a Cruz do Taboado, Bucellas, o Zambujal, o Poço dos Mouros, Sacavem, a Perna de Pau, Torres Vedras, o Sobral, etc. etc. etc.! Toda esta faina indescriptivel começa ás 2 horas da madrugada, e (sem interrupção de um segundo) acaba... ás 2 horas da madrugada do dia seguinte: por outra: não acaba.

O auctor d'este livro habitou ahi uns mezes, na esquina da travessa do Maldonado, a qual (de mais a mais) é caminho obrigado de todos os vehiculos que buscam a Penha, a Graça o Monte!

Pois tudo isso é nada, absolutamente nada, em comparação do bater insistente e desalmado de um honrado latoeiro que alli morava perto, e cujo martello ainda destacava sobre a bulha geral da rua.

Para desabafo foi o auctor d'este livro obrigado a exalar a sua furia em varios sonetos satyricos contra o latoeiro (odios platonicos, ainda assim); e depois, como se não sentisse melhor, foi constrangido a fugir para Zanzibar.

Os sonetos aqui vão, com dois fins uteis: 1.º—escarmentar os latoeiros futuros; 2.º—recordar ás auctoridades quanto é indispensavel prohibir no meio da povoação as industrias bulhentas, que são tão dolorosas para o ouvido, e que deveriam ser reputadas verdadeiros focos de infecção... acusticos.

O LATOEIRO E O POETA

SONETOS

I

DESABAFO

Gente, animaes, focinhos e caretas,
pés e patas, caleches e carrões,
cavallos, burros, vaccas e peões,
saloios, cidadãos, pretos e pretas;

tudo mixto com berros e trombetas,
discorde como o uivar dos furacões;
um sem-cessar de rodas e pregões;
um Valpurgis de carros e carretas!

Sobre isso ainda avulta, acre e vivaz,
o maço de um latoeiro impertinente,
noite e dia a bater: zaz! traz! zaz! traz!

O que é isto?—perguntas certamente.
É o dia de juizo—pensarás.
Enganas-te: é o Largo do Intendente.

22 de julho de 1886.

II

NOVO DESABAFO CONTRA O LATOEIRO

Scismava Dante (o látego dos vicios)
n'algum tormento insólito, horroroso.
Unia aquelle espirito assombroso
horror a horror, flagicios a flagicios.

Roda a porta subtil nos ferreos quicios.
Entro, e vejo-o sombrio, mudo, ancioso.
—«Que fases, mestre? perscrutar não ouso...
—«Busco—disse—o supplicio dos supplicios;

«já nada encontro. Dera de bom grado
«de um Virgilio os laureis e a gloria ingente,
«se alguem me descobrisse...»—«Animo!—brado.

«Queres supplicio de atolar o dente?
—«Sim.—«Pois, mestre, sei de um que ha-de dar brado.
«Venha a gloria, e eis o Largo do Intendente.»

27 de julho de 1886

III

AO MESMO LATOEIRO, QUE PARECE TINHA JURADO DAR CABO DO POETA

Dia e noite, no estrídulo compasso,
bates como um possesso, em frio, em quente.
Quem vira doze maços á mão tente
para ensino achatando-te o cachaço!

Que crime expias tu, peccadoraço,
em tal fadario de irritar a gente?
Que pretendes, latoeiro impenitente,
n'esse delirio de malhar co'o maço?

Já numerei cem golpes bem folgados
n'um minuto dos teus. Por Santo Antonio!
Que contas tu, birbante? os teus peccados?

os meus talvez. Pois crê, mestre laponio:
a cada malhadella vão casados
dez berros, que te mandam ao demonio.

19 de agosto de 1886.

IV

SOLEMNIA VERBA AO MESMO INEXORAVEL LATOEIRO

Homem, deixa-te d'isso. Ha cafeteiras
a rodo n'este mundo, passadores,
almotolias, tinas, raladores,
muitas panellas, bastas frigideiras.

Já saturadas vejo as cosinheiras;
já não requerem mais de taes primores.

Socega os teus artisticos furores.
Não mais, não mais alfaias latoeiras.

Quê! mas porfias nos teus tiros roucos,
mestre Vulcano do focinho preto?
pensas que por visinhos só tens moucos?

Ora sus! põe-te em guarda; e eu te prometto,
que, se juraste demolir-me aos poucos,
cahirás primeiro a golpes de soneto.

19 de agosto de 1886.

NOTA II

DIOGO BOTELHO

SUA ACTUAL REPRESENTAÇAO

(PAG. 75)

1 DIOGO BOTELHO (o velho)—filho segundo de Pedro Botelho do conselho d'el-rei e juiz da sua alfandega; cidadão honrado de Lisboa, instituidor de uma capella n'esta cidade, e na opinião de bons linhagistas, o progenitor de toda a familia. Dizem ter sido este Diogo Botelho do conselho d'el-rei D. Manuel. Casou com Isabel de Barros, e teve entre outros filhos a

2 *Pedro Botelho*, com quem se continua, e

2 *Francisco Botelho*, com quem logo se continuará.

2 PEDRO BOTELHO porteiro mór do infante D. Luiz; casou com D. Joanna de Ataide, filha de Diogo de Mello de Castello Branco, e tiveram primogenito:

3 DIOGO BOTELHO «fidalgo muito virtuoso e grave; e por ser da casa do infante D. Luiz seguiu as partes do senhor D. Antonio, e foi a principal pessoa que o acompanhou em seus trabalhos e perseguições; morreu em Paris já muito velho, e foi guarda-roupa do dito infante, e seu camarista, e do conselho

d'el-rei D. Manuel; e foi exceptuado no perdão geral de Filippe II; foi senhor da capella mór de S. Domingos de Bemfica; dizem que se fizera ermitão no convento de S. Francisco de Paris, onde está sepultado.» Casou com sua prima-irmã D. Anna da Silva e Ataide, viuva de Bernardo de Mendanha, e filha de Manuel Figueira, o Santo, e de D. Maria da Silva, irmã de D. Joanna de Ataide mãe de Diogo Botelho. Tiveram filho:

4 Pedro Botelho, que morreu em Sicilia, ou Ceuta. Este deixou b.

5 D. Maria Botelha recolhida nas orphãs do Castello de Lisboa, d'onde sahiu para casar com Duarte Mendes, medico em Lisboa, que instituiu um morgado, que foi parar a D. Rodrigo Lobo da Silveira.

2 Francisco Botelho, filho de Diogo Botelho, o velho, commendador da Castanheira, estribeiro mór do infante D. Fernando, capitão de Tanger em 1546, embaixador a Roma. Foi tambem feitor em Flandres. Casou com D. Brites de Castanheda, viuva de João Jorge Lopes de Andrade, feitor da casa da India. Tiveram:

3 Diogo Botelho (o Botelhinho), gentil-homem da casa de D. Filippe II, e commendador de S. Miguel e S. Julião de Azurara, governador do Brazil, etc. Casou com D. Maria Pereira filha de Nuno Alvares Pereira, escrivão da fazenda, e depois secretario de estado do conselho de Portugal em Madrid. Tiveram:

4 Nuno Alvares Botelho (o grande), general dos galeões da India; casou com D. Brites de Lima, filha de D. Luiz Lobo, senhor de Sarzedas. Tiveram:

5 Francisco Botelho, 1.º conde de S. Miguel «de uma quinta que tem em Caparica junto a Almada.» — «Da sua quinta de S. Miguel junto a Aldeia Gallega» — diz D. Antonio Caetano nas *Memorias dos Grandes*. A carta de mercê do titulo é de 25 de junho de 1633.

. . . .

Por morte do 6.º e ultimo conde de S. Miguel da varonia de Botelho, succedida depois de 1838, não ficaram descendentes

legitimos d'esta casa mais proximos do que os condes dos Arcos, descendentes do 3.º conde de S. Miguel por sua filha D. Maria Xavier de Lencastre casada com D. Marcos de Noronha e Brito, 6.º conde dos Arcos.

O sr. D. Nuno José de Noronha e Brito actual 10.º conde dos Arcos teve um filho, D. Manuel José de Noronha, que falleceu aos 13 annos, e duas filhas: a senhora viscondessa de Trancoso, D. Barbara Camilla de Noronha, mais nova, já fallecida, e a senhora D. Marianna da Madre de Deus de Noronha, que como mais velha ha-de vir a representar as casas dos Arcos e de S. Miguel. Casou esta senhora com o sr. Sebastião Brandão de Mello, a quem, pela representação futura que ha-de caber a sua mulher, foi concedido o titulo de conde de S. Miguel.

NOTA III

... *O mesquinho inventario de esporas velhas, pellotes esfarrapados, chapeos desplumados, e espadas ferrugentas, que formavam o haver do pobre desterrado; inventario que faz o maior dó a quem o lê!*

(PAG. 76)

INVENTARIO QUE SE FEZ POR MANDADO DOS SENHORES DIOGO BOTELHO E CIPRIÃO DE FIGUEIREDO DE VASCONCELLOS DO CONSELHO DE ESTADO D'EL-REI D. ANTONIO NOSSO SENHOR, QUE DEUS TEM, E SEUS TESTAMENTEIROS, DOS MOVEIS QUE FICARAM DO DITO SENHOR.

Eis o pomposo titulo anteposto á pobre lista a que me referi no texto.

Vamos correr esses objectos, que tanto á propria denunciam as minguas do pretensor nos annos duros do seu exilio. Vamos examinar esse triste inventario mandado levantar por dois cortesãos da desventura.

Irei acompanhando de commentarios cada verba, e explicando o que souber.

Principiemos:

Dous baucẽs pequenos.

Assim se lê na *Historia genealogica;* permitto-me suppor ahi erro typographico. *Baucẽs* não dá sentido: leio *baules* (bahus, diriamos hoje). É facillimo imaginar que um *l* de marca pequena passou por *c* aos olhos do copista que auxiliou a D. Antonio Caetano de Sousa.

Huma pistola pequena.

Huma espada de Cavalo.

Para o jogo das armas a cavallo havia espadões diversos dos que se usavam com o trajo habitual.

Hum ferragoulo de gorgorão forrado de pelles.

Ferragoulo se denominava um gabão de mangas curtas chamadas *descanços*, com cabeção e um capello com que se cobria a cabeça; e gorgorão era uma fazenda indiana de seda encorpada.

Outro ferragoulo de pano preto forrado de baeta.

Outro ferragoulo de pano de cor.

Outro ferragoulo pera acavalo, de cor, com suas abas, e Capelo.

Era certamente outro trajo como os antecedentes, mas mais comprido de abas, para cobrir as pernas do cavalleiro.

Hum gibão, e calçoens de tafeta preto.

Chamavam gibão, diz Moraes, a um vestido interno, como veste, que cobria o corpo até á cintura, como hoje as vestes e colletes.

Huns calçoens de veludo preto uzados.

Já no final do seculo XVI se usavam os calções até ao joelho, successores do antigo *haut-de-chausses.*

Huma roupeta de Chamalote de Turquia, por fazer, com hum forro de martas.

Disia-se chamalote (de *chameau*, *chamelot*) um tecido que os Orientaes nos mandavam, engenhado de lã de camello. Esta porção de chamalote achava-se ainda por cortar; havia de enfeitar-se a roupeta com um forro de martas, que era adorno valioso. Talvez por isso ficasse a roupeta por fazer.

Outra roupeta de pano preto uzada.

Duas ou tres caixas docolos.

Por esta verba se percebe que o infeliz pretendente, a poder de olhar para o ennevoado horizonte do seu porvir, cançara o orgão visual. Os oculos datam do seculo XIII, ao que

parece. Generalisaram-se muito. Nos antigos quadros flamengos, hespanhoes, e italianos, são vulgares os personagens de oculos. Citarei apenas, além de alguns de Rembrandt e Van-Dick, o conhecido Vasco da Gama da Academia Real das Bellas Artes, e algumas figuras accessorias dos quadros gothicos, chamados «Escola portugueza», na mesma Academia; visivelmente retratos.

Uma almilha de tafeta que S. Magestade trazia.

Almilha era uma especie do nosso collete de agora: vestia-se sobre a camisa, e por baixo do gibão.

Desasseis camizas.

Quatorze lenços.

Dezassete carapuças.

É notavel este luxo de carapuças. Tambem era muito abonado n'ellas el-rei D. Manuel, o venturoso avô d'este desventurado neto.

Oito toalhas.

Sete pares de meyas.

Duas almofadas com seis fronhas.

Quatro lançoes.

Mais huma almofada de veludo, e damasco preto pera a Igreja.

Visivelmente era para ajoelhar durante os officios divinos.

Hum osso de peixe pera mezinha.

Aqui anda superstição, das muitas que n'esse tempo enturvavam os espiritos mais piedosos.

Hum vidro douro potavel.

Preparado chymico, de uns que a pharmacia compunha em collaboração com a astrologia; era uma formula polypharmaca, na qual entrava o chloreto de oiro.

Hum papo de butre cuberto de veludo, que servia nos peitos.

Vejo outro lapso de copia. Calculo que se quiz ahi significar um cobertor, do genero que os Francezes chamam *édredon* cheio da penugem do peito de abutres. Aquelle *peitos*, segundo penso, deve emendar-se *leitos*.

Tres pares de botas, duas uzadas, e humas novas.

Huma mala de pano velha.

Outra de boquaxim velha.

Não sei o que seria boquaxim, ou bocaxim.

Hum chapeo preto assim maes outro chapeo.

Aquelle *assim* refere-se á velhice da mala precedente. Imagino que o autor quiz especificar um chapeo preto velho.

Huma escova, e pente.

Hum espelho quebrado.

Humas chinelas de veludo preto velhas que serviam de cama.

Isto é, para o levantar da cama.

Huma carapuça de veludo branco pera dormir de noute.

Huma carapuça de veludo pera dormir de noute

Hum barrete vermelho velho.

Hum capello de gorgorão forrado de velludo.

Hum esquentador.

O clima de Paris requeria esses confortos ao pobre peninsular, para lhe aquecer o leito, onde curtiu noites certamente bem mal dormidas.

Mais humas meyas de seda pretas.

Mais huma Imagem de N. Senhora de prata.

Hum baul com muitos papeis, e alguns livros que por estar empenhado por mandado do Senhor Dioguo Botelho em caza da ospeda Diana e lacrado, não vão aqui nomeados.

Que papeis e livros seriam esses, que assim serviam de penhor? E quem era essa Diana, que parece adiantara sobre taes objectos alguma somma de contado? Permitto-me suggerir uma conjectura: aquella palavra *ospeda* tambem em portuguez significa *ospedeira*. É muito natural que Diana, cuja bolsa emprestara alguns soldos ao forasteiro, fosse, como outras muitas, albergueira na velha cidade de Henrique III.

Assim mais hum guião de S. Magestade com seus cordeis, em uma caixa de folha de frandes.

Illusões d'aquelle espirito irrequieto. Miragens de realeza. Não admira. Tambem o louco de Alcacer-Kebir levava comsigo a corôa da sua sagração como soberano da Africa.

Mais alguns Roteiros da Costa de Portugal, e outras partes.

Parece que esta verba teria melhor cabimento no rol dos livros do senhor D. Antonio; admira como aqui foi inclusa. Com que saudades não percorreria o malaventurado principe aquelles roteiros, que lhe fallavam do seu querido e adorado Portugal! Por mim, que não sou exilado, nem pretensor a realeza de especie alguma, sei a valia extraordinaria que teem, longe da patria, os mappas, os planos, as mais insignificantes vistas

que nos recordem a nossa terra. Quero crer que eram bem manuseados esses roteiros pelo filho da Pelicana.

Mais dous sombreiros de Sol.

A traducção exacta em phrase moderna é chapeos de sol. Lá fóra, segundo se vê, já os havia. Entre nós, a crermos Francisco Coelho de Figueiredo, o primeiro chapeo de sol que se cá viu appareceu em 1749. *O primeiro chapeo de sol..... que vi*—diz elle—*foi em 1749, com dobradiças, que se mettia na algibeira. Sessenta e cinco annos foi preciso*—continua o autor, escrevendo por 1814—*para se tirar todo o partido que aquelles commodos trastes offerecem.* (Theatro de Manuel de Figueiredo—annotação de Francisco, a pag. 372 do tom. XIV).

Mais dous sinetes de prata das Armas de S. Magestade, hum grande, e outro pequeno.

Hum assovio de prata.

Para que podia servir esse objecto? para chamar o *guêt* nas tenebrosas viellas da velha Paris?

Duas caixas de pao, em que estão papeis de S. Magestade.

Humas contas de pao daguila, guarnecidas douro, com uma Cruz douro no cabo dareliquias.

Eram umas contas feitas de certa madeira, *páo d'aguila* (que Moraes interpreta «lenho aromatico da Asia, que é o samo, ou branco do aloes»), enfeitadas de filigrana de oiro, e tendo na extremidade uma Cruz de oiro, cheia de reliquias.

Huma colher de prata.

Quantas duzias tem hoje o mais somenos habitante da rua do Oiro ou da rua das Flôres?

Tres duzias de guardanapos.

Huma duzia de toalhas de meza, entre grandes, pequenas, e uzadas.

Miserandas alfaias para burguez, quanto mais para neto de monarchas!

Segue-se o rol da livraria.

Aqui dou a palavra ao meu erudito amigo o doutor Xavier da Cunha, que nos vae desfiar por miudos o significado dos titulos dos livros, e a sua valia bibliographica. Accedendo ao pedido que lhe fiz, honra sobremaneira o distincto bibliophilo a *Lisboa antiga*, permittindo-me archivar aqui o fruto do seu estudo. Ainda realçou o favor a promptidão com que foi feito.

A LIVRARIA DO PRIOR DO CRATO EM PARIS

I

No «Inventario que se fez por mandado dos Senhores Diogo Botelho, e Ciprião de Figueiredo de Vasconcellos, do Conselho de Estado del-Rey D. Antonio, nosso Senhor, que Deos tem, e seus Testamenteiros, dos moveis que ficarão do dito Senhor»— transcripto por D. Antonio Caetano de Sousa a pag. 537 e seguintes do tom. II das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*—incontram-se relacionados os artigos de que se compunha a livraria pertencente ao mallogrado Principe que em França falleceu aos 26 de Agosto de 1595 e foi sepultado com o titulo de «Rei de Portugal».

É pela maneira seguinte a relação:

NOMES DOS LIVROS

Hum da genelozia delRey de França.
Politicorum.
Tisouro politico.
Os salmos traduzidos em Castelhano.
Os proverbios de Salamão traduzidos em Castelhano.
O ecclesiastico traduzido em Castelhano.
Vergilio em Latim.
Os salmos poeticos em Latim.
A divizão do mundo em Italiano.
Os salmos de David em Latim.
Aminta, favola; boscaricie.
O direito que tem o povo de Portugal na eleição dos Reys.
Seis Cartas que fez Frey Luis Soares em Latim.
Hum livrinho que fez o mesmo Fr. Luis em portuguez sobre alguns salmos.
Hum livrinho velho em francez que trata da guerra.

A Caroniqua delRey D. Manoel.
Memorial da vida Christam feito por Fr. Luis de Granada.
Dioscorides em Castelhano.
Outro livro em francez.

Vem esta relação assignada por Sebastião Figueira (Fidalgo da Casa do desditoso Principe) e Jeronymo da Sylva (tambem Fidalgo de sua Casa, e Escrivão de sua Fazenda).

A relação dos livros é precedida de outra concernente a roupas, moveis, armas, utensís, etc. N'esta se incontra a enumeração de tres artigos que devem addicionar-se ás especies bibliographicas, porquanto faziam innegavelmente parte da pequenina livraria em que o infeliz Pretendente buscaria quiçá muitas vezes, nas horas tristes do desterro e da solidão, consolar maguas e desventuras, já conversando a sós com aquelles amigos em que nunca se deparam quebras de lealdade (e que no seu apparente silencio nos dizem tanto, e tanto nos aconselham), já lançando ao papel o fructo de suas longas meditações, já finalmente deixando correr olhos saudosos pelos mappas chorographicos da sua querida Patria, que elle só em sonhos podia então entrever, ou graphicamente recordar n'aquellas linhas convencionaes mas tão significativas dos portulanos.

Os tres artigos a que me refiro (incluidos na relação das roupas, moveis, etc.) são estes:

Hum baul com muitos papeis, e alguns livros que por estar empenhado por mandado do Senhor Dioguo Botelho em caza da ospeda Diana e lacrado, não vão aqui nomeados.
Mais alguns Roteiros da Costa de Portugal, e outras partes.
Duas caixas de pao em que estão papeis de S. Magestade.

Que definitivo destino levariam os livros da bibliotheca do Principe? Onde param hoje os que porventura possam ainda existir? Teriam elles algum *ex-libris*, por que se pudessem reconhecer? ou assignatura do dono? ou menção de lhe pertencerem?

Se alguem ha que sobre este assumpto saiba responder, não o sei eu.

O que sei é que representariam aquelles livros uma collecção curiosissima sob o ponto-de-vista historico, se hoje fôra exequivel reunil-os.

O «Inventario» é por vezes laconico em demazia na accentuação das especies bibliographicas que foram dadas a rol: é mais uma enumeração que uma descripção, e, ainda assim, (com pena o digâmos) uma enumeração demasiado succinta e resumida.

Se nunca algum extranhissimo acaso permittir que um afortunado bibliographo reconstitua, com os proprios exemplares á vista, a Livraria do Prior do Crato,—perante a relação dos livros que no «Inventario» incontramos, ficará perpetuamente impossivel determinar algumas das respectivas especies.

N'este caso está, por exemplo, aquella que no rol vem simplesmente apontada pela vaga designação de—«Outro livro em francez».

N'este caso estão ainda varios outros dos artigos alli enumerados.

Alguns, porêm, prestam-se felizmente á interpretação bibliographica.

Sobre todos successivamente irei aqui lançando a vista, segundo a ordem por que figuram infileirados no «Inventario». E de cada um direi o que se me afigura certo, provavel, duvidoso, ou completamente nebuloso.

II

Hum da genelozia delRei de França—Para começo apparece-nos logo na cabeça do rol uma obra que não julgo facil determinar positivamente qual fôsse, perante os termos vagos de que usou quem redigiu a lista.

De publicações que possam incabeçar-se n'aquella indicação saltam-me de preferencia ao espirito as duas seguintes, por terem sahido impressas em Paris no tempo em que D. Antonio alli estava acolhido por Henrique III com particular dedicação. Palpita-me até a probabilidade de ser na Livraria do Principe aquella especie uma offerta do proprio Rei ao seu hospede e primo.

La Genealogie et Descente des Roys de France, depvis Pharamond I. Roy des Francois, ivsqves a Henry III. Tres-Chrestien a present regnant: avec levrs effigies. A laquelle avons adiovste les lignees et maisons illustres, yſſues de la Couronne de France, comme Nauarre, Orleans, Bourgongne, Anjou, Alençon, Bourbon, Montpenſier, Vendoſme, Bretaigne, Lorraine, Milan, & autres iuſques à ce temps (A Paris, Par Iean le Clerc· M. D. LXXXIII.)—É um volume constituido por 14 folhas in-plano e só de um lado impressas, com retratos e brazões gravados em madeira e coloridos a ornamentarem as diversas secções da arvore genealogica figurada no conjuncto das ditas 14 folhas, as quaes se acham dispostas por fórma que pode, quem queira, em vez de incadernál-as em volume, collál-as umas ás outras formando um corpo unico.

Genealogie de la Royale maiſon de Valois. Composé par R. P. F. Eſtienne Gallocipre de la tres-illuſtre maiſon de Luſignan de l'ordre des freres Preſcheurs. (A Paris, Par Iean le Clerc. 1584.)—É uma arvore genealogica, em parte gravada e em parte impressa, com os retratos de S. Luiz e Henrique III, constituida por varias folhas in-plano colladas umas na continuação das outras em guisa de mappa.

A optar, porêm, por uma d'estas duas especies que deixo apontadas,—qual deveremos imaginar com mais plausibilidade que fôsse a possuida por D. Antonio? Perante as condições luxuosas da primeira, e a relativa insignificancia da segunda (impressas ambas na mesma casa, evidentemente a segunda é um resumo barato da primeira), forçoso ficará confessar que a de 1583 reune em si todos os elementos para lhe darmos a primazia, sobretudo se nos inclinarmos a suppôr dadiva d'El-Rei de França a obra encontrada no espolio do Principe.

O exemplar, que d'esta (de 1583) possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa, offerece uma particularidade. Na ultima folha das quatorze em que se desdobra o livro, ha, junto á margem, por lettra manuscripta do tempo, e em continuação da dynastia Valois (extincta em 1589 por morte de Henrique III) a seguinte cota: *Henriq̃ 4. Roy de frãce.* Isto denuncia-nos que o dono do livro escreveu (ou mandou escrever) aquelle accrescentamento quando no throno de França Henrique de Navarra succedeu a seu cunhado; assim como o nome *Henriq̃* (e não

Henri ou *Henry*) nos auctoriza a crer que foi um portuguez, e não um francez, quem a nota escreveu.

A primeira idéa que alvoroçadamente me acudiu (confesso) foi a de que houvesse pertencido ao Prior do Crato esse mesmo exemplar. Nada mais possivel do que, estando elle interessado nos acontecimentos de França, actualizar com aquelle additamento o quadro genealogico da familia reinante, perante as relações intimas em que se achava o desterrado Principe com Henrique de Bourbon, não menos intimas nem menos amigaveis do que as que entretivera com Henrique de Valois.

Procurei portanto cotejar a lettra da nota com a lettra do Prior do Crato,—lettra que (dil-o-hei aqui de passagem) não é vulgar encontrar.

Valeu-me n'este apuro o Archivo Nacional da Torre do Tombo, confiado á intelligentissima direcção de José Manuel da Costa Basto,—um insigne diplomatista (cujo discipulo eu na minha obscuridade me honro de haver já sido),—e, como insigne diplomatista, continuador zeloso das bellas tradições que alli deixaram no cargo de Official-maior seu illustre irmão João Pedro da Costa Basto (hoje aposentado) e seu venerando pae José Manuel Severo Aureliano Basto (hoje fallecido): todos tres, amigos intimos de Alexandre Herculano; todos tres, cooperadores nas excavações imprehendidas e levadas a cabo pelo grande historiador (*).

Entre os preciosos documentos do Archivo pude ter presente a assignatura do Principe, que amavelmente me deixou ver o erudito Conservador d'aquelle instituto, José Ramos Coelho, meu querido mestre (**) e amigo, e meu antigo collega nos trabalhos bibliographicos da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(*) João Pedro da Costa Basto é hoje o digno continuador de Alexandre Herculano com respeito á publicação por este incetada—*Portugalliæ Monumenta Historica.*

(**) Officialmente coube-me a honra de ser seu discipulo na aula de Numismatica, por elle regida na Bibliotheca Nacional durante o anno lectivo de 1886-1887. Mas não sómente n'esse ramo de sciencia me prézo eu de o escutar por mestre, que no seu vasto cabedal de conhecimentos historico-litterarios encontro sempre muito que admirar e muito que apprender.

Comparando-se a lettra d'esse autographo com a da nota a que me refiro, manda a probidade confessar que a identidade não pode realmente n'ellas affirmar-se. Mas, se attendermos a que é de 1565 a assignatura do documento, e não anterior a 1589 a lettra da nota,—se attendermos mais a que a estreiteza da margem poderá ter obrigado a impinar a lettra de quem a nota escreveu,—e se attendermos porfim a que, tanto n'esta como na assignatura do documento, ha no fecho da escripta uma especie de sigla, perfeitamente identica em ambas quando cotejadas,—não repugna suppor como possivel (imbora faltem os elementos indispensaveis para absolutamente o demonstrarem) que fôsse aquelle o proprio exemplar, possuido por D. Antonio, do livro que no «Inventario» vem tombado sob o titulo de «Genelozia delRey de França».

Politicorum—Sob esta laconica designação está incontestavelmente a denunciar-se uma traducção latina da obra magistral de Aristoteles ácêrca da republica.

Que edição porêm sería a da Livraria do Principe? Perde-se o espirito em conjecturas ante a variedade das edições, que, ao tempo de elle residir em Paris, havia impressas.

Assim temos, por exemplo, a seguinte edição in-4º (formoso especimen typographico de que ha um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa):

Aristotelis Politica ab Iacobo Lodoico Strebaeo nomine Ioannis Bertrandi Senatoris Iudicisque sapientissimi conuersa (*Parisiis—Ex officina Michaëlis Vascosani*—M. D. XLII).

Sería esta? Mas o *Politica* do titulo (em nominativo) não se coaduna com o genitivo *Politicorum* expresso no rol.

E, perante esta consideração, mais me parece que possa ter sido a seguinte, citada por Brunet (verbo *Aristoteles*) no seu *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*:

—*Politicorum libri in lat. versi a Leon. Aretino, cum comment. S. Thomæ, cura et recogn. Ludovici Valentiæ*, etc. (*Romæ—per Eucharium Silber, alias Franck, 1492*—in-fol.)

ou a seguinte (de que tenho á vista um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa):

Aristotelis Politicorvm libri octo ex Dion. Lambini & P. Victorii interpretationib. puriss. Græcolatini Theod. Zvingeri Ar-

gumentis atque Scholiis, Tabvlis quinetiam in tres priores Libros illuſtrati: Victorii Commentarijs perpetuis declarati (*Basileæ— Evsebii Episcopii opera ac impensa*—CIↃ IↃ XXCII—In-folio).

Nem faça duvida a circumstancia de ser esta uma edição greco-latina, porquanto o Prior do Crato, illustradissimo como todos o reconhecem, de vivaz ingenho, e seguidor das tradições classicas do Infante D. Luiz (seu pae), havia respirado na côrte portugueza o culto das lettras, que tanto lustre assumiram em tempos d'El-Rei D. Manuel e D. João III, havia tido inclusivamente por mestres o virtuoso D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e o eloquentissimo D. Jeronymo Osorio. Natural é portanto que, alêm de summo latinista e humanista eruditissimo (conforme se lê a pag. 369 do tom. III da *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*), D. Antonio, *poeta insigne e orador consummado* (assim vem apregoado na *Bibliotheca Lusitana* a pag. 190 do tom. I),—*felix calamo, politicæ scientiæ doctissimus* (assim o classifica fr. João Caramuel),—doutissimo sobretudo em Philosophia e Theologia (assim o proclama tambem, *loco citato*, D. Antonio Caetano de Sousa),—natural é (repito) que D. Antonio se não incontrasse hospede nas lettras gregas, as quaes tanto em voga andavam então.

Por outro lado... impossivel tambem não sería (imbora se me afigure isso menos provavel) que o exemplar dos *Politicorum libri octo*, possuido pelo Principe, correspondesse a alguma das edições em que, juntamente com aquella obra, figuram os *Œconomicorum libri duo* e os *Hecatonomiarum libri septem* do mesmo auctor, com explanações e commentarios, etc., etc., (tal qual se observa por exemplo nas edições in-folio de Paris dadas ao prelo por H. Stephanus em 1506 e por Simon Colinæus em 1526). Digo que se me afigura menos provavel ser alguma d'estas, em que no mesmo volume se acham colligidas de Aristoteles tres obras,—visto que o escrevente do rol se refere apenas á primeira; mas não acho todavia que deva completamente pôr-se de parte a hypothese, porque poderia o escrevente, para abreviar, indicar tão sómente o primeiro titulo que no frontispicio do volume incontrasse.

TISOURO POLITICO—Esta obra, de que se podem consultar na Bibliotheca Nacional de Lisboa duas edições (*Milano*, 1600—

1601; e *Vicenza*, 1602), constitue uma resenha historico-politico-estatistica dos principaes Estados europeus (entre elles Portugal, e aproposito de Portugal uma pequenina descripção de Lisboa), resenha acompanhada de documentos officiaes, e precedida de um breve tratado sobre a arte de reinar.

A existencia d'este livro nas mãos do Prior do Crato mostra-nos quanto elle se interessava pelo movimento politico da Europa, e não menos pelo estudo d'aquella missão difficilima a que um dos nossos mais illustrados monarchas (D. Pedro V de saudosa memoria) se comprazia em chamar «o officio de rei».

Eis como esta obra se inscreve na primeira das duas edições a que me reporto:

La Prima Parte del Thesoro Politico in cui si contengono Relationi, Inſtruttioni, Trattati, & varij Diſcorſi, pertinenti alla perfetta intelligenza della Ragion di Stato Et all'intiera cognitione de gli Intereſsi, & dipendenze de' più gran Prencipi, & Signori del Mondo. Raccolto per Comin Ventura da eſſemplari dell'Acad. Ital. di Colonia.—Con licenza de' Superiori. In Milano, Appreſſo Girolamo Bordone, e Compagni. L'anno del Santiſſ. Giubileo cIɔ Iɔ c. (In-4° de 651 pag. numeradas, precedidas de 12 pag. sem numeração).

D'esta «Parte primeira» se publicou a sequencia (*La Seconda Parte del Thesoro Politico........ raccolta ad inſtanza di Girolamo Bordone, & Pietro Martire Locarni*) em Milão no anno 1601 (*Appreſſo Girolamo Bordone e Pietromartire Locarni compagni*),—sequencia que fórma um vol. in-4° de 520 pag. numeradas, precedidas de 12 pag. sem numeração.

E de que houve ainda uma «Parte terceira» incontro eu informação na—*Biblioteca Italiana o sia notizia de libri rari nella lingua italiana*—, interessantissima resenha de que me são conhecidas duas edições venezianas (1728 e 1741). Em ambas (a pag. 196), depois de citadas a Parte 1.ª e a 2.ª do «Thesouro Politico» (edição milaneza), vem apontada a continuação pela fórma seguinte:

«*Parte terza del Tesoro Politico. In Turnoni 1605. In 8. Senza Stampatore.*»

Da 1.ª Parte publicada em Milão sahiu (pouco tempo depois) outra edição italiana:— *Tesoro Politico in cvi si conten-*

gono Relationi, Istruttioni, Trattati, & varii Discorsi, pertinenti alla perfetta intelligenza della Ragion di Stato. etc... (*Vicenza, per Giorgio Greco* MDCII — In-8º de 430 fls. numeradas, precedidas de 8 fls. sem numeração). É d'esta que tambem existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Mas nenhum d'estes volumes (claro é) podia ter figurado na Livraria do Prior do Crato, visto que o fallecimento d'elle se realizou em 1595.

Temos portanto de procurar n'outra edição o exemplar que o «Inventario» nos accusa.

Essa edição não pode deixar de ter sido a que sahiu publicada em Colonia no anno 1589.

Da existencia de tal edição fui eu incontrar noticia n'um curioso Catalogo impresso em Roma no anno 1820 (*Nella Stamperia de Romanis*) e constituido por um vol. in-12º de 304 paginas, em cujo frontispicio se lê o seguinte:

Catalogo de'libri italiani che si trovano vendibili nei Negozj de Romanis via di S. Pantaleo num. 56 e via del Corso num. 250. Con i prezzi a Scudi e Bajocchi Moneta Romana. I libri proibiti e marcati com † *si daranno soltanto a chi esibirá le opportune licenze.*

A pag. 266 d'esse Catalogo li eu isto:

† *Tesoro politico, Parte prima. Colonia, 1589 — Parte seconda. Milano, 1601. 2 vol. 4.*

Os SALMOS TRADUZIDOS EM CASTELHANO — Trata-se evidentemente dos *Psalmos* do Propheta-Rei, Psalmos que D. Antonio tambem possuia em versão latina, — o que bem frizantemente mostra quanto o auctor dos *Psalmi Confessionales* buscára, manuseando as diversas interpretações dos Psalmos Davidicos, afinar pelo estylo d'estes o estylo dos seus.

Mas que edição poderá ter sido a dos «*Salmos traduzidos em Castelhano*» incontrada entre os livros do Principe? Perante a vaga indicação do «Inventario» confesso que me não sei decidir.

No *Catálogo de la Biblioteca de Salvá, escrito por D. Pedro Salvá y Mallen* (Valencia, 1872), incontro (a pag. 324 do tom. 1) mencionadas as duas seguintes, que ambas perfeitamente quadram ao caso de que se trata:

Lo qve en este libro esta tradvzido de latin en lengua Castellana con vna breue exposicion es lo siguiente. Los siete psalmos penitenciales. Los quinze psalmos d'el canticumgrado. Las lamentaciones de Hieremias. Lo qual todo la muy poderosa y christianissima señora Leonor Reyna de Francia mando assi traduzir y componer al maestro Hernádo Iaraua su capellan. Anvers, Martin Nucio, M. D. LVI. 24º.

Los Psalmos de David con svs svmarios en qve se declara con breuedad lo contenido en cada Psalmo, agora nueva y fielmente traduzidos en romançe Castellano por el doctor Iuan Perez, conforme á la verdad de la lengua Sancta. En Venecia en casa de Pedro Daniel, M. D. LVII. 8º.

[Da traducção de Hernando Jarava, mencionada por Salvá, ha uma edição (que elle não cita) impressa em Lisboa por Luiz Rodrigues em 1544, formando 1 vol. in-8º goth.]

Alêm d'estas, outras especies ha, que tambem até certo ponto parecem quadrar á indicação do «Inventario». Tal é, por exemplo, a que o bibliographo Brunet cita no *Manuel du libraire* (tom. IV da ultima edição, col. 923) sob o titulo *Psalterio in lengua castellana* (in-4º goth.— *S. l. n. a.* mas attribuida a Sevilha cêrca de 1500); tal é egualmente a rara edição in-4º que Brunet (*loco citato*) aponta da mesma obra, impressa em Lisboa em 1529. Devo porêm advertir que a designação *Psalterio* d'estas duas offerece menos similhança, do que a das apontadas por Salvá, com a designação do respectivo artigo no rol do «Inventario».

OS PROVERBIOS DE SALAMÃO TRADUZIDOS EM CASTELHANO—Cá temos duas edições a disputarem ambas o direito de poderem ter figurado na Livraria de D. Antonio:

Proberuios en rimo del ſabio Salomon rey de iſrael: tracta o ſabla dela recordáça dela muerte & menos preciamento del mundo (S. l. n. a.—In-4º goth.—Salvá, que cita esta especie a pag. 231 do tom. II do supra-mencionado *Catálogo*, calcula-lhe a data da impressão *hácia el 1520*).

Los Proverbios de Salomon declarados em lengua Castellana conforme à la verdad hebraica (*Leon (de Francia) en casa de Seb. Grypho*, 1550—In-8º)—Vem cit. por Brunet no seu *Manuel du libraire* (ultima edição) em o tom. II do Supplément (col. 316).

O ECCLESIASTICO TRADUZIDO EM CASTELHANO—D'esta especie biblica direi o mesmo que disse das duas antecedentes: não sei determinar a edição do exemplar existente na Livraria de D. Antonio.

VERGILIO EM LATIM—Aqui temos outro ponto de impossivel determinação. Nem sequer um vislumbre plausivel de conjectura para mais nos inclinarmos, imbora com grandissima reserva, a uma dada edição do immortal Mantuano!

Sería de alguma das ultimas edições publicadas em vida do Principe o exemplar que elle manuseava em Paris? Ou sería, pelo contrario, algum precioso paleotypo dos diversos que para uso da nobre arte de Guttemberg tiveram logo no seculo XV por partilha a musa virgiliana?

De umas e de outras edições incontramos boa copia na riquissima collecção da Bibliotheca Nacional de Lisboa. De umas e de outras se nos depara noticia no monumental *Relatorio* que ácerca d'aquelle instituto elaborou em 1844 o Bibliothecario-Mór (*Relatorio ácêrca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Exm.º Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino no 1.º de janeiro de 1844, por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha......—Lisboa. Typographia Lusitana—1844*—4 tom. in-8º de 139-340-211-183 pag.). D'esse *Relatorio* o tom. II é exclusivamente constituido pelo *Catalogo das obras do* XV *seculo que possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa, feito segundo a ordem alphabetico-chronologica do nome das cidades em que foram impressas e illustrado com algumas notas* (obra do erudito Conservador-ajudante Francisco Martins de Andrade).

OS SALMOS POETICOS EM LATIM—Quando pela primeira vez se me deparou esta indicação no rol do «Inventario», o que me palpitou é que fôssem os *Psalmi Confessionales* compostos pelo proprio Prior do Crato.

N'esta obra diz Barbosa Machado (em pag. 192 do tom. I da *Bibliotheca Lusitana*) que «igualmente se admira a fervorosa contrição de hum peccador arrependido, como a vasta lição da Sagrada Escritura, sendo rara a palavra de que se compoem, que não fosse della extrahida».

«Consta (diz o mesmo Barbosa) de sete Psalmos semelhantes aos Penitenciaes de David.» No fim dos Psalmos ha duas orações, uma das quaes se intitula *Gratiarum actio contriti peccatoris veniam a Deo impetrantis*, e a outra *Ad Deum Summum orbis moderatorem deprecatio.*

Antes de a descrever por esta fórma, o Abbade de Sever começa por declarar-nos que tal obra foi impressa em 1592 (*Parisiis apud Federicum Borellum*) em 1 vol. in-12° (indicação que Innocencio textualmente reproduz, mas como se elle proprio tivesse visto o livro, a pag. 78 do tom. 1 do seu *Diccionario Bibliographico Portuguez*).

Quem tomar a serio esta affirmativa, em que os dois bibliographos combinam, o que é que d'ella conclue? que o livro sahiu impresso em Paris, tres annos antes de fallecer o auctor.

E todavia... Barbosa Machado accrescenta (*loc. cit.*):

«Nesta impressão está aberto o retrato do Serenissimo D. Antonio, e por baixo tem este disticho:

«Parca tibi vitam rapuit, diadema Philippus,
Et simul Occasus, ac Orientis opes.
Plus tibi restituit pietas tua, quippe caducis
Pro sceptris Dominus cælica regna dedit.»

Salta logo aos olhos n'este ponto a contradicção em que labora o citado artigo da *Bibliotheca Lusitana,*—porquanto n'uma edição de 1592 (anno em que o Principe ainda vivia) não poderia haver-se posto sob o retrato um lettreiro em que se dissesse: *Parca tibi vitam rapuit.*

Lembraria entretanto a seguinte objecção: que no exemplar visto por Barbosa Machado houvesse, addicionado já depois da morte de D Antonio, o retrato descripto por aquelle bibliographo; e assim se explicaria o que, apresentado pela fórma por que o apresenta o auctor da *Bibliotheca Lusitana*, constitue á primeira vista um anachronismo insustentavel por absurdo, absurdo como todos os anachronismos em geral.

Qualquer hesitação, porêm, que sobre tal assumpto pudesse brotar, o proprio Abbade de Sever se incarrega de nol-a dissipar, porquanto (sempre *loc. cit.*) nos diz que a obra (o ma-

nuscripto original) «foy achada em hum escritorio do Serenissimo D. Antonio.»

Com isto combina a informação que Eduardo Fournier offerece no interessante estudo publicado em Paris, no anno 1851, sob o titulo — *Un prétendant portugais au* XVI[me] *siècle* — onde (a pag. 92) diz que a epigraphe do livro escripto pelo desventurado Principe é a seguinte: *Psalmi confessionales in quibus peccator longævus divinam pro peccatis suis misericordiam implorat.* E transcreve as seguintes palavras, pospostas á epigraphe: — «*Inventi sunt scrinio serenissimi Regis Portugalliæ D. Antonii hujus nominis primi, propria manu scripti et ab ipso Rege fuisse compositos laudabilis ejus mors testatur.*

Por conseguinte, ha de tudo isto duas illações a tirar. E é que: — 1.º Houve gralha typographica no ponto em que Barbosa Machado assignala para a impressão dos *Psalmi Confessionales* a data 1592 (por quanto só posthuma veio esta obra a publicar-se); 2.ª O bibliographo Innocencio não teve em suas mãos o livro, e cegamente se apoiou (sem todavia a citar) na auctoridade de Barbosa (que elle tantas vezes se ufana de repudiar e depreciar, — inclusivamente no proprio artigo ácerca de *D. Antonio* a pag. 78 do tom. I do *Diccionario Bibliographico Portuguez!*).

Dos *Psalmi Confessionales* que, depois de publicados em latim, sahiram vertidos em varias linguas (francez, portuguez, e castelhano), diz o Padre D. Antonio Caetano de Sousa (na *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, a pag. 387 do tom. III):

«Os Psalmos Confessionais com muita devoção, que se acharão escritos da sua propria mão, são tecidos de varios lugares da Escritura, aonde com muito espirito falla hum peccador com Deos antes da Confissão, e se imprimirão muitas vezes: a que vi, era do anno 1645, nona impressão com o seu retrato, com esta letra: *Antonius* I. *Dei gratia Rex Portugalliæ* XVIII. e ao pé o seguinte Epigramma

«*Parca tibi vitam rapuit*............»

E transcreve o lettreiro de que já dei copia quando citei as palavras de Barbosa.

A pag. 155 do tom. I da *Bibliotheca Hispana Nova auctore D. Nicolao Antonio* (*Matriti, 1783*) vem mencionada uma edição latina dos *Psalmi Confessionales* (*Parisiis—1616*—in-16º).

Eu, por mim, tenho o desgosto de declarar que nunca pelas mãos me passou exemplar algum de tal obra.

O que *de visu* conheço (por d'ella existir um exemplar entre os «codices reservados» da Bibliotheca Nacional de Lisboa) é a edição seguinte de versão franceza:

Les Pseavmes de D. Antoine Roy de Portvgal Où le pecheur confeſſe ſes fautes & implore la grace de Dieu. De la traduction de P. Du-Ryer. (*A Paris, chez A. de Sommaville*—M. DC. LVII.—In-12º de 124 pag. numeradas, precedidas de 8 sem numeração).

E tambem a Bibliotheca Nacional possue uma das edições da traducção portugueza por Fr. Jorge de Carvalho:

Soliloqvios, em qve hvm peccador arrependido, falla com Deos; diſpoſiçoens para bem ſe confeſſar; & induſtrias para bem morrer. Traduzidos pello Padre Doutor Frey Iorge de Carvalho Religioſo de São Bento. E agora terceira vez impreſſos, por ordem do Padre Balthezar Guedes Clerigo do Habito de São Pedro, Reytor do Collegio de Noſſa Senhora da Graça, dos meninos orfaõs da Cidade do Porto. (*Em Coimbra. Com todas as licenças neceſſarias. Na Officina de Ioseph Ferreira: Anno 1677.*—In-8º de 62 pag. numeradas, precedidas de 1 fl. sem numeração (frontispicio com o verso em branco), e seguidas de outra egualmente innumerada, occupada pelas licenças).

Pondo, porêm, de parte estas reflexões todas, qne apenas como digressão puderam aqui figurar,—o que é certo, certissimo, incontestavel, é que na Livraria do Principe não podia ter existido impressa a obra de que nos estivemos occupando, uma vez que só posthuma veio a publicar-se.

Mas sería então o original manuscripto dos *Psalmi Confessionales* o que o escrevente do «Inventario» especifica por «Os salmos poeticos em Latim»?

Reflectindo bem sobre a verdadeira interpretação que deve dar-se a tal dizer,—figura-se-me que outra coisa intender-se não pode senão a collecção dos Psalmos Davidicos e outros analogos traduzidos em verso latino.

E ocorre-me então que poderia ser talvez o seguinte (de que ha na Bibliotheca Nacional de Lisboa um exemplar):

Davidis Regis ac Prophetæ aliorvmqve sacrorvm vatvm Pſalmi ex hebraica veritate in Latinum carmen à Benedicto Aria Montano obſeruantiſſimè conuerſi. Cum argumentis & elucidationibus, quibus ſingulorum Pſalmorum ſententia plenè exponitur, & orationis filum deducitur, eiuſdem interpretis opera & ſtudio adiunctis. (*Antuerpiæ, Ex officina Christophori Plantini.*—M. D. LXXIII. —In-4º de 319 pag. numeradas, seguidas de 8 sem numeração)

ou o seguinte (mencionado por Brunet no tom. II do *Supplément*, col. 326):

Psalmorum Davidis paraphrasis poetica Georgii Buchanani Scoti: argumentis ac melodiis explicata atque illustrata, opera et studio Nathanielis Chytraei, P. L. (*Francofurti, 1585*—In-12º)

ou, em summa, alguma das varias outras especies que já no tempo de D. Antonio havia publicadas com analoga natureza.

A DIVIZÃO DO MUNDO EM ITALIANO—A vaga indicação fornecida por este titulo faz pensar na possibilidade de ser porventura aquella especie alguma traducção italiana da obra seguinte, que nunca vi, mas de que Brunet me dá noticia no tom V (col. 900) do seu *Manuel du libraire* (refiro-me sempre á ultima edição):

La Diuision du monde contenant la declaration des prouinces et regions d'Asie, Europe, & Aphricque, Ensemble les passaiges, lieux, et destroitz, par lesquelz on peut entrer, et passer de Gaulle es parties d'Italie, traitant de plusieurs belles matières (comme on pourra veoir) par lezquelles on pourra facilement auoir la description de la charte Gallicane. 1539 (*Paris. Par Alain Lotrian.* In-8º). [D'esta obra diz Brunet que houve depois reproducções, tanto em Paris como em Lyon, já no formato in-8º, já no in-16º]

Mas... quem pode afiançar que a obra existente na Livraria do Prior do Crato não era (transtornado pelo escrevente o verdadeiro titulo do livro, e attendendo elle unicamente á essencia do escripto) alguma das duas seguintes (mencionadas a pag. 25 da *Biblioteca Italiana o sia notizia de' libri rari* etc., já por mim citada aproposito do «Thesouro Politico»)?

Breve descrizione del Mondo di Zacheria Lilio Vicentino, tradotta da Francesco Baldelli, con l'addizione de' nomi Moderni. (*In Venezia presso il Giolito 1552.* In-8º).

Discorso di Cosmografia in dialogo dove si ha piena notizia sotto brevità di Provincie, Città, Castella, Popoli, Monti, Mari, Fiumi, e Laghi di tutto il Mondo. (*In Venezia per Aldo 1590.* In-8º).

Os SALMOS DE DAVID EM LATIM—Aqui temos seguramente (em contraposição á penultima das antecedentes especies) uma traducção latina *em prosa.*

Mas são tantas as edições que de tal obra (por diversos traductores e em varias cidades) havia publicadas ao tempo de residir em França o Prior do Crato, que fôra loucura rematada pretender especializar a do exemplar em questão.

AMINTA, FAVOLA; BOSCARICIE—Esta é indisputavelmente a graciosa pastoral de Torquato Tasso.

Mas que edição poderemos conjecturar que fôsse a do exemplar possuido pelo nosso Principe?

Sería a edição *princeps* de 1581 (hoje rara) impressa em Veneza pelo Aldo (*Aldo il giovane*) n'um vol. in-8º (*Aminta, favola boscareccia*)?

Sería a de Parma por Erasmo Viotto (in-8º, segundo Brunet; in-12º, segundo o *Catalogo della Libreria Capponi*), publicada no mesmo anno (1581) mas posteriormente á edição aldina? No dito *Catalogo della Libreria Capponi o sia de'libri italiani del fù Marchese Alessandro Gregorio Capponi* (*In Roma, appreſſo il Bernabò, e Lazzarini,* MDCCXLVII.—In-4º de XII-476 pag.) figura (a pag. 366) esta edição com o titulo seguinte:—*L'Aminta. Favola boschereccia, tratta da fedeliſſima copia di mano dell'Autore.*

Não sendo alguma d'estas duas, sería a edição in-12 que o Aldo publicou depois em Veneza com gravuras em madeira no anno 1589?

Ou sería antes a que este famoso impressor deu luxuosamente á estampa em 1590 com gravuras tambem, n'um vol. in-4º (*Aminta, favola boschereccia, di nuovo corretta, e di figure adornata*)?

Qualquer d'ellas poderá ter merecido a honra de figurar na Livraria do Prior do Crato; e não ha realmente motivo para nos decidirmos por esta ou por aquella, perante a deficiente indicação e o titulo evidentemente viciado que se nos depara no «Inventario.»

O DIREITO QUE TEM O POVO DE PORTUGAL NA ELEIÇÃO DOS REYS —É de uma especie impressa que se trata aqui? se é, não a conheço.

Palpita-me que seja o manuscripto original de algum dos manifestos em prol da pretenção de D. Antonio a cingir a corôa portugueza, varios dos quaes chegaram a apparecer publicados em diversas linguas.

SEIS CARTAS QUE FEZ FREI LUIS SOARES EM LATIM—Quem era este Fr. Luiz Soares? D'elle não incontro noticia no *Diccionario Bibliographico* de Innocencio. Mas em meu soccorro vem o benemerito Barbosa Machado, o qual nos refere que Fr. Luiz, natural de Lisboa, professára no Convento da Santissima Trindade aos 20 de Junho de 1568, e em Coimbra se doutorára na Faculdade de Theologia, que o recebeu em seu gremio como lente; mais nos diz que, sobre haver sido o primeiro Mestre d'Artes que depois de reformada teve a Provincia Portugueza, creditos geraes de excellente latinista, eloquente prégador, e poeta insigne, havia elle grangeado.

Assim nos não deve admirar, ante essas qualidades, incontrarmos na Livraria do Prior do Crato as «Seis cartas em latim» de que reza o «Inventario», nem tão pouco o «Livrinho em portuguez sobre álguns salmos» citado logo em seguida.

Mas, porque Barbosa Machado apenas nos aponta d'este escriptor a *Theologia Mistica* (2 tom. in-folio),—obra, da qual, ainda assim, nos diz que não chegou a sahir a lume (imbora chegasse a intrar na officina d'impressão em Paris), pois que ficou suspensa por morte do auctor succedida em Londres no anno 1591,—inclino-me a suppor que as «seis cartas» enumeradas no «Inventario» constituiriam um codice manuscripto, offerecido quiçá pelo proprio frade ao Principe, de quem elle seguíra o partido com tanto afinco e fidelidade, que chegou a estar em Lisboa recluso no Castello, depois na Torre de S.

Julião, d'onde sahiu para o desterro por ordem do intruso Filippe.

Quem sabe até se estas «seis cartas» brochadas em volume, e religiosamente arrecadadas por D. Antonio, diriam respeito a negociações diplomaticas no interesse do Principe, ou representariam o autographo original de quaesquer manifestos publicados ou a publicar em favor dos seus direitos ao throno portuguez?

Vejo inclusivamente motivo para taes suspeitas no facto de acharem-se mencionadas as «Cartas» logo em seguida a «O direito que tem povo de Portugal na eleição dos Reys».

Hum livrinho que fez o mesmo Fr. Luis em portuguez sobre alguns salmos.—A parcimonia de noticias que Barbosa Machado nos dá em referencia a escriptos d'este religioso, e ao mesmo tempo os apontamentos biographicos que do frade incontramos na *Bibliotheca Lusitana*, levam-nos a conjecturar que o «livrinho» em questão (livrinho, a que, de mais a mais, parece que o escrevente do «Inventario» não achou titulo em frontispicio, visto que o designa assim vagamente) sería um codice manuscripto, de commentarios talvez ácerca dos Psalmos de David (commentarios porventura escriptos a pedido do Prior do Crato, que tão impenhado andava n'aquelle assumpto litterario-religioso) ou mesmo ácerca dos proprios *Psalmi Confessionales* elaborados por D. Antonio.

Hum livrinho velho em francez que trata da guerra.—Offerece quasi as proporções de um quesito irrespondivel a determinação d'este artigo que tão vagamente se acha apontado no «Inventario». Dá vontade de acreditar que o escrevente ignorava a lingua franceza, a ponto de não saber traduzir em portuguez o titulo do livro que tinha deante de si.

Brunet no seu *Manuel du libraire* cita-nos como especie muito rara uma obra que pode muito bem representar a solução do problema:

Livre en françois, contenant ceux ausquels on doit par raison refuser de bailler estat de Gendarme, les peines imposees de droit pour les fautes qui se commettent en la guerre et gendarmerie par iceux gendarmes, et les privileges octroyez ausdits gendar-

mes; par Michel Riz, appele l'advocat de Naples (*Paris, Gaspard Philippe, 1505*, in-8.º goth.).

A circumstancia de começar o titulo d'esta obra pelas palavras *livre en françois*, coincidindo com a designação da especie no «Inventario» (*hum livrinho velho em francez...*), induz realmente a que lhe demos uma certa preferencia (relativa) entre varias publicações que pela natureza do assumpto podem tambem, mais ou menos, lembrar para o caso, taes como as que em seguida vou citar:

L'instruction de cheualerie et exercice de guerre (*Imprime par Estienne Jehannot....a paris*—S. d. (1495?)—In-4.º goth.—O impressor é o auctor do livro).

Le rosier des guerres cõpile par le feu Roy loys unziesme de ce nom (*....imprime a Paris par la ueufue feu Michel le Noir ....Lan mil cinq cens xxi*—In-4.º goth.).

Instructions sur le faict de la guerre. (*Paris, impr. de Mich. Vascosan, par luy et Galiot du Pré*—1548—In-folio). É attribuida esta obra a Guillaume Du Bellay. Brunet cita mais as edições de 1533 e 1549 (ambas em Paris, in-folio, e pelo mesmo impressor, mas com differenças no titulo), assim como a de Lyon in-8.º por Ben. Rigaud (e com o titulo *Discipline militaire de Guillaume du Bellay*).

Instructions de toutes manieres de guerroyer, tant par terre que par mer, et des choses y servantes, rédigées par escrit par Philippes duc de Cleves, comte de la Marche, et seigneur de Ravestain (*Paris, Guil. Morel, 1558*—In-8.º).

Instruction de toutes manieres de guerroier, tant par mer que par terre; et des choses y seruantes par consideration, par Georges Viuien Danuers. (*Jmprime en Anuers, par Jean Van Ghelen—1563*—In-12.º goth.).

A Caroniqua delRey D. Manoel.—Esta é evidentemente a Chronica do Rei Afortunado pelo nosso insigne Damião de Goes, publicada por primeira vez, e em vida de seu auctor, nos annos 1566 a 1567, dividida em quatro partes ou tomos in-folio,—cada um dos quaes apresenta no rosto uma gravura aberta em madeira, figurando as armas reaes de Portugal flanqueadas por duas graciosas figuras de anjos, que sobre suas cabeças (como se fôssem elles caryatides) sustentam as duas divisas

manuelinas (a Cruz da ordem de Christo e a Esphera Armillar). É formosa edição, inriquecida com iniciaes ornamentadas para todos os capitulos e para os alvarás de licença e privilegio.

Dizem assim os frontispicios das quatro partes:

Chronica do felicissimo Rei Dom Emanvel, composta per Damiam de Goes, dividida em qvatro partes, das quaes esta he ha primeira.... (*Em Lisboa em casa de Françisco correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante, ahos xvij dias do mes de Iulho de 1566.*— 107 fls. numeradas; precedidas de 3 sem numeração, que abrangem rosto, alvará, approvação do examinador, e taboada dos capitulos).

Segvnda parte da Chronica do feliçissimo Rei Dom Emanvel, composta per Damiam de Goes.... (*Em Lisboa, em casa de Françisco correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante, ahos dez dias de Septẽbro de 1566.*— 75 fls. numeradas, precedidas de 4 innumeradas; a ultima d'estas quatro é em branco).

Terçeira parte da Chronica do feliçissimo Rei Dom Emanvel, composta per Damiam de Goes... (*Em Lisboa em casa de Françisco correa, impressor do serenissimo Cardeal Infante, a hos. xxiiij. dias do mes de Ianeiro de. 1567.*— 138 fls. numeradas, precedidas de 4 innumeradas).

Qvarta e vltima parte da Chronica do feliçissimo Rei Dom Emanvel, composta per Damiam de Goes.... (*Em Lisboa em casa de Françisco correa, Impressor do Serenissimo Cardeal Infante ahos xxv dias do mes de Iulho de 1567.*— 114 fls. numeradas, precedidas de 4 innumeradas).

Estas quatro partes (como se pode verificar no excellente exemplar que possue a Bibliotheca Nacional de Lisboa, para onde veio da Livraria de D. Francisco de Mello Manuel, tendo antes pertencido ao desimbargador Francisco Sabino Alvares da Costa Pinto) offerecem todas no pé da fl. do rosto (e não no fim, como por engano affirma Innocencio em seu *Diccionario Bibliographico*, a pag. 124 do tom. II) a assignatura autographa do proprio chronista (*Damiam degoes*). Tocando n'este ponto o eruditissimo conselheiro Jorge Cesar de Figanière (a pag. 34 da sua *Bibliographia Historica Portugueza*) diz simplesmente (sem portanto incorrer no lapso do bibliographo Innocencio):— «Estas quatro partes andam assignadas por mão do auctor».

O que vem no fim dos tom. I e II é a assignatura de chancella (fac-simile xylographico do R. P. F. Emanuel da Veiga (examinador dos livros) por esta fórma:—*fr̂ emanˡ daveiga.*

No tom III vem por extenso, logo abaixo do Alvará d'El-Rei, a approvação do examinador (como no tom. I); mas não se repete no fim do livro a assignatura de chancella.

No tom. IV a approvação vem tambem por extenso, mas é dada pelo P. Fr. Francisco Foreiro.

Em todas as quatro partes ou tomos se observa uma particularidade, bibliographicamente digna de menção: e é que a primeira linha do frontispicio (formada por grandes caracteres capitaes) é impressa, não com typos moveis, mas evidentemente com uma chapa xylographica, na qual ás vezes se entrelaçam duas lettras formando uma especie de caprichoso monogramma (conforme se observa no titulo da parte II e no da parte IV).

Percebe-se perfeitamente que o desterrado Principe gostasse de, nas horas amargas do exilio, folhear a narrativa dos feitos de seu inclito avô e colhêr n'ella estimulos para a grandiosa e patriotica obra de restaurar a independencia nacional.

D'aquelle monarcha se derivavam em linha varonil por intermedio do Infante D. Luiz (extremamente elogiado em o cap. CI da *Chronica* de Goes) as aspirações que D. Antonio (citado tambem com muito louvor no mesmo capitulo) sentia de continuar na Patria a serie natural dos reis portuguezes.

Onde teria o Principe adquirido aquelle exemplar da Chronica? Em França, mui provavelmente, onde o nome do famoso alemquerense Damião de Goes desfructava grandes creditos, e onde não admira portanto que se proporcionasse ao Prior do Crato ensejo de alcançar a obra, em que elle proprio se acha retratado por esta maneira:—«homem mui affabil, cortes, & bẽ inſtituido nas artes liberaes, & tam magnifico, & liberal que todalas riquezas do mũdo ſe poderiam ter n'elle por bem empregadas».

De Portugal não é muitissimo de presumir que o houvessem acompanhado esses poucos livros de que na hora extrema se rodeava.

A sua precipitadissima retirada logo depois da calamitosa derrota em Alcantara, onde tudo elle proprio confessa em tes-

tamento haver perdido (*«fors l'honneur»*—poderia accrescentar, como Francisco I de França),—accrescendo o sequestro e confiscação com que El-Rei de Castella lhe usurpou depois todos os bens,—induz logicamente a crer que da sua livraria em Paris não houvesse especies directamente adquiridas em Portugal. Para confirmação do que deixo dito, é significativa por demais a seguinte verba do Testamento com que o Principe falleceu, e cujo original o Padre D. Antonio Caetano de Sousa (vid. pag. 544 do tom. II das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*) foi incontrar entre varios manuscriptos na Livraria do Conde do Redondo:—«Declaro que eu tinha hum Breve do Papa Gregorio decimo terceiro pera poder testar de todolos bens que possuisse, acquiridos assim das rendas do meu Priorado do Crato, como de quaesquer outras, que me ficassem por minha morte: o qual Breve tinha num escritorio que me tomarão no Campo dalqantara, juntamente com outros papeis».

Mas porque ha de forçosamente intender-se por aquella especie (incompletamente descripta no «Inventario») a *Chronica* de Goes,—e de modo nenhum a que o Bispo de Silves, D. Jeronymo Osorio, escreveu em latim, sob a epigraphe *De rebus Emmanuelis?*

Ao meticuloso que oppuzesse esta duvida,—fundando-se em que facil fôra ao Principe obter de tal obra a edição coloniense de 1586 (*Hieronymi Osorii, Lvsitani, Silvensis in Algarbiis Episcopi, de rebvs; Emmanvelis, Lvsitaniæ Regis invictissimi, virtvte et avspicio, annis sex ac viginti, domi forisque gestis, libri duodecim.—Coloniae. In Officina Birckmannica—Anno* M. D. LXXXVI.—In-8º), quando mesmo accessivel se lhe não tornasse a edição lisbonense de 1571 (*De rebvs Emmanvelis Regis Lvsitaniæ invictissimi virtvte et avspicio gestis libri dvodecim. Auctore Hieronymo Osorio Episcopo Sylvensi.—Olyssippone. Apud Antonium Gondisaluũ Typographum. Anno Domini.* M. D. Lxxj.—In-folio),—replicarei eu que os termos em que está redigida a competente verba do «Inventario» não permittem logar a hesitações: trata-se evidentemente de um livro escripto em portuguez e intitulado «Chronica» (*Caroniqua*).

E, se me repugna acceitar que a indicada «Caroniqua» seja

a obra do Bispo de Silves no latim original, menos possivel ainda se me afigura inventariar-se por aquella designação a sua traducção franceza por Simon Goulard que em qualquer das edições publicadas em Paris durante a vida do Principe traz por titulo:—*Histoire de Portvgal, contenant les entreprises, nauigations, & gestes memorables des Portugallois, tant en la cõqueste des Indes Orientales par eux descouvertes, qu'és guerres d'Afrique & autres exploits, depuis l'an mil quatre cens nonãte six, iusques à l'an mil cinq cens septante huit, sous Emmanuel premier, Iean troisiesme, & Sebastian premier du nom. Comprinse en vingt livres, dont les douze premiers sont traduits du latin de Ierosme Osorivs, Euesque de Sylues en Algarve, les huit suiuans prins de Lopez de Castagnede & d'autres historiens.*

Memorial da vida Christam feito por Fr. Luis de Granada —Brunet (no seu *Manuel du libraire*) cita da traducção franceza que d'esta obra fez o Padre Nicole Colin (Conego da Sé de Reims) as tres edições seguintes:—*Le Memorial de la vie chrestienne* (Reims, par J. de Foigny, 1578—in-16°); id. revu par Jean Chabanel (Paris, de la Noue, 1587—in-8°;—Lyon, Jean Pillehotte, 1590—in-16°).

O tempo, em que sahiram impressas estas tres edições da traducção franceza, auctoriza a conjectura de que pudesse alguma d'ellas ser a especie relacionada entre os livros do Principe.

Mas, attendendo a que no «Inventario» se não especifica traducção, é mais crivel que fôsse alguma das edições no original castelhano.

D'essas tenho presentes na Bibliotheca Nacional de Lisboa: —a de 1565 (impressa em Lisboa); a de 1566 (impressa em Alcala de Henares; e a de 1578-79 (impressa em Salamanca).

Das primeiras duas, que cito, acham-se infelizmente truncados os exemplares.

Assim, da de Lisboa vejo apenas o tom. II, em cujo frontispicio leio o dizer seguinte:

Segvndo volumẽ del Memorial de la vida Chriſtiana en el qual ſe contienen los tres Tratados postreros que pertenecen a los exercicios de la deuocion, y del amor de Dios.—Compueſto por el R. P. fray Luys de Granada dela orden de S. Domingo.

— *Vendēſe en Lixboa en caſa de Franciſco Correa impreſſor del Cardenal, en Valuerde. Anno de 1565.*— In-8º (com uma gravurinha em madeira, no frontispicio, representando o Salvador do Mundo).

Na de Alcala de Henares vejo apenas o vol. I, em cuja folha de rosto se lê o seguinte:

Memorial de la Vida Chriſtiana, enel qual ſe enſeña todo lo que vn Chriſtiano deue hazer deſde el principio de ſu conuerſion, haſta el fin de la perfecion: repartido en ſiete tratados. Compueſto por el Reuerendo padre Fray Luys de Granada, de la orden de Sancto Domingo. Dirigido a la Sereniſsima infanta de Portugal Doña Maria. Primer volumen donde ſe pone lo que pertenece a la doctrina de bien biuir.—Impreſſo en Alcala de Henares en caſa de Pedro de Robles y Iuan de Villanueua. 1566. — In-8º (com uma vinheta no rosto, gravada em madeira, representando um calvario).

O exemplar da edição de Salmanca está completo (2 tom. in-8º).

E diz assim no rosto do tom. I:

Memorial de la Vida Christiana: en el qval se enseña todo lo que vn Christiano deue hazer dende el principio de ſu conuerſion, haſta el fin de la perfection: repartido en ſiete tratados, Compueſto por el R. P. F. Luys de Granada, de la orden de Sancto Domingo. Primer volumen, donde ſe pone lo que perteneſce a la doctrina de bien viuir. Y agora de nueuo emendado y corregido por el mismo Padre.— En Salamanca Por los herederos de Mathias Gaſt.— M. D. LXXVIII.

No fim diz: *En Salamanca, En caſa de Mathias Gaſt—1579.*

O frontispicio do tom. II offerece os seguintes dizeres:

Segvndo volvmen del Memorial de la Vida Christiana: en el qual ſe contienen los tres Tratados postreros que perteneſcen a los exercicios de la deuocion, y del amor de Dios. Compueſto por el R. P. F. Luys de Granada de la orden de Sancto Domingo — En Salamanca Por los herederos de Mathias Gaſt— M. D. LXXIX.

(Tanto no rosto do tom. I, como no do II, ha uma vinheta emblematica).

A proposito do auctor d'este livro, publicou o meu talentoso collega Sousa Viterbo em 15 de Abril de 1889 no *Jornal da*

Manhã (do Porto), sob o titulo *Frey Luiz de Granada em 1582* um substancioso artigo, de que transcrevo aqui o trecho seguinte:

«Fr. Luiz de Granada foi confessor da rainha D. Catharina, e muitas pessoas da côrte porfiavam em o tomar por conselheiro espiritual. Fr. Luiz de Sousa faz menção de grandes personagens que visitaram o convento de Lisboa só para gosarem o ineffavel prazer de practicarem com o insigne dominicano. Reza a tradição que Luiz de Camões frequentava aquelles religiosos, e é muito de presumir que tivessem convivencia litteraria o cantor dos *Lusiadas* e o auctor do *Symbolo da Fé*.»

Por minha parte, accrescentarei eu:

O Prior do Crato, que deixava em seu limitado espolio um exemplar do «Memorial de la Vida Christiana», é de crer que houvesse pertencido ao numero dos que buscavam conselhos espirituaes na recommendavel práctica de Fr. Luiz de Granada.

Dioscorides em Castelhano—É a traducção do famoso Tratado de Materia Medica, originalmente escripto em grego (Περὶ ὕλης ἰατρικῆς λόγοι ἕξ) pelo celebre Pedacio Dioscorides Anazarbeu.

Ha de versão castelhana pelo Dr. André de Laguna, com annotações e estampas gravadas em madeira, varias edições publicadas a tempo de haverem podido figurar na Livraria de D. Antonio (taes são: a de 1555 em Antuerpia; a de 1563, a de 1566, a de 1570 e a de 1586, em Salamanca).

De todas estas, porêm, qual a que terá intrado na Livraria do Principe? talvez a ultima das que deixo apontadas, pela circumstancia de haver sido expressamente mandada expurgar no Index da Inquisição.

Da de 1570 ha dois exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Diz assim o frontispicio d'essa:

Pedacio Dioscorides Anazarbeo, acerca de la materia medicinal y de los venenos mortiferos, Traduzido de lengua Griega, en la vulgar Caſtellana, & illuſtrado con claras y subſtantiales Annotationes, y con las figuras de innumeras plantas exquiſitas y raras, por el Doctor Andres de Laguna......... (*En Sala-*

manca—Por Mathias Gaſt. Año 1570.—In-folio, com gravuras em madeira intercaladas no texto, e o retrato do traductor; no frontispicio tem abertas em madeira as armas reaes de Hespanha, a cujo monarcha Filippe II vem dedicada a edição, como dedicada lhe fôra a traducção no tempo em que elle era apenas principe-herdeiro).

Ha publicado no anno 1557 (*en Anvers, en la Gallina gorda, por los herederos de Arnoldo Byrcman*) um vol. in-8º (com gravuras em madeira, intercaladas no texto) sob o titulo seguinte:—*Hsitoria de las yeruas, sacada de Dioscoride Anaȥarbeo y otros insignes Autores, con los nombres Griegos, Latinos, y Españoles—Traduȥida nueuamente en Español por Iuan Iaraua.* Tudo, porêm, conduz a acreditar que não sería esta a obra incontrada no espolio do Principe e registrada sob o titulo «Dioscorides em Castelhano»,—porquanto a *Historia de las yeruas* não representa verdadeiramente versão do texto grego de Dioscorides Anazarbeu, mas antes uma compilação resumida em que alêm de Dioscorides foram aproveitados para extracto varios outros auctores.

Outro livro em francez—Com relação a este enigma, ociosas seriam quaesquer considerações que se fizessem tendentes a demonstrar a impossibilidade absoluta de o deciphrarmos.

III

N'isto se resume a livraria que o Prior do Crato possuia em Paris,—pequena, se pelo numero de volumes a quizermos avaliar, comparando-a com as dos modernos principes em plena fruição dos seus Estados,—mas importante, importantissima em relação ao tempo, e sobretudo attendendo-se a que era seu dono um exilado que vivêra os ultimos annos (como diz Rebello da Silva em sua *Historia de Portugal dos seculos* XVII e XVIII) «cortado de maguas, na solidão e na pobreza»,

Quem sabe mesmo as valiosas especies que, por occasião de fallecer o desditoso D. Antonio, se achavam incerradas no «baul empenhado em caza da ospeda Diana»? Talvez n'elle estives-

sem os mais preciosos codices da sua collecção: talvez n'elle com encadernações riquissimas valiosos presentes dos monarchas seus alliados (Catherina de Medicis, Henrique III e Henrique IV de França, Isabel de Inglaterra): porventura algum exemplar (que hoje valeria entre os amadores uma quantia enorme) da edição *princeps* d'*Os Lusiadas*,— livro sublime, que para os desterrados da patria portugueza, nas horas calamitosas do infortunio ou do captiveiro, tem sempre symbolizado um *palladio* sacrosanto e representado sempre uma animadora consolação.

E D. Antonio era mais que um simples desterrado.

D. Antonio, Prior do Crato, é, no meu intender humilimo, um dos vultos mais sympathicos com que na historia de Portugal se fecha o cyclo da Dynastia de Aviz,—sympathico sobretudo pelas crenças patrioticas com que morreu inquebrantavelmente abraçado.

A elle mais do que a ninguem pertencia a gloriosa missão de continuar as tradições brilhantissimas d'El-Rei D. João I.

Punha-lhe tacha no escudo a barra da bastardia? Bastardo fôra o Mestre d'Aviz, e nem por isso deixou elle de ser o sustentaculo da nossa nacionalidade?

Faltou-lhe um condestavel D. Nun'Alvares; faltou-lhe um João das Regras; faltou-lhe sobretudo nos Portuguezes seus contemporaneos o espirito cavalleiroso dos tempos preteritos.

O proprio Duque de Bragança, em vez de colligar-se com seu primo contra a prepotencia da refalsada onça castelhana, preferiu n'um egoismo accommodaticio deixar que o «Demonio do Meio Dia» cingisse na fronte sinistra e torva a corôa rutilante de D. Affonso Henriques!

E os poucos que ainda sentiam pulsar-lhes, amante da patria, o coração,—esses, ou se deixavam matar, mas bravos morrendo como leões, no combate de Alcantara, brutalmente esmagados pelos esquadrões do Duque d'Alba, ou seguiam tristes e pezarosos, perseguido se miseros, mas leaes, mas portuguezes, o destino do nobre Principe que ia pobremente provar o amargo pão do exilio.

«D. Antoine (diz-nos o sr. conselheiro Miguel Dantas no seu precioso livro *Les faux Don Sébastien*) était tout naturellement le centre d'unité autour duquel venaient se grouper les élé-

ments épars de l'opposition nationale. C'étaient là que s'alimentait surtout la légitime espérance des classes populaires de voir un jour la commune patrie délivrée du joug étranger».

O filho da formosa *Pelicana* figura porventura menos digno que o filho de Thereza Lourenço para hastear o pendão da independencia portugueza?

Ah! Mas é que a hombridade dos antigos patriotas havia-se estonteado sob a influencia anesthesiante das perfumarias indianas. Ante as esmeraldas do Oriente amollecêra a integridade dos caracteres.

As tradições do heroismo achavam-se já tão perdidas, que até o imprehendimento grandioso d'El-Rei D. Sebastião ficou avaliado na Historia como o destempero de um doido varrido! E todavia esses mesmos que, depois de Alcacer-Kebir, o alcunharam de imprudente visionario, seriam os primeiros a consagrar-lhe bajudaloramente os titulos de politico previdentissimo, se, em vez de succumbir infeliz, lhe houvessem verdejado os louros da victoria.

Bem dizia o espirituoso auctor das *Viagens na minha terra:* —«A historia é uma tola. Eu não posso abrir um livro de historia que me não ria. Sobretudo as ponderações e adivinhações dos historiadores acho-as de um comico irresistivel. O que sabem elles das causas, dos motivos, do valor e importancia de quasi todos os factos que recontam?»

A verdade é que perante uma sociedade degenerada e invilecida (tal qual se nos desinrola a sociedade portugueza de 1580), o Prior do Crato nada mais tinha a representar do que o papel de victima.

A Providencia nos seus decretos insondaveis havia sem dúvida resolvido castigar uma nação, que tanto caprichára em abusar escandalosamente da fortuna: castigou-a com sessenta annos de opprobrio e de captiveiro.

Oxalá, perante os desacertos e a cynica desmoralização dos nossos modernos governichos, não canse um dia a Providencia tambem!

Oxalá! porque, chegado o momento fatal, arriscar-nos-hemos a que nos não salve de uma tremenda expiação a epopéa esplendorosa dos nossos antepassados! E o livro de Camões será então (como na epocha do mallogrado D. Antonio) ape-

nas um symbolo, em torno do qual se agrupem, reliquias do naufragio, os ingenuos a quem nada mais reste do que prantear a perdida nacionalidade!

XAVIER DA CUNHA

NOTA IV

A FAMILIA XIMENES DE ARAGAO

Apontamentos genealogicos como esclarecimento ao texto de pag. 153 em deante.

Era esta familia dos Ximenes oriunda de Castella, e foi bem lograda em Portugal.

Parece que o mais antigo da estirpe fôra um Castelhano

I

FERNÃO XIMENES, a quem os Portuguezes aprisionaram na batalha de Toro. Depois da guerra fixou-se na Covilhã, onde casou com Joanna Nunes de Aragão. Tiveram filhos: *Gaspar* e *Duarte.*

1.º *Gaspar Ximenes*, viveu na Covilhã, lá casou, e teve por filho a

I Fernão Ximenes, um dos primeiros Jesuitas portuguezes.

II DUARTE XIMENES DE ARAGÃO com quem se continua.

II

DUARTE XIMENES DE ARAGÃO viveu na Covilhã pelos annos de 1500, segundo se crê; seguiu estudos, graduou-se n'uma das faculdade da Universidade, e serviu a infanta D. Brites filha d'el-rei D. Manuel, á qual acompanhou a Saboya. Em Lisboa se achava em 1530 já casado com Isabel Rodrigues

da Veiga, irmã do dr. Thomé Rodrigues da Veiga, lente de medicina em Coimbra, filhos ambos do dr. Rodrigo da Veiga medico da camara d'el-rei D. Manuel, e netos do dr. Thomaz da Veiga physico mór dos reis de Castella, e de sua mulher D. Constança Coronel. Do mencionado Duarte Ximenes de Aragão foram filhos *Fernão, Ruy, Thomaz, Manuel, Jeronymo, André, Gaspar, D. Joanna,* e *D. Gracia.*

1.º *Fernão Ximenes de Aragão*, filho primogenito do dr. Duarte Ximenes. Nasceu em 1526. Adquiriu no commercio enorme opulencia, e viveu sempre com muita grandeza. Habitou muito tempo em Colonia e em Antuerpia, d'onde fugiu por causa das luctas dos calvinistas, e das tirannias do duque d'Alba, passando em 1593 para Florença, onde ainda viveu sete annos. Foi homem muito caritativo e esmoler. Deixou em Florença um legado importante á irmandade dos homens-bons de S. Martinho, e em Lisboa deixou 2:000 cruzados de renda em juros vinculados á capella de Santa Catherina de Senna, que com seus irmãos tinha comprado no mosteiro de S. Domingos do Rocio, para d'essa quantia se darem 20$000 réis cada anno á Misericordia de Lisboa, 120$000 réis para se dotarem duas orphãs, 80$000 réis para se dispenderem com prezos pobres do Limoeiro, da cadeia de baixo, no oitavario dos Santos, 400$000 réis para se repartirem todos os annos por parentes necessitados, preferindo os de mais christandade e virtude, e emfim 200$000 réis para os administradores da capella. O Papa Xisto V attendendo aos serviços por Fernão Ximenes prestados aos catholicos de Flandres, deu-lhe a elle e seus irmãos um Breve de motu proprio, em que os declara christãos velhos, e habeis para todas as dignidades, assim ecclesiasticas como seculares, tirando a todos os fieis a liberdade de darem a este Breve outra interpretação, aggregando todos os irmãos e irmãs, e todos seus descendentes, á sua familia dos Peretti, para que podessem usar do seu appellido e das suas armas, derogando todas as leis, constituições, decretos, Breves apostolicos, e decisões de Concilios, que se podessem allegar contra a validade do dito Breve, datado de Roma a 15 de agosto de 1586, e confirmado por Filippe III em 1619. Não usaram porém os Ximenes nunca do appellido ou das armas dos Peretti. Na Toscana foi Fernão

Ximenes senhor da villa de Samezano, e cavalleiro da ordem militar de Santo Estevão Papa, e diz-se que recusou o titulo de marquez, com que o Grão Duque o pretendia agraciar. Morreu em Florença a 18 de dezembro de 1600 com 74 annos, e foi o seu cadaver depositado na egreja de S. Clemente, d'onde foi trasladado para a capella de S. Miguel, por elle fundada com grande magnificencia na cathedral de Antuerpia. Era viuvo de sua prima D. Anna Lopes Ximenes, fallecida em Florença a 6 de setembro de 1596. Esta senhora e seu marido fizeram testamento de mão commum em 4 de abril de 1596, que elle confirmou a 28 de setembro de 1600. N'esse testamento instituiram Missa quotidiana na dita capella de Santa Catherina de Senna, com 36$000 réis de juro, e mais 4$000 réis para fabrica da mesma capella, e um morgado de 181$240 réis de juro para o filho mais velho do irmão de Fernão, chamado Ruy Nunes, e na sua falta para os descendentes de seu irmão Thomaz Ximenes, e na falta de todos para a Misericordia de Lisboa, com obrigação de repartir os juros em dotes a orphãs e esmolas a prezos. Não deixou geração.

2.º Ruy Nunes Ximenes, com quem se continua.

3.º Thomaz Ximenes de quem falarei no § 1.º

4.º Manuel Ximenes, quarto filho do dr. Duarte Ximenes; Jesuita; viveu em Roma, governou muitas das casas da sua religião em Italia, foi deputado do Santo Officio da Inquisição de Florença, e n'esta cidade morreu aos 72 annos, tendo tido o valimento do Cardeal Fernando de Medicis, depois Grã-Duque da Toscana.

5.º Jeronymo Duarte Ximenes quinto filho do dr. Duarte Ximenes. Passou de Lisboa para Valhadolid, onde instituiu um morgado de 300 e tantos mil maravedís de renda, e falleceu em Madrid com 47 annos em 30 de setembro de 1591. Fez testamento em 22 de setembro de 1590, em que manda trazer seu corpo para a capella de Santa Catherina de Senna em S. Domingos de Lisboa para junto de sua mulher, e em que institue um morgado, da administração do qual exclue os mudos, tontos, mentecaptos, bastardos ainda que legitimados por subsequente matrimonio. Casou com Brites Henriques, e teve tres filhos: *Jorge*, *Duarte*, e *Fernando*.

I *Jorge Ximenes Serrão,* que formou o morgado deixado por

seu pae, nomeando cabeça d'elle a herdade de Santa Maria de Machede, onde no anno de 1603, juntamente com seu irmão Duarte, e outros fidalgos portuguezes, assassinou em sua casa a D. Fernando de Sandoval partidario do valido Duque de Lerma; pelo que teve de se homisiar por varias terras. A final obteve o perdão e voltou para Madrid, onde morreu a 19 de junho de 1630 com 53 annos. Não casou, mas de uma D. Constança teve por filho natural

a) *D. Constantino Ximenes de Aragon*, que, apesar da clausula da instituição, succedeu no morgado, que por sua morte passou ao seu parente Inigo Caetano Ximenes.

II *Duarte Ximenes de Aragão*, que, implicado na referida morte do Sandoval, se homisiou em Florença, onde morreu solteiro, com 27 annos, em 1604.

III *Frei Fernando Ximenes*, geral de S. Domingos, mestre de Theologia, pregador e mestre de estudos em Lisboa. Fez á sua custa grande parte do dormitorio do seu convento de Lisboa, continuando-o até ao adro da egreja, de que até então fôra separado. Prégou muitos sermões contra o judaismo. Morreu ém 1630 com 50 annos.

6.º André Ximenes de Aragão sexto filho do dr. Duarte Ximenes; foi fidalgo da casa real, cavalleiro na ordem de Christo cujo habito recebeu em 1596. Foi muito rico. Com seu irmão Thomaz emprestou á Camara de Lisboa 240:000 cruzados (96:000$000 réis), e o duque de Bragança lhe devia 10:000 (40:000$000 réis), dos quaes instituiu morgado para seu filho mais velho, por testamento feito em 1619, de mão commum com sua mulher, fazendo cabeça d'esse vinculo a quinta da Barroca d'Alva junto a Alcochete, propriedade que tem mais de tres leguas de circumferencia, e que em 1767 foi adquirida por Jacome Ratton. Morreu em 1619, e foi sepultado na capella de Santa Catherina da Senna em S. Domingos. Era casado com sua sobrinha D. Maria Ximenes, filha de seu irmão Thomaz, e d'ella teve *Duarte, Thomaz, Antonio, Manuel*, e outros.

I *Duarte Ximenes* morreu moço.

II *Thomaz Ximenes de Aragão* administrador dos morgados. Homisiou-se em Castella em 1622 por causa de uma morte, de que foi accusado em Lisboa, e por lá morreu solteiro, pas-

sando os morgados para seu primo Jeronymo Ximenes. Teve descendencia illegitima, que usou do titulo de *Dom*, e parece se extinguiu.

III *Frei Antonio Ximenes*, religioso de S. Domingos; morreu estudando em Salamanca.

IV *Manuel Ximenes de Aragão*, arcediago de Olivença, e de Santa Christina em Braga. Vivia em Lisboa em 1633.

V F. freira em Chellas.

VI F. idem.

VII F. idem.

7.º Gaspar Ximenes, setimo filho do dr. Duarte Ximenes, morreu moço sem geração.

8.º D. Joanna Nunes Ximenes, mulher de Manuel Fernandes d'Elvas, outro negociante rico de Lisboa.

9.º D. Gracia Nunes Ximenes, mulher de seu primo Jorge Rodrigues d'Evora.

III

Ruy Nunes Ximenes filho segundo do supra-mencionado dr. Duarte Ximenes; seguiu a vida do commercio com seu irmão Fernão Ximenes, a quem acompanhou a Colonia e Antuerpia, onde morreu em 1581, e, como elle, se applicou com zelo á conversão de muitos hereges. Casou com sua prima com irmã Gracia Rodrigues d'Evora, que morreu em Florença em 1601, filha de Manuel Rodrigues d'Evora, negociante portuguez estabelecido em Antuerpia (natural de Evora, d'onde tirou o appellido, e christão novo) e de sua mulher Catherina Lopes. A mesma Gracia Rodrigues foi irmã de Simão Rodrigues d'Evora, que viveu em Antuerpia, foi creado barão de Rodes, no Brabante, pelo rei Catholico, e foi progenitor dos marquezes de Rodes, e dos marquezes Rodrigues d'Evora y Vega, na Belgica. Ruy Nunes Ximenes teve os seguintes filhos: *Duarte*, *Manuel*, *Gonçalo*, *Nicolau*, *Thomaz*, *Fernão*, *Mathias*, *D. Isabel*.

I *Duarte Ximenes*, um dos administradores da capella de Santa Catherina, vivia em Antuerpia em 1616, e ahi falleceu, e foi a enterrar na sua capella de S. Miguel. Casou com sua parenta D. Maria da Veiga, filha de Rodrigo da Veiga e Evora·

Tiveram varios filhos, de que não ha noticia, e d'elles foi primogenito

a) *João Baptista Ximenes,* que teve a infelicidade de cahir em pobreza, apesar da grande casa que possuiu. Por este facto passou para Lisboa, onde já assistia em 1626, e em 1635 recebeu, como pobre, 50$000 réis da verba da capella instituida por Fernão Ximenes destinada a soccorrer parentes pobres.

II *Manuel Ximenes* foi commendador na Ordem de Santo Estevam de Florença, senhor de Blanhof no ducado de Brabante, e vivia em Antuerpia pelos annos de 1631. Casou com sua parenta D. Isabel da Veiga, irmã de seu cunhado, e filha de Rodrigo da Veiga e Evora. Além de outros filhos foi seu primogenito

a) *Fernão Ximenes* senhor de Blanhof, e de quem nada consta.

III *Gonçalo Ximenes* veiu a Lisboa em 1618, e aqui permaneceu algum tempo, administrando por seu irmão Duarte a capella instituida pelo cavalleiro Fernão Ximenes; depois tornou para Antuerpia, e ahi casou com Catherina von Heeckeren, e tiveram filho

a) N...... sem mais noticia.

IV Nicolau Ximenes que segue.

V *Thomaz Ximenes*, conego da Sé de Florença.

VI *Fernão Ximenes*, sem geração

VII *Mathias Ximenes,* sem geração

VIII *D. Isabel Ximenes*, mulher de Diogo Henriques de Lião, soldado em Flandres. Com geração.

IV

Nicolau Ximenes, filho 4.º de Ruy Nunes Ximenes, viveu em Florença; foi um dos quarenta e oito senhores do governo, e chegou a ser primeiro senador e presidente das justiças. Falleceu em 1611, e foi sepultado na capella-mór de S. Pedro de Florença, de que era padroeiro por tel-a edificado á sua custa juntamente com seu primo Sebastião Ximenes, filho de Thomaz Ximenes supra-mencionado. Casou com Maria Antinori, irmã

do padre Antinori, geral da religião de S. Domingos. Tiveram os seguintes filhos:

1.º *D. Rodrigo Ximenes* senhor de Lecho; viveu em Florença, onde casou com Flavia Mancini, filha de Paulo Mancini fundador da academia dos humoristas, e de Vicencia Capoccia; a qual Flavia Mancini era irmã de Lourenço Mancini, que foi casado com Jeronyma Mazarini, irmã do Cardeal Mazarini, primeiro ministro em França. (NB.—O padre Anselmo, no Tomo I da sua *Histoire généalogique et chronologique de la maison royale de France*, tratando da genealogia do duque de Nevers, que era Mancini, não aponta a Paulo Mancini nenhuma filha de nome Flavia).

2.º *Lourenço Ximenes* viveu em Florença, casado com Maria Sforzia. Com geração.

3.º *Thomaz Ximenes* conego de Florença, grande lettrado, muitos annos referendario apostolico em Roma, bispo de Fiesole na Toscana, nomeado em 16 de novembro de 1620, e fallecido em 3 de novembro de 1633. Foi sepultado na egreja de Santa Maria do Campo em Florença.

4.º *D. Brites Ximenes* mulher de Alemano Bartolini, morgado illustre em Florença.

5.º *D. Maria Ximenes* mulher de Francisco Serguidi, cavalleiro de Santo Estevam de Florença.

6.º *D. Catherina Ximenes* freira em Santa Eridiano de Florença.

§ 1.º

III

Thomaz Ximenes filho 3.º do dr. Duarte Ximenes de Aragão e mencionado como vivo em 1593, pag. 51, 60 e 73 do *Livro em que se contem toda a fazenda, etc.*, por Luiz de Figueiredo Falcão, obra escripta em 1607. Filho terceiro do dr. Duarte Ximenes. Nasceu em Lisboa em 1534; contratou em pimenta; foi muito rico, e por vezes prestou serviços de dinheiro aos dois primeiros Filippes para aprestos de armadas para a India, elevando-se os seus emprestimos á quantia, enorme para então, de 300$000 cruzados (120:000$000 réis). Em 1589,

tendo tido noticia pelos numerosos correspondentes que tinha espalhados por varias praças de Europa, de que o senhor D. Antonio, com uma armada commandada pelo famoso Drake, ia tentar uma descida em Portugal, avisou d'isso ao archiduque Alberto, governador, tres mezes antes de partir a esquadra, dando-lhe por isso tempo a defender as costas do reino. Na grande fome que padeceu Portugal em 1566, elle, e seu irmão André, offereceram á camara de Lisboa, então presidida por D. Gileanes da Costa 250:000 cruzados (100:000$000 réis) gratuitamente para serem empregados em trigo, que se venderia aos pobres pelo custo; isto quando el-rei só obtivera de um Genovez o fornecimento de uma porção grande de trigo, mas podendo-o o negociante vender pelo preço que lhe aprouvesse. Em renumeração de tantos serviços recebeu apenas o foro de fidalgo cavalleiro da casa real com 1$600 réis de moradia por mez, e 1 alqueire de cevada por dia, por alvará de 20 de julho de 1599. Falleceu no anno seguinte, de 1600, e foi sepultado na capella de Santa Catherina de Senna, de que era padroeiro no mosteiro de S. Domingos de Lisboa. Tinha casado n'esta cidade com Thereza Vasques d'Elvas, filha de Antonio Fernandes d'Elvas (christão novo muito rico de Lisboa, thesoureiro da Infanta D. Maria filha d'el-rei D. Manuel) e de sua mulher Mayor Fernandes. Tiveram os filhos seguintes: *Duarte*, *Antonio*, *Fernão*, *Sebastião*, *Rodrigo*, *Jorge*, *Jeronymo*, *D. Maria*, *D. Joanna*, *D. Maria*, *D. Isabel* e *D. Brites*.

I Duarte Ximenes continuou a casa, e d'elle falaremos adeante.

II *Antonio Fernandes Ximenes*, de quem se falou no texto d'este volume.

III *Fernão Ximenes de Aragão* Licenciado em direito canonico pela universidade de Coimbra, arcediago de Santa Christina na Sé de Braga, durante perto de quarenta annos logrando juntamente o arcediagado de Olivença, dignidade que renunciou em seu sobrinho Jeronymo Ximenes de Aragão. Escreveu varias obras em prosa e verso. Veja-se o seu nome no Diccionario de Innocencio. Faleceu em 29 de abril de 1630. (*)

(*) As noticias que n'este livro se apresentam ácerca da familia Ximenes foram tiradas do titulo d'esta familia n'um No-

IV *Sebastião Ximenes de Aragão* passou a viver em Florença chamado por seu tio o padre Mrnuel Ximenes, e ahi succedeu na casa do cavalleiro Fernão Ximenes, outro seu tio. Foi senhor do Rochedo, de Samezano, e da cidade de Saturnia, cavalleiro da ordem militar de Santo Estevam Papa, e prior dos cavalleiros d'ella na provincia da Romagnia (priorado e commenda por elle instituidos com licença do terceiro Grão-Duque de Florença Fernando I em 20 de setembro de 1593, constituindo para fundo da sua renda 40:000 escudos de 7 liras cada um, quantia que logo depositou na casa da Abundancia em Florença, para com ella se comprarem juros ou bens de raiz, com a condição d'elle ser o primeiro commendador prior, e de lhe succederem seus filhos e descendentes masculinos legitimos por linha masculina, e na falta d'elles os descendentes machos e legitimos de seu pae, guardando-se sempre a ordem da primogenitura; e extincta a linha de Florença, passaria á de Portugal; e pela extincção de ambas ficaria pertencendo a commenda á mesma ordem de Santo Estevam, e a poderia dar o Grão-Duque á pessoa que quizesse.

Fundou em Florença um grande palacio com quatro frentes para quatro ruas, com a particularidade de que em frente de cada uma lhe fica um mosteiro. Foi um dos quarenta e oito senadores do governo, e presidente da justiça. Falleceu go-

---

biliaria coordenado pelo desembargador Jorge Salter de Mendonça, e hoje em poder do sr. Anselmo Braamcamp Freire. Compõe-se este Nobiliario de 27 grossos volumes em folio; e foi adquirido por aquelle meu amigo juntamente com todos os manuscritos da livraria do finado visconde de Azurara, neto do citado desembargador. São titulos de varias familias escriptos por diversas pessoas, alguns originaes, outros copiados, e muitos annotados pelo erudito colleccionador, que como juiz em muitos pleitos teve á mão documentos, que o habilitaram a rectificar datas ou filiações. No mencionado Nobiliario o titulo d'estes Ximenes é de lettra dos principios do seculo XVIII; e (ainda que se lhe não declare o auctor) vê-se, pelas miudezas a que desce, que foi, se não escripto, pelo menos inspirado por pessoa da familia; e ninguem no caso como o arcediago Fernão Ximenes.

vernador da cidade de Pisa em 1633 com 67 annos de edade. Casou com Catherina de Medicis irmã de João de Medicis, marquez de Santo Angelo, de Lourenço de Medicis, marquez de Castellina, e de D. Julião de Medicis, arcebispo de Pisa, todos filhos de Raphael de Medicis, cavalleiro de Santo Estevam, e de sua mulher Constança Alamani. Tiveram filho:

a) *Thomaz Ximenes* succedeu na casa, e foi senhor do Rochedo de Samezano, e da cidade de Saturnia, prior commendador da ordem de Santo Estevam. Viveu em Florença onde casou com Maria Gerini, irmã do marquez Gerini, casa illustre da Toscana, originaria de Ferrara. Foram progenitores dos marquezes de Saturnia. Teve Thomaz outros irmãos e irmãs, sendo uma d'ellas Constança Ximenes, condessa de Vernio pelo seu casamento com o conde João Bardi.

V *Rodrigo Ximenes* embaraçou-se em Lisboa com uma mulher de baixa condição, e pobre; pelo que seu pae o fez embarcar para Flandres em 1594, e lá morreu em 1611, deixando oito filhos pobres, os quaes o arcediago (irmão d'este Rodrigo) receando que prevaricassem na Fé, por estarem em terra suspeita de heresia, mandou buscar a Flandres em uma nau; chegaram a Lisboa em 12 de junho de 1612, e a todos se deu commodo honrado. Havia Rodrigo casado em Flandres com Filippa Ferrer «pessoa em que havia pouca differença da que se lhe desviou em Portugal» (palavras de um antigo genealogista).

VI *Frei Jorge Ximenes*, religioso da ordem de S. Domingos, vivia em 1630 no mosteiro de S. Thomaz de Aquino em Napoles, onde fundou um seminario para a propagação da Fé catholica. Havia professado no mosteiro da sua ordem em Lisboa, e partira para Roma, onde fôra companheiro do geral da mesma ordem, e depois fundou o dito seminario, que era para collegiaes, gregos, e tem o titulo de collegio da Santa Fé. Vivia ainda em 1633, contando 54 annos de edade.

VII *Jeronymo Ximenes de Aragão* foi fidalgo da casa real com o mesmo fôro de seu pae; foi auctor genealogico, e a elle se refere Sousa (sob. num. 180 pag. 16 das *Advertencias* ao T. VIII da Hist. Gen.) e Barbosa (T. II, pag. 531 da Bibliotheca). Seus irmãos instituiram n'elle um morgado, quando casou a primeira vez, por escriptura feita nas notas do tabellião Pedro

Goes em Lisboa a 2 de Maio de 1612, o qual constava de 480$000 réis de juro no almoxarifado de Evora, 50$000 réis na villa do Cadaval, 76$500 na camara de Lisboa, uma herdade em Arrayolos, outra em Coruche, e duas propriedades de casas a S. Christovão. Possuiu outro morgado de agnação rigorosa instituido por seu pae, e em que não podia succeder femea. Com seus irmãos Antonio e Fernão instituiu outro morgado em 1611, de 3:000 cruzados de renda, com a clausula de o perder o administrador que casasse com pessoa que tivesce raça de christão novo, judeu, ou moiro. Depois da segunda viuvez fez-se clerigo, casou a filha, e sendo já adulto seu neto lhe entregou a casa, recolhendo-se ao Collegio de S. Patricio, de que era padroeiro, e n'elle professou na Companhia de Jesus. Morreu no collegio com 85 annos a 27 de Junho de 1666, deixando testamento datado de 25 de julho de 1654, approvado em 1 de setembro do mesmo anno pelo tabellião de Lisboa Aurelio de Miranda, e no qual testamento instituiu uma segunda cadeira de theologia especulativa e moral para sempre, e duas Missas quotidianas, e deixou ao collegio a herdade do Tarrafeiro no termo da Coruche, para do seu rendimento se apresentarem os collegiaes quando voltarem para a sua terra, com a obrigação de cada um dizer cincoenta Missas por alma d'elle. Casou a primeira vez em 1612 com D. Isabel de Mendoça, filha de D. Affonso de Noronha, pagem da lança do duque D. Theodosio II, capitão mór da armada da India em 1618, e de sua mulher D. Antonia de Sousa. Teve por filha herdeira

a) *D. Maria de Mendoça*, segunda mulher de D. Martim Affonso de Mello, com quem casou por escriptura dotal feita no anno de 1636 nas notas do tabellião Vasco de Andrade, pela qual foi dotada por seu pae em 600$000 reis de renda. Posteriormente instituiu n'ella um morgado de 780$000 réis de renda em uma marinha no rio de Alcacer, seu tio Antonio Fernandes Ximenes. Foi unico filho d'esta senhora

I *D. Antonio Jorge de Mello* mestre de campo de auxiliares do termo de Lisboa, e governador e capitão general da Madeira, que morreu sem successão a 15 de fevereiro de 1703.

Casou Jeronymo Ximenes segunda vez com D. Magdalena de Faro, viuva de Luiz de Macedo, de Santarem, e filha de D.

Francisco Manuel de Mello (avô do famoso escriptor), 3.º alcaide mór de Lamego, 5.º senhor do morgado do Ribeirinho na ilha de S. Miguel, e de sua mulher D. Ursula da Silva. Sem geração.

VIII *D. Joanna de Aragão* dotada por seu pae, por escriptura de 13 de novembro de 1598 nas notas do tabellião de Lisboa Lourenço de Freitas em 45:000 cruzados, sendo 5:000 em joias, e os 40:000 para comprar de juros e bens de raiz que andassem em morgado, no qual não poderia succeder femea, ainda que estivesse em melhor linha. Casou com D. Henrique Pereira, filho segundo da casa dos commendadores do Pinheiro. Com geração.

IX *D. Maria Ximenes*, mulher de seu tio André Ximenes de Aragão, instituidor do morgado da Barroca d'Alva, e de quem logo se falará.

X *Soror Isabel de Cruz* educanda e freira no mosteiro da Esperança em Lisboa, onde viveu sessenta e quatro annos, e falleceu a 29 de junho de 1633, com signaes de predestinada. Da sua virtuosa vida fez uma relação sua sobrinha, a madre Guiomar do Espirito Santo, filha de D. Joanna de Aragão; relação, que o auctor do titulo d'esta familia no Nobiliario coordenado por Jorge Salter de Mendonça, hoje em poder do meu bom amigo Anselmo Braamcamp Freire, viu, original, em poder do arcediago Fernão Ximenes.

XI *Soror Brites de S. Paulo* educanda e freira no mesmo mosteiro, onde falleceu aos 28 annos.

IV

Duarte Ximenes de Aragão, filho primogenito de Thomaz Ximenes; succedeu em grande parte da casa de seu pae, a qual logrou poucos annos, pois morreu aos 33 de edade. Foi sepultado na sua capella de Santa Catherina de Senna em S. Domingos. Casou com sua parenta D. Catherina da Veiga, filha de Ruy Lopes d'Evora, e de sua mulher Leonor Rodrigues da Veiga, fundadores e padroeiros da capella de S. Guilherme e Nossa Senhora da Palma na egreja da Graça de Lisboa. Tiveram filhos: *Thomaz*, *Rodrigo*, *D. Thereza*, *D. Anna*, *D. Leonor*.

1.º *Thomaz Ximenes de Aragão* succedeu na casa de seu

pae, e morreu solteiro aos 25 annos, sendo sepultado na capella de Santa Catherina em S. Domingos.

2.º *Rodrigo Ximenes de Aragão*, com quem se continua.

3.º *D. Thereza Ximenes* mulher de D. João de Almada, filho segundo da casa de Almada.

4.º *D. Anna Ximenes*, freira em Santa Clara de Lisboa.

5.º *D. Leonor Ximenes*, freira no mesmo convento.

V

Rodrigo Ximenes de Aragão filho 2.º de Duarte Ximenes succedeu por morte de seu irmão na casa paterna, e depois no morgado de seu tio Jeronymo Ximenes; e ainda possuiu outro, instituido n'elle por sua mãe quando casou segunda vez em 1626; e ainda veiu a ser administrador *in solidum* da capella instituida pelo cavalleiro Fernão Ximenes, a qual administrava pelos annos de 1653; com o que veiu a possuir grande casa. Foi fidalgo da casa real. Casou primeiro com D. Magdalena Moniz, filha de João Moniz, a qual se apartou d'elle, mettendo-se freira no mosteiro de Cellas em Coimbra. Casou segunda vez, depois de apartado judicialmente de sua mulher, com D. Luiza de Mendonça, precedendo escriptura dotal de 19 de março de 1626. Foi esta senhora dotada por seu pae com o prazo de Alpalhão, termo de Coimbra, e a quinta de Villa-Boa. Era filha unica de Pedro Paes Botelho de Mendonça, fidalgo da casa real, e de sua mulher D. Maria de Carvalho, da casa da Trofa. Tiveram os seguintes filhos: *Duarte, Bento, Luiz, Thomaz, D. Catherina, D. Anna, e D. Maria.*

I *Duarte Ximenes de Aragão,* falleceu sem geração.

II *Bento Ximenes de Aragão,* falleceu em 1653 com 22 para 23 annos, solteiro, e sem filhos.

III *Luiz Ximenes de Aragão*, falleceu moço, e tambem sem descendencia.

IV Thomaz Ximenes de Aragão, que segue.

V *D. Catherina de Mendonça*, freira em Santa Clara de Lisboa.

VI *D. Anna de Mendonça*, o mesmo.

VII *D. Maria de Mendonça,* que morreu nova.

VI

Thomaz Ximenes de Aragão filho 4.º de Rodrigo Ximenes, succedeu por fallecimento de seus irmãos na casa de seus paes; foi fidalgo da casa real por alvará de 15 de julho de 1666, e morreu em 15 de agosto de 1690 com quarenta e nove annos. Casou com sua prima D. Luiza Coutinho, filha de D. Manuel Pereira, e de D. Joanna Coutinho, e neta paterna de D. Henrique Pereira e de D. Joanna de Aragão atraz referidos. Tiveram filhos: *Inigo*, *D. Manuel*, *D. Rodrigo*, *Francisco*, *José*, *D. Henrique*, *Luiz*, *D. Joanna*, *D. Luiza*, *D. Maria*, *D. Guiomar*, e *D. Thereza*.

1.º *Inigo Caetano Ximenes Coutinho*. Succedeu na casa de seu pae; vivia ainda solteiro em 1725, e morreu deixando illegitimo

I *Fernando Ximenes*, de quem não ha noticia.

2.º *D. Manuel Pereira Coutinho* morreu solteiro e sem geração antes de 1725.

3.º *D. Rodrigo Pereira Coutinho* falleceu aos 22 annos solteiro e sem geração antes de 1725.

4.º Francisco Ignacio Ximenes Coutinho de Aragão Barriga e Veiga, que segue.

5.º *José Antonio Coutinho*, que morreu de 17 annos sem geração, antes de 1725.

6.º *D. Henrique Pereira Coutinho*, a quem mataram uma noite em Lisboa com um tiro, tendo 22 annos, e sendo solteiro e sem geração, antes de 1725.

7.º *Luiz Antonio Ximenes Coutinho* estudante de direito em Coimbra; vivia solteiro em 1725.

8.º *D. Joanna Coutinho* que morreu solteira antes de 1725.

9.º *D. Luiza Antonia de Mendonça*, que tambem morreu solteira antes de 1725.

10.º *D. Maria Francisca de Castro*, que morreu recolhida em Santa Clara antes de 1725.

11.º *D. Guiomar Coutinho*, que morreu aos 16 annos em outubro de 1725, tendo sahido do mosteiro de Santa Clara para se curar. Conta-se que cresceu a cera dos brandões com que se allumiava o seu cadaver.

12.º *D. Thereza de Aragão* que morreu moça.

VII

Francisco Ignacio Ximenes Coutinho de Aragão Barriga e Veiga filho 4.º de Thomaz Ximenes de Aragão; succedeu na casa por morte de seu irmão primogenito; foi senhor das villas de Caravaña, Orosco, e Val-de-leche em Castella, padroeiro do Collegio de S. Patricio de Lisboa, e da capella de Santa Catherina de Senna em S. Domingos da mesma cidade, administrador dos morgados que instituiu seu terceiro avô Thomaz Ximenes, e de que era cabeça a casa no Terreirinho dos Ximenes, junto ao Arco da Piedade, a S. Mamede; do outro morgado que instituiu seu bisavô Duarte Ximenes, e de que era cabeça a quinta do Rego; do outro que instituiu seu tio André Ximenes, e de que era cabeça a quinta da Barroca d'Alva; do outro que instituiu Jeronymo Duarte Ximenes, e de que era cabeça a herdade de Machede, junto a Evora; do ontro que instituiu D. Joanna de Aragão mulher de D. Henrique Pereira, e de que era cabeça, a quinta da Agua-doce na villa da Moita; da capella que instituiu o cavalleiro Fernão Ximenes, e de que era cabeça a de Santa Catherina de Senna; e emfim, da que instituiu D. Catherina da Veiga, mulher de D. Diogo de Menezes, o Rôxo; os quaes bens todos juntos deviam render annualmente 25:000 cruzados (10:000$000 réis). Foi tambem administrador do morgado de S. Guilherme, que rendia 12:000 cruzados (4:800$000 réis), do de Papo de Perdiz, junto a Coimbra, e do dos Barrigas e Cardosos, que devia render 9 a 10:000 cruzados. Teria pois de rendimento em bens vinculados, sem n'esta lista entrar nada da corôa, uns 18:000$000 de réis.

De Ursula de Sousa Pereira, com quem não se sabe se casou, teve (e tambem se ignora se foi unico):

VIII

Rodrigo Caetano Ximenes Pereira Coutinho Barriga e Veiga. Succedeu na casa de seu pae, com excepção provavelmente, no caso d'elle ser bastardo, do morgado em que não

succediam os não legitimos. Foi fidalgo da casa real, e commendadôr na Ordem de Christo.

Foi durante a vida d'este que succedeu o terremoto de 1755; e dizem os tombos da cidade, que este Rodrigo Caetano Ximenes deu de aforamento a João Rodrigues Caldas, (representado por seu procurador José Pereira de Sousa Caldas) os chãos que elle Ximenes possuia a esse tempo nos sitios do nosso actual Largo dos Caldas, Chão do Loureiro, e immediações; pelo que se construiu ahi a magnifica propriedade que veiu a entrar na casa dos srs. viscondes de Benagazil.

Rodrigo Caetano Ximenes casou com D. Marianna Rita de Macedo Sequeira Reimão Passanha de Gusmão, filha de Francisco de Macedo Sequeira Reimão, moço fidalgo, e de D. Maria Thereza de... Foi d'elles filha e herdeira:

D. Francisca de Paula Ximenes de Aragão Barriga e Veiga, que casou primeira vez com Henrique de Mello d'Azambuja Moniz e Silva, moço fidalgo, coronel do regimento de voluntarios reaes de milicias a cavallo, fidalgo de solar conhecido, de quem não teve geração.

Casou segunda vez em 20 de maio de 1822 com Francisco Antonio Marques Geraldes Barba, filho segundo da casa da Graciosa, fidalgo da casa real, brigadeiro reformado, o qual de sua terceira mulher (depois de viuva 1.ª viscondessa de Trancoso) teve filho

O octual 2.º *visconde de Trancoso.*

P. S.—Outros fructos do mesmo tronco de Ximenes encontrei no *Archivo portuguez oriental* de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara—Fasciculo 5.º—Parte III, pag. 1315; e tambem na *Historia Genealogica*—T. X, pag. 896, e T. XI, pag. 704.

NOTA V

Propriedade da familia Sanches de Baêna ao Arco da Consolação.

(PAG. 120)

REQUERIMENTO

Diz D. José Antonio de Almeida de Baêna, que entre os mais bens de que se compõe o morgado de seu irmão D. Luiz Francisco de Assis Sanches de Baêna, eram umas casas nobres na rua que hia por detraz de Santo Antonio da Sé, cujas deitavam em roda por cima do Arco da Consolação, com uma varanda por cima do thezouro que descobria o mar; outra propriedade que se compunha de loje e andar por cima, em que assistia o cerieiro, pegado ao mesmo Arco da Consolação e por que pelo fogo succedido ao terremoto se incendiaram, e para requerer a entrega dos chãos das ditas propriedades, precisa, que o escrivão da inspecção João Alves de Carvalho, lhe passe por certidão do livro do tombo das propriedades o que constar do assento das mesmas e sobreditas, para com ella requerer o que se lhe faz preciso.

P. a V. S.ª lhe faça mercê de lhe passar
a dita certidão na fórma requerida.
E. R. M.ce

Passe sem inconveniente.
Teixeira.
(com uma rubrica)

João Alves de Carvalho, cavaleiro professo na ordem de Christo, cidadão em esta cidade de Lisboa e em ella escrivão do juro das propriedades e da inspecção de todos os bairros d'esta mesma cidade, por Sua Magestade fedelissima que Deus Guarde etc. etc. etc. Certefico aos que a presente certidão

virem, que, no livro do tombo do Bairro do Limoeiro, está a folhas 20 *v.* o termo da medição averbada do theor seguinte:

Rua direita de Santo Antonio, principiando do Arco da Consolação da parte direita, primeira morada da dita rua, numero primeiro.

MEDIÇÃO

Morada de casas de Luiz Francisco de Assis Sanches de Baêna, tem de frente para a dita rua direita de Santo Antonio, vinte e quatro palmos; mede pelo lado do poente, com o pé direito do arco da Consolação, em comprimento de quinze palmos; e nas extremas forma angulo com o mesmo pé direito em distancia de dezasseis palmos e meio. Segue outro lado de quinze palmos, que parte com a propriedade do thezouro, como tambem todo o fundo da morada, que tem trinta e quatro palmos e meio; e pelo nascente terminam com morada, da irmandade do Santissimo da Magdalena, por uma parede quasi em linha recta em comprimento de trinta e cinco palmos e meio.

VERBA

Este terreno é foreiro á Basilica de Santa Maria Maior, e assim o declaro por esta verba em cumprimento da portaria do ex.^mo^ e rev.^mo^ sr. Arcebispo Regedor das Justiças, posta em petição dos Rev.^des^ Conegos da mesma Basilica, que fica em meu poder. Lisboa 5 de março de 1766 e eu escrivão a escrevi e assignei, Antonio Pedro da Cunha Feijo Couto.

E não se contem mais no dito termo e verbas, que está no dito livro, e no mesmo a folhas 40 verso thé folhas 41 está o termo do theor seguinte:

MEDIÇÃO

Morada das casas grandes de Luiz Francisco de Assis Sanches de Baêna, tem de frente para o largo dos Malheiros setenta e quatro palmos e meio, mediam pelo nascente com Alfurge em comprimento de trinta e cinco palmos, e com casas

de um ausente, parente do juiz do terreiro por dois lados, que sommados fazem trinta e nove palmos e meio, e continuando da parte do nascente por cima do Arco da Consolação, tem trinta e nove palmos, em que entra uma pequena casa que está sobre o pé direito do arco da parte do sul, que tem trese palmos e meio; e do lado do poente tem onze e meio palmos; segue uma casa rectangular sobre o dito arco, que tem trinta e sete palmos de comprimento e vinte e sete de largura incluindo a grossura das paredes; tem mais sobre o pé direito da parte do norte outra casa cujos lados já estão medidos; só falta o do poente que tem dezasseis palmos da parte do sul; tem um lado de comprimento de quarenta e quatro palmos pelo lado do norte; termina com as casas da viuva de José Antonio Carlos em comprimento de 32 palmos e meio; tem da parte d'esta rua dois sobrados.

E não se continha mais em o dito termo que está no dito livro ao qual aqui me reporto. Fiz passar a presente certidão bem e fielmente na verdade e a passo por virtude do despacho em a petição onde esta vae principiada, em fé do que vae por mim sobscripta e assignada cá n'esta cidade de Lisboa em os 20 dias do mez de agosto do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1771.—Pagou-se d'esta cento e vinto réis.—João Alves de Carvalho a sobscrevi e assignei.—João Alves de Carvalho.

NOTA VI

OBRAS DO PAÇO DOS ESTÁOS EM 1520

(PAG. 216)

Afomso monteiro nos elRey vos enviamos muyto saudar nos fazemos fundamento com ajuda de noso senhor nos irmos a esa cidade neste mes de Janeiro que ora vem pelas booãs nouas que temos de sua saude e de toda a terra derredor asy de hũa parte como da outra. E porque alem das obras que se hão de fazer nos nosos pacos de que tendes careguo queremos

que tambeem se façam algũas nos estaãos avemos por beem que vos com gaspar de payva as vades ver nos quaães queremos que se façam as obras que se seguem.

Item forarseam as varandas do pateo primeiro de bordos e ladrilharseam as ditas varandas de ladrilho grande e groso dalvenaria sem se Rocar somente asy como sair do forno.

Item forarsea a sala que vay Antre as tores da frontaria dos ditos estaãos contra a caldeirarya que ora esta atalhada dos ditos bordos e tirarselhea o dito Atalho.

Item madeirarsea a tore que vay no cabo da dita sala contra as casas que foram de João d alboquerque e forarsea iso mesmo dos ditos bordos e A casynha que esta junto com ela.

farseam os estrados e genelas e portas de madeira de castanho que pera a dita tore forem necysareas e porselheam seus ferolhos fechaduras e aldrabas.

E asy mesmo se faram na dita sala as genelas e portas necesareas é se lhe pora toda a dita feragem

Item farseam tadalas portas e genelas que forem necysareas em todalas casas e janelas dos ditos estaãos e lhe sera posto seus ferolhos fechaduras e aldrabas.

Item vos com gaspar de payva veres todalas casas altas e baixas e veres se haão mester Repairo de telhados sobrados escadas portaães asy de carpinteria como alvenaria e tudo mandares coreger e Repairar. E asy nas casas que sam ladrilhadas em que ouuer algum ladrilho quebrado ou tirado tambem se Repairara e asy se fara nos antresoylos qualquer Repairo que ambos virdes ser necesareo.

Veres as estrebarias a saber as nosas e as outras dos ditos estaaos e se teuerem necysydade de Repairo de manjadoiras e argolas d elas e todo o que mais vos parecer tambem o mandares fazer.

Item por que todas estas obras compre a noso serviço serem feytas atee xb dias de Janeiro ou per todo o dito mes vos com o dito gaspar de payva a que sobre iso escreuemos os ires ver com oficiães e fares Rol de todo o que hy Achardes que se deue fazer e Anbos dares as ditas obras d empreytada a bõos oficiães e que se obriguem de as dar feytas e Acabadas até o dito tempo e tanto que as asy derdes nos fares Anbos saber a quem as arremataes e por que preços e vira o trelado do

dito Rol em que venha decrarado as obras que asy derdes d empreytada e os ditos preços e tomares fianças Aos ditos oficiaes se vos parecer necysareo.

E veres os bordos que sam necysareos pera as ditas obras e os mandares dar e por esta com asento de voso estpriuam dos que se nas ditas obras gastarem vos seram leuados em conta.

Item depois de dadas as ditas empreytadas farnoses saber se he necysareo darse Algum dinheiro Aos empreyteiros pera ho mandarmos dar. E esta carta mostrares Ao dito gaspar de payua pera saber o que Ambos aves de fazer nas ditas obras. estprita em evora A xb dias d outubro damiam dias a fez de 1520 Rey • ⁝ •

Pera afomso monteiro sobre as obras dos estaãos.

Sobrescripto: Por elRey a afomso momteiro almoxarife dos seus paços da casa da mina. (*)

NOTA VII

O PASSEIO PUBLICO
QUADRO DO SR. LEONEL MARQUES PEREIRA

(PAG. 299)

O quadro a que alludi no texto, foi uma das joias artisticas do anno de 1856. Eis a sua historia.

Concebeu o auctor reproduzir na tela uma d'aquellas agradaveis tardes, em que a sociedade se encontrava no formoso jardim; para o que procedeu a minuciosos estudos do natural no arvoredo, e nos fragmentos de edificios que entre elle se avistavam. Feito isso, estudou os grupos, levando na carteira e na memoria bonitos esquissos, que depois desenvolveu na

---

(*) Arch. Nac. da Torre do Tombo, Corpo Chronologico, Parte 1.ª Maço 26, Doc. 76.

Original.

tela. Morava o auctor então na rua dos Lagares n.º 19, 1.º, e ahi levou tres mezes na pintura da obra, apresentando-a por fim na Exposição da Academia Real das Bellas Artes.

Media de altura o quadrosinho 1^{m},14 e de largura 1^{m},46.

Muitas das figurinhas que se agitam com tanta graça n'esta animada composição, eram retratos de senhoras conhecidissimas. O proprio auctor já se não lembra de todos os nomes.

Ao meio da alameda, avulta, de fraque côr de pinhão e calça de linho branco, El-Rei D. Fernando, saudando o publico, com aquelle seu ar grandioso e inconfundivel. Segue-o, dando-lhe a direita, o seu ajudante de campo conde de Campanhã.

Contando do lado direito do espectador, a quinta figurinha, um homem moço, esbelto, dando o braço a outro, era o sr. José Daniel Collaço, actualmente ministro de Portugal junto do Imperador de Marrocos. Para a esquerda ainda, um grupo de tres senhoras são as conhecidas senhoras Limas, mãe e duas filhas. Tambem se viam muito bem as senhoras Kruzes.

El-Rei D. Fernando ficou muito agradado d'este quadro na exposição, a adquiriu-o. Pertence hoje ao espolio do mesmo Augusto Senhor.

O sr. Leonel copiou o seu proprio quadro em gravura a agua forte, e publicou-o no *Jornal das Bellas Artes*. Possuo essa bellissima obra, feita com espirito, e com rara fidelidade. Possuo tambem, brinde do talentoso artista, uma photographia do quadro, obra do sr. Munro, photographo amador, o qual compoz para si um lindo album das principaes telas da Exposição d'esse anno.

Eu nunca vi o quadro, e só o conheço pelas suas mencionadas reproducções. Dizem-me porém que tem colorido quente e formoso, e que ha uma agradabilissima tonalidade na massa dos grupos, realçados pela côr viva de certos trajos femininos. O que sei é que olhar para aquelle conjuncto faz saudade do Passeio; anda no ar um perfume de violetas.

Gloria ao sr. Leonel Marques Pereira, que pôz o seu primoroso talento ao serviço de uma pagina essencialmente nossa, essencialmente nacional, e consagrou uma scena das mais graciosas d'esta pequenina familia lisboeta. Tudo isso já lá vae! mas o quadro ficou.

LISTA DAS PRINCIPAES FONTES

CONSULTADAS

PELO AUCTOR D'ESTE LIVRO

ALÉM DE OUTRAS JÁ MENCIONADAS

NOS VOLUMES ANTECEDENTES

Academia dos Singulares de Lisboa, 1.ª e 2.ª parte, 1665, 1692.

Anatomico (O) jocoso, colligido por Frei Lucas de Santa Catherina (?).

Anna (Frei Belchior de Sant'). *Chronica dos Carmelitas descalços.*

Azevedo (José Lino de). Prior de S. Jorge. Informações para o Diccionario do P. Luiz Cardoso. Mss. da Torre do Tombo. Tem a data de 29 de março de 1758.

Baptista (Soror Maria do). *Livro da fundação do mosteiro do Salvador da cidade de Lisboa.* Lisboa, 1618, 8.º, 1 vol.

Campos (J. C. Ayres de). *Indice chronologico dos pergaminhos e foraes da camara de Coimbra.*

Castilho (José Feliciano de). *Biographia de Manuel Maria Barbosa de Bocage* na collecção intitulada *Livraria Classica* (edição de Pariz).

Castro e Sousa (Antonio Damaso de) (o Abbade Castro). *Itinerario que os estrangeiros que veem a Portugal devem seguir* etc., 1845, 8.º

Collecção dos versos, | e descripções | dos quadros allegoricos, |

que | em todas as solemnidades publicas | d'esta capital | mandou imprimir, e gratuitamente distribuir | José Pedro da Silva | por occasião das illuminações da sua casa | na praça do Rocio | Reimpresa á sua custa em beneficio da Casa Pia. | ... | Lisboa | Na Impressão Regia | 1812 | 8.º, 1 vol..

Couto (Matheus do). *Livro das Plan- | tas, e Mõteas do to- | das as Fabricas das | Inqvisições deste | Reino e India. | or | denado por m.^{do} do | Ill.^{mo} e R.^{mo} S.^{or} Dom | Fran.^{co} de Castro Bp̃o | Inqvisidor Ge | ral e de Cons.º des | tado de S. Mg.^{de} anno* | dñi. 1634 | .

Manuscripto da Torre do Tombo.

Cruz (Frei Bernardo da). *Chronica d'El-Rei D. Sebastião.*

Cunha Rivara (Joaquim Heliodoro da). *Archivo Portuguez Oriental.*

Description de la ville de Lisbonne, où l'on traite de la cour de Portugal, de la langue portugasi, et des nœres des habitants etc.

A Paris—1730—8.º—1 vol. de 268 pag.

Deslandes (Venancio). *Documentos para a historia da typographia.*

Ferreira de Veras (Joaquim). Vigario da freg. do Salvador. Informações para o Diccionario do P. Luiz Cardoso. Mss. da Torre do Tombo. Tem a data de 21 de abril de 1758.

Itinerario Lisbonense | ou | Directorio geral | de todas as | ruas, travessas, becos, | calçadas, praças, etc. | que se comprehendem no recinto | da cidade de Lisboa | com | os seus proprios nomes, principio, | e termo, indicados dos (sic) *logares | mais conhecidos, e geraes, | para | utilidade, uso, e commodidade | dos | estrangeiros, e nacionaes. | Lisboa | Na Impressão regia | Anno* M. DCCC. IV. | *Por ordem superior.* | 8.º, 1 vol.

Jesus Maria (Frei José de). *Chronica dos Carmelitas descalços.*

Lanckmanus Valckenstein (Nicolaus). *Historia desponsationis Frederici* III *cum Eleonora Lusitanica.*

Diario da jornada da nossa Infanta D. Leonor, Imperatriz da Allemanha. Acha-se na collecção intitulada *Rerum Germanicarum Scriptores.* T. II, e na *Historia Genealogica da casa real.* Provas. T. I, pag. 601 e seg.

Letreiros célebres | que | se vem escriptos | nas portas de varias lojas | d'esta capital; | para servirem de Taboleta, e co- | nhecimento ao Publico. | Vistos, examinados e colligidos | por hum Tafùl de Luneta. | ... | Lisboa 1806. 8.º 1 vol.

Lobo. Vide *Rodrigues Lobo.*

Manuel de Mello (D. Francisco). *Apologos dialogaes. Hospital das lettras.*

Maria (Frei Francisco de Santa). *O Ceo aberto na terra. Historia das sagradas congregações dos Conegos seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, e de S. João Evangelista em Portugal.* Lisboa. 1697. Fol. 1 vol.

Marinho de Azevedo (Luiz). *Primeira parte da fundação antiguidades, e grandezas da cidade de Lisboa.* Lisboa. 1652. 6.º 1 vol.

Mello. Vide *Manuel de Mello.*

Mercier. *Tableau de Paris.* Amsterdam. 1785, 8.º, 4 vol.

Nunes do Lião (Duarte). *Chronica d'El-Rei D. Affonso V.*

Nunes do Lião (Duarte). *Chronica d'El-Rei D. Duarte.*

O' Neill (Henrique). Visconde de Santa Monica. *A | feira da ladra* | Lisboa | Imprensa Nacional | 1888 8.º, 1 folha de 32 paginas. Sahiu anonymo este folheto.

Paes (Miguel). *Melhoramentos de Lisboa e seu porto.* 1883, 84. 8.º, 2 vol.

Pereira Queiroz Velloso (Eduardo O.). *Roteiro | das | ruas de Lisboa | e immediações. | Segunda edição | Lisboa. | Typographia portugueza | Travessa da Queimada* 35 | 1869.

NB. Existe uma nova edição, que é a *sexta.* E á melhor e mais completa que se tem publicado. Tem a data de 1888.

Pina (Ruy de). *Chronica d'El-Rei D. João II.*

Quintilhas compostas por J. J. R. falando com a sua Musa, lembrando-lhe o que com ella tem passado, pintando-lhe os seus grandes defeitos, e figurando-lhe a feira da Ladra, em cujo sitio se dava uma assembléa, aondo a mesma Musa tinha repetido uma obra, que foi applaudida, e que a encheu da maior presumpção. Lisboa, na offi. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1780, 4.º de 16 paginas.

Relação | dos festejos que tiverão lugar | em | Lisboa | nos memoraveis dias | 31 de Julho, 1, 2, etc., de Agosto de 1826 |

por occasião do juramento | prestado | á Carta constitucional | decretada e dada | á Nação portuguiza | pelo seu legitimo Rei | o senhor D. Pedro IV | Imperador do Brazil. | por | hum cidadão constitucional. | Lisboa | Na typ. de J. F. M. de Campos. | Anno de 1826. Com licença. | 8.º, 1 vol. de 144 paginas.

Relatorio | apresentado | a Sua Excellencia | o Ministro das Obras publicas | pela commissão | nomeada em 25 de fevereiro de 1864 | para tratar da crecção | do | monumento á memoria de Sua Magestade Imperial | o senhor D. Pedro IV. | Lisboa | Imprensa Nacional | 1868 | . 4.º 1 vol. de 116 paginas.

Resende (Garcia de). *Cancioneiro.*

Ribeiro (José Silvestre). *Historia dos estabelecimentos litterarios e scientificos de Portugal.*

Rivara. Vide *Cunha Rivara.*

Rodrigues Lobo (Francisco). *La jornada que la Magestad Catholica del Rey D. Filippe III hizo a Portugal el año de 1619.*

Vem de pag. 654 em deante, do volume *Obras politicas moraes e metricas* do mesmo auctor. Lisboa. 1723. 4.º 1 vol.

Salter de Mendonça (Jorge). *Nobiliario manuscripto* em poder do sr. Anselmo Braamcamp Freire na sua quinta da Aldeia junto a Sacavem.

Sande (Padre Duarte de). *Lisboa em 1584.* Vide *Archivo Pittoresco.* T. VI

Sousa (Frei Luiz de). *Historia de S. Domingos.*

Sousa (Frei Luiz de). *Vida do veneravel D. Frei Bartholomeu dos Martyres..... Arcebispo de Braga.*

Velloso. Vide *Pereira Queiroz Velloso.*

Velloso de Andrade (José Sergio). *Memoria sobre chafarizes, poços, etc. de Lisboa e seu termo.* Lisboa. 1851, 8.º 1 vol.

Vieira Lusitano (Francisco). *O insigne pintor e leal esposo* etc Lisboa 1780. 8.º 1 vol.

INDICE

Capitulo I

Capitulo II

Capitulo III

Capitulo IV

Capitulo V

CAPITULO VI

CAPITULO VII

CAPITULO VIII

CAPITULO IX

Capitulo X

Capitulo XI

Capitulo XII

Capitulo XIII

Capitulo XIV

Capitulo XV

Capitulo XVI

Capitulo XVII

Capitulo XVIII

Capitulo XIX

Capitulo XX

Capitulo XXI

Capitulo XXII

Capitulo XXIII

Capitulo XXIV

Capitulo XXV

Capitulo XXVI

Capitulo XXVII

Capitulo XXVIII

CAPITULO XXIX

CAPITULO XXX

CAPITULO XXXI

ALTERAÇÕES

Pag. 40.—Linha 2.

Vaidoso mais innocente leia-se *vaidoso mas innocente.*

Pag. 94.—Linha 24 e 25.—Por engano foram as duas linhas

—Eu não sei. Eu não sei
...esperando que lhe dissessem: Amen.

compostas em italico menor; deviam ir no mesmo italico das linhas precedentes.

Pag. 233.—Linha 14.

Castellano leia-se *castelhano.*

Pag. 288.—Nota, linhas 4 e 5.

eram.... foram escolhidas leia-se *era.... foi escolhida.*

Pag. 298.—Linha 5.

Dcmingo de primavera leia-se *Domingo de outomno.*

Pag. 298.—Linha 26.

monotonia da contemplação leia-se *monotona contemplação.*

Pag. 304.—Linha 12.

Altissimos guarda-soes leia-se *elevadissimos guarda-soes.*

Pag. 304.—Linha 21.

do tempos leia-se *dos tempos.*

Pag. 308.—Linha 7.

já começava leia-se *já continuava.*

Á VENDA NA LIVRARIA FERREIRA

132—Rua Aurea—138

O MOSTEIRO DE ODIVELLAS

CASOS DE REIS E MEMORIAS DE FREIRAS

POR

A. C. BORGES DE FIGUEIREDO

(1 VOL. 800 réis)

EXCERPTOS D'ALGUMAS APRECIAÇÕES ÁCERCA D'ESTE LIVRO

Uma bella edição da Livraria Ferreira, frontespicio a côres, muitas gravuras, e 13 capitulos, em 312 paginas. O auctor conta-nos largamente a historia da fundação do mosteiro, e descreve-o minuciosamente, detendo-se no Claustro da Moira, na Casa do Rei, nos dormitorios, nos trajes das freiras, nos costumes conventuaes; fala-nos muito da celebrada Madre Paula, amante de D. João V, e descreve-nos os luxuosos aposentos d'esta formosa freira; refere-se á poetisa Feliciana de Milão, amante de Affonso VI; e, para nos falar de tudo o que interessa á historia do famoso convento, consagra um dos ultimos capitulos aos oiteiros e á poesia de Odivellas.

Reporter.

Odivellas foi, segundo a crença geral, o recolhimento onde a desmoralisação mais largamente se expandiu.

Os amores de D. João V, com a madre Paula fizeram-n'o alcunhar hoje de harem regio e de prostibulo devoto.

O sr. Borges de Figueiredo, empunhando a lente fiel do ob-

servador imparcial, procura, sobre tudo no ultimo capitulo, reduzir esta opinião, em grande parte alimentada, com tristeza o dizemos, pela especulação da litteratura mercenaria, ás proporções devidas.

Commercio de Portugal.

Toda a obra está escripta com esmerada correcção e muita elegancia, a edição é bem cuidada, adornada de excellentes vinhetas no estylo renascença, lettras ornadas, variadissimos cul-de-lampe, e gravuras illustrativas.

Entre outras curiosidades tem o fac-simile da assignatura da celebre Madre Paula e uma phototypia perfeitissima do tumulo de D. Maria Affonso, filha bastarda d'el-rei D. Diniz, fundador do convento, e heroina tragica de um mysterioso successo, que o sr. Borges de Figueiredo trata com o mais correcto apuro e a mais sympathica delicadeza.

Correio da Manhã.

Do Livro do sr. Figueiredo, ficam-se conhecendo todos os factos importantes succedidos em differentes epochas no mosteiro de Odivellas; e a par d'isso, hoje que a vida claustral existe, entre nós, quasi no estado de lenda, adquirimos noção exacta do que foi um convento de freiras, com os seus amores e odios, seus usos e seus costumes, em todas as suas particularidades. Desde o que se passava na egreja e na grade até ao que acontecia no refeitorio e nas cellas, tudo nos descreve o illustre escriptor, com uma verdade extrema e com uma delicadeza singular.

Diario Popular.